REVISTA DE DIREITO

21

1985

Da Procuradoria-Geral de Justiça do
Estado do Rio de Janeiro

REVISTA DE DIREITO
DA
PROCURADORIA-GERAL
DE JUSTIÇA
DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO





Revista de Direito da Procuradoria-Geral de Justiça — v. 21, n.º 21 (jan./jun. 1985).

Rio de Janeiro: A Procuradoria, 1976

v. : il. ; 23cm

Semestral.

Continua: Revista de Direito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

1. Direito-Periódicos.

REVISTA DE DIREITO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(Decreto-lei n.º 11, de 15 de março de 1975)

Revista registrada sob n.º 34.295, de acordo com o Regimento do Supremo Tribunal Federal

Governador do Estado: LEONEL DE MOURA BRIZOLA

Procurador-Geral de Justiça: ANTONIO CARLOS SILVA BISCAIA

ANO XI — N.º 21 — JANEIRO/JUNHO — VOL. 21 — 1985

FUNDADORES:

Governador do Estado: FLORIANO PEIXOTO FARIA LIMA

Procurador-Geral da Justiça: RAPHAEL CIRIGLIANO FILHO

Ex-Diretores da Revista

Simão Isaac Benjó

Sergio Demoro Hamilton

Paulo Cezar Pinheiro Carneiro

Valneide Serrão Vieira

Diretora da Revista

Maria Cristina Palhares dos Anjos

Comissão de Redação: Hortêncio Catunda de Medeiros, Jorge Guedes, Marcelo Maria Domingues de Oliveira, Martinho da Rocha Doyle, Sergio Demoro Hamilton e Simão Isaac Benjó.

Chefe da Seção de Publicação e Distribuição: Janice Lopes Ferreira e Silva

Secretárias: Geni Milech e Marilene Vieira Macedo Rodrigues

A responsabilidade dos trabalhos publicados é exclusivamente de seus autores

Pede-se permuta **We ask for exchange**

On demande l'échange **Um Austausch wird gebeten**

Redação e Administração: Av. Nilo Peçanha, 12, 3.º andar, sala 308, 20.020, Rio de Janeiro - RJ, para onde deve ser dirigida toda correspondência.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(Em 30-06-1985)

Procurador-Geral de Justiça
ANTONIO CARLOS SILVA BISCAIA

1.º Subprocurador-Geral de Justiça
SÁVIO SOARES DE SOUSA

2.º Subprocurador-Geral de Justiça
SERGIO DE ANDRÉA FERREIRA

Corregedor do Ministério Público
ARTHUR PONTES TEIXEIRA

Chefe do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Waldy Genuíno de Oliveira

Consultores

Assuntos Cíveis
Luiz Roldão de Freitas Gomes

Assuntos Criminais
Heitor Costa Junior

Assuntos de Defesa das Garantias Constitucionais e Direitos Humanos
Claudio Ramos

Assuntos Institucionais e de Direito Público
Roberto Bernardes Barroso

Diretor-Geral da Secretaria
Gastão Lobão da Costa Araújo

Assistentes

Afonso Alípio Pernet de Aguiar
Afranio Silva Jardim
Aldney Zacharias Peixoto
Arthur Leonardo de Sá Earp
Cezar Romero de Oliveira Soares
David Milech
Édila Davies de Moura
Edson Affonso Guimarães
Eduardo Valle de Menezes Côrtes
Élio Gitelman Fischberg
Helcio Alves de Assumpção
Helio José Ferreira Rocha
Jacyr Villar de Oliveira
Jarcléa Pereira Gomes
Luiz Carlos Humbert de Albuquerque Maranhão
Maria Teresa Moreira Lima
Sídali João de Moraes Guimarães
Sonia Simões Corrêa Fortes
Vanda Menezes Rocha

MINISTÉRIO PÚBLICO

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

(ÓRGÃO ESPECIAL)

ANTONIO CARLOS SILVA BISCAIA (Presidente)

Titulares Natos	Titulares Eleitos
Emerson Luiz de Lima	Mauro Campello
Newton Marques Cruz	Francisco Habib Otoch
Amaro Cavalcanti Linhares	Armando de Oliveira Marinho
Paulo Chermont de Araujo	Everardo Moreira Lima
Antonio Augusto de Vasconcellos Neto	Waldy Genuíno de Oliveira
Jorge Guedes	Luiz Sérgio Wigderowitz
Hilton Massa	Sávio Soares de Sousa
Marcelo Maria Domingues de Oliveira	José da Silveira Lobo
Laudelino Freire Junior	José Augusto Pereira dos Santos
Raul Caneco de Araújo Jorge	Ellis Hermydio Figueira

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ANTONIO CARLOS SILVA BISCAIA (Presidente)

TITULARES

Membros Natos

Antonio Carlos Silva Biscaia (Procurador-Geral de Justiça)

Sávio Soares de Sousa (1.º Subprocurador-Geral de Justiça)

Sergio de Andréa Ferreira (2.º Subprocurador-Geral de Justiça)

Arthur Pontes Teixeira (Corregedor do Ministério Público)

Membros Eleitos

Pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça

Titular: Francisco Habib Otoch

Suplentes: 1.º José da Silveira Lobo

2.º Armando de Oliveira Marinho

Pelos Promotores de Justiça

Titular: Waldy Genuíno de Oliveira

Suplente: Ulysses Leocádio

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Alberto Canellas
Alberto de Almeida e Albuquerque
Albino Angelo Santa Rossa
Adolpho Lerner
Albênzio Pinheiro Rangel
Alvaro Duncan Ferreira Pinto
Amaro Cavalcanti Linhares
Antonio Augusto de Vasconcellos Neto
Antônio Cláudio Bocayuva Cunha
Antonio Francisco Feteira Gonçalves
Armando de Oliveira Marinho
Arthur Pontes Teixeira
Atamir Quadros Mercês
Carlos Augusto Vianna de Albuquerque
Carlos Dodsworth Machado
Carlos Eduardo Bernardi Montaury Pimenta
Cezar Augusto de Farias
Cyro de Carvalho Santos
Danilo Domingues de Carvalho
Décio Meirelles Góes
Eládio de Carvalho Werneck
Ellis Hermydio Figueira
Emerson Luiz de Lima
Everardo Moreira Lima
Ferdinando José Bianchini Latgé
Fernando José Pessoa da Silva
Fernando Paciello
Francisco Habib Otoch
Francisco Massá Filho
Hamilton Carvalhido
Hélio Cezar Penna e Costa
Hilton Massa
Hortêncio Catunda de Medeiros
Ivan Anátocles da Silva Ferreira
Jarcléa Pereira Gomes
Jefferson Machado de Góes Soares
Jorge Guedes
José Augusto Pereira dos Santos
José da Silveira Lobo
José Ivanir Gussen
Júlio Agostinho Horta Barbosa de Bergallo
Laudelino Freire Júnior
Luiz Brandão Gatti
Luiz Carlos Couto Maciel
Luiz Facca
Luiz Roldão de Freitas Gomes
Luiz Sérgio Wigderowitz
Marcelo Maria Domingues de Oliveira
Mariana Herescu
Mário Portugal Fernandes Pinheiro
Mário Tobias Figueira de Mello
Mariza Clotilde Villela Perigault
Martinho da Rocha Doyle
Maurício Ruas Pereira
Mauro Campello
Mozart Mattos
Nader Couri Raad
Newton Lourenço Jorge
Newton Marques Cruz
Nicanor Médici Fischer
Octávio Freitas
Paulo Chermont de Araújo
Paulo de Salles Guerra
Paulo Frederico Bandeira de Mello Thedim Lobo
Paulo Roberto Pinheiro Torres
Raphael Carneiro da Rocha
Raul Caneco de Araujo Jorge
Regina Maria Corrêa Parisot
Roberto Bernardes Barroso
Roberto Frederico Sanches
Roberval Clementino Costa do Monte
Rodolpho Antônio Avena
Sávio Soares de Sousa
Sergio de Andréa Ferreira
Sergio Demoro Hamilton
Simão Isaac Benjó
Ulysses Leocádio
Vitor André do Soveral Junqueira Ayres
Waldy Genuíno de Oliveira
Wilson Cavalcanti de Farias
Wilson de Andrade Campello

PROMOTORES DE JUSTIÇA

Ada Buksman
Adelângela Saggioro Garcia
Adélia Barboza de Carvalho
Adilse de Oliveira Ramos
Adir Maria de Andrade Barros Corrêa
Adolfo Borges Filho
Afonso Alípio Pernet de Aguiar
Afranio Silva Jardim
Alberto Henrique de Pinho Canellas
Aldegy do Nascimento
Aldney Zacharias Peixoto
Alexandre Araripe Marinho
Alexandre Arbach
Alma Rubens Alvim de Carvalho
Alvaro Homero de Brito Martins Baptista
Alvaro Hungria Ferreira Pinto
Ana Alice de Belli Antony
Ana Lúcia Abeid
Ana Maria da Silva Gonçalves

Ana Maria de Almeida Nogueira
Ana Maria de Andrade Pinheiro
Ana Maria de Resende Chaves
Ana Maria Gattás Bara
Ana Maria Goldemberg
Ana Maria Schmidt
Anamaria de Luna Borges Saraiva
Anatólio Wainstok
Anderson Albuquerque de Souza Lima
Angela Maria Castro Leite de Andrade Cordeiro de Matos
Angela Maria dos Reis Parise
Angelo Moreira Glioche
Anna Affonso Delecave
Annabella Vera Grazia Herczog
Anthero da Silva Gaspar
Antonio Augusto Chaves Meireles
Antonio Borromeu Fernandez
Antonio Carlos Coelho dos Santos
Antonio Carlos da Fonseca Passos
Antonio Carlos de Graça Mesquita
Antonio Carlos Martins
Antonio Carlos Silva Biscaia
Antonio José de Azevedo Pinto
Antônio Paiva Filho
Antônio Ricardo Binato de Castro
Aquilino Pinto Figueiredo
Arci Cavalcanti de Albuquerque Figueiredo
Ariadne Mitropoulos Esteves Dias
Arilda Sandra da Silva Nunes
Arlon Sayão Romita
Arthur Leonardo de Sá Earp
Assy Mirza Abraham
Augusta Vitória Piclum
Augusto Dourado
Avelino Gomes Moreira Neto
Beatriz Marilda Alves Campos
Bernardo Buarque Schiller
Bonni dos Santos
Branca Maria Moreira Alves
Brazilmar Moraes Pinheiro
Carlos Alberto Perlingeiro dos Santos
Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque
Carlos Alberto Ponzo
Carlos Antonio da Silva Navega
Carlos de Mello Porto
Carlos Domingues da Venda
Carlos Eduardo Costa Silva
Carlos Eduardo de Miranda Ferraz
Carlos Machado Vianna
Carlos Magno Maia Przewodowski
Célia Costa Moreira de Souza
Celma Pinto Duarte de Carvalho Alves
Celso Benjó
Celso Fernando de Barros
Ceres Feijó
Cezar Romero de Oliveira Soares
Charles van Hombeeck Júnior
Cláudia Maria Oliveira dos Santos
Cláudio Ramos
Cristiano Cullen de Sampaio Vianna
Cristina Maria dos Santos Caetano da Silva
Cristina Tereza Gaulia Borrmann
Cypriano Lopes Feijó
Daisy Palmieri da Costa
Dalva Pieri Nunes
Dário Michéli Gadêlha
David Borensztajn
David Milech
Déa Araújo de Azeredo
Décio Luiz Gomes
Delma Eyer Harris
Demóstenes Garcia
Denise Camolez
Denise Pereira Freitas
Denise Souza Soares
Diamantino Ferreira
Dilmo Solon Valadares do Lago
Dirce Ribeiro de Abreu
Domingos Henrique Leal Braune
Dráusio Rodrigues Lourenço
Duval Vianna
Ecknea Antonia de Andrade
Édila Davies de Moura
Edilma Raposo dos Santos
Edilon Miranda de Oliveira
Edmo Rodrigues Lutterbach
Edmundo José Anjo Coutinho
Edson Affonso Guimarães
Edson Pereira da Silva
Eduardo da Silva Lima Neto
Eduardo Luiz Peixoto Martins Silveira
Eduardo Othelo Gonçalves Fernandes
Eduardo Pinto Martins
Eduardo Portella
Eduardo Valle de Menezes Côrtes
Ekel Luiz Sérvio de Souza
Elaine Costa da Silva
Eliane Bahiense de Albuquerque
Élio Gitelman Fischberg
Elisabeth de Moraes Cassar
Elizabeth Carneiro de Lima
Elizabeth Regina Gomes de Oliveira Melo
Eloysio Vieira de Almeida
Elso Vaz
Emanuel Roberto de Nora Serra
Enos da Costa Palma
Ertulei Laureano Matos
Eugênio Carvalho do Nascimento Filho
Eunice Ferreira Caldas
Evandro Barbosa Steele
Evandro Ramos Lourenço
Evangelina Fontelas Rosado Spinelli
Everardo de Góes Fischer

Fátima Maria Ferreira Melo
Fátima Pacca Dias de Araújo
Ferdinaldo do Nascimento
Fernanda Moreira Jorgensen
Fernando Araripe de Moraes Quadros
Fernando Chaves da Costa
Fernando Fernandy Fernandes
Fernando Lúcio Lagoeiro de Magalhães
Flavia Pereira Novoa
Flávio Cunha Monteiro de Carvalho
Flávio Curi Vitari
Francisco Antonio Souto e Faria
Francisco Baptista de Oliveira
Francisco Chagas Bruno
Francisco das Neves Baptista
Francisco Eduardo Marcondes Nabuco
Francisco José Vaz
Gabriel Villela Júnior
Gastão Lobão da Costa Araújo
Gelcy Migon Pinto
Geraldo Antonio Rangel de Azeredo Coutinho
Geraldo de Freitas Caldas
Geraldo Luiz Mascarenhas Prado
Geraldo Mattos Maia
Gerardo Rangel dos Santos
Gerson Nicácio Garcia
Gevan de Carvalho Almeida
Gilberto Machado Simões
Giuseppe Ítalo Brasilino Vitagliano
Gizelda Leitão Teixeira
Gladys Mary Licínio Holanda
Guy Benigno Brasil
Hédel Luiz Nara Ramos
Heitor Costa Junior
Heitor Pedrosa Filho
Hélcio Alves de Assumpção
Helda Meireles Penna Franca
Helio José Ferreira Rocha
Hélio Zaghetto Gama
Heloísa Helena Brandão
Heloisa Helena Pires dos Santos
Heloísa Maria Alcofra Miguel
Hevelise Scheer
Henrique Ernesto Cláudio Dagna
Henrique Nogueira da Costa
Hermesinda Oliveira Cavalcanti da Rocha
Hisashi Kataoka
Homero das Neves Freitas
Hugo Gonçalves Roma
Hugo Jerke
Ida Moulin Alledi
Inácio Nunes
Irenice Nunes Azevedo Lima
Israel Stollar
Ítala Cremer
Ivonildes Luiz Altino de Lima
Jackson Lopes Corrêa
Jacyr Villar de Oliveira
Jayme Duarte Vieira
João Batista Petersen Mendes
João Baptista Lopes de Assis Filho
João Baptista Storduto de Carvalho
João Marcello de Araújo Júnior
João Martins Freitas
Joaquim Armindo Thomaz
Jocymar Dias de Azevedo
Joel Teixeira de Araújo
Jorge Euclydes Pereira Ninho
Jorge Ibrain Salluh
Jorge Joaquim Lobo
Jorge Vacite Filho
José Antonio Costa Gonçalves
José Antonio Leal Pereira
José Araújo dos Santos
José Augusto de Araújo Neto
José Bianchini
José Carlos da Cruz Ribeiro
José Carlos Paes
José Dias Barroso
José Diniz Pinto Bravo
José dos Santos Carvalho Filho
José Francisco Basílio de Oliveira
José Francisco de Martino
José Geraldo Antonio
José Maria Leoni Lopes de Oliveira
José Muiños Piñeiro Filho
José Perelmiter
José Ricardo Lopes Guimarães
José Roberto Paredes
Juary Silva
Júlio César de Sousa Oliveira
Julio Cezar Souza Baltharejo
Kátia Costa Marques de Faria
Kleber Couto Pinto
Laércio Guarçoni
Lafredo Lisboa Vieira Lopes
Laíza de Paula Rossi
Leny Costa de Assis
Leonardo Cavalcanti Cerqueira
Leonardo de Souza Chaves
Leôncio de Aguiar Vasconcellos
Leonel dos Santos
Levy de Azevedo Quaresma
Lília Izaguirre de Toledo Malta
Liliane Magalhães Lustosa
Lourdes Gamba
Lourineide de Arruda Xavier
Lúcia Glória Bastos Alves
Lúcia Maria Cuinhas da Cunha
Lucia Maria Lacerda
Lucia Neves de Oliveira
Lucy Lopes Kratz
Luiz Fernando Ribeiro Matos
Luiz Antônio Ferreira de Araújo
Luiz Antônio Pacca Campos Mello
Luiz Carlos de Araújo

Luiz Carlos de Oliveira Lopes
Luiz Carlos Humbert de Albuquerque Maranhão
Luiz Carlos Rodrigues da Costa
Luiz Carlos Silva
Luiz Fernando de Freitas Santos
Luiz Gonzaga de Lima Costa Júnior
Luiz Gonzaga de Noronha Luz Neto
Luiz Otávio de Freitas
Luiz Roberto Saraiva Salgado
Luíza Thereza Baptista de Mattos
Manoel Geraldo Areunete
Marcelo Antônio de Menezes Oliveira
Marcia Alvares Pires Rodrigues
Marcia Paiva Arellano
Marcia Rodrigues de Oliveira
Marcio Klang
Marco Antonio Ibrahin
Marcos Mizrahi
Marfan Martins Vieira
Margarida Maria de Barcelos Nogueira
Maria Alexandra Bastos Malheiro de Oliveira da Silva
Maria Amélia Couto Carvalho
Maria Aparecida de Araújo Monteiro de Barros
Maria Cristina da Silva Gaertner
Maria Cristina Menezes de Azevedo
Maria Cristina Pacini de Medeiros e Albuquerque
Maria Cristina Palhares dos Anjos
Maria Cristina Pasquinelli Bacha de Almeida
Maria da Conceição Lopes de Souza Santos
Maria da Conceição Pereira Cardoso
Maria da Glória Franco Soares
Maria de Fátima da Rocha Novais
Maria de Lourdes de Oliveira Ribeiro
Maria Dionísia Freire Gonçalves
Maria do Carmo Alves Garcia
Maria do Carmo dos Santos Casa Nova
Maria Elisa Hingst Manzolillo
Maria Elizabeth Riente Lima
Maria Eugenia de Macedo Florio
Maria Eugênia Monteiro Cavalcanti
Maria Helena Pereira da Cunha
Maria Helena Rodrigues da Silva
Maria Henriqueta do Amaral Fonseca Lobo
Maria Lenígia Rocha Pires de Carvalho
Maria Lucia das Chagas Gomes de Sá
Maria Luíza Cabral Vieira
Maria Teresa de Andrade Ramos Ferraz
Maria Teresa Moreira Lima
Maria Thereza Kezen Vieira
Mariana de Oliveira
Marija Yrneh Rodrigues de Moura
Marilene Gomes Fernandes
Marília Bulhões dos Santos Carneiro
Marília de Castro Neves Vieira
Marilza Matos Mendes
Mário Antonio de Carvalho
Mário Ferreira dos Reis
Mario Robert Mannheimer
Mário Tobias Figueira de Mello Filho
Marlene Cardoso Gonzalez
Marli Ribeiro
Marly de Almeida Leite Perorazio Tavares
Marly Macedônio
Mary Virgínia Northrup
Maurício Caldas Lopes
Maurício Helayel
Mauro José Ferraz Lopes
Mauro Silva Guedes
Max Fontes Perlingeiro
Maximino Gonçalves Fontes Neto
Miriam Rocha Mello
Mônica da Silveira França
Murillo Bernardes Miguel
Nádia de Araújo
Nancy Mendes de Aragão
Naudila Teresinha Honorato Neves
Necisia Maria dos Santos Carvalho Arce dos Santos
Neida Mirna Dalcolmo
Neje Hamaty
Nélia Nahid de Carvalho
Nelma Glória Trindade de Lima
Nélson de Sá
Nélson José Martins
Newton Campos de Medeiros
Nilda Maria Benevides Baptista
Nildson Araújo da Cruz
Nilo Cairo Lamarão Branta
Norton Esteves Pereira de Mattos
Olegário Maciel Cólly
Omar Gama Ben Kauss
Onédio Francisco Gonçalves
Otto Frederico Campean
Paolina Leone Candia Hryniewicz
Patrícia Silveira da Rosa
Paulo Bouçada Tassara
Paulo Cezar Pinheiro Carneiro
Paulo Ferreira Rodrigues
Paulo Ivan de Oliveira Teixeira
Paulo Monteiro Barbosa
Paulo Rodolfo Maximiliano de Gomes Tostes
Pedro Moreira Alves de Brito
Pedro Nogueira Fontoura
Pedro Paulo Geraldo Pires de Mello
Raphael Cesário
Regina Buaiz
Regina Celi Silva Machado
Regina Célia de Oliveira Calmon
Regina Lúcia Natal de Carvalho

Regina Machado Tedesco
Regina Olívia da Rocha Werneck
Reinaldo Moreira Glioche
Remy Barbosa Vianna
Renato Gonçalves Pereira
Renato Pereira França
Ricardo Canellas Rinaldi
Ricardo Hungria Ferreira Pinto
Ricardo Sevalho Gonçalves
Roberto Abranches
Roberto Frederico de Andrade
Roberto Moura Costa Soares
Roberto Pontes Dias
Roberto Ribeiro França
Rodolpho Carmelo Ceglia
Ronaldo de Medeiros e Albuquerque
Ronaldo Simão
Rosa Déa Veiga da Silva
Rosa Maria dos Reis Parise
Rosana Orichio de Siqueira Mello
Ruth Sarah Hirschfeldt
Ruy Soares Barbosa Júnior
Sálua Bunahum
Sandra Muniz Melo
Santos Levy
Sebastião Fador Sampaio
Sergina Mello
Sérgio Antonio de Carvalho
Sérgio Bastos Vianna de Souza
Sérgio Castanheira
Sérgio Zettermann
Sídali João de Moraes Guimarães
Sílvia Liz Xavier Dell'Ome
Sílvio Ambrosi de Miranda Valverde
Sonia Maria Moret Freire Lourenço
Sonia Maria Rocha e Silva
Sonia Simões Corrêa Fortes
Suely da Silva Jardim Marinho
Sylvio Tito Carvalho Coelho
Tânia Maria Salles Moreira
Telius Alonso Avelino Memória
Telma Musse Diuana
Themístocles de Faria Lima
Theobaldo Lisboa
Thereza de Paula Tavares Henriques
Ugo Soares Pinheiro Chagas
Valneide Serrão Vieira
Vanda Menezes Rocha
Vania Maria Carrano Benjó
Vera de Souza Leite
Vera Lúcia de Sant'Anna Gomes
Vera Maria Barreira Jatahy
Vera Maria Florêncio Berto
Vera Maria José Rollas
Verônica Elisa Rosa Aguiar
Vicente Sílvio Ferreira do Nascimento
Victória Siqueiros Soares Le Coq d'Oliveira
Virgílio Augusto da Costa Val
Virgínia de Barros Moreira
Vitória Abi Rihan
Waldir Novelino
Wander Cezar Moreira
Wanderley de Andrade Monteiro
Wilsea Gaspar Fernandes
Wilson de Pontes Cardoso
Zélia Salles de Vasconcelos
Zilma de Castro Cunha Almeida

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Carlos Antonio da Silva Navega

APOSENTADOS

Adhemar Luiz Pereira
Agenor Teixeira de Magalhães
Alcírio Dardeau de Carvalho
Amilcar Furtado de Vasconcellos
Antônio da Costa Marques Filho
Antônio de Pádua Chagas Freitas
Antônio Ricardo dos Santos Neto
Antônio Luiz Guimarães de Oliveira
Arnóbio Tenório Wanderley
Benjamin Haman
Caetano Pinto de Miranda Montenegro Neto
Carlos de Novaes Vianna
Carlos Octávio da Veiga Lima
Celso de Barros Franco
Christino Almeida do Valle
Cláudio Anthero de Almeida
Didimo Amaral Agapito da Veiga
Edgardo Tenório
Elcio de Souza Chrysóstomo
Francisco Eugênio Freire de Moraes
Francisco Gil Castello Branco
Franklin Silva Araújo
Gastão Menescal Carneiro
Geraldo Ildefonso Mascarenhas da Silva
Geraldo Nicola Ferreira Pitta Fallaice
Gilberto Ubaldo da Silva
Hermenegildo de Barros Filho
Iris Gameiro Seiffert
Jerônimo Macário Figueira de Melo
João de Almeida Barbosa Ribeiro
João Lopes Esteves
João Ramos Torres de Melo
Joaquim Alfredo Ribeiro Mariano
Joaquim Borges Valadão Filho

Jorge Armando de Figueiredo Enne
José Cândido Brasil
José Francisco de Oliveira Diniz
José Moreira Bastos Filho
José Murad Lasmar
José Sertã Camões
José Vicente Ferreira
José Vicente Pereira
Lindolpho Fernandes Filho
Luiz Almeida do Valle
Luiz Carlos Fernandes Modesto
Luiz Polli
Manoel Vidal Barbosa Lage Filho
Mário Carrilho da Fonseca e Silva
Mário de Carvalho Pereira
Marly Martin Mazzucchelli
Maurício Parreiras Horta
Maurílio Bruno de Oliveira Firmo
Mauro Azevedo
Myriam Steinbruch Roisman
Nerval Cardoso
Oswaldo de Moraes Bastos
Oswaldo Soares Monteiro
Ovidio Silva
Oziel Esmeriz Miranda
Pamphilo Andrade da Silva Freire
Paulo Antunes de Oliveira
Paulo Domingues Galindo
Pedro Henrique de Miranda Rosa
Plácido Eduardo Sá Carvalho
Raul de Figueiredo Meirelles
René de Souza Coelho
Ricardo de Almeida Rego Filho
Rogério Gomes de Souza
Rubinstein Rolando Duarte
Sebastião de Almeida Parente
Sebastião Mário Miguel Panza
Stênio Lutgardes Neves
Theodoro Arthou
Walter de Souza Homena
Yolando Cardoso

INTEGRANTES DOS TRIBUNAIS

SUPERIORES ORIUNDOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

João Baptista Cordeiro Guerra

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Jorge Alberto Romeiro

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque Júnior (aposentado)
Arnaldo Rodrigues Duarte
Eugênio de Vasconcelos Sigaud
Hermano Odilon dos Anjos (aposentado)
Mário Neiva de Lima Rocha (aposentado)
Nelson Pecegueiro do Amaral
Newton Quintella (aposentado)
Paulo Dourado de Gusmão
Raphael Cirigliano Filho
Salvador Pinto Filho (aposentado)
Synésio de Aquino Pinheiro

TRIBUNAL DE ALÇADA CÍVEL

Carlos Alberto Torres de Mello
Fabiano de Barros Franco (aposentado)
Humberto Paschoal Perri
Luiz Eduardo Guimarães Rabello
Manoel Carpena Amorim

TRIBUNAL DE ALÇADA CRIMINAL

Ferdinando de Vasconcellos Peixoto (aposentado)
Jorge Alberto Romeiro Júnior
Paulo Gomes da Silva Filho

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(Em 30-06-1985)

Paulo Dourado de Gusmão
Presidente

Oswaldo Goulart Pires
1.º Vice-Presidente

Ivânio da Costa Carvalho Caiuby
2.º Vice-Presidente

Hermano Duncan Ferreira Pinto
3.º Vice-Presidente

Synésio de Aquino Pinheiro
Corregedor-Geral da Justiça

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Paulo Dourado de Gusmão
Oswaldo Goulart Pires
Ivânio da Costa Carvalho Caiuby
Hermano Duncan Ferreira Pinto
Synésio de Aquino Pinheiro
Paulo Joaquim da Silva Pinto
Felippe Augusto de Miranda Rosa
Joaquim Antônio de Vizeu Penalva Santos
José Domingos Moledo Sartori
Hélio Mariante da Fonseca

DESEMBARGADORES

Enéas Marzano
Synésio de Aquino Pinheiro
Felisberto Monteiro Ribeiro Neto
Ebert Vianna Chamoun
Olavo Tostes Filho
Graccho Aurélio Sá Vianna Pereira de Vasconcellos
Décio Ferreira Cretton
Raphael Cirigliano Filho
Paulo Dourado de Gusmão
Basileu Ribeiro Filho
José Carlos Barbosa Moreira
Paulo Joaquim da Silva Pinto
Oswaldo Goulart Pires
Ivânio da Costa Carvalho Caiuby
Antônio de Castro Assumpção
Wellington Moreira Pimentel
Abeylard Pereira Gomes
Hermano Duncan Ferreira Pinto
Cláudio Vianna de Lima
Newton Doreste Baptista
José Joaquim da Fonseca Passos
Nicolau Mary Junior
Pedro Américo Rios Gonçalves
Arnaldo Rodrigues Duarte
Jorge Fernando Loretti
Edgar Maria Teixeira
Eugenio de Vasconcellos Sigaud
Fabiano de Barros Franco
Polinício Buarque de Amorim
Felippe Augusto de Miranda Rosa
Décio Itabaiana Gomes da Silva
Fernando Celso Guimarães
Gustavo Almeida do Valle
Geraldo Arruda Guerreiro
Jésus Antunes de Siqueira
Luciano Humberto de Mendonça Belém
Carlos Haroldo Porto Carreiro de Miranda
Nelson Pecegueiro do Amaral
João Francisco
Sérgio Mariano
Enéas Machado Cotta
Joaquim Antônio de Vizeu Penalva Santos
Luiz Gonzaga Portella Santos
Alberto de Azevedo Costa Garcia
Waldemar Zveiter
Maria Stella Villela Souto Lopes Rodrigues
Renato de Lemos Maneschy
Emerson Santos Parente
Hyrton Xavier da Matta

Antônio Sampaio Peres
Luiz Fernando Whitaker Tavares da Cunha
José Domingos Moledo Sartori
Hélio Mariante da Fonseca
Narcizo Arlindo Teixeira Pinto
Áurea Pimentel Pereira
José Lisbôa da Gama Malcher
Flávio Luiz Pinaud
Francisco Eugênio Rezende de Faria
Antônio Carlos Amorim
Américo Augusto Guimarães Canabarro Reichardt
Áureo Benardes Carneiro
Thiago Ribas Filho
Júlio da Rocha Almeida

TRIBUNAL DE ALÇADA CÍVEL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(Em 30-06-1985)

Caetano José da Fonseca Costa
Presidente

Oswaldo Portella de Oliveira
Vice-Presidente

JUIZES

1.ª Câmara

Rui Octavio Domingues
Humberto Paschoal Perri
Yussif Salim Saker
Francisco Dower Perlingeiro Lovisi
Semy Glanz

2.ª Câmara

Celso Muniz Guedes Pinto
José Rodrigues Batalha de Matos
José Rodrigues Lema
Ederson de Mello Serra
João Carlos Pestana de Aguiar Silva

3.ª Câmara

Astrogildo de Freitas
Miguel Pachá
Aulomar Lobato da Costa
Luiz Murillo Fábregas da Costa
Itamar Barbalho

4.ª Câmara

Raul de San Tiago Dantas Barbosa Quental
Dilson Gomes Navarro Dias
Humberto de Mendonça Manes
Marden Gomes
Marcus Antonio de Souza Faver

5.ª Câmara

Manoel Carpena Amorim
Elmo Guedes Arueira
Antônio Lindberg Montenegro
Dalton Jesus Castro de Oliveira Costa
Geraldo da Silva Batista

6.ª Câmara

Anaudim Freitas
Luiz Eduardo Guimarães Rabello
Martinho Alvares da Silva Campos
Roberto Maron
Mauro Junqueira Bastos

7.ª Câmara

Paulo Roberto de Azevedo Freitas
Hilário Duarte de Alencar
Carlos Alberto Torres de Mello
Helvio Perorazio Tavares

8.ª Câmara

José Edvaldo Tavares
Amyntor Villela Vergara
Gustavo Alberto Itabaiana Gomes da Silva

TRIBUNAL DE ALÇADA CRIMINAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(Em 30-06-1985)

Dalmo Silva
Presidente

Genarino Carvalho
Vice-Presidente

JUÍZES

1.ª Câmara

José Lucas
Álvaro Mayrink
Wilson Santiago
Hélio Trindade
Jayme Boente

2.ª Câmara

Paulo Gomes
Adolphino Ribeiro
Menna Barreto
Rebello de Mendonça
Ulysses Valladares

3.ª Câmara

Romeiro Jr.
Mário Magalhães
Weber Batista
Bias Gonçalves
Egberto Tostes

4.ª Câmara

Lizardo de Lima
Malta Ferraz
Luiz Cesar
Emilio Carmo
Alyrio Cavallieri

SUMÁRIO

DOUTRINA

AFRANIO SILVA JARDIM — A imputação alternativa no Processo Penal 26

JORGE ALBERTO ROMEIRO — Crimes puramente militar e próprio militar. O perdão judicial no Código Penal Militar com um apelo ao Supremo Tribunal Federal 42

JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO — O motivo no ato administrativo 53

LUIZ ROLDÃO DE FREITAS GOMES — Da impossibilidade da prestação. Caso fortuito e força maior 65

PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO — Da tutela preventiva dos direitos difusos pelo Ministério Público 77

ROBERVAL CLEMENTINO COSTA DO MONTE — Os recursos no Processo Civil (oitava parte) 89

PARECERES

— Conflito de atribuição (Adolfo Borges Filho) 96

— Correlação entre acusação e sentença (Afranio Silva Jardim 99

— Testamento. Interesse de menor (Armando de Oliveira Marinho) .. 102

— Avocação de inquérito policial arquivado (Arthur Leonardo de Sá Earp) 106

— Ação rescisória (Eduardo Valle de Menezes Côrtes) 109

— Inquérito policial. Diligências complementares (Heitor Costa Junior) 116

— Regulamentação internacional da responsabilidade civil aeronáutica. **Franco Poincaré.** Cálculo (João Marcello de Araujo Junior) ... 123

— Ação declaratória de nulidade de deserdação (Leonardo Greco) .. 135

— Nulidade de testamento (Luiz Carlos de Araujo) 138

— Uso e ocupação do solo (Luiz Roldão de Freitas Gomes) 142

— Dívida de valor. Correção monetária e juros (Luiz Sergio Wigderowitz) 148

— Alienação judicial de bem comum indivisível (Marija Yrneh Rodrigues de Moura) 150

— Mandado de Segurança contra ato da Inspetoria Seccional de Fazenda Especializada (Maurício Caldas Lopes) 153

— **Notitia Criminis.** Investigação policial necessária (Paulo Cezar Pinheiro Carneiro) 158

— Apresentação de contra-razões na hipótese do art. 600, § 4.º do CPP (Sergio de Andréa Ferreira) 160

— Conflito de atribuição entre membros do Ministério Público (Sonia Simões Corrêa Fortes) 163

— Gravidez resultante de estupro. Aborto legalmente permitido (Wanderley de Andrade Monteiro) 165

JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA CÍVEL

Supremo Tribunal Federal

— Ação reivindicatória cumulada com perdas e danos. O acórdão recorrido reconheceu em favor dos réus a prescrição aquisitiva. Recurso extraordinário que merece acolhimento em parte, por ocorrer negativa de vigência aos artigos 169, inc. I e 170, inc. I, do Código Civil. Sem dúvida, os netos do testador, filhos dos recorrentes, é que se tornaram os verdadeiros fiduciários da parte disponível da herança, sendo que somente na morte deles é que tais bens passariam para Oswaldo Domingos Frugoli, pai dos recorrentes. Provimento em parte do recurso, a fim de que, afastada a prescrição aquisitiva em favor dos réus, prossiga a egrégia Câmara julgadora no julgamento da apelação, como for de direito (STF — Segunda Turma) 168

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

— **Deserdação.** O interessado na declaração de deserdação não precisa aguardar o prazo de quatro anos para propô-la, podendo fazê-lo no seu decorrer. O ônus da prova da veracidade da causa de deserdação incumbe ao herdeiro instituído ou àquele a quem aproveite a deserdação (Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro — 1.ª Câmara Cível) 179

Tribunal de Alçada Cível do Estado do Rio de Janeiro

— **Embargos à execução.** Seguro de vida. Havendo resistência da seguradora em pagar, justificada ou não, no caso pouco importa, deve o principal ser corrigido, incidindo, juntamente com os juros, a partir do dia em que o sinistro lhe foi comunicado. Só o depósito oportuno da quantia poderia liberar a seguradora da obrigação. Admitir o pagamento, anos após, pelo valor nominal implicaria em injustificado enriquecimento de uma parte, a seguradora, em detrimento do patrimônio do beneficiário do contrato de seguro. Além do mais, a correção não é pena, mas atualização do débito, e, ainda assim, em quantia inferior aos reais índices de inflação (Tribunal de Alçada Cível do Estado do Rio de Janeiro — 3.ª Câmara Cível) 180

JURISPRUDÊNCIA CRIMINAL

Supremo Tribunal Federal

— **Ação penal pública. Competência do Ministério Público. Ministério Público (legitimidade). Lei Complementar n.º 40/81, arts. 3.º, II e 55 (exegese).** Embora os arts. 3.º, II e 55 da Lei Orgânica do Ministério Público (Lei Complementar n.º 40/81) atribuam a inicia-

tiva da ação penal pública ao Ministério Público, todavia não afastam a legitimidade conferida à autoridade judicial, ou policial, pela legislação processual penal anterior, para atuar nos processos contravencionais e de rito sumário. Recurso extraordinário conhecido e provido (STF — 1.ª Turma) 182

— Comentário do Dr. Elio Fischberg 183

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

— Crime falimentar dos artigos 186, inciso VI e 188, inciso III. Falência processada sumariamente nos termos do art. 200 da respectiva lei. Desnecessidade da intimação pessoal dos falidos para os fins previstos no art. 106 da citada lei. Incompetência do Juízo criminal para anular na sentença o processo a partir da denúncia, sem conhecer do mérito. Provimento do apelo a fim de que seja proferida decisão que decida o mérito da ação penal (Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro — 2.ª Câmara Criminal) 186

Tribunal de Alçada Criminal do Estado do Rio de Janeiro

— Prescrição retroativa. Seu cabimento, mesmo havendo recurso do Ministério Público. Quando a hipótese é de não conhecimento de recurso do Ministério Público, porque a qualificadora que invoca para pedir o agravamento da pena do condenado — § 7.º, do art. 129, do Código Penal — não foi sequer mencionada na inicial, cabe a aplicação da regra do § 1.º, do art. 110 do Código Penal. No caso dos autos, ainda que a Câmara devesse conhecer e prover o recurso do Ministério Público, a pena do réu seria aumentada apenas de um terço, passando de três para quatro meses, sem alterar o prazo prescricional, que continuaria sendo de dois anos. Decretação de ofício da extinção da punibilidade do fato pela prescrição da pretensão executória da pena (Tribunal de Alçada Criminal do Estado do Rio de Janeiro — 3.ª Câmara Criminal) .. 190

ESTUDOS

— Estudo sobre os pressupostos processuais (Afranio Silva Jardim) 192

— O Direito Constitucional de defesa (Antonio José de Azevedo Pinto) 201

— Cabimento do processo de letra de câmbio sem aceite quando o sacador se confunde com o beneficiário (Jorge Joaquim Lobo) .. 206

— Tendências atuais no estudo do Direito Processual Civil (Marcio Klang) 210

ATUALIDADES

— Deliberações do Conselho Superior do Ministério Público 214

— Novos Procuradores de Justiça 218

— Novos Promotores de Justiça 218

— VI Congresso Nacional do Ministério Público 219

— Promotores de Justiça *Domingos Henrique Leal Braune* e *Elso Vaz* nomeados Assessores da Secretaria de Justiça e do Interior .. 220

— Promotor de Justiça *Hisashi Kataoka* nomeado Diretor do Instituto Penitenciário Plácido Sá Carvalho 220

— Promotor de Justiça *Jorge Joaquim Lobo* aprovado em Concurso promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil 220

— Promotora de Justiça *Maria Cristina Palhares dos Anjos* designada para compor Banca Examinadora da OAB do Brasil 220

— Regulamento do Concurso para a classe inicial da carreira do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro 221

— Concurso para Promotor de Justiça de 2.ª Categoria 230

— Aposentadorias: Procurador de Justiça Dr. Jorge Armando de Figueiredo Enne; Procurador de Justiça Dr. Mauro Azevedo; Procurador de Justiça Dr. Carlos de Novaes Vianna; Procurador de Justiça Dr. Claudio Anthero de Almeida; Procuradora de Justiça Dr.ª Marly Martin Mazzucchelli; Procurador de Justiça Dr. Antonio Ricardo dos Santos Neto; Promotor de Justiça Dr. Luiz Carlos Fernandes Modesto; Procurador de Justiça Dr. José Murad Lasmar; Procurador de Justiça Dr. Antonio Luiz Guimarães de Oliveira e Procurador de Justiça Dr. Carlos Octavio da Veiga Lima .. 231

— Falecimentos: Procurador de Justiça Dr. Luiz Fernando Cardoso de Gusmão e Procurador de Justiça Dr. Waldir de Mattos Siqueira 238

BIBLIOGRAFIA

— Herminio Alberto Marques Porto — *Júri* — (Heleno Claudio Fragoso) 240

— Jorge Medeiros da Silva — *Direito Penal Especial* (Heleno Claudio Fragoso) 240

— José Roberto Paredes — *A inquirição direta das testemunhas no Júri* (José Muiños Piñeiro Filho) 240

— Maria Célia Paoli, Maria Victoria Benevides, Paulo Sérgio Pinheiro, Roberto da Matta — *A violência brasileira* (Elizabeth Sussekind) 242

— Nelson Hungria e Heleno Fragoso — *Comentários ao Código Penal* (Nilo Batista) 243

LEGISLAÇÃO

Leis Federais

— Emenda Constitucional n.º 25 (Altera dispositivos da Constituição Federal e estabelece outras normas constitucionais de caráter transitório) 244

— Lei n.º 7.300, de 27 de março de 1985 (Equipara às empresas jornalísticas, para fins de responsabilidade civil e penal, as empresas cinematográficas) 247

— Lei n.º 7.313, de 17 de maio de 1985 (Fixa em oito horas a jornada de trabalho dos vigias) 248

— Lei n.º 7.316, de 28 de maio de 1985 (Atribui às entidades sindicais que integram a Confederação Nacional das Profissões Liberais o mesmo poder de representação dos sindicatos representativos das categorias profissionais diferenciadas, nas ações individuais e coletivas de competência da Justiça do Trabalho) 248

— Lei n.º 7.318, de 05 de junho de 1985 (Revoga o art. 26 da Lei n.º 6.032, de 30 de abril de 1974, que dispõe sobre o Regimento de Custas da Justiça Federal) 248

— Lei n.º 7.320, de 11 de junho de 1985 (Dispõe sobre antecipação de comemoração de feriados e dá outras providências) 249

— Lei n.º 7.324, de 18 de junho de 1985 (Cria a 13.ª Região da Justiça do Trabalho e o respectivo Tribunal Regional do Trabalho, institui a correspondente Procuradoria Regional do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho e dá outras providências) 249

— Lei n.º 7.325, de 18 de junho de 1985 (Altera a composição e organização interna dos Tribunais Regionais do Trabalho que menciona, cria cargos e dá outras providências) 253

— Decreto n.º 90.817, de 17 de janeiro de 1985 (Altera dispositivos do Regulamento do Custeio da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n.º 83.081, de 24 de janeiro de 1979) 254

— Decreto n.º 91.271, de 29 de maio de 1985 (Veda a concessão, por entidades estatais, de aval, fiança ou outras garantias) 275

— Decreto n.º 91.292, de 31 de maio de 1985 (Delega competência ao Ministro da Justiça e ao Procurador-Geral da República para a prática dos atos que indica) 276

— Decreto n.º 91.294, de 31 de maio de 1985 (Altera dispositivo do Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo Decreto n.º 85.450, de 4 de dezembro de 1980) 276

— Decreto n.º 91.305, de 03 de junho de 1985 (Altera dispositivos do Regulamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) .. 277

— Decreto-Lei n.º 2.232, de 21 de janeiro de 1985 (Dá nova redação ao art. 5.º do Decreto-Lei n.º 1.950, de 14 de julho de 1982) 280

— Decreto-Lei n.º 2.253, de 04 de março de 1985 (Altera dispositivos da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), relativos à filiação dos empregados das missões diplomáticas e repartições consulares estrangeiras e dos membros destas) 280

Leis Estaduais

— Lei Complementar n.º 44, de 30 de maio de 1985 (Substitui expressão no parágrafo único do Artigo 105, da Lei Complementar n.º 1, de 1975 — Lei Orgânica dos Municípios) 282

— Lei n.º 829, de 03 de janeiro de 1985 (Altera dispositivos do Código de Organização e Divisão Judiciárias e dá outras providências) 282

— Lei n.º 832, de 07 de janeiro de 1985 (Estabelece a obrigatoriedade à rede de serviços de saúde do Estado, do atendimento médico para a prática do aborto, nos casos previstos em lei) 299

— Lei n.º 838, de 24 de abril de 1985 (Dispõe sobre a criação e organização dos quadros de Juiz de Paz, não remunerados pelos cofres públicos, na Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências) 299

— Lei n.º 839, de 13 de maio de 1985 (Cria o Município de Arraial do Cabo, a ser desmembrado do Município de Cabo Frio) 301

— Lei n.º 841, de 14 de maio de 1985 (Altera dispositivos do Código de Organização e Divisão Judiciárias) 302

— Decreto n.º 7.988, de 04 de fevereiro de 1985 (Dispõe sobre o reajustamento das pensões e dos auxílios-reclusão concedidos pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro) 303

— Decreto n.º 8.133, de 03 de junho de 1985 (Altera dispositivos do Decreto n.º 3.149, de 28-4-80, que regulamenta o Título XI do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro) 304

Atos do Procurador-Geral de Justiça

— Resolução n.º 177, de 18 de janeiro de 1985 305

— Resolução n.º 179, de 31 de janeiro de 1985 307

— Resolução n.º 180, de 21 de fevereiro de 1985 308

— Resolução n.º 182, de 19 de março de 1985 309

— Resolução n.º 183, de 19 de março de 1985 309

— Resolução n.º 184, de 29 de março de 1985 310

— Resolução n.º 185, de 09 de abril de 1985 310

— Resolução n.º 186, de 18 de abril de 1985 310

— Resolução n.º 188, de 22 de maio de 1985 311

— Resolução n.º 189, de 11 de junho de 1985 312

LISTA DE ANTIGÜIDADE DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO 313

ÍNDICE DE AUTORES 319

ÍNDICE DE ASSUNTOS 323



DOUTRINA

COLABORAM NESTE NÚMERO

AFRANIO SILVA JARDIM — Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Direito, Professor de Direito Processual Penal da Faculdade Cândido Mendes (Centro), da Faculdade Brasileira (SUESC), das Faculdades Integradas Estácio de Sá (Curso de Especialização) e do Instituto de Direito Público da Fundação Getúlio Vargas — RJ e Professor de Teoria Geral de Processo da Faculdade de Direito da UERJ.

JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO — Promotor de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Professor Titular da Faculdade de Direito Estácio de Sá e Professor Titular da Faculdade de Direito Cândido Mendes (Ipanema).

LUIZ ROLDÃO DE FREITAS GOMES — Procurador de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e Professor de Direito Civil na UFF.

JORGE ALBERTO ROMEIRO — Ministro do Superior Tribunal Militar.

ROBERVAL CLEMENTINO COSTA DO MONTE — Procurador de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO — Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e Professor de Teoria Geral de Processo na Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ.

A IMPUTAÇÃO ALTERNATIVA NO PROCESSO PENAL (*)

AFRANIO SILVA JARDIM

I — Considerações gerais

A candente advertência de *Carnelutti* sobre a *"negligencia en torno al concepto de la imputación"* data de 1948. (1) Passadas três décadas, nada obstante, tem ela perfeita atualidade, pois a doutrina não vem demonstrando maior preocupação com o estudo teórico da imputação no processo penal.

A toda evidência, não pretendemos suprir esta lacuna. Este não é o nosso escopo. Neste trabalho pretendemos estudar tão-somente a tormentosa questão da imputação alternativa. Vale dizer, estreitamos ainda mais o objeto de nosso estudo.

Se a imputação como categoria genérica não mereceu um tratamento doutrinário mais profundo, que dizer da imputação alternativa, que importa numa abordagem específica e de detalhamento. Aqui, a doutrina é quase nenhuma.

Desta forma, se acentuam as nossas dificuldades, à míngua de fonte bibliográfica mais extensa. Os autores que tratam do tema, o fazem de forma indireta ou de passagem. Aproveitamos tal circunstância para, desde logo, justificar os nossos equívocos e imprecisões no trato de tema ainda não desbravado.

Importa salientar, outrossim, que o campo em que nos moveremos tem a sua delimitação vinculada à ação penal condenatória, o que não impede, entretanto, que muitos dos conceitos aqui emitidos se apliquem às outras espécies de ações penais.

Nas ações penais não condenatórias, assim como nas ações civis, a rigor, não há, necessariamente, uma imputação no sentido próprio. Nestas a *causa petendi* é composta pela alegação de um fato ou ato jurídico constitutivo do direito afirmado pelo autor. Em tais ações não se exige *a atribuição ao réu de uma determinada conduta*. Em outras palavras, a pretensão processual não decorre da imputação. Note-se, porém, que não estamos dizendo que nas ações penais não condenatórias não possa haver uma imputação, mas apenas que ela não lhes é essencial, e sim acidental ou eventual.

(*) Tese apresentada no VI Congresso Nacional do Ministério Público realizado em São Paulo. Junho de 1985.

(1) Trabalho publicado na *"Rivista di diritto processuale"*, nº I, p. 203 e no livro intitulado *Cuestiones sobre el proceso penal*, Buenos Aires, E.J.E.A., 1961, trad. *S. Sentis Melendo*, pp. 135/141.

2 — *Conceito de imputação*

Tratando-se de ação penal condenatória, o seu exercício pressupõe a formulação de uma acusação. Esta se compõe basicamente de dois elementos: a imputação e o pedido de condenação. Imputação e pedido de condenação formam a acusação. (2)

Dissemos alhures que o pedido do autor funciona como o objeto do processo, sendo uma manifestação de vontade dirigida à autoridade judiciária, requerendo uma atividade determinada. Conforme magistério de *Liebman*, invocado naquela oportunidade, todo o desenvolvimento do processo consiste em dar ao pedido o devido seguimento. Através do pedido, procura o autor fazer valer a sua pretensão sujeitando o réu ao processo. Exige o autor a prevalência de seu interesse, funcionando o pedido como exteriorização de uma determinada pretensão cujos contornos são delimitados pela imputação ou causa de pedir. (3)

Tendo em vista que o pedido na ação penal condenatória é sempre genérico, será a imputação que irá fixar o *thema decidendum*, ou seja, a própria extensão da prestação jurisdicional. Por isso, está integralmente certo o mestre José Frederico Marques, quando assevera:

> *"Na acusação, o que deve ficar perfeitamente caracterizado é o fato delituoso, uma vez que a sanção a ser imposta depende da qualificação jurídica dada a esse fato.*
>
> *Isto significa que a acusação contém pedido não específico no que tange com a graduação da pena e imposição de outras sanções cabíveis.*
>
> *Há, assim, verdadeiro pedido genérico na acusação. A denúncia contém pedido, na realidade, de aplicação da* **sanctio juris** *devida e adequada para o fato delituoso que a acusação descreve".* (4)

Na denúncia, esclarece o professor Tourinho Filho, o órgão do Ministério Público pede a condenação do réu. E, para pedi-la, obviamente, lhe deve imputar a prática de um crime. O fato criminoso, pois, é a razão do pedido de condenação, a *causa petendi*. (5)

---

(2) José Frederico Marques, *Tratado de Direito Processual Penal*, S. Paulo, 1980, Saraiva, 2º vol., p. 55.

(3) Afranio Silva Jardim, *Reflexão teórica sobre o processo penal*, trabalho a ser publicado na "Revista de Direito da P.G.J. do ERJ" e na "Revista de Direito Penal e Criminologia", nº 36, editada pela Forense.

(4) *Elementos de direito processual penal*, Rio, 1961, Forense, 2º vol., p. 152.

(5) *Processo penal*, S. Paulo, 1982, Saraiva, 6ª ed., 1º vol., p. 335.

A imputação, destarte, é a atribuição ao réu da prática de determinadas condutas típicas, ilícitas e culpáveis, bem como todas as circunstâncias juridicamente relevantes. (6)

Não nos parece correto dizer que a acusação penal limita-se à descrição de um fato típico e ao pedido de condenação. O artigo 41 do Cód. Proc. Penal exige que a denúncia ou queixa contenha "a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias", razão pela qual três hipóteses podem ocorrer:

a) o autor da ação, ao narrar os fatos circundantes da ação principal, faz uma imputação de conduta "criminosa", como quer a lei, ou seja, tipicidade, ilicitude e culpabilidade. A acusação é apta;

b) o autor narra somente a conduta principal, sem descrever as suas circunstâncias, que permitiriam examinar, em tese, a sua ilicitude e culpabilidade. Nesta hipótese, a peça acusatória deverá ser rejeitada por inépcia (art. 41, c/c. 564, inc. IV);

c) o autor, ao narrar as circunstâncias da conduta típica, acaba por atribuir ao réu uma ação lícita ou não reprovável e, neste caso, a peça acusatória não deve também ser recebida, nos termos do art. 43, inc. I, do Cód. Proc. Penal.

Concordamos mais uma vez com o prof. José Frederico Marques — autor que melhor tratou da matéria em nossa pátria — quando assevera que o "fato imputado consiste na descrição das modificações do mundo exterior relevantes para o Direito Penal e tudo que possa individualizá-lo. Integra, assim, o fato imputado todas as circunstâncias incidentais que sirvam para individualizar o caso concreto". (7)

Julgamos, ainda, que, além das "modificações do mundo exterior", também deve conter a imputação o conteúdo da vontade do autor da ação, dado indispensável para a configuração da sua tipicidade subjetiva. Embora o elemento volitivo se extraia dos fatos físicos, que servem para indiciá-lo, com eles não se confunde.

Note-se, ademais, que para a admissibilidade de acusação não basta a imputação de uma conduta típica, ilícita e culpável. É necessário que ela venha alicerçada por suporte probatório mínimo destes elementos, que deverão se encontrar no inquérito ou nas pe-

---

(6) Sobre o conceito de imputação, *Cfr.* Frederico Marques, *Elementos de direito processual penal*, 2.º vol., p. 153; *Carnelutti*, no trabalho citado na 1ª nota e *Gaetano Foschini, Sistema del diritto processual e penale, Milano*, 1965, *Giuffrè*, 2ª ed., 1º vol., pp. 93/94.

(7) *Elementos*, loc. cit., p. 242.

ças de informação. Veja-se a respeito o que deixamos dito no nosso trabalho intitulado *"Arquivamento e Desarquivamento do Inquérito policial"*, publicado na "Revista de Direito da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio" de n.º 19.

Cabe aqui um reparo à regra do art. 41 do Cód. Proc. Penal. A rigor, a denúncia deve conter mais do que uma mera "exposição" do fato criminoso com todas as suas circunstâncias. A peça acusatória deve conter uma imputação deste fato, vale dizer, *o autor deve atribuí-lo ao réu*. A mesma crítica vale ao artigo 229 do Projeto que se encontra em tramitação no Congresso Nacional.

Em verdade, consoante ensinamento de Frederico Marques, "a descrição do fato delituoso não é o conteúdo da imputação e sim o modo de especificar o seu objeto. A imputação não é a descrição, mas o ato de atribuir a alguém um fato que deve ser necessariamente descrito". (8)

Ainda na esteira do mestre paulista, podemos afirmar que a imputação se compõe dos seguintes elementos: a) descrição de fatos; b) qualificação jurídico-penal desses fatos; c) a atribuição dos fatos descritos a alguém.

3 — A relevância da imputação no processo penal

Na medida em que o pedido na ação penal condenatória é sempre genérico, conforme vimos acima, assume especial relevo a imputação no processo penal. Ela é o elemento que serve para a identificação das ações, seja no plano da litispendência, seja para efeito da coisa julgada.

Por outro lado, é a imputação que delimita a prestação jurisdicional, sendo imperativo que haja perfeita correlação entre a acusação e a sentença. Neste particular, se apresenta indesejável a regra do artigo 384, *caput*, do Cód. Proc. Penal, cuja constitucionalidade é duvidosa.

A exigência de imputações certas e bem delimitadas tem estreita ligação com os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa no processo (art. 153, §§ 15 e 16, da Const. da República). Para que tenhamos um processo regular, é indispensável que o réu saiba de que conduta ou condutas está sendo acusado, a fim de que possa eficazmente se defender.

É de relevo acentuar que a imputação refere-se não só à autoria imediata ou material, como também a todas as condutas penalmente relevantes. Em outras palavras, a peça acusatória deve conter imputação precisa também da autoria mediata e de

---

(8) *Elementos*, loc. *cit.*, p. 237.

todas as ações que caracterizem uma determinada forma da participação. Sobre este particular, remetemos o leitor para o trabalho de Frederico Marques denominado "Da acusação de co-autoria". (9)

De tudo isto decorre que a aceitação da chamada imputação alternativa deve resultar da constatação de que ela não viola todos estes princípios informadores do processo acusatório moderno. A sua admissibilidade deve ficar restrita às hipóteses que serão explicitadas posteriormente.

Lamentavelmente, o vigente Cód. Proc. Penal, através do seu artigo 384, além de dispensar o aditamento da denúncia quando houver *mutatio libelli* para beneficiar a defesa (regra que pode, no caso concreto, criar prejuízos irreparáveis para o acusado), chega a admitir a inusitada imputação implícita. Se o fato novo, surgido da prova colhida na instrução, estiver "contido implicitamente" na denúncia, mesmo que a desclassificação importar em pena mais grave, o legislador dispensou o aditamento.

Interessante notar que o reconhecimento desta forma implícita de realizar uma imputação no processo penal não tem merecido maiores críticas de nossa doutrina, parecendo, por uma questão de coerência, que ela também não se opõe à imputação alternativa, pelas razões expostas por *Luigi Sansò*, abaixo transcritas:

> *"Inammissibilità di una imputazione implicita non significa, peraltro, inammissibilità di una imputazione alternativa. La imputazione implicita è una non imputazione; la imputazione alternativa è una imputazione esplicita".*
>
> *"I fatti hanno da essere chiaramente descritti, chè, altriment, non v'ha una imputazione alternativa, ma una no Imputazione".* (10)

4 — A imputação alternativa

Diz-se alternativa a imputação quando a peça acusatória vestibular atribui ao réu mais de uma conduta penalmente relevante, asseverando que apenas uma delas efetivamente terá sido praticada pelo imputado, embora todas se apresentem como prováveis, em face da prova do inquérito. Desta forma, fica expresso, na denúncia ou queixa, que a pretensão punitiva se lastreia nesta *ou* naquela ação narrada.

---

(9) Sobre este tema particular, remetemos o leitor ao trabalho de Frederico Marques, "Da acusação de co-autoria", constante de seus *Estudos de direito processual penal*, Rio, 1960, Forense, pp. 149/151.

(10) *La correlazione tra imputazione contestata e sentenza, Milano*, 1958, *Giuffrè*, pp. 299 e 300.

Por outro lado, como veremos mais adiante, a alternatividade também pode-se referir ao sujeito ativo da infração penal, acarretando um litisconsórcio no pólo passivo da relação processual penal.

Como se percebe, a imputação alternativa é resultante de um quadro probatório relativamente incerto constante do inquérito policial. Afastamos a possibilidade de imputação alternativa lastreada em meras peças de informação. Neste caso, se há dúvida relevante, deverá ser requisitada ou requerida a instauração do inquérito policial, a fim de que o estado de incerteza possa ser removido.

Estando encerradas as investigações policiais, não havendo qualquer diligência a ser realizada, cumpre ao titular da ação penal formular a sua *opinio delicti*. Tratando-se de ação pública, informada pelo princípio da obrigatoriedade, deve o Ministério Público oferecer denúncia no prazo legal, desde que presentes as condições exigidas pelo sistema processual para o regular exercício da ação. Entrementes, casos há em que, embora não seja hipótese de arquivamento, perdura dúvida razoável sobre qual conduta fora realmente praticada pelo indiciado, ou qual indiciado praticou determinada conduta. Temos prova no inquérito de que se o indiciado não praticou esta conduta penalmente relevante fatalmente deve ter praticado aquela outra.

Para melhor ilustrar o que viemos de dizer, pomos um exemplo: suponha-se que um automóvel tenha sido roubado. Dois dias após, o indiciado é surpreendido dirigindo o veículo em circunstâncias absolutamente suspeitas. Ao depor no inquérito, entretanto, o indiciado nega a autoria do roubo, confessando que comprara o carro de um desconhecido, sabendo de sua origem criminosa. A descrição física do autor do roubo, feita pelo proprietário do automóvel, coincide com os caracteres do indiciado, que está respondendo a três processos pela prática de outros roubos de carros. Uma testemunha, que poderá esclarecer sobre a duvidosa autoria, somente retornará ao país dentro de quarenta dias.

Diante deste quadro probatório, o Ministério Público ofereceria denúncia imputando ao indiciado a prática do roubo do veículo ou da receptação dolosa. Uma só acusação, embora feita de forma alternativa. Aqui, o reconhecimento, por parte do juiz, de uma das condutas narradas na denúncia importará, necessariamente, na rejeição da outra conduta.

Salvo o Professor Frederico Marques, os autores pátrios não estudaram o tema que ora nos ocupa. O próprio mestre paulista nele não se aprofundou. A doutrina estrangeira também não é abundante nesta matéria. Normalmente, ela vem tratada de forma indireta, como possível solução para a questão da *determinación alternativa* ou *accertamento alternativo*, diante do princípio do *in dubio pro reo*.

Por este enfoque é que o moderno penalista alemão *Hans-Heinrich Jescheck* chega a aceitar expressamente a imputação alternativa, malgrado inexistir, no ordenamento positivo daquele país, regra expressa autorizando-a. Vamos aos ensinamentos do grande jurista tedesco, posto que longo o texto a ser transcrito:

> *"Existen otros casos, en cambio, en los que según el convecimiento del juez resulta evidente que el acusado, caso no haber cometido el hecho que se le acusa y que de acuerdo con el principio in dubio pro reo tuviera que haber asuelto, necesariamente debe haber cometido otro hecho determinado, cuya existencia, sin embargo, depende de que no haya cometido el primero. La cuestión el la de si puede castigársele por este otro hecho."*
>
> *"Un caso especial de determinación alternativa es la* **alternatividad simple de los hechos:** *aqui está clara la ley penal aplicable; no se sabe, sin embargo, con que clase de acciones ha sido infringida por el reo."* (11)

Após fazer um breve balanço na jurisprudência alemã, *Jescheck* examina o aspecto processual do problema, tornando claro que admite a imputação alternativa, *in verbis:*

> *"Tanto el principio in dubio pro reo como el problema de la determinación alternativa son cuestiones que interesan sobre todo al Derecho Procesal, pues en realidad se trata de resolver el problema de hasta qué grado deben determinarse las pruebas de los hechos suscitadas en el proceso para poder basar en ellas una condena."*
>
> *"La seguridad juridica en el ámbito procesal es decisiva para proteger el acusado. Por ello debe destacarse especialmente que la dos alternativas posibles estén ya fijadas en la querela y en la solicitud de apertura del judicio oral (§§ 264, 266 StPO) y que en caso necesario se indique al acusado la possibilidad de la condena alternativa (§ 265 StPO)."*(12)

Não deve impressionar a circunstância de o titular da ação penal tornar explícita a sua dúvida em relação a qual conduta efetivamente o acusado praticara. A dúvida a isto se resume, pois há firme convicção de que o imputado infringiu o preceito primário de uma norma penal incriminadora, determinável após a instrução contraditória.

---

(11) *Tratado de derecho penal,* Barcelona, 1981, ed. *Bosch,* tradução de *Mir Puig e Muñoz Conde,* vol. 1º, pp. 195 e 196.

(12) *Tratado de derecho penal* citado na nota anterior, 2º vol., p. 202.

Ademais, como se sabe, a petição inicial (denúncia ou queixa) nada mais é do que uma proposta, uma probabilidade. É o ato processual hábil a trazer ao Poder Judiciário a apreciação de um ou mais fatos, em razão dos quais se empreenderá profunda investigação processual. Afinal, caso perdure a incerteza, as regras sobre a distribuição do ônus da prova traçarão ao juiz o rumo seguro a ser seguido.

Mais adiante voltaremos a enfrentar a questão da admissibilidade da imputação alternativa diante do sistema processual vigente. Nesta oportunidade, vamos procurar especificar as várias espécies de imputação alternativa, pois, até o momento, viemos trabalhando sobre um exemplo clássico, que não esgota as várias alternatividades possíveis.

5 — *Espécies de imputação alternativa*

Casos há em que a área de incerteza, diante da prova do inquérito, está circunscrita apenas a certas circunstâncias e não à ação principal praticada. Em outras palavras: sabe-se que foi o indiciado o autor de determinado furto, mas há dúvida, por exemplo, se houve rompimento de obstáculo ou escalada para a prática do crime contra o patrimônio. No homicídio, pode existir dúvida se o indiciado o praticou por motivo fútil ou torpe, ou ainda, se foi praticado para facilitar execução ou assegurar vantagem de outro crime.

Sempre que circunstâncias do fato principal venham a ser elementos do tipo qualificado, podem dar margem à imputação alternativa, mais restrita, desde que haja incerteza ponderável entre certos motivos particularmente reprováveis, certos meios ou modos, ou fins colimados pelo sujeito ativo da infração penal.

Esta hipótese é bastante comum na prática do foro criminal. Entretanto, resolve-se a questão através de um expediente temerário e incorreto: o autor da ação penal imputa ao acusado tudo o que for possível, de forma cumulativa. Ao invés da alternatividade, postura sincera e ética, busca-se demonstrar uma certeza irresponsável, atribuindo-se ao réu, muitas vezes, circunstâncias que se excluem no caso concreto.

Desta maneira, relativamente aos fatos, podemos ter imputação alternativa ampla ou restrita, ambas de caráter objetivo.

Julgamos, outrossim, ser possível que a alternatividade se refira ao sujeito passivo da própria imputação. Pense-se na hipótese de incerteza da autoria de crime. Os indiciados se acusam reciprocamente, sendo a prova testemunhal também díspar. Nada obsta, em nosso entendimento, que a denúncia narre a conduta delituosa, atribuindo-a a um ou a outro dos indiciados, propondo-se o Ministério Público a provar, na instrução processual, que um dos denunciados merece a condenação pedida.

Vamos mais longe ainda. A alternatividade da imputação pode abranger não só o sujeito ativo, como a própria infração conjuntamente. Diante de um auto de prisão em flagrante por crime de resistência, podemos ter dúvida, diante do caso concreto, sobre a legalidade da ordem de prisão, por serem controvertidos os fatos. Nestes casos, havendo suporte probatório mínimo, se nos afigura razoável que a denúncia impute, alternativamente, ao preso o crime de desobediência e ao funcionário público que efetuou a insólita prisão o crime de abuso de autoridade, conforme autoriza a prova até então existente. Não fosse assim, somente após a absolvição de um, poderia o Ministério Público denunciar o outro, caso não estivesse consumada a prescrição. De uma forma ou de outra, cabe uma pergunta: quem deveria ser denunciado primeiro?

Tal imputação alternativa de caráter subjetivo é admitida expressamente por *Pasquale Saraceno*, em obra que já se tornou clássica na literatura jurídica:

> *"Credo pure che si possa esercitare l'azione penale contro più individui alternativamente indicati com colpevoli di un reato, ma solo nella fase della instruzione."*(13)

O próprio processualista peninsular cita precedente jurisprudencial que aceita este tipo de alternatividade até mesmo na fase final do procedimento escalonado italiano, dizendo:

> *"Nel senso che sia possibile anche il rinvio a giudizio di più persone ritenute alternativamente colpevoli di un reato, vedi la sentenza della S. C. sez. 11, 13. dic. 1937 (Pinna), in "Rev. It. di D. Penale", 1938, p. 376 con nota. Nella specie si trattava del rinvio a giudizio, por omicidio colposo, devanti al Tribunale di due persona, sulla considerazione che l'auto investitrice era guidata dall'una o dal'altra."*(14)

Partindo da hipótese concreta examinada pela jurisprudência italiana, lembramo-nos dos corriqueiros acidentes de trânsito, dos quais resultem lesões corporais culposas, sem que se saiba seguramente qual dos motoristas avançou o sinal vermelho do cruzamento. Aqui, a culpa de um excluirá a do outro. A imputação cumulativa é inteiramente despropositada e tecnicamente impossível. A solução será a imputação alternativa, buscando-se a certeza na instrução criminal. É lógico que, se a dúvida perdurar, ambos serão absolvidos, mas isto já é outra questão.

---

(13) *La decisione sul fatto incerto nel processo penale, Padova*, 1940, CEDAM, p. 293.

(14) Obra citada na nota anterior, p. 293.

Desta forma, temos duas espécies de imputação alternativa:

a) imputação alternativa objetiva;

b) imputação alternativa subjetiva.

A primeira espécie, por sua vez, pode ser subdividida em ampla e restrita. Por sua vez, a segunda espécie pode ser subdividida em simples ou complexa.

Por derradeiro, levando-se em linha de conta a fase processual, podemos, ainda, classificar a imputação alternativa em originária e superveniente. A primeira é feita na denúncia ou queixa e a segunda através de aditamento à peça vestibular, nos termos do parágrafo único do artigo 384 do Cód. Proc. Penal, conforme veremos a seguir.

6 — *A imputação alternativa através do aditamento à peça acusatória*

Embora até os dias de hoje tenha passado despercebido, parece-nos que o vigente Cód. Proc. Penal prevê expressamente um caso de imputação alternativa, embora superveniente e restrita.

Vejamos a regra do parágrafo único do artigo 384:

> *"Se houver possibilidade de nova definição jurídica que importe aplicação de pena mais grave, o juiz baixará o processo, a fim de que o Ministério Público possa aditar a denúncia ou a queixa, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública, abrindo-se, em seguida, o prazo de três dias à defesa, que poderá oferecer prova, arrolando até três testemunhas."*

Conforme se verifica pela conjugação deste parágrafo com o *caput* do artigo, tal aditamento somente se fará necessário se o fato novo não estiver contido, expressa ou *implicitamente* na peça acusatória. Assim, por incrível que possa parecer, o Cód. Proc. Penal admite imputação implícita, cuja constitucionalidade já colocamos em dúvida anteriormente.

Por outro lado, o *caput* do artigo 384 dispensa o aditamento se o fato novo, embora não esteja contido na denúncia (expressa ou tacitamente), possa levar o juiz a uma outra definição jurídica mais favorável ao réu. Aqui temos flagrantemente violado o salutar princípio da correlação entre acusação e sentença, pois permite-se a chamada *determinatión alternativa* ou *accertamento alternativo* sem uma correspondente imputação, ainda que para "beneficiar" o acusado.

Constatadas estas duas deficiências do sistema processual vigente, passemos à demonstração da existência legal da imputação

alternativa, diante da regra supratranscrita. Note-se que imputação alternativa é imputação expressa, não merecendo as críticas que acabamos de fazer.

Sem que tenha detectado o fenômeno jurídico de que estamos tratando, o Supremo Tribunal Federal deixou bastante claro que o aditamento a que se refere o comentado parágrafo único do artigo 384 não importa no desfazimento da imputação originária, constante da denúncia ou queixa (esta na hipótese do artigo 29 do Cód. Proc. Penal). Vale dizer, *mesmo que o Ministério Público adite a peça acusatória vestibular para nela incluir fato penalmente relevante que altere a tipicidade, não fica o magistrado impedido de condenar o réu pelo fato imputado anteriormente.* Neste sentido, é bastante elucidativa a ementa do acórdão:

> "**Habeas corpus.** *Denunciado o réu como incurso no artigo 171, do Código Penal, converteu o juiz o julgamento em diligência, em face do artigo 384, parágrafo único, do Cód. Proc. Penal, para que o Ministério Público pudesse aditar a denúncia, acusando o denunciado de infração ao artigo 297 do Cód. Penal. Na sentença, o réu foi condenado por infringir o artigo 171 do Cód. Penal. Exegese do artigo 384, parágrafo único do Cód. Proc. Penal. Nessa hipótese, não fica o juiz impedido de manter a primitiva definição da denúncia. O que a lei não quer é que o réu venha a ser condenado por fato do qual não haja tido oportunidade para se defender. No caso, não há falar em cerceamento de defesa ou prejuízo para a defesa do paciente. O juiz, na decisão, desprezou a classificação de crime de falsificação de documento público, feita no aditamento, para condenar o réu, por estelionato, segundo capitulação original da denúncia" (Rel. Ministro Néri da Silveira).*(15)

Este aresto do Pretório Excelso, a par de dar ao caso concreto a solução absolutamente correta, interpreta o art. 384, § único, do Cód. Proc. Penal no sentido de que dele pode surgir uma imputação alternativa, na medida em que o juiz, feito o aditamento, vai apreciar as duas condutas imputadas: a narrada na denúncia e a atribuída ao réu no aditamento. O acolhimento de uma das imputações levará, necessariamente, à rejeição da outra. Trata-se, pois, de imputação alternativa superveniente, e não imputação cumulativa.

Em seu escorreito voto, que mereceu acolhimento unânime, o eminente Min. Néri da Silveira transcreve o magistério de Eduardo Espínola Filho, no qual o renomado jurista assevera que a circuns-

---

(15) "Revista Trimestral de Jurisprudência do S.T.F.", vol. 104, p. 1.047.

tância de o legislador ter usado a expressão "possibilidade" significa que a imputação feita na denúncia permanece posta à consideração do juiz, pois "mesmo quando tenha sido feito o aditamento da denúncia ou queixa, poderá, não obstante, condenar o réu pela infração como definida na denúncia ou queixa, e, até, absolvê-lo". (16)

Também o acatado professor Fernando da Costa Tourinho Filho admite esta alternatividade que o aditamento outorga ao juiz: "ademais, bem pode acontecer que o juiz, quando da sentença, com ou sem novas provas, entenda ser mais ajustável à hipótese a primitiva capitulação", referindo-se ao art. 384, § único do Cód. Proc. Penal. (17)

O Projeto de Cód. Proc. Penal, ora em tramitação no Congresso Nacional, ainda é mais generoso que o sistema atual, vez que admite aditamento à denúncia também quando "a ação penal deva abranger, pelo mesmo crime, outros acusados não incluídos na denúncia", tornando possível até mesmo a imputação alternativa subjetiva superveniente. Vejam-se as regras do art. 233 e seus incisos do citado projeto.

Disto tudo pode-se extrair uma primeira conclusão: o atual Cód. Proc. Penal consagra a imputação alternativa restrita superveniente, através do aditamento à denúncia ou queixa. Isto não há de causar maior crítica, na medida em que o legislador, no *caput* do art. 384, chega a admitir imputação implícita e mesmo condenação por fato não imputado, ainda que implicitamente. A censura deve recair sobre estas duas últimas hipóteses, vez que, com o aditamento, o fato passa a ser atribuído ao réu, possibilitando o pleno exercício da defesa.

7. *Condições para a admissibilidade da imputação alternativa e os seus efeitos processuais*

O artigo 41 do Cód. Proc. Penal e o correspondente artigo 229 do Projeto n.º 1.655/83 não se apresentam como qualquer obstáculo à aceitação da imputação alternativa. Como vimos, o parágrafo único do art. 384 do diploma vigente é expresso em admitir tal forma de acusação penal. Entretanto, ainda encontramos algumas resistências doutrinárias e jurisprudenciais.

Os Juízes do Tribunal de Alçada do Estado de São Paulo, reunidos sob a coordenação da professora Ada Pellegrini Grinover, discutindo a questão da correlação entre a acusação e sentença, chegaram à seguinte conclusão: "A acusação deve ser determinada, pois

---

(16) *Código de Proc. Penal Anotado*, Rio, 1976, ed. Rio, tomo 2º, pp. 117/118, 4º volume da obra original.

(17) *Processo Penal*, S. Paulo, 1983, Saraiva, 6ª ed., 4º vol., p. 205.

a proposta a ser demonstrada há de ser concreta. Não se deve admitir denúncia alternativa, principalmente quando haja incompatibilidade lógica entre os fatos imputados". (18)

Data venia, ousamos discordar. Na imputação alternativa a acusação penal é determinada e os fatos são atribuídos ao réu de forma concreta. O réu sabe de que condutas está sendo acusado e delas pode amplamente se defender, apenas se amplia o *thema decidendum,* ao qual estará sempre vinculada a prestação jurisdicional.

Entretanto, um acórdão daquela Corte de Justiça é ainda mais contundente ao dizer: "denúncia alternativa é um aleijão que não tem guarida no nosso Direito Processual Penal". (18)

Nada obstante, ao relatar a apelação n.º 184.801, em 28-9-78, acolhendo de forma unânime o voto do eminente Juiz Silva Franco, o conceituado Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo admite a imputação alternativa, embora no caso concreto a tenha refutado. Consta do aresto a correta afirmação de que "a base da alternatividade reside na contingência em que se acha o Órgão do Ministério Público de, apesar de estar seguro de que o acusado violou uma norma penal, não ter certeza a respeito da norma penal em particular ofendida. O fato concreto mostra-se equívoco, apresentando elementos definidores de duas figuras típicas autônomas, sem que se possa indicar o infrator, desde logo, como incurso em um ou outro tipo. Isto ocorre, por exemplo, no caso do denunciado ter sido surpreendido na posse da coisa alheia sem que se tenha condições de estabelecer, de pronto, se a subtraiu ou se a recebeu, sabendo sua origem, do autor da subtração. Seria, nesta hipótese, tolerável uma imputação alternativa de furto ou de receptação". (19)

Mais uma vez vamos invocar o magistério autorizado de *Pasquale Saraceno,* talvez o autor que melhor tenha tratado da matéria. O mestre italiano, ao final de seu livro, que se tornou clássico, estuda os *"reflessi processuali del'accertamento alternativo",* oportunidade em que deixa dito:

> *"No credo che possa assere oggetto di scandalo un decreto di citazione emesso contra Tizio imputado di furto o di recettazione.".*
>
> *"Al contrario non vedo altro modo per risolvere sul piano processuale il problema dell'acertamento alternativo. Se l'alternativa non impedisse la pronunzia della condenna, non può, a maggior ragione, impedire neppure l'emissione di un mandato o il rinvio a giudizio".*

---

(18) *O processo constitucional em marcha — contraditório e ampla defesa,* S. Paulo, 1985, *Max Limonad,* p. 64.

(19) Obra citada na nota anterior, p. 89.

"Ma poichè l'imputato deve essere posto in condizioni di difendersi da tutte la possibili accuse, e poichè le accuse si suppongo tali che se è fondata l'una non può essere fondata l'altra, la contestazione non potrà essere fatta che in forma alternativa". (20)

O tantas vezes citado professor Frederico Marques também se mostra favorável à imputação alternativa. (21)

Cabe, neste passo, procurar explicitar quais as condições necessárias à admissibilidade da imputação alternativa, questão não enfrentada na doutrina de forma objetiva. Assumindo o risco de cometer alguma imprecisão ou omissão, dizemos que a imputação alternativa deve ser admitida nas seguintes hipóteses:

a) a denúncia ou queixa venha lastreada em inquérito concluído;

b) existam provas, ainda que leves, que justifiquem a dúvida sobre a real ocorrência deste ou daquele fato a ser atribuído alternativamente. A imputação alternativa terá de encontrar algum suporte probatório no inquérito, não podendo ser resultado de fértil imaginação do titular da ação penal;

c) os fatos imputados alternativamente devem ser certos e determinados, de modo a permitir o regular exercício do direito de defesa;

d) os fatos imputados alternativamente devem ser reciprocamente excludentes, sob pena de tornar cumulativa a imputação.

Cumpridos estes requisitos mínimos, não vemos como se possa sustentar que a imputação alternativa vá de encontro à estrutura do processo penal acusatório. Não trará qualquer prejuízo ao pleno exercício da defesa, que, inclusive, saberá tirar proveito da dúvida apontada pela própria acusação. Poderá impugnar os fatos também de forma alternativa, atenta ao princípio da eventualidade. A prestação jurisdicional estará batizada pelos fatos atribuídos ao réu na denúncia ou queixa, mantendo-se o princípio básico da correlação entre a acusação e a sentença. Tudo isto vale também para a imputação alternativa subjetiva.

Finalmente, importa esclarecer que os efeitos da coisa julgada penal cobrirão ambos os fatos atribuídos alternativamente ao réu, conforme ensina o já citado *Heinrich Jescheck: "El efecto de cosa juzgada de una determinación alternativa compreende todos los*

---

(20) *La decisione sul fatto incerto nel processo penale, Padova,* 1940, Cedam, pp. 291 e 292.

(21) *Elementos,* 2º vol., p. 154.

hechos punibles incluidos en ella". (22) É a consagração do princípio da economia processual, evitando-se morosa repetição de atos processuais e dispersão da prova. Através da imputação alternativa, permite-se que todos os fatos atribuíveis ao réu sejam examinados conjuntamente, bem como que todos os possíveis autores da infração sejam julgados simultaneamente. Neste último caso, ampliam-se os limites subjetivos da coisa julgada no processo penal.

8 — Conclusões

De tudo o que se expôs, podemos extrair as seguintes conclusões principais:

1) Não há qualquer dispositivo legal no vigente Cód. Proc. Penal ou no projeto em tramitação no Congresso Nacional vedando a admissibilidade da imputação alternativa;
2) também não se pode extrair tal vedação do sistema processual ou de seus princípios básicos;
3) na imputação alternativa há atribuição ao réu de fatos certos e determinados, embora o reconhecimento judicial de um exclua o reconhecimento do (s) outro (s);
4) não há como confundir imputação alternativa com imputação implícita;
5) se o próprio Cód. Proc. Penal chega a admitir a imputação implícita, ao tornar desnecessário o aditamento à denúncia se o fato novo estiver implícito na acusação, com maior razão não impede a imputação alternativa, que é expressa (art. 384, § único);
6) o parágrafo único do art. 384 prevê claramente uma imputação alternativa superveniente, vez que o juiz poderá condenar o réu, tanto pelo que consta originalmente na denúncia ou queixa, como pelo que lhe foi imputado no aditamento;
7) a imputação alternativa tanto pode ter como objeto os fatos como os possíveis sujeitos de uma mesma infração penal;
8) os limites objetivos e subjetivos da coisa julgada penal são ampliados em razão da imputação alternativa objetiva ou subjetiva, respectivamente, na medida em que se amplia o *thema decidendum;*
9) a imputação alternativa não prejudica o regular exercício do direito de defesa e nem viola o princípio da correlação entre a acusação e sentença.

---

(22) *Tratado de derecho penal*, 1º vol., p. 201.

BIBLIOGRAFIA

1. *Bettiol, Giuseppe, Sentenza penale di condenna ed accertamento alternativo dei fatti, "Riv. it. di Diritto Penale"*, 1935, págs. 463 e segs.

2. *Beling, Ernest, Derecho procesal penal*, Barcelona, 1943, Labor, trad. *Miguel Fenech.*

3. *Bellavista, Girolamo, Lezioni di diritto processuale penale, Milano*, 1979, *Giuffrè*, 5ª ed.

4. *Carnelutti, Francesco, Lecciones sobre el proceso penal*, Buenos Aires, 1950, EJEA, trad. *S. Sentis Melendo.*

5. ———, *Cuestiones sobre el proceso penal*, Buenos Aires, 1961, EJEA, trad. *S. Sentis Melendo.*

6. *Cordero, Franco, Procedura penale*, Roma, *Giuffrè*, 1979, 5ª ed.

7. *Dias, Jorge de Figueiredo, Direito Processual Penal*, Coimbra, ed. Coimbra, 1974.

8. *Espinola Filho, Eduardo, Código de processo penal anotado*, Rio, ed. Rio, 1976.

9. *Foschini, Gaetano, Sistema del diritto processuale penale, Milano, Giuffrè*, 1965, 2ª ed.

10. *Grinover, Ada Pellegrini*, (coordenação), *O processo constitucional em marcha*, S. Paulo, Max Limonad, 1985.

11. *Jescheck, Hans-Heinrich, Tratado de derecho penal*, Barcelona, 1981, ed. Bosch, trad. da 3ª ed. alemã por *Mir Puig* e *Muñoz Conde.*

12. *Leone, Giovanni, Tratado de derecho procesal penal*, Buenos Aires, 1961, EJEA, trad. *Sentis Melendo.*

13. *Maier, Júlio B. J., La ordenanza procesal penal alemana*, Buenos Aires, 1978, Depalma.

14. *Manzini, Vincenzo, Tratado di diritto processuale penale*, Torino, 1967, UTET, 6ª ed.

15. *Marques, José Frederico, Tratado de direito processual penal*, S. Paulo, 1980, Saraiva.

16. ———, *Elemento de direito processual penal*, Rio, 1961, Forense.

17. ———, *Estudos de direito processual penal*, Rio, 1960, Forense.

18. *Sansò, Luigi, La correlazione tra imputazione contestata e sentenza, Milano*, 1958, *Giuffrè.*

19. *Silva Jardim, Afranio*, "Reflexão teórica sobre o processo penal", trabalho publicado na "Revista de Dirfeito da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro" de nº 20.

20. ———, *"Arquivamento e desarquivamento do Inquérito policial"*, trabalho publicado na "Revista de Direito da PGJ do ERT nº 19".

21. *Saraceno, Pasquale, La decisione sul fatto incerto nel processo penale, Padova*, 1940, Cedam.

22. *Ottorino, Vannini, Manual di diritto processuale penale, Milano*, 1979, Giuffrè, 9ª ed., em colaboração com *Giuseppe Cocciardi.*

23. *Tourinho Filho, Fernando da Costa, Processo Penal*, S. Paulo, Saraiva, 1982, 6ª ed.

CRIMES PURAMENTE MILITAR E PRÓPRIO MILITAR. O PERDÃO JUDICIAL NO CÓDIGO PENAL MILITAR COM UM APELO AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (1)

Jorge Alberto Romeiro

Não somente durante o tempo de mais de um lustro, que oficiamos no Superior Tribunal Militar, na qualidade de Ministro, como também agora, após nossa aposentadoria, escrevendo, por encomenda da Livraria Saraiva, um *Curso de Direito Penal Militar,* a ser dado a lume brevemente, sentimos tão de perto, e melancolicamente, a grande deficiência de conhecimentos de Direito Penal Castrense em nosso país, a ponto de refletir-se na elaboração de suas mais recentes leis.

O quase nada existente desse importante ramo do Direito Penal em nossa literatura jurídica está inteiramente defasado. Impõe-se, pelo menos, atualizá-lo!

Eis um aspecto importante do nosso Direito Penal Militar, que, por través uma exposição de sua moderna doutrina e criticando textos legais, pretendemos focalizar, mirando, dentro no louvável e muito oportuno propósito do Instituto dos Advogados deste Estado, a incentivar o seu estudo.

Comecemos pelo próprio conceito de crime militar.

Reza a Constituição Federal, no art. 129 e seu § 1.º, *apertis verbis:* "À justiça militar compete processar e julgar, nos *crimes militares definidos em lei,* os militares e as pessoas que lhe são assemelhadas. § 1.º — Esse foro especial estender-se-á aos *civis, nos casos expressos em lei,* para a repressão de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares."

Esse mandamento constitucional deixa fora de quaisquer dúvidas que, atualmente, no Brasil, o critério único para conceituar-se o crime militar é o que deflui da lei, o denominado critério *ratione legis.*

Como diz bem *Pontes de Miranda,* em escólio a esse mandamento da nossa *Lex legum,* nos seus *Comentários à Constituição de 1967, com a Emenda n.º 1, de 1969* (São Paulo, 1974, vol. IV, pág. 237) — "a lei pode ir muito longe na militarização dos delitos", pois crime militar é o que ela define como tal.

Doutrina excogitada por *Pietro Vico,* o *sacerdos magnus* do Direito Penal Castrense, em sua assaz notável obra *Diritto Penale Militare (Milano,* 1917, págs. 85/86), distingue os crimes militares *ratione legis* em duas categorias: a dos crimes exclusiva, essencial ou puramente militares e a dos crimes objetiva ou acidentalmente militares, ditos também mistos.

---

(1) Conferência pronunciada, a 9-5-86, no Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, encerrando Curso de Direito Penal e Processual Penal Militar.

Os primeiros seriam os que lesariam bens e interesses jurídicos tutelados exclusivamente pela lei penal militar, enquanto que os segundos ofenderiam bens e interesses jurídicos tutelados concomitantemente pela lei penal militar e pela lei penal comum.

Essa doutrina enforma, na Itália, o art. 37 do *Codice Penale Militare di Pace* de 1941, que dispõe: "Qualquer violação da lei penal militar é crime militar. É crime exclusivamente militar o caracterizado por um fato que, nos seus elementos materiais constitutivos, não é, totalmente ou em parte, previsto como crime pela lei penal comum"; e tem aceitação universal, como se verifica perlustrando, da França, o *Traité de Droit Pénal et de Criminologie (tome I, Paris,* 1970, pág. 244) de *Pierre Bouzat* e *Jean Pinatel,* e *Analyse et Commentaire du Code de Justice Militaire (Paris,* 1966, pág. 299) de *Paul-Julien Doll;* de Portugal, o Código de Justiça Militar (Coimbra, 1979, págs. 13 e seg.) de *Villa Nova, Luciano Patrão, Cunha Lopes* e *Castel — Branco Ferreira,* e o *Direito Penal Português* (vol. I, 2.ª ed., Lisboa — São Paulo, 1982, n.º 88, pág. 228) de *Manuel Cavaleiro de Ferreira;* da Argentina, o *Derecho Penal Militar (Buenos Aires,* 1980, pág. 206) de *Zaffaroni* e *Cavallero;* do Chile, o excelente *Derecho Penal Militar (Santiago,* 1974, págs. 86/87) de *Renato Astrosa Herrera;* do Uruguai, o *Derecho Penal Militar Uruguayo* (tomo I, *Montevideo,* 1980, págs. 63/65) do Prof. *Fernando Bayardo Bengoa* e de outros países mais, seus tratados de Direito Penal Militar.

Segundo a doutrina exposta, nosso Cód. Penal Militar contemplaria os *crimes puramente militares* no inciso I do art. 9.º, *in verbis:* — "Consideram-se crimes militares, em tempo de paz: I. os crimes de que trata este Código, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, *qualquer que seja o agente,* salvo disposição especial". Como exemplos dos *crimes puramente militares,* previstos pela primeira parte desse inciso, indicamos os de dano culposo (art. 266; o Cód. Penal comum só cogita de dano doloso) e de fazer desaparecer coisas (arts. 259 e 265). E dos crimes referidos pela segunda parte, os de desrespeito a superior (art. 160), insubmissão (art. 183), deserção (art. 187) e de dormir em serviço (art. 203).

A cláusula final do inciso: *"qualquer que seja o agente, salvo disposição especial",* diz respeito a certos crimes que só podem ter um determinado agente, como, a deserção, um militar e, a insubmissão, um civil convocado.

Os crimes *acidentalmente militares* seriam os mencionados no inciso II do mesmo art. 9.º: — "crimes previstos neste Código, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum". *In exemplis,* os crimes de homicídio (arts. 205 do Cód. Penal Militar e 121 do Cód. Penal comum), calúnia (arts. 214 do Cód. Penal Militar e 138 do Cód. Penal comum) e furto (arts. 240 do Cód. Penal Militar e 155 do Cód. Penal comum).

O inciso III do artigo focalizado compreenderia as duas categorias de crimes militares: — "os crimes praticados por *militar da reserva ou reformado, ou por civil* contra as instituições militares, considerando-se como tais não só os compreendidos no inciso I, como os do inciso II".

Em tempo de guerra, seriam *crimes puramente militares* os previstos pelo art. 10 do Cód. Penal Militar em seus incisos I ("os especialmente previstos neste Código para o tempo de guerra") e II, ("os crimes militares previstos para o tempo de paz") combinado com o inciso I do art. 9.º, que define crimes puramente militares, como já vimos. E crimes *acidentalmente militares* os referidos nos incisos III ("os crimes previstos neste Código, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum ou especial... *qualquer que seja o agente")* e IV ("os crimes definidos na lei penal comum ou especial, embora não previstos neste Código quando praticados em zona de efetivas operações militares ou em território estrangeiro militarmente ocupado").

Das denominações doutrinárias para as duas categorias focalizadas de crimes militares: — *exclusiva, essencial* ou *puramente militares* e *objetiva* ou *acidentalmente militares* ou *mistos* — apenas a de *crime puramente militar* figurou em nosso direito positivo, como designativa de crimes previstos com exclusividade pelas leis penais castrenses. Encontramo-la nos Códigos Criminal do Império de 1830 (art. 308), de Processo Criminal de 1832 (art. 8.º), Penal de 1890 (art. 6.º: "os *crimes puramente militares,* como tais declarados nas leis respectivas"), Lei n.º 2.416, de 1911 (art. 2.º, V, a) e Decreto-Lei n.º 394, de 1938 (art. 2.º, VII, *a*), os dois últimos diplomas legais relativos à extradição.

De lege lata não mais é encontrada em nosso país a expressão *crime puramente militar.* Só tem guarida, como as demais referidas, *de lege ferenda.*

Todavia, essas duas categorias de crimes militares, atualmente só rotuladas em doutrina, não são, por esse motivo, acadêmicas, líricas, nefelibáticas, como possam parecer. Têm importante relevância prática.

Os *crimes puramente militares,* só definidos nas leis militares, por violarem exclusivamente deveres militares, turbando a organização das milícias, das Forças Armadas, têm a mesma finalidade delas, que é a segurança do Estado, fim indiscutivelmente de natureza política. Por esse motivo, assemelham-se aos crimes políticos, que não lesam um interesse geral da humanidade, como fazem os crimes comuns, mas o particular de cada um dos Estados. Daí, igualmente aos crimes políticos, não serem passivos de extradição em direito penal internacional, por não considerados crimes *iuris gentium.* E, no direito interno, as condenações transitadas em julgado por esses crimes não importarem em reincidência nas condenações posteriores por crime comum.

Querendo dizer isso, no que pertine à reincidência, a Nova Parte Geral do Código Penal comum (Lei n.º 7.209, de 1984), numa demonstração de inteiro alheamento, pelo legislador, da doutrina de Direito Penal Castrense que acabamos de expor, foi de uma infelicidade total ao rezar no art. 64, inciso II: — "Para os efeitos da reincidência... não se consideram os *crimes militares próprios* e os políticos."

Ora, crimes próprios *(Standesdelikte, reati propri, delitos próprios)* são aqueles que, na melhor doutrina, somente certas pessoas podem ser autoras *(nur bestimmte Personem in Täterschaft begehen konnen)*, como acentua *Reinhard Frank*, em seu *Das Strafgesetzbuch für das Deutsche Reich (Tübingen*, 1908, pág. 81). São aqueles crimes cuja tipicidade exige uma determinada qualidade ou condição pessoal no agente, como a de funcionário público, médico, mãe (no crime de infanticídio) e, no assunto versado, a de militar. (2)

Assim, a denominação *crimes militares próprios*, proveniente do direito romano: — *proprium militare est delictum quod quis uti miles admittid* (crime próprio militar é o que alguém comete como soldado) — e defluente da combinação dos critérios *ratione personae* e *materiae*, não expressa o *crime puramente militar* surgido do critério *ratione legis* adotado pelo nosso Cód. Penal Militar. Segundo ele, tanto o militar como o civil podem praticar crimes militares: — *"qualquer que seja o agente*, salvo disposição especial", declara, *apertis verbis*, o já focalizado inciso I do art. 9.º do Cód. Penal Militar. E *crime militar próprio* é o só praticado por militar.

A se interpretar ao pé da letra o inciso II do art. 64 do Código Penal comum, a condenação por crime de insubmissão (art. 183), de que só o civil convocado pode ser agente (art. 9.º, I, última par-

---

(2) *A. Quintano Ripollés e Johana Hellpern de Quintano, Diccionario de Derecho Comparado (Alemán — Español) Madrid*, 1951, págs. 474 e 485; *Ermin Briessmann, Beck-Rechtslexika: Straffrecht und Strafprozess, München*, 1970, pág. 138. *Schoenke — Schroeder, Strafgesetzbuch Kommentar, München*, 1978, §§ 13 ff *Vorbem* 132, pág. 168; *Günter Stratenwerth, Straffrecht, Allgemeiner Teil I, Koeln-Berlin-Bonn-München*, 1981, § 8º, nº 202, pág. 81; *Dreher — Troendle, Strafgesetzbuch, München*, 1978, *vor* § 1º, 35, pág. 16; *Hans — Heinrich Jescheck, Lehrbuch Strafrechts Allgemeiner Teil, Berlin*, 1982, § 26, pág. 213; *Giuseppe Bettiol, Sul Reato Próprio, Milano*, 1939, págs. 12 e segs.; e *Giuseppe Maggiore, Diritto Penale, Bologna*, 1949, vol. I, Tomo I, pág. 228: — "Crimes por sujeito indiferente *(soggetto indifferente)* e crimes por sujeito qualificado *(soggetto qualificado)*. Os primeiros são aqueles que podem ser cometidos indiferentemente por qualquer pessoa, para os quais a lei usa a fórmula *aquele que (chiunque)*; os segundos são os que podem ser cometidos somente por *determinadas* pessoas, porquanto supõem no agente uma particular qualidade natural (mulher), familiar (esposa, tutor, etc.) ou social (comerciante, encarregado de serviços públicos, ofícios públicos, etc.). Os alemães usam para estes últimos a denominação *Sonderverbrechen, Standesverbrechen*, que alguns traduzem, italianamente, com o adjetivo próprio *(delictum proprium)*. Tal denominação é, de qualquer maneira, mais precisa e técnica do que a de crime especial *(reato speciale)*, usada por outros escritores *(Manzini)*, porque este reclama o crime previsto por leis especiais."

te), e de dano culposo, só existente no Cód. Penal Militar (art. 266), quando praticado por civil, poderia determinar a reincidência em posterior condenação por crime comum, o que importaria numa clamorosa injustiça. Pois *crimes militares próprios* são só os praticados por militares.

Atribuímos a malsinada redação do dispositivo criticado ao desconhecimento da doutrina do direito penal castrense e de suas expressões técnicas, como a de *crime puramente militar,* há muito não mais encontrada em nosso direito positivo. E também a desavisadas leituras de autores italianos e alemães (em original ou traduções) por nossos penalistas, entre os quais, como tive oportunidade de verificar, figuram os mais eminentes. Na Itália e na Alemanha, onde o civil só comete crime militar em co-autoria com o militar, e o § 1.º da *Wehrstrafgesetz* (Lei Penal Militar) da Alemanha Ocidental diz isso expressamente, todos os *crimes puramente militares* são *próprios,* aliás, todos os crimes militares, pela combinação dos critérios *ratione personae* e *materiae,* o que não acontece no Brasil, onde o civil comete crime militar independentemente de co-autoria.

Na Itália, os crimes de insubmissão — único crime militar que só o civil e não o militar pode praticar — não são sequer processados e julgados pela Justiça Militar em tempo de paz, uma vez que não são *commessi da appartementi alle Forze armate,* na forma do art. 103, última parte, da *Costituzione della Repúbblica Italiana.* Nem o insubmisso *(renitente alla leva)* se beneficia com o decreto de anistia para crimes militares, conforme a jurisprudência de sua *Corte Suprema di Cassazione.*

Confiamos, entretanto, em que, alertada, a esclarecida jurisprudência de nossos tribunais corrija o Código Penal comum, mandando que se leia *crimes puramente militares* onde está escrito *crimes próprios militares.*

Esse malsinado inciso II do art. 64 da Nova Parte Geral do Código Penal comum mirava a corrigir a redação do art. 47 da revogada Parte Geral (redação dada pela Lei n.º 6416, de 24-5-71), que assim dispunha: — "Para efeito de reincidência, não se consideram os *crimes militares* ou puramente políticos".

A expressão *crimes militares* do revogado dispositivo não só abrangia os crimes *puramente militares* como os *mistos.* Assim, se um militar da ativa matava outro militar da ativa, sendo esse homicídio um *crime militar,* embora não *puramente militar,* assemelhado ao crime puramente político, não acarretava a reincidência na Justiça comum, o que constituía evidentemente um absurdo.

Mas da forma como foi redigido o inciso II do art. 64 da Nova Parte Geral do Código Penal comum, aludindo a *crimes militares próprios,* além de acarretar as injustiças já mencionadas, com relação aos civis, na esfera da Justiça Militar federal, pelo menos, na área da Justiça Militar estadual, não corrigiu coisa alguma.

Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a Justiça Militar Estadual só é competente para aplicar o Cód. Penal Militar aos integrantes das Polícias Militares e não a civis, na forma da Constituição Federal (art. 144, § 1.º, *d*). Então, pelo menos, na área da Justiça Militar Estadual, o crime militar é um *crime próprio,* porque só pode ser praticado por policiais militares e chegaríamos ao mesmo absurdo que a Nova Parte Geral do Código Penal comum pretendeu corrigir.

Se um soldado da ativa da Polícia Militar mata outro soldado da ativa de sua corporação, esse homicídio não gera a reincidência no âmbito da Justiça Comum, porque o crime militar julgado pela Justiça Militar Estadual é *próprio.* Só pode ser praticado por militares integrantes da Polícia Militar Estadual.

Acreditamos que, também pelo desconhecimento do sentido técnico da expressão *crimes puramente militares,* o legislador da Lei n.º 6.815, de 19-8-80, que "define a situação do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências", não haja excluído expressamente da extradição os ditos crimes, como fez com os crimes políticos, quebrando, assim, uma nossa tradição jurídica.

Essa omissão, entretanto, não tem qualquer importância prática, uma vez que a Lei n.º 6.815, de 1980, não revogou, nem impedirá que os tratados e convenções internacionais de que o Brasil é ou venha a ser participante proíbam a extradição dos crimes puramente militares, na forma da melhor doutrina e regras de direito internacional, que não os considera crimes *iuris gentium,* assimilando-os aos crimes políticos, como já esclarecemos.

Uma única exceção em direito internacional sofre a proibição da extradição dos *crimes puramente militares.* É a referente à dos crimes de deserção de marinheiros, mirando aos altos interesses universais da navegação.

A entrega de marinheiros, porém, como assinalam juristas de prol, como o nosso internacionalista *Hildebrando Accioly, Luis Gimenez de Asúa, Pierre Bouzat* e *Jean Pinatel,* não constitui propriamente um ato de extradição. É feita através de um processo sumário, como medida de polícia marítima, executada por cônsules e autoridades locais. Entrega essa geralmente não prevista nos tratados de extradição, mas em convenções de amizade, comércio e navegação.

Instituto jurídico, figurante no Cód. Penal Militar, importando em grande injustiça para os seus beneficiários e cujos contornos doutrinários são inteiramente desconhecidos da maioria de seus aplicadores, é o do perdão judiciário.

Na prova escrita do último concurso, realizado pelo Superior Tribunal Militar, para o preenchimento do cargo de Advogado de Ofício, de cuja banca examinadora participamos, todos os candidatos, à exceção apenas de dois, indicaram, como prevendo o perdão judi-

ciário no Cód. Penal Militar, os dispositivos dos crimes de lesão levíssima (art. 209, § 6.º), do furto em que o agente é primário e de pequeno valor a *res furtiva* (art. 240, §§ 1.º e 2.º) e outros (arts. 250, 253, 254, parágrafo único, 260, parágrafo único, e 313, § 2.º), os quais permitem ao juiz considerar a infração como disciplinar. E o mais grave é que o fizeram com respaldo em decisões da Justiça castrense.

Ora, quando o juiz considera a infração como disciplinar, ele absolve o acusado do crime, enviando o processo para a instância administrativa sem vincular absolutamente a decisão dela, que pode punir ou não o militar, pois as responsabilidades penal e disciplinar são distintas e independentes. E, quando concede o perdão judicial, o juiz julga extinta a punibilidade. Não absolve nem condena o acusado. Reconhece existente e provado o crime, mas deixa de aplicar a pena por motivos de política criminal, que adiante exporemos.

Se reconhece existente e provado o crime, evidentemente, não absolve o acusado!

O único caso de perdão judicial, previsto pelo Cód. Penal Militar, figura no parágrafo único do art. 255, que pune o crime de receptação culposa, *in verbis:* — "Se o agente é primário e o valor da coisa não é superior a um décimo do salário mínimo, o juiz pode deixar de aplicar a pena".

O juiz pode deixar de aplicar a pena, após verificar existente e provado o crime. Não absolve, portanto, o acusado do crime, como quando o desclassifica para infração disciplinar. Julga extinta a sua punibilidade, pela renúncia do Estado à *pretensão punitiva.*

Se, até a entrada em vigor da nova Parte Geral do Código Penal comum, podiam ser compreendidas as dúvidas sobre se o juiz, ao conceder o perdão judicial, absolvia, condenava ou julgava extinta a punibilidade, hipótese esta última sempre por nós sustentada, essas dúvidas foram por ela espancadas, rezando no art. 107, inciso IX: — "extingue-se a punibilidade pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei" — e no art. 120: — "a sentença que concede perdão judicial não será considerada para efeitos de reincidência".

A grande finalidade do perdão judicial é a de não macular a folha de antecedentes penais do delinqüente primário, mantendo-a limpa, com a extinção da punibilidade pela renúncia do Estado à *pretensão punitiva.*

É a de incentivar, pela sua não condenação, a sã vaidade de honra e dignidade ostentada por todo aquele que ainda não sofreu qualquer punição e tem *in albis* sua folha de antecedentes penais. O grande mestre italiano Professor *Vincenzo Manzini,* ao expor esse fundamento, o faz até com entusiasmo, pondo em confronto o criminoso perdoado judicialmente com o condenado em gozo do *sursis.* O primeiro tem grande interesse em conservar a sua incensurateza,

o segundo, embora fora do cárcere, sabe já a haver perdido, o que é de grande alcance psicológico, a fim de impedir no perdoado a reincidência.

A finalidade do perdão judicial é ainda, por efeito rebote, despertar no perdoado um sadio sentimento de bondade pois, salvo raras exceções, a indulgência determina também na generalidade dos indivíduos, por uma espécie de mimetismo psicológico, sentimentos reflexos de altruísmo, evitando o crime.

É a aplicação, enfim, do conhecido axioma, enunciado por *Karl Binding*, de que o Estado só deve assumir um mal para afastar outro maior, impondo-se assim só se servir da pena quando o mal da impunidade for maior que o da punição *(wenn das Übel der Nichtbestrafung für ihn noch grösser wäre als das der Bestrafung).*

A razão, porém, desse desacerto da Justiça castrense em apontar no Cód. Penal Militar o perdão judicial, deflui de um outro desacerto, este legal, o do art. 439 do Código de Processo Penal Militar que, entre as causas de absolvição, inclui, por um equívoco que vamos explicar, a extinção da punibilidade.

Dispõe o art. 439 do código referido, *in verbis:*

"O Conselho de Justiça absolverá o acusado, mencionando os motivos na parte expositiva da sentença, desde que reconheça:

a) *estar provada a inexistência do fato, ou não haver prova da sua existência;*

b) *não constituir o fato infração penal;*

c) *não existir prova de ter o acusado concorrido para a infração penal;*

d) *existir circunstância que exclua a ilicitude do fato ou a culpabilidade ou imputabilidade do agente (arts. 35, 39, 42, 48 e 52 do Código Penal Militar);*

e) *não existir prova suficiente para a condenação;*

f) **estar extinta a punibilidade.**

A extinção da punibilidade, como é por demais sabido, não abrange somente a *pretensão punitiva* (ou a *ação penal*, como erradamente se costuma dizer), mas também a *pretensão executória da pena imposta* por uma condenação. Basta que se atente às causas de extinção da punibilidade elencadas no art. 123 do Código Penal Militar, como, *v.g.*, o indulto e a prescrição. Com relação a esta, diz mesmo, expressamente, o código citado em seu art. 124: — "A prescrição refere-se à ação penal (deveria dizer *pretensão punitiva*, pois a ação não prescreve!) ou à execução da pena".

Ora, como é possível ser absolutória a sentença que julga extinta a execução de pena imposta em virtude de uma condenação, subsistindo todas as conseqüências desta, como a possibilidade de reincidência, na hipótese de nova condenação, pagamento de custas, lançamento do nome do condenado no rol dos culpados, etc.?

No caso de extinção da punibilidade pelo indulto também perduram os efeitos da condenação. Como, pois, falar-se em absolvição?

A malsinada letra *f* do art. 439 do Código de Processo Penal Militar foi inadvertidamente copiada do *Codice di Procedura Penale* italiano de 1930, onde a extinção da punibilidade, ali denominada extinção do crime *(estinzione del reato),* é decretada através de uma *sentenza di proscioglimento.*

Mas, apesar de os dicionários italianos — portugueses traduzirem por *absolvição* o vocábulo *proscioglimento,* não é este o seu exato sentido na técnica processual do código italiano.

A expressão *proscioglimento* do vigente Código de Processo Penal italiano, cmo se verifica da conjugação de seus arts. 17, 152, 378, 381, 421 e 479, e assinala *Carnelutti,* em suas *Lezioni sul Processo Penale* (trad. de *Santiago Sentis Melendo,* Buenos Aires, 1950, vol. I, pág. 153), é bem mais ampla que *absolvição,* abrangendo não somente a esta, mas a todas as formas de liberação do acusado, como, entre outras, a extinção da punibilidade.

Processualmente, a tradução exata de *proscioglimento* é liberação do acusado.

O art. 479 do Código de Processo Penal italiano é, aliás, bem claro a respeito, ao dispor sobre a *sentença di proscioglimento.* Ela pode ser: a) **"Di assoluzione,** *se il fatto non sussiste, se l'imputato non lo ha comesso, se si tratta di persona non imputabile, o di persona non punibile perchè il fatto non costituisce reato o per un'altra ragione";* ou b) **"Di non doversi procedère,** *se il* **reato è estinto** (c.p. art. 150-159), *se l'azione non avrebbe potuto esse iniziata o se l'azione penale non può essere proseguita".*

Como se vê, a sentença de absolvição não extingue a punibilidade ou o crime na técnica do Código de Processo Penal italiano. São sentenças diversas, embora ambas *di proscioglimento,* as de absolvição *assoluzione* e de extinção da punibilidade *(di non doversi procedère).*

Dissemos, também, que o parágrafo único do art. 255 do Código Penal Militar, que prevê o perdão judicial para a receptação culposa, foi estruturado com grande injustiça para os seus beneficiários. E a razão é a seguinte:

Aos casos de recepção dolosa (art. 254, parágrafo único) é aplicado o disposto nos §§ 1.º e 2.º do art. 240, que permitem ao juiz considerar a infração como disciplinar, ou seja, absolver o acusado,

como já visto, quando seja ele primário e o valor da coisa não for superior a um décimo da quantia mensal do mais alto salário-mínimo no País ou, ainda, seja a coisa restituída a seu dono ou reparado o dano causado, antes de instaurada a ação penal.

Pois bem. Nos casos de receptação culposa, crime bem menos grave que o de receptação dolosa, o juiz não pode absolver o acusado nas hipóteses referidas, mas apenas conceder o perdão judicial "se o agente é primário e o valor da coisa não é superior a um décimo do salário-mínimo"... Não diz que salário-mínimo é esse (o mais alto do País?) nem inclui a restituição da coisa a seu dono e a reparação do dano causado, antes de instaurada a ação penal, como motivos para o perdão judicial...

Quando no exercício de nossas funções de Ministro no Superior Tribunal Militar, não tivemos oportunidade de examinar o caso. Mas, se tivéssemos, aplicaríamos a analogia *in bonam partem* para suprir a injustiça, concedendo o perdão judicial na receptação culposa nos mesmos casos de desclassificação-absolvição na receptação dolosa.

Não é, porém, somente esta a injustiça do Cód. Penal Militar, restringindo os casos de perdão judicial na receptação culposa em confronto com os da desclassificação-absolvição admitida na receptação dolosa. Outra existe: enquanto o perdão judicial na receptação culposa favorece civis e militares, a desclassificação-absolvição na receptação dolosa somente favorece aos últimos, uma vez que os civis não praticam faltas disciplinares.

O Cód. Penal Militar discrimina, assim, civis e militares na prática do crime de receptação, que é de seus crimes o em maior número cometido por civis, como tivemos a oportunidade de observar, quando oficiando como Ministro, no Superior Tribunal Militar.

Finalmente e *data venia*, desejamos fazer daqui um apelo aos ilustres Ministros do Colendo Supremo Tribunal Federal, a fim de reverem seus mais recentes acórdãos sobre o perdão judicial, que, modificando tradicional jurisprudência anterior, bem expressa no acórdão de 27-6-49, proferido no Rec. Extr. 14.817 *(in* "D.J. de 13-4-51 — Apenso, pág. 869) e apesar dos arts. 107, inciso IX, e 120 da nova Parte Geral do Código Penal comum, têm assim redigidas suas ementas:

"O perdão judicial impede a aplicação dos efeitos principais da condenação (penas principais e acessórias e medidas de segurança), mas subsistem os efeitos secundários (lançamento no rol dos culpados e pagamento de custas), desconsiderada na redação da nova Parte Geral do Código Penal, no art. 120, a reincidência".

Ora, ainda quando se admita, *argumentandi gratia*, que o perdão judicial pressupõe uma *condenação* e não somente a *culpabilidade* do perdoado, como acabamos de expor, — mas, *nemine dis-*

crepanti, em qualquer caso extinguindo a punibilidade, conforme reza, com todas as letras, o inciso IX do art. 107 da nova Parte Geral do Cód. Penal comum, essa renúncia do Estado à punibilidade só pode se referir *à pretensão punitiva* e não *à pretensão executória da pena*, que não é imposta pelo juiz. E a extinção da punibilidade pela renúncia do Estado à *pretensão punitiva* não tem, como efeitos secundários, o lançamento do nome do réu no rol dos culpados e o pagamento das custas por ele.

Até mesmo nos casos em que ocorre a extinção da punibilidade pela prescrição da pena aplicada em concreto (art. 110, §§ 1.º e 2.º do Cód. Penal comum), o réu não paga custas, nem tem o nome lançado no rol dos culpados, porque o que o Estado renuncia é à *pretensão punitiva* e não *à pretensão executória da pena imposta* como acertadamente vem decidindo, aliás, o próprio Supremo Tribunal Federal. Como, pois, decidir de maneira diferente no perdão judicial, quando nem sequer é imposta qualquer pena ao perdoado?

A fim de erradicar esse recente entendimento da jurisprudência do Egrégio Supremo Tribunal Federal, a Comissão Revisora do Projeto de Código de Processo Penal comum, que tramita no Legislativo, a qual tivemos a honra de integrar, fez inserir nele o seguinte dispositivo:

"A sentença que declarar extinta a punibilidade pela concessão do perdão judicial não se atribuem efeitos de condenação".

O MOTIVO NO ATO ADMINISTRATIVO

José dos Santos Carvalho Filho

O ato administrativo é a real expressão pela qual a Administração Pública manifesta sua vontade. Dentro da tripartição clássica de funções, o ato administrativo revela o exercício da função administrativa, assim como a lei traduz o da função legislativa, e a sentença, o da função jurisdicional.

Ao exercer sua função típica, a Administração Pública, como bem o assinala *Gabino Fraga,* realiza a finalidade principal do Estado, qual seja, a de atender o interesse geral por meio de condutas que possibilitem a salvaguarda da ordem pública, seja assegurando a tranqüilidade e segurança da coletividade, seja intervindo na esfera das atividades privadas, seja prestando serviços públicos (1).

Exatamente em virtude dessa multifária atividade, a Administração, ao manifestar a sua vontade, levará a cabo uma quantidade diversificada de atos administrativos, alguns de caráter normativo, outros internos e ordinários, e, ainda, os negociais, os enunciativos e os punitivos. Em todos, contudo, presente estará o que representa o núcleo do ato administrativo — a vontade jurídica da Administração Pública.

Como o ato administrativo apresenta uma vontade jurígena, apta, portanto, a produzir efeitos na ordem jurídica, insere-se como espécie do gênero atos jurídicos. Com efeito, o ato jurídico "se funda na declaração de vontade, uma vez que, analisado em seus elementos, acusa a existência de uma emissão volitiva, em conformidade com a ordem legal, e tendente à produção de efeitos jurídicos" (2).

O ato administrativo tem esse mesmo contorno. A característica específica que possui, em relação ao gênero ato jurídico, consiste em que o sujeito da vontade é um agente da Administração Pública, agente esse cuja vontade a lei imputa à Administração; e o objeto do ato, pela própria natureza de quem o emite, volta-se sempre para o interesse público, o que indica o alvo fundamental da atividade estatal.

No que concerne, portanto, aos elementos do ato jurídico, repetem-se no ato administrativo em função da relação gênero-espécie que os vincula. E, em ambos, ressalta o elemento volitivo, verdadeira força-motriz que impulsiona o elemento psíquico para o mundo jurídico, que valora os efeitos por ele produzidos.

Elementos são os fatores indicativos da existências de um instituto. Trata-se de pressupostos da própria existência. Em tese, sem

---

(1) *Derecho Administrativo,* 1977, México, pág. 235.

(2) *Caio Mário da Silva Pereira, Instituições de Direito Privado,* vol. I, 1964, pág. 337.

a presença de algum elemento, o instituto não existe. No ato jurídico, indispensáveis à sua existência são o *sujeito*, que é aquele de onde provém a vontade; o *objeto*, que vale como a modificação no mundo jurídico que a vontade pretende perpetrar; a *vontade*, ou elemento volitivo, o núcleo do ato jurídico; e a *forma*, que é o instrumento jurídico pelo qual o elemento volitivo se exterioriza.

Não serão diferentes os elementos do ato administrativo, dada a sua condição de espécie dos atos jurídicos. O agente, porém, integrará de algum modo a Administração, e, dessa forma, manifestará sua vontade com vistas exclusivamente ao interesse público, fazendo com que se possa afirmar que o objeto constitui sempre uma atividade nesse sentido (3).

Não obstante a presença de idênticos elementos no ato jurídico e no ato administrativo, a doutrina publicista veio a incluir entre os elementos do ato administrativo o *motivo* em que se fundou a manifestação da vontade. Os tratadistas de direito privado sempre exigiram, como um dos postulados aplicáveis ao ato jurídico privado, a irrelevância dos motivos, ou seja, das razões que criaram a vontade. Esta emana da própria avaliação individual dos particulares que praticam atos jurídicos, e essa avaliação refoge ao contorno jurídico dos atos.

Os atos administrativos, entretanto, têm a peculiaridade de serem oriundos do Estado, o qual, a seu turno, afeta na sua atividade as esferas de direitos e interesses dos indivíduos. Nenhuma garantia de legalidade teriam estes se não pudessem, de algum modo, aferir as razões que fundamentaram a prática de atos, marcando a linha que divide a legitimidade e a arbitrariedade. Para o fim de verificar essa linha é que a doutrina erigiu o motivo como elemento do ato administrativo.

Embora haja univocidade quanto à relevância do motivo do ato administrativo, encontram-se entre os autores algumas divergências quanto a sua natureza jurídica, quanto à nomenclatura (motivo ou motivação), quanto a sua dispensabilidade, etc. Tendo em vista a relevância desse elemento diante do estudo dos atos administrativos, é importante procurar situar com a maior precisão possível as formas em que se delineia.

Quando o agente administrativo emite a vontade para praticar um ato administrativo, é induzido por algumas razões ou circunstâncias prévias. Essas razões vão configurar o motivo do ato. Podem elas ter previsão na lei, caso em que surgirão as *razões de direito*. Se a vontade se calca em determinado fato, o motivo se constituirá de *razões ou circunstâncias de fato*.

---

(3) *Seabra Fagundes, O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário*, 1979, pág. 29.

Com essa linha jurídica, pode conceituar-se o motivo como o conjunto de razões de fato ou de direito que conduzem o agente da Administração à prática do ato administrativo.

A doutrina não dissente basicamente desse conceito. *Hely Lopes Meirelles* ensina que o motivo "é a situação de direito ou de fato que determina ou autoriza a realização do ato administrativo" (4).

Para Oliveira Toro, *"son las circunstancias de hecho y de derecho en virtud de las cuales la autoridad administrativa exterioriza el acto"* (5). *George Vedel* refere-se ao motivo como *"des éléments de fait ou de droit auxquels la décision doit répondre"* (6).

Rafael Entrena Cuesta, embora mencionando o termo "motivação" como sinônimo de motivo, o conceitua como *"las razones que han llevado a la Administración a dictar um acto determinado"* (7). Também *Sayagues Laso* faz referência a *"las circunstancias de hecho e de derecho que en cada caso llevan a dictar el acto administrativo"* (8).

A doutrina pátria, de modo geral, delineia o motivo com essas mesmas linhas. Assim, *José Cretella Junior* explica que "as circunstâncias de fato ou de direito que, em cada caso, determinam a edição do ato administrativo, constituem o motivo do ato" (9). *Diogo de Figueiredo Moreira Neto* conceitua o motivo como "a situação que determina ou possibilita a atuação administrativa" (10). *Sergio de Andréa Ferreira,* ressaltando que o motivo representa o *porquê* da declaração da vontade administrativa, acentua que são "os atos, as omissões, as situações que levam o administrador público a expressar a sua vontade" (11).

O estudo do motivo deve iniciar-se pela natureza jurídica. Dentro do quadro em que se situa modernamente o ato administrativo, o motivo constitui verdadeiro elemento integrante do ato. Este não prescinde da existência das circunstâncias de fato ou de direito que ditem a atividade administrativa. Tanto quanto o sujeito, ou a forma, ou o objeto, o motivo é pressuposto da existência do ato, e é justamente pelos interesses que salvaguarda e em razão das esferas jurídicas que afeta.

Celso Antônio Bandeira de Mello exibe aspecto diverso no que toca à natureza do motivo. Considera como elementos do ato ape-

---

(4) *Direito Administrativo Brasileiro,* 1976, pág. 127.
(5) *Manual de Derecho Administrativo,* México, 1976, pág. 159.
(6) *Droit Administratif,* PUF, Paris, 1976, pág. 192.
(7) *Curso de Derecho Administrativo,* vol. I, Espanha, 1981, pág. 210.
(8) *Tratado de Derecho Administrativo,* vol. I, Montevidéu, 1974, pág. 477.
(9) *Curso de Direito Administrativo,* 1983, pág. 309.
(10) *Curso de Direito Administrativo,* 1983, pág. 85.
(11) *Direito Administrativo Didático,* 1985, pág. 96.

nas o conteúdo e a forma. O motivo é pressusposto objetivo do ato. Por isso, afirma, o motivo não pode ser considerado parte ou elemento do ato (12).

Sem embargo da grande autoridade do autor, não há razão para colocar de um lado o conteúdo e a forma, como elementos do ato, e o sujeito e o motivo, como pressupostos subjetivo e objetivo. Na verdade, o sujeito e o motivo são pressupostos da própria existência do ato, de modo que nessa qualidade se configuram como seus elementos. No quadro ontológico do ato administrativo, todos esses fatores são indispensáveis a sua formação, integrando-lhe assim o perfil jurídico.

Ponto de freqüente divergência, no estudo do motivo, face à aproximação de conceitos, é o que leva à comparação com o instituto da *causa (causa finalis)*, como fator objeto de análise no direito privado. Ressalte-se que mesmo no campo do direito privado a matéria é tormentosa. Aqui, todavia, caracteriza-se a causa como uma razão que determina o fim a que se destina o negócio jurídico. Na causa há sempre um fim que lhe é o natural prolongamento. Não são os motivos subjetivos do emitente da vontade, mas a razão jurídica do negócio objeto da vontade. Por isso, os negócios jurídicos seriam *causais*, quando comportassem a investigação da causa, e *abstratos*, quando a vontade produzisse normalmente seus efeitos sem considerar a razão determinante ou fim a que se propôs o agente.

Os próprios civilistas, no entanto, se dividem quanto à relevância dessa investigação prévia da vontade-fim. Causalistas, como *Pothier, Colin et Capitant, Ruggiero, Messineo*, colocam-se em posição de antagonismo com os não-causalistas como *Planiol, Dabin, Windscheid* e *Beviláqua* (13).

No direito administrativo, o motivo é inconfundível com a causa no direito privado. E é exatamente para evitar eventual confusão que os autores têm preferido o termo motivo. De início, pode-se constatar que o instituto da causa fundamenta-se na bilateralidade da formação dos negócios jurídicos privados. Mas o ato administrativo é unilateral em sua projeção externa. Embora possa ser provocado pela vontade de um particular, a qual acaba convergindo com a vontade da Administração, o ato administrativo, em seu revestimento extrínseco, exibirá sempre, para o mundo jurídico, a manifestação unilateral do Estado.

A causa, como bem sublinha *Sayngués Laso*, tem intrínseca correlação com o proveito que uma parte quer auferir no negócio que

---

(12) *Elementos de Direito Administrativo*, 1980, pág. 43. O autor entende que o motivo *antecede* o ato. Parece-nos que o motivo antecede a *vontade*, mas integra o ato.

(13) *Caio Mário da Silva Pereira, ob. cit.*, págs. 352/356. Conclui o grande civilista que o Brasil adotou a teoria ancausalista, preferindo cogitar da causa em situações específicas como as dos arts. 90, 1.121, 974 e 1.664, do C. Civil.

celebra. Acentua que ela é própria dos contratos. Explica o autor: *"En el derecho privado el régimen de la causa es el seguiente: en los contratos onerosos, puesto que hay prestaciones recíprocas, la causa para cada una de las partes es el provecho que le procura la otra"* (14).

Ora, com esse significado não é difícil traçar a distinção entre a causa do negócio jurídico privado e o motivo do ato administrativo. Para tanto, basta destacar que nos atos administrativos não tem relevância investigar as vantagens concretas que propicia, visto que alguns existem que não comportam nenhuma vantagem imediata para a Administração, como é o caso dos atos vinculados, pelos quais é o indivíduo que a obtém diretamente, intentando exercer, com autorização do Estado, atividade de seu exclusivo interesse.

O tema, entretanto, provoca controvérsias e diversidade de sentido. *Cretella Junior,* por exemplo, entende que a causa do ato administrativo é, nessa acepção, o conjunto das circunstâncias que lhe dão origem" (15). Essa conceituação, porém, acaba por confundir-se com a de *motivo* como integrante do ato administrativo. Com esse sentido também *Mário Masagão* faz menção à causa (16). Nota-se que no confronto entre a causa e o motivo não surge qualquer elemento distintivo marcante, e por isso os conceitos terminam por confundir-se.

Há uma outra posição doutrinária. *Celso Antonio Bandeira de Mello* distingue o motivo, que considera pressuposto objetivo da causa, que sustenta ser pressuposto lógico. E, na trilha de *André Gonçalves Pereira (Erro e Ilegalidade do Ato Administrativo,* pág. 122), define causa como a "relação de adequação entre os pressupostos do ato e seu objeto". Poderia, assim, ocorrer a invalidade do ato por falta de causa, ou seja, "se o agente se baseia em motivos que não mantêm congrüência, pertinência, com o ato que praticou" (17).

Lamentamos divergir da distinção apontada pelo eminente publicista. A relação de adequação é indispensável à noção de motivo. Se este se consubstancia pelo conjunto de circunstâncias de fato ou de direito que conduzem o agente à prática do ato, não há como destacar a relação de adequação que aproxime o motivo dessas mesmas circunstâncias. É óbvio que, calcando-se nessas circunstâncias, o motivo deverá manter com elas sempre e sempre uma relação de adequação, pena de invalidade do ato. É aí, aliás, que se situa o vício de legalidade pertinente ao motivo do ato.

Estamos em que, em sede de direito administrativo, deve haver abstração do estudo da causa, tal como é examinada no direito

(14) *Ob. cit.,* pág. 446.

(15) *Ob. cit.,* pág. 301.

(16) *Curso de Direito Administrativo,* 1974, pág. 145.

(17) *Ob. cit.,* pág. 48.

privado. É o motivo que, como elemento integrativo do ato administrativo, proporciona a investigação das razões em que se fundamentou o agente para manifestar a vontade em nome da Administração.

Outro ponto de relevo que merece cuidadosa análise é o que diz respeito à relação entre o *motivo* e a *motivação*. Muitas vezes entre os autores os termos são usados como tendo igual sentido. Tecnicamente, todavia, apresentam sensível diferença. O motivo é o conjunto das próprias razões ou circunstâncias impulsionadoras da vontade do agente. A motivação, por outro lado, é a expressividade dessas razões. É a menção expressa, no bojo do ato, das circunstâncias criadoras do motivo. Essa expressividade permite uma ligação do motivo com a própria forma do ato, já que este terá um elemento interno complementado pelo externo, próprio do elemento formal.

Daí a afirmação de *Antônio Carlos de Araújo Cintra* de que "se a lei exigir a motivação de determinado ato administrativo, e a forma deste não apresentar motivação, o ato padece de vício de forma" (18). Distinguindo a motivação do motivo, diz o autor que este é o "conjunto de elementos objetivos de fato e de direito que lhe constitui o fundamento" (19).

O autor, todavia, sob o outro ângulo, faz distinção entre a motivação contextual e não contextual, apoiado em parte da doutrina italiana. Contextual, quando expressada juntamente com o ato motivado, e não contextual ou *aliunde*, quando "não se contém no instrumento do ato motivado, mas em outro ato administrativo (como motivação deste) ou constitui o conteúdo de um simples ato de administração" (20). Julgamos que não. A motivação é sempre contextual, porque tomada em consideração com o ato a que se relaciona. A hipótese tida como motivação *aliunde* configura-se, isto sim, como motivo do novo ato, isso porque as razões de direito podem figurar na lei ou em outro ato administrativo. O motivo pode buscar-se *aliunde*, mas a motivação deverá estar inserida no próprio ato.

Firmada a linha demarcatória entre o motivo e a motivação, passa a surgir outro tema que tem suscitado inúmeras discussões entre os autores e na jurisprudência dos Tribunais. Trata-se de saber se o ato deve ou não conter a motivação (21).

A doutrina estrangeira examina o tema à luz do seu direito positivo, levando em conta as peculiaridades de que seja dotado. Aqui

---

(18) *Motivo e Motivação do Ato Administrativo*, 1979, pág. 111.

(19) *Ob. e loc. cits.*

(20) *Ob. cit.*, pág. 129.

(21) Ao tratar do tema, alguns indagam sobre se o ato administrativo "deve ou não conter o motivo". Trata-se de erronia técnica, eis que o motivo do ato, como elemento que é, há de estar sempre integrando seu quadro. O problema consiste em se saber se o motivo deve ou não ser expressado, ou seja, se deve ou não estar presente a motivação.

é necessário distinguir os países em que se adota o sistema do contencioso administrativo, disciplinado através de leis ou de atos normativos. Na Áustria e nos Estados Unidos, o agente, como regra, deve apresentar a motivação do ato, admitindo-se, entretanto, exceções. Na Polônia e na Espanha a obrigatoriedade só abrange certos atos. O código polonês exige a fundamentação quando o agente indefere um pedido, decide um litígio, comina uma obrigação ou aprecia um recurso (22).

Em Portugal, como ensina *Marcelo Caetano,* na falta de lei geral sobre o ato ou o processo administrativo, há de se consultar em cada caso as disposições legais, já que só em leis avulsas emanava a obrigação de fundamentar (23).

No Brasil, o direito positivo consagra o sistema inglês, ou da unidade de jurisdição, no que se refere ao controle da legalidade dos atos administrativos. Nos países que adotam o sistema francês, ou do contencioso administrativo, a atividade desenvolvida pela Administração é de caráter *jurisdicional* quando decide determinados conflitos de interesses. Nesse caso, a regra deve ser a de motivação do ato decisório, à semelhança do que sucede quando o juiz, através da sentença, põe fim à controvérsia.

Não é o caso do Brasil, em cujo sistema se outorga ao Judiciário, como regra, o controle da legalidade dos atos. É bem verdade que temos, na via administrativa, o curso de certos conflitos de interesses, formando procedimentos com alguma carga de contenciosidade, como o chamado contencioso fiscal, o previdenciário, o de servidores públicos. As decisões dotadas de definitividade, no entanto, serão as proferidas pelos órgãos jurisdicionais, ainda depois de exaurida a via administrativa (art. 153, § 4.º, da Const. Federal).

Para dar um cunho mais sistemático à matéria, perfilhamos o entendimento de que de um lado está a obrigatoriedade de ser o ato motivado, e de outro a não-obrigatoriedade. Daquele primeiro ângulo, temos ainda possibilidade da existência da obrigatoriedade jurídica e da obrigatoriedade moral.

A obrigatoriedade de motivação decorre da lei ou de outro ato normativo que valha como norma impositiva de conduta para o administrador. Realmente, em certas hipóteses, o legislador erige a expressividade do motivo como indispensável à própria validade do ato, e, quando o faz, é porque pretende alçar como valor maior a garantia de controle por parte dos indivíduos atingidos por ele. O princípio é adotado normalmente para aqueles atos que, embora administrativos, resolvem certas lides que correm na via administrativa, como os conflitos fiscais e previdenciários.

---

(22) *Marcelo Caetano, Manual de Direito Administrativo,* Tomo I, Lisboa, 1973, pág. 477.

(23) *Ob. cit.,* pág. 478.

Tendo em vista estar insculpida em mandamento normativo, a obrigatoriedade da motivação assume caráter jurídico. Além dela, porém, há a obrigatoriedade moral, pela qual, embora não haja norma impositiva determinando a presença da motivação, o administrador reputa relevante expressar o motivo, visando com isso a sublinhar mais fortemente a garantia dos indivíduos alcançados pelo ato. Através da motivação, o administrador deixa clara a limpidez, a higidez, a perfeição do ato praticado e das circunstâncias que o ditaram. Tal conduta, como veremos, vai refletir-se na teoria dos motivos determinantes.

Ressalte-se, contudo, que essa obrigatoriedade de motivação não constitui a regra geral. Ao contrário, é excepcional, pressupondo que norma de conteúdo específico a imponha.

A regra geral é a não-obrigatoriedade da motivação. *Cretella Junior* assenta que "ao contrário da decisão judiciária, que exige fundamentação — é a regra —, o pronunciamento administrativo de modo geral dispensa justificativa, a não ser que expressa norma legal o determine" (24).

Tem razão o grande publicista. Inexistindo o mandamento impositivo, o administrador pode ou não motivar o ato. Não se pode deixar de frisar, no entanto, que a questão aqui cinge-se à *expressividade* do motivo, ou seja, das razões que o constituíram, e não da *existência* do motivo. A falta do motivo acarreta inafastavelmente a invalidade do ato por falta de um de seus elementos. As razões, estas sim, poderão ou não inserir-se no bojo do ato.

A regra geral da não-obrigatoriedade de motivação aplica-se a atos vinculados e discricionários. Por isso, não concordamos, *data venia*, com o eminente *Hely Lopes Meirelles*, para quem "em se tratando de motivo vinculado pela lei, o agente da Administração, ao praticar o ato, fica na obrigação de justificar a existência do motivo, sem o que o ato será inválido ou, pelo menos, invalidável, por ausência da motivação" (25).

Na verdade, o motivo não é vinculado pela lei. A lei é que, já assentando o motivo, vinculará a atividade do agente. Se o motivo do ato já constar previamente da lei, o agente dele não poderá afastar-se quando praticar o ato administrativo, por isso mesmo, vai configurar-se como vinculado. Dispensável, então, a motivação do ato, porque *a garantia do controle por parte dos interessados se situará na própria lei.*

A vinculação regulará toda a conduta do administrador; não lhe deixa margem para valorar quaisquer razões inspiradoras da prática do ato. Não há, pois, discricionariedade. E uma das características da vinculação é a previsão dos elementos do ato na lei, inclusive

(24) *Ob. cit.*, pág. 310.
(25) *Ob. cit.*, pág. 127.

do motivo. Reproduzimos a lição sintética de *Manoel de Oliveira Franco Sobrinho:* "Na discricionariedade, característica da competência discricionária, a atividade estatal regrada faz-se opcionalmente. Na *motivação* legal reside a legitimidade do ato discricionário" (26). Se a motivação legal confere legitimidade ao ato discricionário, com maior razão com relação aos atos vinculados, que fixa todos os parâmetros da conduta do administrador.

No que se refere à garantia de controle da legalidade dos atos pelos indivíduos afetados em suas esferas jurídicas face aos efeitos por eles produzidos, maior seria a necessidade de expressar o motivo nos atos discricionários. Quando o administrador exerce o poder discricionário, a lei lhe outorga ampla margem de valoração quanto à conveniência e oportunidade de conduta, valoração essa que vem a constituir o *mérito administrativo.*

Justamente por essa razão é que nos atos discricionários há um inevitável *quid* de subjetividade, e isso porque é da própria natureza da valoração o recurso a apreciações de ordem subjetiva, psíquica. O agente *resolve,* decide. Tratando da discricionariedade, *Guido* e *Potenza* explicam que por ela *"si resolve nell'impiego delle nozioni e dei metodi propri delle varie scienze, arti discipline, in funzione preparatória o strumentale rispeitto all'esercizio dell'azione amministrativa"* (27). Portanto, fica ampla a margem de escolha do administrador, a ele sendo vedado apenas ultrapassar os limites da lei, em ação arbitrária e ilegítima.

Tendo essa necessária carga de subjetividade, os atos discricionários é que teriam maior necessidade de apresentar expressamente o motivo. Com razão, pois, *Manuel Maria Diez: "Se entiende que en los actos que derivam de la actividad discrecional de la administración es aún más necessaria la motivación. En esa forma se evita que puedan ser arbitrarios por violación a los límites jurídicos elásticos"* (28).

A despeito disso, o certo é que a regra consiste na não obrigatoriedade da motivação nos atos discricionários. Referimo-nos anteriormente à obrigatoriedade moral da motivação, inteiramente aplicável nessa hipótese, porque o administrador deverá ter a sensibilidade de averigüar a ocasião em que se devem expor, dentro do próprio ato, as circunstâncias fáticas que o levaram à emissão da vontade administrativa.

Exatamente porque dispensável, como regra, a motivação dos atos administrativos é que nasceu a *teoria dos motivos determinantes (rectius:* "das circunstâncias fáticas determinantes").

---

(26) *Curso de Direito Administrativo,* 1979, pág. 125.

(27) *Manuale de Diritto Amministrativo,* Milão, 1978, pág. 12.

(28) *Manual de Derecho Administrativo,* Buenos Aires, Tomo I, 1980, pág. 207.

Assim como a lei, na maioria dos casos, não obriga o administrador a inserir a motivação, também não o impede de fazê-lo quando reputar conveniente para a garantia dos administrados. A inserção no ato das circunstâncias motivadoras ensejará, entretanto, uma autolimitação para o administrador, eis que a inexistência dessas razões fáticas conduzirá à invalidação do ato por vício no motivo.

Vale transcrever a respeito a precisa lição de *Celso Antônio Bandeira de Mello:* "De acordo com esta teoria, os motivos que determinam a vontade do agente, isto é, os fatos que serviram de suporte a sua decisão integram a validade do ato. Sendo assim, a invocação de 'motivos de fato' falsos, inexistentes, vicia o ato mesmo quando, conforme já disse, a lei não haja estabelecido, antecipadamente, os motivos que ensejariam a prática do ato" (29).

Quando o administrador, não precisando expressar o motivo, vem a fazê-lo, renuncia implicitamente à prerrogativa de não integrar no ato as circunstâncias de fato conducentes à manifestação da vontade. Desse modo, o conjunto dessas razões não terá relevância imediata, "a menos que a Administração abra mão da sua prerrogativa de agir com maior liberdade", e, nessa hipótese, a legalidade do ato "estará dependente da existência do fato dos motivos invocados" (30).

Outro efeito sobrevém, ainda, da aplicação da teoria. Como é sabido, ao indivíduo não é cabível questionar o mérito administrativo, que reflete a valoração, pelo administrador, da conveniência e oportunidade administrativas. Mas do momento em que expressa as razões fáticas, passa a ficar vinculado a elas. Em outras palavras: se inexistirem tais razões, o ato estará irremediavelmente viciado.

Como essas circunstâncias constitutivas do motivo têm caráter fático, comportam análise através dos meios probatórios admitidos na lei processual. O indivíduo, assim, que se julgar prejudicado pelos efeitos do ato, poderá argüir sua invalidade no Judiciário. A discussão, é óbvio, cingir-se-á à existência ou não daquelas circunstâncias, mas certo é que, tendo-as expressado no ato, fica o administrador autolimitado, vinculado a elas.

O Judiciário, em algumas ocasiões, tem exigido a presença expressa do motivo, objetivamente considerado, para a validade do ato. Uma dessas ocasiões ocorre quando há a suspeita de conduta com desvio de poder, caracterizando-se como abusiva e ilegal atividade administrativa. Em hipótese na qual uma servidora pública fora removida *ex-officio,* sem que se registrasse qual o interesse público que provocara a remoção, e ante os indícios de que indiretamente a Administração estaria pretendendo praticar ato punitivo, assim se manifestou o TFR: "O ato de remoção *ex-officio* deve de-

(29) *Elementos,* pág. 45.

(30) *Sergio de Andréa Ferreira, ob. cit.,* pág. 96.

monstrar objetivamente o interesse da administração e as normas sobre processamento, exigidas na norma legal, entre as quais a declaração de ocorrência de claro na lotação. Constitui desvio de poder a remoção a título primitivo" (31).

Em outra hipótese semelhante, decidiu o mesmo TFR: "Na remoção *ex-officio*, o interesse da administração deve ser objetivamente demonstrado, pois só assim poderá o ato ser contrastado pelo Judiciário. Não basta a referência ao interesse da administração *in abstracto*, sem motivação concreta" (32).

Tais decisões afrontam a regra geral da não-obrigatoriedade de motivação quando o ato pressupõe a avaliação do interesse público pelo administrador. Justificam-se, entretanto, porque, ao lado do exame do próprio motivo do ato, vem à tona a finalidade do ato, elemento que traduz o seu aspecto teleológico. Se o administrador se conduz de forma a não observar o interesse público que é a finalidade do ato, e, ao revés, se volta diretamente ao indivíduo, quer favorecendo-o, quer prejudicando-o, sem desconformidade com a vontade legal, pratica desvio de poder, que vicia irremediavelmente o ato (33).

De tudo o que expusemos, sem a pretensão de esgotar o assunto, mas desejando apenas tecer alguns comentários sobre o elemento do ato administrativo em relação ao qual pesam as maiores divergências doutrinárias, entendemos de todo adequado e oportuno destacar os dois grandes atributos das circunstâncias que formam o motivo, tal como os registrou o notável *Marcelo Caetano*. Referindo-se à fundamentação do motivo, disse o grande administrativista português que ela deverá ser *congruente e exata*.

"Congruente, isto é, os motivos devem aparecer como premissas donde se extraia logicamente a conclusão, que é a decisão. Se há contradição entre a fundamentação e a decisão, essa incongruência não pode deixar de influir na validade do ato" (34).

"Exacta: as razões de direito devem corresponder aos textos invocados, os factos devem ser verdadeiros. Se os fundamentos são inexactos, uma de duas hipóteses pode admitir-se: a da *intenção fraudulenta* de os falsear para justificar determinada decisão, ou o *erro* de direito ou de facto" (grifos do autor) (35).

---

(31) Mandado de Segurança nº 98.615, Relator o Min. Pedro Acioli ("Revista de Direito Administrativo", FGV, 151/104).

(32) Mandado de Segurança nº 103.611, Relator o Min. Sebastião Alves dos Reis ("Revista de Dir. Administrativo", FGV, 159/41).

(33) *Armando de Oliveira Marinho e Zairo Lara Filho, Programa de Direito Administrativo*, 1985, pág. 89.

(34) *Ob.* e vol. *cits.*, pág. 479.

(35) *Ob.* e vol. *cits.*, pág. 480.

Límpida a lição do grande publicista. Se o motivo se calca sempre em circunstâncias externas, estejam na lei ou nos fatos, há de estar inevitavelmente ligado a esses fatores. Havendo, pois, incongruência ou inexatidão na relação entre o motivo e esses fatores, o ato estará inquinado de vício nesse elemento, sujeitando-se, em conseqüência, a sua invalidação no Judiciário ou junto à própria Administração.

DA IMPOSSIBILIDADE DA PRESTAÇÃO, CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR (*)

Luiz Roldão de Freitas Gomes

1. *Da impossibilidade da prestação*

1.1. *Conceito de impossibilidade. Distinção de dificuldade*

Duas correntes disputam a primazia em torno da conceituação de impossibilidade: a de seu conceito lógico e a de seu conceito jurídico. Para a primeira, impossível é aquela prestação que não se pode realizar de forma absoluta. Como exemplo, cita-se a obrigação de transportar mercadorias através do rio que gelou.

A segunda propõe uma noção mais ampla, admitindo igualmente como impossível a prestação cujo *cumprimento* exija do devedor esforço extraordinário e injustificável.

Segundo *Hedemann*, compreende-se no conceito jurídico de impossibilidade:

a) a impossibilidade jurídica *stricto sensu;*

b) a inexigibilidade econômica;

c) a inexigibilidade psíquica.

Juridicamente impossível é a prestação cujo cumprimento for impedido por vedação legal.

Impossível economicamente seria a prestação que exigisse do devedor gasto absurdo, que o sacrificasse inteiramente, sujeitando-o à perda material intolerável. Configurar-se-ia na hipótese de ter o devedor de fretar um avião para a entrega de mercadoria de valor insignificante, porque estivessem em greve, há vários dias, os transportes rodoviários e marítimos.

A inexigibilidade psíquica se daria, quando, para cumprir a prestação, tivesse o devedor de expor-se a excessivo risco pessoal ou suportar intolerável constrangimento moral. Concretizar-se-ia no caso de exigir-se de um ator que entrasse em cena no momento em que sua mulher estivesse moribunda.

1.1.2. Forçoso é admitir-se que se não confunde a impossibilidade com a dificuldade de prestação, ainda que esta decorra de sua excessiva onerosidade. Com efeito, a dificuldade implica possibilidade mediante um certo esforço, devendo-se sempre ter em consi-

(*) Trabalho apresentado na disciplina de Direito Civil Aprofundado no Curso de Pós-graduação da Faculdade de Direito da UFRJ, em 1975.

deração a conduta de um homem-tipo, para que seja caracterizada. Não se identifica, por igual, com a impossibilidade relativa, como adiante se verá.

É verdade que, muitas vezes, não é fácil demarcar os limites entre uma e outra, para o que se deverão levar em conta a presumida intenção das partes, a boa fé e os costumes.

1.2. *Distinção entre impossibilidade originária e subseqüente, objetiva e subjetiva*

1.2.1. A impossibilidade da prestação pode apresentar-se no momento da conclusão do contrato ou, se se cuida de legado, ao tempo da abertura da sucessão, ou aparecer apenas posteriormente. Nos dois primeiros casos, temos a impossibilidade *originária;* no último, a *subseqüente.* Neste, a relação obrigatória já existente se modifica ou se extingue.

1.2.2. Designa-se impossibilidade *absoluta* ou *objetiva* aquela que é de ordem geral, atingindo a prestação em si e existente com relação a qualquer indivíduo que se encontre em situação análoga à do obrigado. Chama-se impossibilidade *relativa* ou *subjetiva,* também denominada *impotência,* aquela que é limitada à pessoa e aos meios de ação particulares do devedor.

A impossibilidade absoluta, decorrendo da natureza objetiva da coisa, pode ser de natureza física ou jurídica: física, quando se vende um cavalo já morto; jurídica, p. ex., ao alienar-se coisa fora do comércio.

Como já se ressaltou, a impossibilidade relativa não se confunde com a mera dificuldade, embora seja pessoal ao obrigado. *Reconhece-se* que a separação entre ambas nem sempre se revela nítida, restando ao juiz certa liberdade de apreciação das provas para distingui-las. Destarte, a Corte de Paris, por aresto de 7 de janeiro de 1910, considerou uma afecção dentária de um escritor, que alegou ter sido por ela impedido de trabalhar durante três semanas, o que o impossibilitou de entregar ao empresário uma peça teatral no termo convencionado, como caso de força maior (Citado por *Bonnecase, Traité Théorique et pratique de Droit Civil,* de *Baudry-Lacantinerie;* Supp. III, págs. 538-539, *apud Arnoldo Medeiros da Fonseca, Caso Fortuito ou de Força Maior, pág. 155).*

Contudo, consoante o ensinamento do jurista pátrio, impossibilidade *absoluta* ou *objetiva* será a que existir normalmente para qualquer homem, em análoga situação de tempo, lugar, meio e objeto da prestação, sem considerar as condições pessoais do devedor, desde que estas não tenham conexão necessária com a própria prestação. Impossibilidade *subjetiva* ou impotência é aquela que, ao contrário, é limitada à pessoa e aos meios de ação particulares do devedor, sem atingir, de qualquer modo, a prestação em si.

1.3. *Efeitos da impossibilidade originária*

O contrato pelo qual se promete uma prestação impossível é nulo: *ad impossibilium nulla est obligatio (Cf. Enneccerus-Lehmann, In Derecho de Obligaciones,* ed. 1954, Bosch Casa Editorial, pág. 155). A assertiva é válida com respeito à impossibilidade objetiva, não à subjetiva, pois, como salientam os autores citados, se alguém promete a prestação de coisa que não lhe pertence, o contrato será, entretanto, válido e obrigará à prestação dessa coisa, sendo que, se não a logra obter, ver-se-á obrigado a indenizar o credor. Lembram que um contrato eficaz que não gere um crédito dirigido à execução é como a faca de *Lichtenberg,* sem lâmina e sem cabo.

Por conseguinte, a parte que, na época da conclusão do contrato, sabia ou deveria saber que a prestação era impossível, responde à outra pelo prejuízo que esta sofreu pelo fato de confiar na validade do contrato.

Essas ligeiras considerações se aplicam tanto à impossibilidade definitiva como àquela que, posteriormente, pode ser sanada. Assim, se compro uma coisa que me pertence, o contrato continuará nulo, ainda que, mais tarde, eu deixe de ser o proprietário.

1.4. *Efeitos da impossibilidade subseqüente*

1.4.1. *Generalidades*

Para o tema da modificação das obrigações, apenas importa a impossibilidade subseqüente, seja adjetiva, seja subjetiva, as quais produzem os mesmos efeitos. Basta, portanto, reportar-se à impossibilidade subseqüente como gênero.

Vale ressaltar a distinção entre a impossibilidade originária e a subseqüente, eis que a primeira tem por conseqüência a *nulidade* da obrigação, ao passo que a segunda acarreta a *transformação* ou a *extinção* da obrigação segundo seja ou não imputável ao devedor.

1.4.2. *Efeito liberatório da impossibilidade subseqüente da prestação*

1.4.2.1. *Impossibilidade total subseqüente*

Se a impossibilidade que se produz posteriormente não é imputável ao devedor e tem caráter definitivo, aquele se libera, quer se trate de impossibilidade objetiva ou subjetiva.

Há uma exceção no que tange às obrigações genéricas, em face do art. 877 do Código Civil, o qual nega se possa alegar perda ou deterioração nesta espécie de prestação. É o corolário do princípio *genus nunquam perit,* o qual, porém, pode ser afastado quando ocor-

ra verdadeira impossibilidade absoluta, na hipótese, *v.g.*, de um monopólio instituído pelo Estado, situação em que se resolve a obrigação.

1.4.2.2. A dificuldade extraordinária, a seu turno, equipara-se à impossibilidade, se não se pode exigir do devedor vencê-la (prestação exorbitante). É o caso em que os objetos só podem ser obtidos pelo devedor por meios opostos à moral e aos bons costumes.

1.4.2.3. Nas obrigações alternativas, o devedor só se libera se todas as prestações se tornaram impossíveis.

1.4.2.4. Se se trata de obrigações recíprocas, o devedor se libera se a prestação resulta impossível por circunstância não imputável a ele, podendo, todavia, o credor exigir a indenização, ou respectiva pretensão, que o devedor tenha obtido em virtude daquela circunstância (valor do seguro em caso de incêndio). Nesta hipótese, o credor tem de realizar a contraprestação, ainda que proporcional ao valor da indenização.

De outra parte, se a prestação se tornou impossível por causa imputável ao credor, o devedor se libera segundo a regra geral, e o credor tem de satisfazer a contraprestação.

1.4.2.5. Se a impossibilidade é de natureza transitória, de modo a que desapareça breve, tornando-se possível, mediante prestação posterior, atingir-se o objeto do contrato, a obrigação não se extingue, estando apenas o devedor desobrigado da prestação pelo tempo que permaneça a impossibilidade, a saber, não incorre em mora nesse período.

1.4.2.2. *Impossibilidade subseqüente parcial*

Nesta hipótese, o devedor se libera parcialmente, reduzindo-se, proporcionalmente, seu direito à contraprestação, nas obrigações recíprocas. Cumpre destacar que a prestação é também impossível em parte, quando, ainda que se possível como prestação, só pode ser realizada com objeto de qualidade inferior.

1.4.3. *Responsabilidade pela impossibilidade subseqüente da prestação*

1.4.3.1. *Impossibilidade total subseqüente*

A impossibilidade da prestação se considera definitiva não só quando, de antemão, se exclui toda previsão de que desapareça o obstáculo que se antepõe à prestação, mas também quando seu desaparecimento só pode ter lugar em virtude de um fato cuja probabilidade é tão remota que, racionalmente, não é de esperar que se realize *(Enneccerus-Lehmann, ob. cit.*, pág. 250).

Neste caso, o devedor a quem é imputável responde por ampla Indenização. Consoante os princípios que regem a matéria, a impossibilidade subseqüente, por si só, não constitui uma causa de liberação, mas apenas quando se lhe acresce a circunstância, que elimina o direito da inimputabilidade, a qual tem de ser provada pelo devedor.

Caso a impossibilidade seja transitória, o devedor a quem é imputável incorre em mora assim que concorram os demais requisitos desta.

1.4.3.2. *Impossibilidade subseqüente parcial*

Se a prestação se torna parcialmente impossível por fato imputável ao devedor, o credor tem, em contrapartida, os mesmos direitos que no caso da impossibilidade total, mas limitados à parte que resultou impossível. Pode, em conseqüência, exigir, além da execução da parte possível, a indenização pelo impossível.

Ainda nesta hipótese, considera-se impossibilidade parcial a que atinge uma prestação que só pode ser efetuada em qualidade inferior.

De outra feita, a impossibilidade imputável meramente temporal enquadra-se no conceito de mora.

1.4.4. *Ônus da prova*

O ônus da prova da impossibilidade da prestação — e de sua imputabilidade — varia de acordo com as conseqüências derivadas desses fatos. Como uma das regras de caráter geral, pode-se dizer que o credor fica isento dessa prova, se pleiteia, primeiramente, a prestação originariamente devida.

Caso o devedor alegue a impossibilidade sem produzir a prova da exoneração de que aquela não é imputável a ele, o credor tem opção dentre as perdas e danos, o substitutivo da prestação e, se o contrato é bilateral, a resolução.

Quem quer, porém, que tenha declarado que está exonerado de sua prestação por impossibilidade subseqüente e ainda assim exige a contraprestação, tem que provar que a impossibilidade é imputável a outra parte.

2. *Caso Fortuito ou de Força Maior*

2.1. *Conceito. Divergências doutrinárias: correntes objetiva e subjetiva*

Segundo a concepção tradicional adotada pelo Código Civil, o caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar, ou impedir (parágrafo único do artigo 1.058).

Seu conceito, entretanto, não é pacífico na doutrina. De há muito, duas correntes se opõem em torno de sua formulação: uma objetiva, buscando caracterizá-lo com elementos decorrentes dos próprios acontecimentos, abstração feita das condições pessoais e da diligência do obrigado; outra subjetiva, propondo a identificação daquela noção com a ausência de culpa.

Nosso Código orientou-se pela teoria objetiva naquela conceituação, embora perdure a divergência entre os juristas.

De ressaltar-se, porém, que, no campo do Direito das Obrigações, um novo elemento se acrescenta nas referidas definições: a impossibilidade da obrigação.

2.1.1. Firmaram-se determinadas opiniões em torno do assunto naquele Direito, que, porém, não resistem a uma investigação científica mais rigorosa.

Dentre estas a de que o caso fortuito se caracterizaria pela impossibilidade de ser previsto e a força maior pela de ser vencida, passagem atribuída a *Ulpiano.*

Contudo, como bem precisaram alguns autores, diante dos textos do *Corpus Iuris Civilis,* parece inexistir qualquer distinção entre a *vis major* e o *casus.*

A grande questão residiria, no entanto, na identificação, ou não, dos conceitos de ausência de culpa e de força maior.

De acordo com o entendimento mais fundamentado, não se confundiriam aquelas noções. Trechos do *Corpus Iuris* não a identificam; é o que decorre das observações de *Ulpiano* com relação ao edito do pretor, referente à responsabilidade dos barqueiros e estalajadeiros pela restituição das coisas que lhes houvessem sido confiadas. Essa responsabilidade persistiria ainda que a coisa se houvesse danificado ou perecido sem culpa do obrigado, cessando, todavia, se o efeito fosse da força maior.

2.1.2. *O Direito Comparado*

Resulta, primeiramente, do estudo das diversas legislações a verificação de que a distinção entre o caso fortuito e a força maior se encontra em declínio.

Na França, é repudiada pela maioria dos autores em face dos textos do Código Civil e da exegese dos Tribunais. Assim também na Itália e na Espanha.

No Direito alemão, procura-se mantê-la, entendendo-se a força maior como exceção liberatória admissível nas hipóteses de responsabilidade ampla, estabelecida em determinadas relações jurídicas, independentemente da idéia de culpa, constituindo, assim, uma noção diversa do caso fortuito, que abrangeria os acontecimentos não culposos da parte do devedor.

No que tange à prevalência da corrente subjetiva ou objetiva, ressalte-se que elas disputam, com maior ou menor número de adeptos, a preferência dos juristas, notando-se um revigoramento da tendência subjetiva.

Os Códigos, de um modo geral, podem ser classificados em dois grupos: um, constituído dos que, como o francês e o italiano, reportam-se à força maior ou ao caso fortuito como causa excludente de responsabilidade sem defini-los; o outro, abrangendo aquelas codificações que, à semelhança do Código Civil brasileiro, procuram fixar os seus requisitos.

2.2. *Inexistência de distinção entre caso fortuito e força maior no Direito brasileiro*

2.2.1. Refere o Prof. *Arnoldo Medeiros da Fonseca,* em sua alentada *obra citada,* pág. 120 — que "entre os nossos civilistas antes e depois de promulgado o Código Civil da mesma forma que entre os nossos comercialistas, muitos não estabelecem ou assinalam qualquer distinção entre as duas expressões".

"Nessa corrente incluem-se *Ribas, Spencer Vampré, Carlos de Carvalho* e *Orlando,* aos quais, já agora, podemos juntar *Nehemias Gueiros, Carvalho Santos,* este, à vista dos textos do Código, embora em tese, não negue a sua possibilidade". "Outros, porém, como *Clóvis Bevilacqua, J. X. Carvalho de Mendonça, Bento de Faria, João Luiz Alves* e *Tito Fulgêncio,* aceitam a velha concepção que distingue os eventos produzidos pelas forças ininteligentes, os quais seriam *casos fortuitos,* da *força maior,* constituída pelos fatos nos quais a ação do homem representaria um certo papel"

2.2.2. Os arestos dos Tribunais não apresentam maior profundidade científica na definição de caso fortuito ou força maior, de molde a se poder afirmar que a maioria propende pela identificação dos seus conceitos ou não. Contudo, salienta *Arnoldo Medeiros da Fonseca (ob. cit.,* pág. 121), em julgados do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça do antigo Distrito Federal, encontram-se a expressão *caso fortuito* designando acontecimentos decorrentes de *forças naturais,* e a locução *força maior* a indicar *fatos de terceiros,* aludindo-se, às vezes, às mesmas como se traduzissem duas causas diversas de exoneração de responsabilidade.

2.2.3. Em face de nossos textos legais — Cód. Civil, legislação comercial e a Lei de Acidentes do Trabalho — argumenta o saudoso jurista pátrio não haver qualquer distinção entre *caso fortuito* e *força maior.*

Além da definição constante do parágrafo único do artigo 1.058 do Cód. Civil, onde as expressões estão meramente separadas pela

alternativa "ou", invoca os dispositivos dos artigos 877, 957, 1.208, 1.253, 1.412, 1.419 e 1.527, n.º IV, do mesmo Código, onde as mesmas estão equiparadas.

Conclui, afirmando que "em nosso direito positivo, não havendo base segura para qualquer distinção entre *caso fortuito* e *força maior*, nem mesmo em face da legislação especial trabalhista, e estando generalizado o uso das duas expressões como sinônimas, preferimos aceitar também essa equivalência, tanto mais quanto os variados e contraditórios critérios diferenciais propostos aconselham ainda, do ponto de vista prático, a orientação que adotamos".

2.3. *Requisitos do caso fortuito*

2.3.1. Entendido o caso fortuito em perfeita sinonimia com a força maior e ambos abrangendo todo acontecimento *inevitável, necessário,* cujos efeitos não seria dado a nenhum homem prudente prevenir ou obstar, resta estabelecer-lhe os elementos indispensáveis à caracterização.

Afiguram-se dois, na lição do saudoso professor, ora invocado, que dissertou, com profundidade, sobre a matéria, um *interno de ordem objetiva: a inevitabilidade,* ou impossibilidade de impedir ou resistir ao acontecimento, objetivamente considerado, tendo em vista as possibilidades humanas, atendidas em toda sua generalidade, sem nenhuma consideração pelas *condições pessoais* do indivíduo cuja responsabilidade está em causa; outro, externo, de *ordem subjetiva: a ausência de culpa.*

2.3.2. O caso fortuito prende-se conceitualmente à ausência de culpa. Com efeito, dado seu caráter de *inevitável,* não pode decorrer de ato culposo do obrigado, pois, se tal sucede, não era inevitável. De outra parte, quando o devedor se expõe culposamente aos efeitos do evento irresistível, pela concorrência de culpa sua, ainda assim não se considera o fortuito, sob o prisma jurídico. Por exemplo, se o comodatário transporta a coisa emprestada para lugar diverso daquele em que deveria usá-la e esta vem a ser destruída por uma inundação, não se exclui sua responsabilidade por via do fortuito.

2.3.3 Quanto à inevitabilidade, é mister que seja sopesada, conforme o ensinamento de *Arnoldo Medeiros da Fonseca,* "tendo em vista a realidade concreta de cada caso, encarado objetivamente em toda sua generalidade, atendidas as possibilidades humanas, mas com abstração completa da pessoa do devedor considerado e do grau de diligência a que estivesse obrigado". Cuida-se de uma impossibilidade objetiva ou absoluta "que ocorreria, pela natureza dos fatos, em relação a qualquer homem prudente em idênticas circunstâncias de tempo, lugar e meio, tendo em vista o objeto da prestação".

Não se reputa, ao contrário de alguns, a imprevisibilidade um elemento especial a destacar. Realmente, ou "o acontecimento, pela sua imprevisibilidade, se tornou irresistível, aparecendo aquela como simples razão da inevitabilidade, que permanece como único requisito; ou o obrigado poderia resistir ao acontecimento, embora imprevisível, *e estará em culpa se o não fizer*". "E a inevitabilidade, em tais condições, fica sendo o único requisito objetivo que subsiste, quer decorra da própria *imprevisibilidade do evento,* quer do *modo irresistível* pelo qual este se manifeste".

2.3.4. Do exposto, conclui-se que não é possível generalizar-se com a assertiva de que há eventos que, aprioristicamente, são sempre considerados casos fortuitos, eis que dependem, para tanto, das condições em que se verifiquem.

Todavia, é fora de dúvida que ocorrem fatos cuja natureza de inevitável é notória, como uma requisição militar.

2.3.5. No Direito das Obrigações, novo requisito acresce aos demais para a configuração do fortuito: *a impossibilidade de executar.*

Para uma interpretação válida do artigo 1.058 do Cód. Civil, faz-se necessário que resulte uma impossibilidade *absoluta* ou *objetiva, permanente* ou *temporária, total* ou *parcial.* Não a mera dificuldade ou onerosidade excessiva, que não exoneram o devedor, resolvendo o vínculo obrigatório.

2.3.6. No entanto, não se confunde o fortuito com a mera impossibilidade de prestar. Destarte, se a coisa perece, por motivo de vícios intrínsecos, não imputáveis, não há que falar em fortuito, por falta da irresistibilidade, mas na simples impossibilidade de prestar.

2.4. *Distinção entre ausência de culpa e caso fortuito*

2.4.1. Na doutrina francesa mais recente, admite-se a distinção entre ausência de culpa e caso fortuito, balizando-a por uma questão de prova.

Assim, quando se tratasse de ausência de culpa, seria suficiente, de parte do devedor, comprovar uma conduta normal relativamente às circunstâncias, não se preocupando em demonstrar a causa do evento danoso. Contudo, se se trata de caso fortuito ou força maior, é de se exigir a prova de um acontecimento determinado, não culposo, que acarretasse, necessariamente, a impossibilidade absoluta de executar a obrigação.

2.4.2 Melhor critério se impõe, adotado pelo Professor *Arnoldo Medeiros da Fonseca* (*ibidem*, pág. 165): a ausência de culpa é o gênero, do qual o caso fortuito é a espécie.

Com efeito, o elemento subjetivo, ínsito à noção de ausência de culpa, deve figurar também no caso fortuito, porém, ao lado de outro elemento objetivo, a inevitabilidade do evento. Indaga-se: se a ausência de culpa provém do fato do expedidor ou do destinatário, no contrato de transporte, pode-se dizer que haja caso fortuito? Não, consoante a legislação específica e a doutrina.

Portanto, "somente quando se tratar de um fato certo, de origem conhecida, cuja inevitabilidade possa assim ser plenamente comprovada, é que a impossibilidade de execução dele resultante — e que também implica na ausência de culpa — chamar-se-á *caso fortuito*".

2.4.3 Orientando-se por esta linha de princípios, nosso Código revela-se, em muitos casos, mais rigoroso e exige a prova do caso fortuito, ou de força maior, ou de outros fatos precisos e inimputáveis como condição indispensável à exclusão de responsabilidade.

Destarte, no depósito voluntário, o depositário é obrigado a ter na guarda e conservação da coisa depositada o cuidado e a diligência que costuma ter com o que lhe pertence (art. 1.266). A prova de ausência de culpa, *in concreto*, é suficiente para exonerá-lo.

Em se cogitando, todavia, de depósito necessário de bagagens dos viajantes e fregueses nos hotéis e casas de pensão, a responsabilidade dos estalajadeiros ou hospedeiros, que é agravada, abrangendo atos criminosos de seus prepostos, só cessará, nos termos da lei, se ficar provado ou que os fatos prejudiciais não podiam ter sido evitados, ou a ocorrência de força maior (art. 1.285, I e II).

2.4.4. À vista do exposto, ausência de culpa e o caso fortuito não se confundem, em nosso ordenamento jurídico, representando meios diversos de liberação do devedor, com repercussão probatória diferente.

2.5. *Efeitos do caso fortuito*

A conseqüência de seu reconhecimento é o efeito liberatório da obrigação, expressa no artigo 1.058 do Cód. Civil, ao prescrever que "o devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior".

De outro lado, como já foi dito, é mister que não haja concurso de culpa por parte do devedor, isto é, a concorrência entre fato culposo dele e o fortuito, pois este não será reconhecível juridicamente.

No campo das obrigações, impõe-se ainda que o caso fortuito acarrete a impossibilidade objetiva de execução.

Sendo a impossibilidade total e permanente, ocorre a extinção do vínculo obrigacional.

Se for temporária, não se caracterizará a mora.

Caso seja apenas parcial, há que distinguir, podendo o credor obter, de acordo com a natureza e o fim do contrato, o cumprimento da parte que lhe for útil.

2.5.1. *Exceções ao princípio do efeito liberatório do caso fortuito*

Estas podem ser verdadeiras ou aparentes.

As primeiras classificam-se em dois grupos:

a) deslocamento convencional dos riscos em matéria contratual;

b) responsabilidade objetiva — instituída por lei — que compreenda, completa e ilimitadamente, os danos resultantes do caso fortuito, atribuindo-os ao encargo do agente.

2.5.1.1. No contrato de seguro, temos a aplicação do primeiro caso, através do qual a responsabilidade decorrente do caso fortuito existirá, quando o devedor a houver expressamente assumido. No entanto, apenas os riscos oriundos de casos fortuitos que foram ou podiam ser previstos na data da obrigação, consideram-se assumidos pelo devedor, se dúvida houver, uma vez que as exceções se interpretam restritivamente.

Temos a aplicação do segundo caso — responsabilidade objetiva — na hipótese de acidentes de aeronave em vôo, causando danos a pessoas ou coisas que se encontrem na superfície do solo (Cód. Brasileiro do Ar — Decreto-lei n.º 438, de 8-6-38, art. 97). Só se atenua ou exclui essa responsabilidade por culpa do lesado.

2.5.1.2 São casos de exceções aparentes: o perecimento ou danificação da coisa por fato alheio à vontade do dono; usurpação ou esbulho do alheio; a mora do devedor; prestações de gênero ou dinheiro; a responsabilidade do comodatário; operações arriscadas do gestor de negócios.

Tome-se para exame a mora do devedor. O artigo 1.058 do Cód. Civil estatui que o devedor não responde pelos prejuízos advindos do caso fortuito, ou força maior, se expressamente não se houver por eles se responsabilizado, *exceto nos casos dos artigos 955, 956 e 957*. Trata-se — a exceção — da hipótese da mora, em que a regra parece atribuir o fortuito ao encargo do devedor. Contudo, ela apenas agrava, para o devedor, se estiver em mora, o ônus da prova,

pois, normalmente, para este, bastaria comprovar a ocorrência do fortuito. Estando em mora, terá que demonstrar, para liberar-se, que houve isenção de culpa, ou que o dano sobreviria ainda quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada.

Não há, portanto, exceção verdadeira, real deslocamento de riscos, mas, sim, agravação do ônus da prova para o devedor.

2.6. *Ônus da prova*

Allegans casum fortuitum illum probare tenetur: incumbe a quem o invoca a prova do evento inevitável, próprio do caso fortuito. É preciso demonstrar, porém, a relação de causalidade entre o fato material e o prejuízo ou a impossibilidade de executar a prestação.

Nos casos já aludidos — exceções aparentes — de mora do devedor (art. 957), de substituição proibida no exercício do mandato (art. 1.300, § 1.º) e gestão iniciada contra a vontade do *dominus* (art. 1.332), exige-se ainda do devedor, do mandatário ou do gestor, a prova simultânea de que o fato danoso sobreviria ainda que a obrigação fosse oportunamente desempenhada, o mandato não fosse substabelecido ou a gestão não se verificasse, isto é, a ausência de qualquer concorrência de culpa para verificação dos prejuízos, a fim de que a responsabilidade cesse.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. *Enneccerus-Lehmann, Derecho de Obligaciones,* Bosch Casa Editorial, 1954.
2. *Fonseca, Arnoldo Medeiros da, Caso Fortuito e Teoria da Imprevisão,* 3ª ed., *Forense.*
3. *Gomes, Orlando, Obrigações,* Forense, 1968.
4. *Gonçalves, Cunha, Tratado de Direito Civil,* vol. 12, tomo 2.
5. *Baudry Lacantinerie e Barde, Trattato Teorico di Diritto Civile. Delle Obbligazioni,* vol. III, *Milano,* 1815.
6. *Lopes, Serpa, Curso de Direito Civil,* vol. 2, 4ª ed.
7. *Mendonça, M. I. Carvalho de, Doutrina e Prática das Obrigações,* tomo II, 4ª ed.
8. *Marty et Raynaud, Droit Civil,* 1962, *Sirey,* tomo II *(Les Obligations).*
9. *Mazeaud et Mazeaud, Leçons de Droit Civil, Éditions Montchrestien,* 1969, *tome 2 ème (Obligations).*
10. *Pereira, Caio Mário da Silva, Instituições de Direito Civil,* ed. Forense, 1968, vol. 2.
11. *Planiol, Marcel, Traité Elémentaire de Droit Civil,* 1949, Paris, vol. II.

DA TUTELA PREVENTIVA DOS DIREITOS DIFUSOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO (*)

Paulo Cezar Pinheiro Carneiro

I — *Síntese do Trabalho*

O trabalho se propõe a enfocar, objetivamente, aspectos dos chamados direitos difusos, procurando dar solução prática, atual e imediata, destinada, sempre que possível, a impedir a consumação de lesão decorrente deste direito.

Na sua fase inicial ele se destina a formar um paralelo entre os chamados direitos difusos ou coletivos com os direitos indisponíveis de grupos sociais, nos quais estão compreendidos.

A segunda parte do trabalho aborda o aspecto da legitimidade do Ministério Público para promover a tutela *in genere* dos direitos difusos, enquanto a terceira e última parte abrange o exercício prático desta tutela, com enfoque especial à prevenção.

II — *Os Direitos Difusos como Direitos Indisponíveis de Grupos Sociais*

A dificuldade na conceituação e a própria compreensão do que vem a ser os chamados direitos difusos, também conhecidos como coletivos, sociais, superindividuais ou ainda metaindividuais é correspondente à própria diversidade de sua melhor denominação (1).

O mundo moderno com o constante avanço industrial e tecnológico, a ameaça latente no mundo contemporâneo à própria preservação de valores históricos, culturais, religiosos, de meio ambiente, de saúde, de educação, de ordem social, de informação, econômicos e outros, tornaram-se preocupação de todos quantos participam da vida em sociedade.

Não se trata mais, como no modelo clássico, de preocupação individual de cada cidadão, mas de preocupação coletiva de grupos so-

---

(*) Tese apresentada no VI Congresso Nacional do Ministério Público, realizado em São Paulo, junho de 1985.

(1) Veja-se a crítica de *Proto Pisani* sobre a expressão interesse coletivo, sugerindo conceituá-lo como superindividual, *in "Appunti Preliminari Per Uno Studio Sulla Tutela Giurisdizionale Degli Interessi Collettivi (O Piu Esattamente: Superindividual) Innanzi Al Giudice Civile Ordinário"*, publicado no volume *Le azioni a tutela di interessi collettivi* (da Universidade de *Pavia*), 1976, págs. 263/266. *José Carlos Barbosa Moreira* utilizou a expressão "interesses difusos" no seu trabalho: "A Ação Popular do Direito Brasileiro como Instrumento de Tutela Jurisdicional dos Chamados Interesses Difusos", trabalho publicado *in Temas de Direito Processual* (Primeira Série), Saraiva, 1977, págs. 110/123. Posição bastante realista é a de *Massimo Villone*, que em seu trabalho *"La collocazione instituzionale dell'interesse diffuso"*, *in La Tutela degli interessi diffusi nel diritto comparato*, Milão, 1976, pág. 73, trata do conceito de interesse difuso como *personaggio assolutamente misterioso*.

ciais. Eventuais lesões a estes direitos afetam não o indivíduo isoladamente considerado, mas todo aquele grupo social, que, direta ou reflexamente, possa sofrer os efeitos da lesão.

Tal o avanço da civilização com as novas exigências, e as antigas até então negligenciadas, de uma melhor e mais justa vida em sociedade, que seria praticamente impossível apontar todos os interesses que estariam compreendidos nestes direitos coletivos e até mesmo de fixar-lhe, *a priori*, conteúdo específico.

O que se pode extrair deles são algumas características comuns, que interessam ao tema e à finalidade deste trabalho.

Inicialmente, pode-se afirmar, embora pareça o óbvio, que os chamados direitos difusos pertencem a um número indeterminado de pessoas (2), daí sua característica de universalidade ou de coletividade.

A satisfação deste direito por uma única pessoa é a satisfação de todo o grupo social, enquanto a lesão dele, de igual forma, afeta todo o grupo, daí decorre sua outra característica: o de ser um bem *(lato sensu)* indivisível (3).

As características antes enunciadas bem como o próprio conteúdo dos interesses em jogo, nos traz, como consectário lógico, a terceira característica deste direito: sua indisponibilidade.

Os direitos difusos ou coletivos têm como uma de suas características mais marcantes o de serem direitos indisponíveis da própria sociedade.

Semelhantes direitos não mereceram ainda no Brasil cuidado maior do legislador.

Alguns se encontram inscritos explicitamente na Constituição Federal, como: art. 180, § único, que coloca sob a proteção especial do poder público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas; o artigo 160, que trata da ordem social e econômica; o § 5.º do art. 153, que garante a liberdade de consciência e assegura aos crentes o exercício dos cultos religiosos; o § 8.º do art. 153, que assegura a livre manifestação do pensamento, bem como a prestação de informação independente de censura; ar-

---

(2) Conforme *José Carlos Moreira* pode-se tratar, por exemplo, "dos habitantes de determinada região, dos consumidores de certo produto, das pessoas que vivem sob tais ou quais condições econômicas, ou se sujeitem às conseqüências deste ou daquele empreendimento público ou privado" — *In* "A legitimação para a defesa dos "interesses difusos" no Direito Brasileiro", trabalho publicado, *in Temas de Direito Processual* (Terceira Série), Saraiva, 1984, pág. 184.

(3) Veja-se novamente *José Carlos Barbosa Moreira*, na obra citada no nº 2, *supra*, página 184.

tigo 176 que assegura a educação como dever do Estado; outros podem ser deduzidos do sistema, conforme expressamente previsto no § 36, do art. 153, da Constituição Federal, *verbis:*

> *"§ 36 — A especificação dos direitos e garantias expressas nesta Constituição não exclui outros direitos e garantias decorrentes do regime e dos princípios que adota."*

Quanto à legislação específica sobre a proteção de alguns destes direitos coletivos (4), podemos citar:

a — No campo cível: Lei 4.717, de 19-6-65, que trata da ação popular; Decreto-lei 41, de 18-11-66, que trata da dissolução judicial de sociedades civis de fins assistenciais; Lei 6.938, de 31-8-81, que regula a Política Nacional do meio ambiente; Lei 4.591, que dispõe sobre o condomínio nas edificações e nas incorporações imobiliárias;

b — No campo penal: Lei 4.717, de 15-9-65 — Código Florestal; Lei 5.197, de 3-1-67 — Código de Caça; Decreto-lei n.º 221, de 18-2-67 — Pesca; Lei 1.521, de 26-12-51 de economia popular; Lei 4.591 de 16-12-64, que regula crimes e contravenções nas incorporações imobiliárias; Lei 1.390, de 03-7-51 — Preconceito de raça ou de cor; O Código Penal, artigo 165 (dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico); art. 271 (corrupção ou poluição de água potável); art. 272 (corrupção, adulteração ou falsificação de substâncias alimentícias ou medicinais, etc...); Lei de Contravenções Penais, art. 38 (emissão de fumaça, vapor ou gás), art. 42 (perturbação de trabalho ou do sossego alheio), etc... (5)

O importante, dada a pequena regulamentação expressa e nominal dos chamados direitos difusos no campo cível, é a criação, a

---

(4) *Waldemar Mariz de Oliveira Jr., in* "Tutela Jurisdicional dos Interesses Coletivos", trabalho publicado na *Série Estudos Jurídicos nº 1 (A Tutela dos Interesses Difusos,* Max Limonad, 1984) apresenta com grande alcance exemplos extraídos da legislação brasileira (civil e penal) págs. 13/15. Veja-se, no campo penal, especificamente no aspecto da Proteção do consumidor e do meio ambiente, Luiz Flávio Gomes, *in* "O Ministério Público e a Tutela Jurisdicional dos Interesses Difusos", trabalho publicado na *"Justitia"*, nº 116, págs. 122/124.

(5) Sobre a proteção penal dos interesses difusos, vejam-se: *Franco Bricola,* no seu trabalho *"Le Azioni a Tutela di Interessi Collettivi nel Processo Penale"*, publicado no volume *"Le Azioni a Tutela di Interessi Collettivi"; René Ariel Dotti, in* "A Tutela Penal dos Interesses Coletivos", trabalho publicado na *Série Estudos Jurídicos* nº 1, págs. 54/77; *Mauro Cappelletti, in "Appunti sulla Tutela Giurisdizionale di Interessi Collettivi o Diffusi"*, trabalho publicado no volume *Le Azioni a Tutela di Interessi Collettivi,* no qual o ilustre Professor da Universidade de Florença sustenta a inadequação do Ministério Público para a defesa dos interesses coletivos no processo penal, sugerindo, à semelhança da experiência francesa, a criação de uma figura de *Pubblico Ministero Privato,* cujas funções caberiam aos co-titulares do direito ou às associações (págs. 194/196).

imaginação realista, com o enquadramento destes interesses nos princípios constitucionais e demais princípios do nosso ordenamento jurídico, já existentes. Pode-se afirmar, sem margem de erro, que qualquer direito coletivo que possamos imaginar como tal será passível de enquadramento legal em algum dos princípios de nosso ordenamento jurídico.

III — Da legitimidade para a defesa dos direitos difusos

A existência do direito difuso em si mesmo, seja através de expressa regulamentação legal, seja através de enquadramento legal implícito, por si só, não é suficiente a determinar que as coisas na vida prática com ele relacionadas se passem tal como no modelo previsto na norma protetora.

Do mesmo modo que os direitos individuais, os direitos difusos estão sujeitos à lesão ou à ameaça de lesão por terceiros.

Portanto, não basta, obviamente, a regulamentação da existência destes direitos, mas antes que existam meios e pessoas que possam fazer valer estes direitos, seja prevenindo a lesão, seja impedindo que ela continue a ocorrer, seja punindo, cível ou penalmente, aquele que tenha contribuído para a sua consumação.

Os estudos doutrinários sobre as pessoas, *lato sensu*, que deveriam ter legitimidade para a defesa, em juízo destes direitos (6), apontam como legitimados: ora a qualquer um dos co-titulares do grupo social, interessados, ora a de associações que tenham por fim específico a defesa daquele direito em jogo, ora órgão do próprio Estado, dentre os quais podemos destacar o Ministério Público.

A nossa legislação, a um primeiro exame, tem adotado, indistintamente, uma das fórmulas antes propostas para a defesa judicial cível destes direitos.

Assim, na ação popular, a legitimidade para ação destinada à proteção dos direitos difusos previstos na Lei 4.717, de 19-6-65, é de qualquer cidadão e portanto, dos co-titulares, individualmente ou em litisconsórcio voluntário, cabendo ao Ministério Público a legitimação para agir, comc autor, somente na hipótese de desistência do autor popular ou quando ele der causa à extinção do processo sem julgamento de mérito (7).

---

(6) Conforme *Proto Pisani* no trabalho citado na nota (1) e José Carlos Barbosa Moreira, na obra citada na nota (2).

(7) Conforme José Carlos Barbosa Moreira, *in* "Legitimação para Agir", primeira parte do trabalho — "Tutela Jurisdicional dos Interesses Coletivos ou Difusos", publicado *In Temas de Direito Processual* (Terceira Série), pág. 200. Colocação interessante sobre a posição do Ministério Público na Ação Popular encontramos no trabalho de Itamar Dias Noronha — "O Ministério Público Interveniente na Ação Popular: Ampliação de sua Atividade Recursal", publicado *In: "Justitia"*, vol. 116, págs. 133/140.

A Lei 4.215, de 27-4-63, regula a legitimidade de uma associação de classe, a OAB, para agir contra qualquer pessoa que infringir as disposições do Estatuto daquele órgão. No Rio de Janeiro se encontra em votação, na Assembléia Estadual, Lei que confere legitimidade às associações de bairro para a defesa dos direitos da comunidade em face de concessão de licenças de obra que não atendam os requisitos legais.

Ao Ministério Público caberia a legitimação para promover no Juízo Cível ação de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente, Lei 6.938, de 31-8-81, art. 14, § 1.º, bem como a de promover a dissolução judicial de sociedades civis de fins assistenciais, que recebam auxílio ou subvenção do poder público, ou se mantenham, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares, nas hipóteses previstas no art. 2.º do Decreto-Lei 41, de 18-11-66.

A preocupação da grande maioria dos doutrinadores, que têm tratado do assunto, se volta em perquirir desta legitimidade com enfoque único e exclusivo da legislação específica que cuida do direito difuso nela regulado.

Esta legislação, incompletíssima, pois somente determinados direitos difusos específicos encontram regulamentação quanto ao aspecto da *legitimatio*, não tem sido uniforme sobre o assunto, como já examinado, e ainda a sua falta de regulamentação específica tem levado mesmo a possibilitar a consumação de graves lesões de direitos coletivos, sem que se tenha imaginado fórmula capaz de legitimar a defesa destes direitos.

Se tivermos o cuidado de ler o art. 1.º da Lei Complementar n.º 40, de 14-12-81, que organizou o Ministério Público, formulando princípios e normas a serem aplicadas por todos os Estados da Federação, verificaremos que compete ao Ministério Público a responsabilidade perante o judiciário pela defesa dos interesses indisponíveis da sociedade.

Esta Lei, que é complementar à Constituição Federal, fornece de forma clara a legitimidade a um órgão do Estado, no caso o Ministério Público, para agir junto ao Judiciário na defesa dos direitos indisponíveis da sociedade, nos quais estão compreendidos, como examinado na primeira parte deste trabalho, os direitos difusos ou coletivos.

Ora, se o Ministério Público é o responsável pela defesa junto ao poder Judiciário destes direitos, temos em contrapartida ser dever seu promover, através dos meios e instrumentos legais existentes, tal desiderato.

É preciso frisar que não se pretende excluir, *a priori*, a legitimação de outras pessoas como a dos co-titulares ou das associa-

ções de classe (8), o fato, entretanto, é que a legislação vigente dá, *in genere*, tal legitimidade ao Ministério Público, e é necessário, principalmente, em termos práticos, que o Ministério Público aja na defesa judicial destes direitos (9), enquanto os juristas discutem, para posterior elaboração de lei, a conveniência ou não da extensão desta legitimação a outras pessoas ou associações e até mesmo outros órgãos estatais.

A grande projeção do Ministério Público como instituição se dará, certamente, na medida em que puder efetivamente dar a indispensável proteção a esta gama, sempre crescente, de direitos coletivos. Por outro lado, a falta a esta finalidade determinará a estagnação da instituição, dando margem à criação de outros órgãos do Estado, como por exemplo o Ouvidor Geral de que já se cogita em determinados Estados, para cumprir esta missão (10).

Os meios, os instrumentos e os recursos a este fim (11) deverão ser pleiteados com firmeza pelos Ministérios Públicos Estaduais,

---

(8) Sobre a legitimação dos co-titulares veja-se a interessante colocação de Ada Pellegrini Grinover, no seu trabalho "A Tutela Jurisdicional dos Interesses Difusos no Sistema Brasileiro", publicado na *Série Estudos Jurídicos* nº 1, págs. 177/186, no qual a ilustre Professora seguindo a característica de indivisibilidade do direito difuso, lançada por José Carlos Barbosa Moreira, aponta a possibilidade, em analogia ao disposto no art. 892, primeira parte do Código Civil, da legitimação do indivíduo para as ações coletivas. Quanto à legitimidade das associações, consulte-se o excelente trabalho de *Kazuo Watanabe* — "Tutela Jurisdicional dos Interesses Difusos: A Legitimação para agir", publicado na *Série Estudos Jurídicos* nº 1, onde o Professor da Universidade de S. Paulo sustenta tal legitimação com base nos artigos 153, § 28, 166, 160 e 176, todos da Constituição Federal.

(9) Apesar das críticas à legitimação do Ministério Público para a proteção judicial dos interesses difusos, sejam as lançadas nos Congressos de *Pavia* (1974) e de *Salermo* (1975), cujos trabalhos e conclusões se encontram respectivamente nos volumes: *Le Azioni a Tutela do Interessi Collettivi*, Pádua (1976) e *La Tutela degli Interessi Diffusi Comparticolare Riguardo alla Protezione dell'Ambiente e di Consumatori*, Milão 1976, e ainda a consubstanciada no Trabalho de Waldemar Mariz de Oliveira Jr., citada na nota (4), temos que os inconvenientes apontados sejam aqueles relativos à própria independência do *parquet*, principalmente no aspecto da nomeação e demissibilidade *ad nutum* do Procurador-Geral, sejam aqueles da falta de aparelhamento, jamais poderiam ser tidos como suficientes, por si sós, a banir a legitimação dos Ministérios Públicos Estaduais para este fim. A independência dos Ministérios Públicos Estaduais é fato inconteste e os inconvenientes que se verificam na nomeação e demissibilidade do Procurador-Geral já se encontram superados em alguns dos Estados da Federação. Do mesmo modo, a ter que se aparelhar algum órgão, porque não o próprio Ministério Público, instituição voltada primordialmente para a defesa dos direitos indisponíveis da sociedade.

(10) No Estado do Rio de Janeiro se cogita da criação da figura do "Ouvidor Geral" voltada principalmente para a defesa do consumidor. Tal figura nascida de Lei Estadual, e não pertencente ao Ministério Público, jamais encontraria legitimidade para a defesa em Juízo de interesses difusos.

(11) Sobre o aparelhamento do Ministério Público para a defesa judicial dos interesses difusos, veja-se o trabalho de *Kenneth A. Manaster* — traduzido por Renato Guimarães Jr. com adaptações — "Processo Criminal e Civil contra Poluidores: Primeiras Reflexões", publicado na *"Justitia"*, vol. 113, págs. 194/214.

cabendo até num vôo de imaginação criadora, a afirmação de ser difuso o direito ao aparelhamento dos Ministérios Públicos para a real e prática defesa dos demais direitos coletivos, a ele cometidos *in genere* até aqui com exclusividade, ressalvando-se, sempre, aquelas isoladas hipóteses de legitimação para outras pessoas ou associações.

IV — Da Tutela Judicial dos Direitos Difusos, com especial enfoque à prevenção ([12]).

A legislação, atualmente existente, que regulamenta especificamente a proteção de determinados direitos difusos em Juízo, tem sua preocupação voltada, primordialmente, para o aspecto de repressão (tutela sancionatória) pressupondo, as mais das vezes, a ocorrência da lesão para que o órgão ou pessoa encarregada de sua defesa atue.

Neste sentido a Lei 6.938, de 31-8-81, de Política Nacional do Meio Ambiente, que em seu § 1.º do art. 14, dispõe:

> *§ 1.º — "Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo é o poluidor obrigado, independentemente de existência da culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por suas atividades. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao ambiente* (Grifos nossos).

Do mesmo modo, o Decreto-Lei n.º 41, de 18-11-66, que trata da dissolução judicial de sociedades civis de fins assistenciais, que recebam auxílio ou subvenção do Poder Público, ou se mantenham, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares, quando: I — Deixem de desempenhar efetivamente as atividades a que se destinam; II — Apliquem as importâncias representadas pelos auxílios, subvenções ou contribuições populares em fins diversos dos previstos nos seus atos constitutivos ou nos estatutos sociais; III — Fiquem, sem efetiva administração, por abandono ou omissão continuada de seus órgãos diretores.

Nestes dois exemplos, verifica-se que o legislador não se preocupou com o aspecto da prevenção judicial destes interesses, indi-

---

(12) Quanto à tutela dos interesses difusos no campo do Direito Administrativo (concessões para mineração, atos e planos de desapropriação, bens culturais e ambientais a serem tidos como tal e preservados, etc...) vejam-se os trabalhos de *Massimo Severo Giannini* e de *Franco Gaetano Scoca*, respectivamente: *"La Tutela degli Interessi Collettivi nei Procedimenti Amministrativi"* e *"La Tutela degli Interessi Collettivi nel Processo Amministrativo"*, ambos publicados no vol. *Le Azioni a tutela de Interessi Collettivi*, págs. 23 e 43.

cando no primeiro o Ministério Público como legitimado para a ação de responsabilidade civil, enquanto no segundo exemplo a legitimação deste mesmo órgão se volta para dissolução, sem preocupação de indicação de normas processuais que pudessem compelir a sociedade a cumprir seus objetivos ou mesmo de abster-se de atos que pudessem gerar uma das causas de dissolução.

Até mesmo na ação popular, a legitimação do cidadão está voltada para a anulação ou declaração de nulidade do ato lesivo ao patrimônio das entidades mencionadas no art. 1.º da Lei 4.717, de 19-6-65, não havendo, igualmente, dispositivo legal que permita, exemplificativamente, ação judicial destinada a obrigar uma daquelas entidades a praticar atos de conservação em determinados bens públicos tombados, sem os quais certamente viriam a perecer. A preocupação do legislador, neste passo, se deu somente através do § 4.º da Lei antes mencionada, com a possibilidade, na defesa do patrimônio público, da suspensão liminar do ato lesivo impugnado.

Veja-se também o artigo 64 da Lei 4.591, de 16 de dezembro de 1964 — dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias — que trata da imposição de multa a ser aplicada aos órgãos de informação e publicidade que divulguem publicidade sem os requisitos exigidos pelo § 3.º do artigo 32 e pelos artigos 56 e 62 da mesma Lei (número de inscrição do Memorial de Incorporação, preço da construção, sua reajustabilidade, o orçamento do custo da obra por administração, etc...). Não se cogita na lei de medidas que impeçam a continuação da publicidade e muito menos de correção através do próprio veículo de comunicação, prevenindo ou pelo menos minimizando os danos que dela certamente resultariam.

Quanto aos demais interesses dos grupos sociais considerados como difusos, que relacionamos no início do trabalho, sequer encontram, na sua grande maioria, tratamento legislativo cível específico.

Os danos normalmente ocasionados pela lesão de direitos difusos — como o envenenamento das águas de um rio por substâncias químicas lançadas durante largo período de tempo por indústria situada a sua margem; a poluição do ar de determinada região por fábricas ou indústrias que gerem o lançamento de fumaça tóxica; a reiterada propaganda de determinado produto considerado nocivo à saúde ou de incorporação imobiliária sem os requisitos legais; a distribuição e venda por estabelecimento comercial de produto alimentar básico com produtos químicos outros que façam mal à saúde; a aplicação por empresas públicas, autarquias, de verbas destinadas a fins sociais da comunidade — esgoto de região, escolas, restauração de monumentos históricos, preservação de paisagem, etc... em outros fins dificilmente encontrarão mensuração fi-

nanceira, e, o que é pior, podem ocasionar a total impossibilidade seja de sua recomposição original, restauração, correção ou cura, e mesmo da criação de situação nova idêntica àquela objeto da lesão.

Por estas razões, estes direitos devem ter, sempre que possível for, proteção preventiva, de modo a evitar a possibilidade de lesão ou impedir que ela prossiga (13).

Seria possível, nos exemplos antes formulados, a promoção de medidas judiciais preventivas que evitassem ou impedissem a consumação daqueles eventos, ou até mesmo a compelir determinado tipo de atuação em benefício da comunidade social.

A indagação que se poderia fazer no sentido de como atuar na prevenção judicial dos interesses difusos, que não encontram, como examinado, regulamentação específica ou genérica em Lei, encontraria resposta, pelo menos provisória e quase suficiente, no Código de Processo Civil. Nele estão regulados os meios e modos judiciais destinados à defesa dos direitos materiais, no campo cível, *lato sensu*, entre os quais se encontram os direitos coletivos (14).

Não existindo ainda Lei especial (15) que regule processualmente, *in genere*, a matéria, aplica-se o Código de Processo Civil, inclusive, e também subsidiariamente, àquelas incompletas leis específicas que tratam de alguns direitos difusos.

Assim, no aspecto da prevenção, entendido não somente na órbita das medidas cautelares, provisórias que são, mas principalmente naquelas em que se possa encontrar definitivamente a solução para hipótese concreta, sob forma de prestação jurisdicional satis-

---

(13) Neste sentido José Carlos Barbosa Moreira, no seu trabalho "A Proteção Jurídica dos Interesses Coletivos", publicado *in Temas de Direito Processual* (Terceira Série), págs. 173/181, no qual o Mestre afirma: "O mecanismo protetor, aí, ou funciona em caráter preventivo, ou decididamente não funciona de modo que valha a pena. Cumpre evitar a consumação do mal, que, consumado, é em regra irremediável" (pág. 178).

(14) Consulte-se por tudo e por todos, José Carlos Barbosa Moreira, *in* "Tutela Sancionatória e Tutela Preventiva", trabalho publicado na segunda série de seus *Temas de Direito Processual.*

(15) Um anteprojeto de Lei para a tutela dos interesses difusos preparado, com a colaboração de Ada Pellegrini Grinover, Candido Rangel Dinamarco, Kazuo Watanabe e Waldemar Mariz de Oliveira Jr. foi apresentado, e relatado pelo Professor José Carlos Barbosa Moreira, no Congresso Nacional de Direito Processual realizado em Porto Alegre (julho de 1983) e aprovado à unanimidade com as sugestões apresentadas pelo Relator e já se encontra em forma de projeto de Lei a ser submetido ao Congresso: Projeto de Lei nº 3.034, de 1984. Pelo projeto (artigo 4º) a legitimação para a promoção de ação civil é concorrente: do Ministério Público ou de associações que tenham em sua finalidade a proteção dos interesses previstos na Lei, ou ainda da União, Estados e Municípios, de suas autarquias, empresas públicas, fundações e sociedades de economia mista, que tenham também finalidades idênticas às das associações mencionadas. Consagra também o projeto uma série de medidas judiciais voltadas diretamente à prevenção dos interesses difusos: artigos 3º, 6º, 8º e 9º.

fativa, podemos citar alguns meios judiciais extraídos do Código de Processo Civil, destinados à proteção preventiva dos direitos difusos:

a — Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa:

A ação de nunciação de obra nova com a finalidade de impedir que o particular construa em contravenção da Lei, do regulamento ou da postura (art. 934, II, do CPC), inclusive com possibilidade de embargo extrajudicial.

O próprio interdito proibitório numa interpretação elástica do art. 932 do CPC poderia ser usado na proteção preventiva dos direitos difusos, em face de proibição abusiva de órgãos do poder público na utilização de bens públicos de uso comum: mares, rios, estradas, ruas e praças (art. 66, I, do Código Civil).

b) — Procedimentos comuns de jurisdição contenciosa:

Ações com preceito cominatório (art. 287 do CPC), destinadas à condenação do réu a abster-se da prática de algum ato (obrigação de não fazer, condenação para o futuro), a tolerar alguma atividade, praticar determinado ato ou prestar fato (obrigação de fazer ([16]).

Sempre que necessário, não havendo previsão legal própria, será possível requerer ao Juiz, no bojo da própria ação satisfativa destinada à proteção do interesse difuso, a determinação de medida liminar com base no poder cautelar genérico conferido ao mesmo pelo art. 798 do Código de Processo Civil, visando a impedir a consumação da lesão antes do julgamento da ação.

O artigo 798 do CPC permite ao Juiz determinar medidas provisórias que julgar adequadas, presentes obviamente o *fumus bonis iure e o periculum in mora,* deixando em aberto campo vastíssimo de aplicação para qualquer hipótese que se possa imaginar.

No campo prático, as ações e medidas judiciais antes enumeradas encontrariam aplicação idônea na tutela preventiva de direitos difusos.

---

(16) O legislador processual civil se preocupou praticamente com a tutela sancionatória e até mesmo nestas hipóteses de tutela preventiva — ações destinadas à condenação a cumprimento de obrigação de fazer ou de não fazer, o preceito cominatório somente passa a incidir no caso de descumprimento do provimento judicial, o que dá margem, na prática, a dificultar a viabilidade deste tipo de tutela. Nestas hipóteses, sempre que necessário, seria possível a aplicação do poder cautelar genérico conferido ao Juiz pelos artigos 798 e 799, do CPC, a ser requerido no bojo da própria ação. Não ficaria também afastado nestas ações cíveis que tenham por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou de não fazer, de pedido de execução específica, se este puder se revelar idôneo e possível, ao invés de cominação de multa pelo descumprimento do provimento emitido pela sentença.

Voltando a alguns dos exemplos formulados no corpo deste trabalho, verificaremos a possibilidade desta tutela preventiva nos seguintes casos: ação com preceito cominatório destinada a impedir o funcionamento da fábrica que expele fumaça tóxica, da indústria que joga substâncias químicas no rio; ação destinada a obrigar empresa pública, autárquica ou sociedades de fins assistenciais (Decreto-Lei 41/66) a empregar as verbas específicas em projetos sociais de interesse da comunidade a eles destinadas, ou a cumprir sua missão social em determinado prazo razoável; ação destinada a impedir a venda ou distribuição de produto básico alimentar com ingredientes químicos outros nocivos à saúde, inclusive com a prévia utilização de ação cautelar de busca e apreensão do produto; ação destinada a obrigar órgão público à conservação de bem público tombado de notável valor histórico, à preservação de paisagem; ação destinada a impedir o prosseguimento de veiculação de propaganda de incorporação imobiliária sem os requisitos da Lei.

Inúmeras outras hipóteses práticas poderiam ser mencionadas para a proteção preventiva dos chamados direitos difusos, enquadráveis certamente no esquema antes formulado, inclusive aquelas que pudessem obrigar o réu à correção da atividade nociva, como a colocação de determinado tipo de filtro que impedisse a poluição através de fumaça tóxica ou eliminasse as substâncias químicas que envenenariam as áreas do rio e assim por diante.

O importante, entretanto, é a conscientização da relevância da prevenção na proteção destes direitos, finalidade maior deste trabalho.

V — Conclusões

1 — Os direitos difusos são considerados como direitos indisponíveis da sociedade.

2 — A Lei Complementar n.º 40, de 14-12-81, confere ao Ministério Público legitimidade, *in genere*, para a defesa junto ao Poder Judiciário dos direitos indisponíveis da sociedade dentre os quais, de acordo com a conclusão 1, *supra*, se compreendem os chamados direitos difusos.

3 — A preocupação maior do Ministério Público na tutela judicial dos direitos difusos deve se dar no campo da prevenção, com a utilização, à falta de legislação específica ou de sua incompleta regulamentação, das normas procedimentais do Código de Processo Civil.

BIBLIOGRAFIA

Proto Pisani, "Appunti Preliminari Per Uno Studio Sulla Tutela Giurisdizionale Degli Interessi Collettivi (O Piu Esattamente: Superindividual) Innanzi Al Giudice Civili Ordinário", publicado no volume: *Le Azioni A Tutela Di Interessi Collettivi* — Cedam — *Padova*, 1976.

José Carlos Barbosa Moreira, "A Ação Popular do Direito Brasileiro como Instrumento de Tutela Jurisdicional dos Chamados Interesses Difusos", publicado *in Temas de Direito Processual*, primeira série, Editora Saraiva, 1947.

— "A legitimação para a Defesa dos Interesses Difusos no Direito Brasileiro", publicado *in Temas de Direito Processual*, terceira série, Editora Saraiva, 1984.

— "A legitimação para Agir", primeira parte do trabalho "Tutela Jurisdicional dos Interesses Coletivos ou Difusos", publicado *in Temas de Direito Processual*, terceira série, Editora Saraiva, 1984.

— "A Proteção Jurídica dos Interesses Coletivos", publicado *in Temas de Direito Processual*, terceira série, Editora Saraiva, 1984.

— "Tutela Sancionatória e Tutela Preventiva", publicado *in Temas de Direito Processual*, segunda série, Editora Saraiva, 1980.

Massimo Villone, La Collocazione Instuzionale dell'Interessi Diffuso, in La Tutela Degli Interessi Diffusi nel Diritto Comparato, Milão, 1976.

Waldemar Mariz de Oliveira Jr., "Tutela Jurisdicional dos Interesses Coletivos", publicado na *Série Estudos Jurídicos* n.º 1, Editora Max Limonad, 1984.

Luiz Flávio Gomes, "O Ministério Público e a Tutela Jurisdicional dos Interesses Difusos", *in "Justitia"* n.º 116.

Franco Bricola, "Le Azioni A Tutela di Interessi Collettivi nel Processo Penale", publicado no volume *Le Azioni a tutela di Interessi Collettivi*.

René Ariel Dotti, "A Tutela Penal dos Interesses Coletivos", publicado na *Série Estudos Jurídicos* n.º 1, págs. 54/77.

Itamar Dias Noronha, "O Ministério Público Interveniente na Ação Popular: Ampliação de sua Atividade Recursal", publicado *in "Justitia"*, vol. 116, páginas 133/140.

Ada Pellegrini Grinover, "A Tutela Jurisdicional dos Interesses Difusos no Sistema Brasileiro", publicado na *Série Estudos Jurídicos* n.º 1, págs. 177/186.

Kazuo Watanabe, "Tutela Jurisdicional dos Interesses Difusos: A Legitimação para Agir", publicado na *Série Estudos Jurídicos* n.º 1.

Kenneth A. Manaster e Renato Guimarães Jr., "Processo Criminal e Civil contra Poluidores: Primeiras Reflexões", publicado na *"Justitia"*, vol. 113.

Massimo Severo Giannini, "La Tutela Degli Interessi Collettivi Nel Procedimenti Amministrativi", in Le Azioni a Tutela di Interessi Collettivi, Pádua, 1976.

Franco Gaetano Scoca, "La Tutela Degli Interessi Collettivi nel Processo Amministrativo' in Le Azioni a Tutela di Interessi Collettivi, Pádua, 1976.

OS RECURSOS NO PROCESSO CIVIL
(Oitava parte)

Roberval Clementino Costa do Monte

40 — Deferimento e formação do instrumento do agravo; 40.1 — Preparo e deserção; 41 — Juízo de retratação e reforma da decisão agravada; 42 — Agravo de instrumento intempestivo; 42.1 — Décuplo das custas

40. Menciona o Código, em seu artigo 524, que, "deferida a formação do agravo, será intimado o agravado para, no prazo de cinco (5) dias, indicar as peças dos autos, que serão trasladadas, e juntar documentos novos.".

Para o entendimento desse dispositivo deverão ser observados os artigos 527, § 1.º e 528: o último esclarece que "o juiz não poderá negar seguimento ao agravo, ainda que interposto fora do prazo legal", e o artigo 527, § 1.º determina que a falta de preparo, por parte do agravante, resultará na deserção do recurso.

Conseqüentemente, o juiz somente poderá denegar o processamento do agravo de instrumento à falta de preparo, quando deverá impor a pena de deserção.

Considerando-se que, na fase inicial do processamento do agravo (formação do instrumento), constante do artigo 524, ainda não foi alcançado o momento do seu preparo, concluímos que a expressão "deferida", ali constante, encerra, apenas, uma determinação (e não uma faculdade) ao juiz de deferir o processamento do agravo de instrumento.

Oferecido o agravo, e "deferida" sua formação, não será feito, de imediato, o traslado das peças indicadas pelo agravante, antes, intimando-se o agravado para, no prazo de cinco dias, apontar as peças que desejar traslado ou juntar documentos novos.

O traslado deverá ser de peças dos autos que deram origem ao recurso, ou, ainda, de autos eventualmente apensados; quaisquer outras peças, ainda que de outros autos, serão consideradas documentos novos e deverão ser oferecidas através de cópia autêntica.

A despesa com o traslado e cópias autênticas do agravado correrá por sua conta, *ut* artigo 19 do Código.

Até o advento da Lei n.º 5.925, de 1.º de outubro de 1973, na oportunidade prevista no artigo 524, o agravado também deveria contraminutar o recurso, o que não deixava de ser um *bis in idem*, face ao disposto no artigo 526, quando o agravado "será intimado para responder."

Note-se que somente a procuração outorgada ao advogado do agravante é de traslado obrigatório (art. 523, parágrafo único), não exigindo o art. 524 o mandato referente ao advogado do agravado.

Se o agravo subir insuficientemente instruído (omissão de traslado de peça oportunamente indicada, ausência de intimação do agravado para indicar traslado ou juntar documento novo ou a não abertura de vista ao agravante para dizer sobre documento novo oferecido pelo agravado), o relator poderá determinar sua baixa para sanar a falta (art. 557, segunda parte), e, não o fazendo, deverá o órgão julgador fazê-lo.

Se o agravado perder o prazo de cinco dias para indicar traslado ou juntar documentos novos (art. 524) não poderá, ao responder (art. 526), pretender trasladar peças ou juntar documentos novos.

Segundo o artigo 525, será "de quinze (15) dias o prazo para a extração, a conferência e o concerto do traslado, prorrogável por mais de (10) dias, mediante solicitação do escrivão. Parágrafo único. Se o agravado apresentar documento novo, será aberta vista ao agravante para dizer sobre ele no prazo de cinco (5) dias" (*v.* art. 389).

O instrumento do agravo formar-se-á paulatinamente: a petição do agravante (interposição do recurso), a do agravado, o traslado das peças indicadas pelo agravante e pelo agravado, os novos documentos, a petição do agravante sobre os documentos novos que eventualmente oferecer o agravado e a resposta do agravado; também poderão integrar o instrumento o traslado de peças indicadas pelo juiz e, obrigatoriamente, sua decisão, mantendo ou reformando o que decidiu.

O prazo do escrivão para "a extração, conferência e concerto do traslado" (art. 525) é de quinze dias, prorrogável por mais dez dias, e seu excesso poderá acarretar procedimento administrativo mandado instaurar pelo juiz (art. 194).

Concluída a formação do instrumento, o agravado será intimado para responder (art. 526), não marcando o Código prazo para essa resposta, que, entretanto, deverá ser feita em cinco dias, segundo o princípio de que, "não havendo preceito legal nem assinação pelo juiz, será de cinco (5) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte" (art. 185).

40.1 Segue-se o artigo 527: "O agravante preparará o recurso no prazo de dez (10) dias, contados da publicação da conta, subindo os autos conclusos ao juiz para reformar ou manter a decisão agravada. § 1.º — O agravante efetuará o preparo, que inclui as custas do juízo e do tribunal, inclusive do porte de retorno, sob pena de deserção. § 2.º — Independe de preparo o agravo retido (art. 522, § 1.º). § 3.º — O juiz poderá ordenar a extração e a juntada aos autos de peças não indicadas pelas partes. § 4.º — Mantida a decisão, o escrivão remeterá o recurso ao tribunal dentro em dez (10) dias. § 5.º — Se o juiz a reformar, o escrivão trasladará para os autos principais o inteiro teor da decisão. § 6.º — Não se conformando o

agravado com a nova decisão, poderá requerer, dentro de cinco (5) dias, a remessa do instrumento ao tribunal, consignando em cartório a importância do preparo feito pela parte contrária, para ser levantado por esta, se o tribunal negar provimento ao recurso."

O preparo do agravo de instrumento deve ser feito em um decêndio, "que flui a partir da publicação da conta. Onde o legislador disse publicação da conta, deve-se ler intimação da conta, expressão que, aliás, consta do art. 519, que dispõe sobre o preparo da apelação, ao qual me reporto para solução do problema decorrente da necessidade de pagar, no contador, a elaboração da conta, e, depois, a própria conta, mostrando que a deserção ocorre se há omissão quanto à prática de qualquer dos dois atos" (1). Parece-nos que o prazo de dez dias, para o preparo, foi excessivamente longo, não se coadunando com a celeridade ínsita ao agravo.

Abrangendo o preparo do agravo as custas do juízo e do tribunal, inclusive do porte de retorno (art. 527, § 1.º), ficou o agravante dispensado de preparar o recurso também no órgão *ad quem*, e o vencido exonerado do pagamento da baixa dos autos, obrigações constantes do Código anterior (2).

Se o agravante não efetuar o preparo, incorrerá na pena de deserção; na apelação, ocorrendo justo impedimento, "o juiz, ao relevar a pena de deserção, restituirá ao apelante o prazo para efetuar o preparo" (art. 519, § 1.º), mas, com referência ao agravo, inexiste dispositivo idêntico, entretanto, entendemos que ao mesmo resultado chegar-se-á através do disposto no art. 183, pois, "decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que o não realizou por justa causa", acrescendo seu parágrafo que, "verificada a justa causa o juiz permitirá à parte a prática do ato no prazo que lhe assinar."

Se o agravo ficar deserto, a decisão ficará preclusa, e precluirá por perda do prazo *(poena praeclusi)*.

Se o agravo for retido, independerá de preparo, e, quanto ao agravo de instrumento, somente após seu adequado preparo é que irá ao juiz para manter ou reformar a decisão agravada.

O juízo de retratação é facultado expressamente pelo legislador no agravo de instrumento, sabendo-se que "nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma *lide*, salvo: II — nos demais casos prescritos em lei" (art. 471).

Outra hipótese de deserção do agravo de instrumento contém o parágrafo terceiro do art. 527, pois o juiz "poderá ordenar a extração

---

(1) *Sergio Bermudes, Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. VII, Revista dos Tribunais, São Paulo, 1977, 2ª ed., pág. 182.

(2) Código de 1939, arts. 849 e 817.

e a juntada aos autos de peças não indicadas pelas partes. Esse poder a lei deu ao juiz para possibilitar a melhor instrução do recurso. Tem o juiz, no parágrafo citado, meio eficaz de suprir as deficiências das partes na formação do instrumento do recurso de agravo. O princípio examinado é reflexo da concepção publicista do processo, que substitui o juiz passivo e inerte de outros tempos pelo juiz ativo, sujeito predominante da relação processual, que, como tal, desenvolve atividades amplas e variadas, não só quanto ao andamento do processo, como, ainda, no tocante à sua instrução e à formação do material de convicção. Se o juiz ordenar a extração de peças não indicadas pelas partes, incumbe ao agravante o pagamento das despesas respectivas. Essa a conclusão que impõe o § 2.º do art. 19, pois o agravante, no que respeita a despesas, se equipara ao autor. O não pagamento dessas despesas, nos dez dias seguintes à intimação da respectiva conta, também acarreta a deserção" (3) sabendo-se que compete ao autor "adiantar as despesas relativas a atos cuja realização o juiz determinar de ofício ou a requerimento do Ministério Público" (art. 19, § 2.º).

Se o juiz mantiver a decisão agravada, confere o Código ao escrivão o prazo de dez dias para remeter o recurso ao tribunal.

41. Cumpre, entretanto, distinguir se a decisão agravada foi mantida integralmente ou não; mantida integralmente, não será necessário aguardar a publicação do despacho respectivo para remessa ao tribunal, e, no caso de reforma parcial, no juízo de retratação, a nova decisão deverá ser publicada, aguardando-se o prazo de cinco dias para que o agravado, se assim o entender, requeira a remessa do instrumento ao tribunal *ut art. 527*, § 6.º, evitando, dessa forma, que contra si preclua a parte da decisão reformada.

Reformada a decisão, o escrivão trasladará para os autos principais o inteiro teor da nova decisão, mas, "não se conformando o agravado com a nova decisão, poderá requerer, dentro de cinco (5) dias, a remessa do instrumento ao tribunal, consignando em cartório a importância do preparo feito pela parte contrária, para ser levantado por esta, se o tribunal negar provimento ao recurso" (art. 527, § 6.º), passando, então, o primitivo agravante à condição de agravado e o então agravado à agravante, sem que haja necessidade da formação de novo instrumento de agravo, pois o existente já contém todos os elementos necessários ao pleno conhecimento da questão pelo tribunal; também o juízo de retratação não mais é facultado ao juiz, e conseqüentemente (art. 471, II), o magistrado estará legalmente impedido de proferir nova decisão. Serão dispensadas novas razões

(3) *Sergio Bermudes, Comentários ao Código de Processo Civil*, São Paulo, Revista dos Tribunais, vol. VII, 2ª ed., 1977, pág. 184.

de agravante ou de agravado, pois as existentes no instrumento do agravo, invertidos os pólos de interesse das partes, elucidam o ponto de vista jurídico dos interessados.

O juízo de retratação, facultado ao juiz no agravo de instrumento (art. 527, § 5.º), constitui um dos casos em que ao magistrado é permitido decidir, novamente, a questão já decidida, na mesma *lide* (art. 471), merecendo "exame em separado o caso de reformar-se apenas em parte, no juízo de retratação, a decisão agravada — por exemplo: *o juiz que, no despacho saneador indeferira ambas as provas requeridas pelo autor, no agravo por este interposto modifica a decisão para deferir* **uma** *das provas. O instrumento terá de subir, ainda assim, pois a decisão foi parcialmente* **mantida** *(art. 527, § 4.º); não é necessário que o autor o requeira, visto que já agravara e, por hipótese, a impugnação subsiste quanto à outra prova, não deferida. Se o autor já não quer a remessa do instrumento ao tribunal, cabe-lhe desistir do agravo, na parte subsistente.*

Resta verificar a situação do outro litigante, que agora tem contra si decisão parcialmente desfavorável. Poderia supor-se que não precisa ele tomar iniciativa alguma, porque de qualquer modo o instrumento subirá. Mas, em primeiro lugar, é concebível que o agravante primitivo desista, caso em que já não ocorreria a remessa sem o requerimento do agravado. Além disso, mesmo na hipótese de subida do instrumento, deve entender-se que ao órgão **ad quem** *só será lícito reapreciar a* **matéria impugnada**, *de sorte que, se o primitivo agravado não se manifestou, escapa ao reexame superior a parte da decisão reformada pelo próprio juiz* **a quo**. *Se o tribunal, ao julgar o agravo — que, no caso figurado, é* **apenas** *do primitivo agravante —, restabelecesse nessa parte a decisão originária, modificada no juízo de retratação, haveria* **reformatio in peius**.

Por conseguinte, ainda que o instrumento haja mesmo de subir por força do agravo primitivo (subsistente, embora com a extensão diminuída), corre ao agravado o ônus de requerer que ele suba **para o fim** *de ser reapreciada* **também** *a parte que o próprio órgão* **a quo** *reformara"* (4).

Se o juiz reformar a decisão (art. 527, § 6.º), além de poder o agravado requerer, em cinco dias, a remessa do instrumento ao tri-

(4) *José Carlos Barbosa Moreira, Comentários ao Código de Processo Civil*, Forense, 2ª ed., 1976, vol. V, pág. 481.

bunal, para evitar que a nova decisão preclua, também poderá optar pelo permissivo do art. 522, § 1.º (agravo retido), pois o Código, com referência às decisões de primeiro grau, facultou, de forma ampla, o uso do agravo de instrumento ou do agravo retido, somente não se lhe aplicando no caso de sentença (ato pelo qual o juiz põe termo *ao processo,* decidindo — sentença *definitiva* — ou não — sentença *terminativa* — o mérito da causa), apelável (art. 513), ou em se tratando de despachos de mero expediente (art. 504), irrecorríveis; conseqüentemente, não sendo sentença ou despacho de mero expediente, caberá agravo de instrumento ou agravo retido. Registre-se, porém, que alguns despachos, embora decisórios, foram considerados irrecorríveis, *e. g.,* quando o juiz releva a pena de deserção e restitui ao apelante o prazo para efetuar o preparo (art. 519, § 2.º). Se a parte não agravar da decisão, esta precluirá, vedado seu reexame pela instância superior, pois ficam submetidas ao tribunal todas as questões anteriores à sentença, salvo as que não forem impugnadas pelo agravo. É o que diz o art. 516 do Código, embora em infeliz redação, pois menciona *sentença final* (toda sentença é final) e impugnação de questões, quando impugnáveis são as *decisões* das questões.

Reformada a decisão e requerendo o então agravado fique o agravo retido, aos autos principais juntar-se-á o agravo de instrumento, para que o tribunal dele conheça, preliminarmente, por ocasião do julgamento da apelação (art. 522, § 1.º).

42. O juiz não poderá negar seguimento ao agravo, ainda que interposto fora do prazo legal (art. 528), ou seja, ao magistrado é vedado impedir a subida desse recurso mesmo que o agravante tenha perdido o prazo de cinco dias previsto no art. 523. Qualquer outro motivo (exceção para o caso de deserção — art. 527, § 1.º) que o juiz possa concluir que o agravo não devesse ter seguimento (ilegitimidade do agravante, falta de interesse para o recurso, etc.) será inoperante e unicamente ao tribunal será facultado apreciar qualquer dessas questões. O agravo somente não subirá se o agravante não efetuar oportunamente o preparo, que inclui as custas do juízo e do tribunal, inclusive do porte de retorno, quando ser-lhe-á aplicada a pena de deserção (art. 527 e § 1.º), ou se o agravante desistir do recurso.

O art. 528 é categórico quando diz que o juiz não pode negar seguimento ao agravo mas, evidentemente, não impede ao agravante o facultado no art. 501: o recorrente poderá, a qualquer tempo, e sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso; nem ao juiz seria obrigatória a remessa do agravo ao tribunal contra a vontade do agravante-desistente.

Se, entretanto, o magistrado, contrariando expresso dispositivo processual, negar seguimento ao agravo por entendê-lo intempestivo,

por faltar interesse para o recurso ou por outro motivo que não a falta de oportuno preparo (deserção), poderá o agravante representar junto ao Conselho da Magistratura (CORJERJ, art. 39), reclamar ou impetrar mandado de segurança.

42.1. No caso do agravo de instrumento não ser conhecido, porque interposto fora do prazo legal, o "tribunal imporá ao agravante a condenação, em benefício do agravado, ao pagamento do décuplo do valor das custas respectivas" (CPC, art. 529).

Essa condenação, entretanto, não é automática, dependendo de que assim determine, expressamente, o acórdão, parecendo-nos lícito que, em certas circunstâncias, a condenação não se verifique, pois, o que pretende reprimir o Código é o recurso deliberadamente intempestivo; se reconhecer o acórdão que a intempestividade decorreu de aceitável engano do agravante (questões de interrupção ou suspensão de prazo, dias em que não houver expediente ou que o tribunal determinar o encerramento das atividades forenses mais cedo) estará bem decidindo se não impuser a pena do décuplo das custas.

Lícito, entretanto, em qualquer caso, ao agravado oferecer embargos de declaração para que motive ou esclareça (ou comine) o acórdão porque não impôs o pagamento do décuplo; as custas a serem pagas em décuplo, pelo agravante são, unicamente, as custas despendidas com o agravo de instrumento. Se, na execução da sentença, o agravado for o exeqüente, incluirá na conta o valor do décuplo das custas do agravo, mas, sendo o executado, esse valor ser-lhe-á compensado.

A cominação do décuplo das custas somente deverá existir se o tribunal não conhecer do recurso por intempestivo, vedada sua imposição se o agravo não for conhecido por qualquer outro motivo; também passível dessa multa o agravado que se torna agravante, *ut* permissivo do art. 527, § 6.º, se não requerer, no prazo de cinco dias, a remessa do instrumento ao tribunal. No caso do tribunal não conhecer do agravo retido, porque intempestivo, não deverá cominar a multa do décuplo das custas, reservada que foi pelo Código para a intempestividade do agravo *de instrumento* (art. 529).

PARECERES

CONFLITO DE ATRIBUIÇÃO

PROCESSO N.º E-15/3249

PROCEDÊNCIA: 32.ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL

Conflito de atribuição entre o Promotor de Justiça em exercício na 3.ª Vara Criminal Regional e o Promotor de Justiça em exercício na 32.ª Vara Criminal da Comarca da Capital. Crime do artigo 171, § 2.º, inciso VI, do Código Penal. Agência do banco sacado situada no centro da cidade, fora da competência territorial da Vara Criminal Regional. A Súmula 521 do Supremo Tribunal Federal. Aplicação dos artigos 70 do C.P.P., 109, inciso I, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro e 1.º da Lei n.º 420, de 5 de junho de 1981. Atribuição do Promotor de Justiça em exercício na 32.ª Vara Criminal para funcionar no feito.

PARECER

Trata-se de *conflito negativo de atribuição* que se estabeleceu entre o Promotor de Justiça em exercício na 3.ª Vara Criminal Regional e o Promotor de Justiça em exercício na 32.ª Vara Criminal desta Comarca da Capital. O conflito foi bem detectado pelo MM. Dr. Juiz de Direito Luiz Carlos Peçanha da 32.ª Vara Criminal o qual encaminhou os autos do inquérito a esta Procuradoria para a devida dirimência por parte do Exmo. Sr. Dr. Procurador-Geral de Justiça.

Para dirimência do conflito, tornam-se necessárias as seguintes considerações:

1. O crime é o do artigo 171, § 2.º, inciso VI, do Código Penal — fraude no pagamento por meio de cheque. A agência do banco sacado (Bradesco — Ag. Castelo — Av. Graça Aranha, 226-A) está situada, portanto, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

2. A competência é regulada, *in casu*, pelo lugar da infração (artigo 70, *caput*, primeira parte, do C.P.P.). A Súmula do Excelso Supremo Tribunal Federal (Súmula 521) deixa claro que

> *"O foro competente para o processo e o julgamento dos crimes de estelionato, sob a modalidade da emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos, é o do local onde se deu a recusa do pagamento pelo sacado"* **(verbis).**

O local da recusa do pagamento foi o centro da cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente, na Av. Graça Aranha, 226-A.

3. Na precisa conceituação de *Tourinho (Processo Penal*, vol. II, ed. 1972, pág. 556) competência é o "âmbito, legislativamente delimitado, dentro no qual o órgão exerce o seu poder jurisdicional". E o próprio *Tourinho* a define como "medida da jurisdição" *(op. cit.*, pág. 556). No Rio de Janeiro, a porção do poder jurisdicional distribuída entre os Juízes Criminais tornou-se mais *delimitada*, mais subdividida, com a criação das Varas Criminais Regionais. Por conseguinte, a análise do *lugar* da infração não está mais restrita à cidade do Rio de Janeiro, devendo-se prestar atenção para o bairro ou subúrbio da cidade onde a infração se consumou. Agiu certo o ilustre Promotor de Justiça em exercício na 3.ª Vara Criminal Regional, Dr. Luiz Roberto Saraiva Salgado, ao requerer a remessa dos autos a "uma das Varas Criminais do centro" *(sic*, fls. 62 do inquérito). Na verdade, a 3.ª Vara Criminal Regional tem *competência territorial* sobre Campo Grande *ex vi* do disposto no artigo 94, § 3.º do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, com a nova redação que lhe foi dada pelo artigo 1.º da Lei n.º 420, de 5 de junho de 1981. E o artigo 109 desse mesmo Código é bastante claro ao declarar que "aos Juízes de Direito das Varas Criminais Regionais compete:

> *I — processar, julgar e exercer todas as atribuições compreendidas na competência genérica das Varas Criminais (artigo 93) quanto aos* crimes e fatos praticados ou ocorridos na região" **(verbis,** *grifamos).*

Já vimos, nas linhas acima, que a *consumação* do crime se deu no centro da cidade do Rio de Janeiro. Logo, fica afastada a competência do Juízo de Direito da 3.ª Vara Criminal Regional para apreciação deste feito.

Ex positis, a atribuição para funcionar no inquérito n.º 733/80 da 35.ª DP (tombado na 32.ª Vara Criminal sob o número 2.343) é do Promotor de Justiça em exercício na 32.ª Vara Criminal desta Comarca da Capital. Opino no sentido de que os autos de inquérito sejam encaminhados àquele r. Juízo para que o representante do

Ministério Público ali em exercício passe a atuar no feito, tomando, outrossim, as medidas que entender cabíveis para formação final da *opinio delicti*.

É o parecer que é submetido à douta apreciação do Exmo Sr. Dr. Procurador-Geral de Justiça.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1984.

Aprovo,
Em 17 de julho de 1984.

ADOLFO BORGES FILHO
Promotor de Justiça de 1.ª Categoria designado

ANTONIO CARLOS SILVA BISCAIA
Procurador-Geral de Justiça

CORRELAÇÃO ENTRE ACUSAÇÃO E SENTENÇA

ASSESSORIA CRIMINAL

PROCEDIMENTO N.º E-15/4764/83 DA P.G.J.

PROCESSO N.º 1.611 DA 33.ª VARA CRIMINAL

Imputação de crime de tentativa de homicídio. Decisão de desclassificação preclusa. Necessidade de re-ratificação da denúncia. Princípio da correlação entre a acusação e a sentença.

PARECER

Perante o Juízo da 2.ª Vara Auxiliar do Tribunal do Júri da Comarca da Capital, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Roberto Francisco da Silva. Na denúncia foi-lhe imputado o crime de tentativa de homicídio, consoante descrição de fls. 2.

Após regular instrução criminal, o magistrado repeliu a acusação do Ministério Público, afirmando que "não se encontra caracterizada na prova produzida a existência de crime doloso contra a vida", pois "a conduta do acusado se restringe ao tipo do artigo 129 do Código Penal" (fls. 75).

Desta decisão de desclassificação não houve recurso, *restando preclusa.*

Remetidos os autos do processo, através de livre distribuição, ao Juízo da 33.ª Vara Criminal, o MM. Dr. Juiz determinou a abertura de vista ao Ministério Público a fim de possibilitar a re-ratificação da denúncia.

Entretanto, o douto Promotor de Justiça, então em exercício no correspondente órgão de atuação do Ministério Público, negou-se a fazer tal aditamento, julgando-o desnecessário e incabível, face ao disposto no artigo 410 do Código Processo Penal.

Em decorrência deste posicionamento, o magistrado determinou a remessa destes autos a esta Procuradoria-Geral, conforme se vê às fls. 80.

A hipótese encontra analogia no artigo 23 do Código de Processo Penal, vez que o órgão do Ministério Público se nega a formular nova acusação em substituição àquela já refutada por decisão preclusa.

Desta forma, passa-se a decidir sobre a matéria, à luz do princípio *ne procedat iudex ex-officio* e do princípio da correlação entre a acusação e a sentença.

Consectário lógico da garantia constitucional da ampla defesa no processo penal é a proibição do julgamento fora da *res deducta in judicio.* A sentença é limitada à imputação dos fatos descritos na peça acusatória.

Em verdade, fácil é compreender que o réu não poderá se defender de fatos que não lhe sejam especificamente imputados. Logicamente, não pode haver defesa sem prévio ataque.

Por outro lado, a pretensão punitiva do Estado se lastreia e se delimita na atribuição de fato certo ao réu. O princípio da demanda impede que o juiz julgue pretensão que não lhe foi deduzida através do exercício da ação.

Com toda a razão assevera o Professor Frederico Marques que, "na sentença condenatória, não poder o juiz fugir dos limites que lhe são traçados pela imputação, de acordo com os princípios e regras que regulam as relações entre o pedido acusatório e a condenação" (*in Elementos de Direito Processual Penal,* Rio, Forense, 1962, vol. III, p. 50).

Há de haver correlação entre o fato descrito na denúncia ou queixa e o fato pelo qual o réu é condenado, explicita Hélio Tornaghi em seu festejado *Curso de Processo Penal,* S. Paulo, Saraiva, 1980, 2.º vol., p. 159.

Verdade que o legislador abriu a indesejável exceção prevista no *caput* do artigo 384 do Código Processo Penal. Entretanto, tal norma é de duvidosa constitucionalidade, sendo certo que, por ser de direito restrito, não deve ser interpretada extensivamente ou aplicada por analogia.

Na realidade, o referido artigo 410 não exige expressamente o aditamento à denúncia, conforme o faz o parágrafo único do artigo 384 da Lei Processual Penal. Nada obstante, a inexistência de explicitação naquele dispositivo evidentemente não infirma a regra geral, mesmo porque o citado artigo 410 nada mais é do que uma regra de competência.

Destarte, a lacuna há de ser suprida pelos princípios que informam o processo penal acusatório, nos termos do preceito do artigo 3.º *in fine,* do diploma processual.

Note-se que a hipótese de desclassificação dos crimes dolosos contra a vida é bastante peculiar para afastar possível invocação da analogia do artigo 384. Por tratar-se de mera declaração de incompetência, o juiz limita-se a asseverar a inexistência de crime da competência do Tribunal do Júri. Esta decisão não vinculará jamais o Ministério Público em relação a qualquer outro crime. Neste sentido se manifesta Tourinho Filho, *in verbis:*

> *"Assim, se o juiz pronunciante se convencer da existência de crime que não seja da competência do júri, proferirá decisão nesse sentido e remeterá os autos ao juiz competente. É claro que nessa decisão não lhe dá a qualificação jurídico-penal do fato. Limita-se a dizer que a infração atribuída ao réu não é daquelas que se metem a rol entre as que devam ser julgadas pelo tribunal po-*

*pular. Assim, desclassificando uma tentativa para um crime de lesões corporais, não deve o juiz declarar que as lesões são graves ou leves; haveria um pre-julgamento antes da discussão da causa" (***Processo Penal,** *S. Paulo, 3.ª edição, Jalovi, vol. 4.º, p. 26).*

A rigor, temos que ir mais longe. Na desclassificação prevista no aludido artigo 410 do Código Processo Penal, não deve o juiz afirmar que o crime encontra tipicidade nesta ou naquela norma penal incriminadora. O juiz deve se limitar a asseverar que não há prova de crime doloso contra a vida e declinar de sua competência.

Se assim é, torna-se claro que, estando preclusa tal decisão, terá o Ministério Público que re-ratificar a denúncia, ajustando-a à nova realidade processual, pois a primitiva acusação restou repelida. Na espécie, a re-ratificação tem quase a natureza de uma nova acusação, em relação a qual o Ministério Público *terá plena liberdade,* respeitada a decisão de inexistência de crime doloso contra a vida.

Destarte, não vemos como possa ter curso perante um juiz singular uma imputação de tentativa de homicídio já afastada por decisão irrecorrida. O réu não poderá ser condenado por fato não constante da peça acusatória.

Note-se que a imputação do conteúdo da vontade do réu, principalmente no caso presente, é que permitirá a adequação típica de sua conduta. Por outro lado, a re-ratificação servirá também para ajustar a denúncia apresentada ao que dispõe o artigo 41 do Código Processo Penal.

Por derradeiro, é de relevo salientar que o auto de exame de corpo de delito de fls. 68 está dependendo de exames complementares para caracterização da gravidade da lesão corporal, o que dificulta uma correta imputação na re-ratificação. Tal perícia há de ser previamente requisitada ao Instituto Médico Legal.

Em face do exposto, o parecer é no sentido de que o membro do Ministério Público em atuação na Promotoria de Justiça, com atribuição junto ao Juízo da 33.ª Vara Criminal da Comarca da Capital, apresente a re-ratificação à denúncia de fls. 2, imputando ao réu o crime que julgar ter praticado, respeitando a decisão judicial já preclusa.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1983.

AFRANIO SILVA JARDIM
Promotor de Justiça designado

Aprovo.

NICANOR MÉDICI FISCHER
Procurador-Geral de Justiça

TESTAMENTO. INTERESSE DE MENOR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

7.ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 35.991

Relator : Des. Olavo Tostes

Apelante: *Salwa Toufic Nehman*

Apelada: *Lenita Saliba*, menor impúbere rep. p/sua mãe Adna de Andrade Lima

Apelação Cível. Testamento. Procedimento de jurisdição voluntária. Nula é a decisão que, envolvendo interesse de menor, não funcionou o Curador de Órfãos. Testamento posterior revoga os anteriores. Substituição legítima. Confirmação da sentença.

PARECER

Trata-se de apelação cível manifestada dentro do prazo legal por *Salwa Toufic Nehman* contra sentença prolatada pelo Dr. Juiz de Direito da 1.ª Vara de Órfãos e Sucessões da Comarca da Capital, nos autos da Ação Ordinária proposta por Lenita Saliba, menor impúbere, representada por sua mãe Adna de Andrade Lima.

Ao deduzir sua pretensão, Lenita Saliba alegou que, tendo falecido seu pai, *Youssef Elias Saliba*, sua mãe e representante legal requereu o processamento e cumprimento do testamento público firmado pelo *de cujus* nas Notas do Tabelião do 16.º Ofício de Notas desta Comarca, em data de *23 de fevereiro de 1978.*

Entretanto, *Salwa Toufic Nehman*, esposa de seu falecido pai, residente e domiciliada em *Balloune—Kirwan*, no Líbano, ingressou nos autos apresentando um testamento por ele firmado no Líbano, em *15 de junho de 1972*, isto é, seis anos antes.

Que o testamento firmado no Brasil, última e mais recente manifestação de vontade (fls. 28/29) dispõe o seguinte:

"Disse por fim o testador que este testamento **revogatório de outros anteriores,** *era feito de sua livre e espontânea vontade, sem coação ou induzimento de qualquer espécie, que o dá por ser bom, firme e valioso, pedindo às justiças do país o seu inteiro cumprimento."*

Não obstante a revogação expressa do testamento anterior feito no Líbano, o Dr. Juiz, na esteira da promoção exarada pelo Dr. Curador de Resíduos, proferiu a seguinte decisão:

> *"Cumpra-se, registre-se e inscreva-se o testamento de fls. 30. Nomeio testamenteira* **Salwa Toufic Nehman.** *Lavre-se o termo. Em 10-01-80."*

O testamento de fls. 30 mandado cumprir foi aquele firmado no Líbano e expressamente revogado pelo testador.

A ação foi proposta com três objetivos:

1 — para que seja reconhecida a validade do testamento público assinado nas Notas do Tabelião do 16.º Ofício de Notas, que revogou o anteriormente feito no Líbano, com a declaração da nulidade plena do procedimento de jurisdição voluntária, quer pela falta *da intervenção obrigatória* do Ministério Público (Curadoria de Ausentes, Órfãos e Interditos), quer por se haver mandado cumprir testamento revogado;

2 — que seja tornada sem efeito a pretensão de acordo de fls. 230 (fls. 47/50) por contrariar o direito da menor impúbere;

3 — a condenação da Ré ora Apelante nas custas e verba honorária.

Regularmente citada, na pessoa de seu advogado, a Apelante ofereceu sua resposta dentro do prazo legal.

Como preliminar argüiu que o registro, cumprimento e arquivamento do testamento firmado no Líbano, em 15-06-72, foi um processo de jurisdição contenciosa e não voluntária, que, assim sendo, a "decisão nele proferida tem força *de coisa julgada formal e material*".

Afirma, ainda, a inexistência de qualquer fato que justifique a revisão da sentença proferida no processo de testamento.

No mérito, questiona a validade da pretensão da Autora, ora Apelada, de substituir sua mãe como herdeira, porque esta pretensão é juridicamente impossível face ao impedimento legal do inciso III do artigo 1.719 do Código Civil.

Que se o testador quisesse beneficiar a Apelada a teria nomeado como sua herdeira testamentária.

Por fim diz:

> *"Quanto à aplicação dos artigos 1.746 e 1.748 do Código Civil, já suscitada na petição de fls. 126/128 dos au-*

tos do Testamento, ainda que se pudesse discutir o assunto teriam os mesmos dispositivos sido observados, diante dos vícios do testamento de fevereiro de 1978, apontados pelo ilustre Curador de Resíduos."

Entende que a ação deva ser julgada extinta sem julgamento do mérito ou improcedente, arcando a Apelada com a sucumbência.

As partes juntaram documentos. Houve Réplica e a douta Curadoria de Resíduos, na pessoa da Dra. Marly Macedônio, manifestou-se às fls. 93/98, em primorosa promoção, repelindo de forma inquestionável a esdrúxula tese da Apelante de que a apresentação de testamento em Juízo é procedimento de jurisdição contenciosa e forma coisa julgada material, rebatendo a argumentação desenvolvida e opinando pelo acolhimento do pedido de reconhecimento do último testamento do *de cujus*.

Ainda manifestou-se a douta Curadoria de Órfãos (fls. 113, 113-v e fls. 122 e 122 verso).

A sentença *sub censura* foi prolatada às fls. 129/135.

O Dr. Juiz *a quo* enfrenta as preliminares, desacolhendo-as. Afastou a alegação de coisa julgada por entender acertadamente que a aprovação do testamento de *Youssef Elias Saliba* "deu-se em processo de jurisdição voluntária". Quanto à segunda preliminar, entendeu S. Exa. não ter a mesma pertinência com a matéria em discussão pois, o que se pretende não é a modificação de sentença, mas a declaração de nulidade de ato jurídico praticado "sem obediência da forma prescrita em lei", ou seja, a declaração de nulidade do processo de jurisdição voluntária processado sem a intervenção da Curadoria de Órfãos, apesar do manifesto interesse de menores.

Entendeu ser legal a substituição instituída de adquirir por testamento e declara válido o testamento em exame para que o mesmo produza todos os seus efeitos legais.

Finda da seguinte forma:

"Pelo exposto e atento ao que mais dos autos consta julgo procedente a ação para, em conseqüência

a) declaro nulidade do processo de jurisdição voluntária, que determinou o registro, o cumprimento e a inscrição do testamento firmado no Líbano pelo **de cujus, Youssef Elias Saliba,** *em 15-06-1972;*

b) declaro válido e eficaz o testamento lavrado pelo mesmo **de cujus, Youssef Elias Saliba,** *perante o Tabelião do 16.º Ofício de Notas desta cidade, em 23-05-1976;*

c) declaro nulo e sem nenhum efeito, o acordo celebrado pela mãe da autora com a ré, cuja cópia encontra-se às fls. 47/50, e o original acostado a fls. 230/233, dos autos de inventário;

d) condeno a ré ao pagamento das custas e honorários de advogado da autora, que alvitro em 20% do valor da causa."

O recurso manifestado pretende a reforma da sentença, insistindo em que o processo de que resultou a aprovação do primeiro testamento lavrado no Líbano é de *jurisdição contenciosa* e que a decisão nele proferida tem *força de coisa julgada formal e material.*

Considera inaceitável o reconhecimento da validade e da eficácia do *segundo* testamento de 23-02-78 e considera a substituição ocorrida juridicamente impossível.

Afirma não ver porque considerar nulo o acordo celebrado pelas partes e tece outras considerações para terminar pedindo a reforma integral da sentença.

A apelada arrazoa pedindo a confirmação da sentença. Neste mesmo sentido, manifestam-se fundamentalmente as Curadorias de Resíduos e Órfãos.

A questão se apresenta trabalhosa para o seu desate, mas é simples, não envolvendo a necessidade de maiores considerações.

O Dr. *Juiz a quo* prolatou sentença irretocável, e as teses da Apelante não encontram guarida na lei e muito menos na doutrina. O ilustre patrono da Apelante se houve com muita habilidade e competência "pingando" trechos de trabalhos jurídicos para respaldo da sua defesa.

Todavia, é de trivial sabença que, em se tratando de testamento, a jurisdição é voluntária, como também são nulos os feitos de qualquer natureza que, envolvendo interesse de menor, o Ministério Público, por seu órgão especial — Curadoria de Órfãos, não esteja presente.

É obvio que o testamento posterior revoga o anterior, e, *in casu*, houve uma revogação expressa.

Por fim, a substituição ocorrida pela qual a Apelada tomou o lugar de sua mãe é legítima.

Não vejo, pois, como concluir, senão opinando pela *rejeição* das preliminares e pelo desprovimento integral da apelação.

É o parecer.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1985.

ARMANDO DE OLIVEIRA MARINHO
Procurador de Justiça

AVOCAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL ARQUIVADO

PROCESSO N.º E-15/5083/84

Origem: Marlene Rodrigues da Silva

Pedido de avocação de inquérito policial arquivado. Inadmissibilidade do desarquivamento. Parecer pelo não acolhimento da pretensão e pelo encaminhamento do processo à Corregedoria para o exame que couber quanto à atuação do Dr. Promotor de Justiça.

PARECER

Marlene Rodrigues da Silva, vítima em inquérito policial instaurado contra seu marido, pretende a avocação do feito, posto que o pedido de arquivamento defluiu de haver agido o Dr. Promotor de Justiça com "surpreendente subjetividade" e haver tirado conclusões "que não estão presentes nas peças do inquérito".

No questionado requerimento, deferido pelo Dr. Juiz de Direito, o órgão do Ministério Público consignou que "infelizmente um casal chegou a extremos que atingiram a violência física, em decorrência da desarmonia conjugal"; acrescentou que "o indiciado já sofreu muito, vendo desfeito seu lar, vendo sua própria filha afirmar sua culpa, envolvendo sua mãe em caso tão escabroso"; ponderou que, "se já foi castigado pela vida, desnecessário o castigo legal, até mesmo para que toda situação seja revivida pela filha do casal"; e concluiu por postular o arquivamento, "atento mais ao princípio social que ao penal", "em respeito à filha do casal, para evitar que sofra ela novos traumas e pressões e tendo em consideração que tudo se limitou a desespero de um homem que viu seu lar desfeito" (cópia fls. 9 v.)

De logo se diga que o teor de tal pronunciamento manifesta conhecimento da prova. De outra parte firme-se o ponto de que a pleiteada medida visa ao desarquivamento do inquérito policial.

Trata-se, pois, de definir se é cabível o desarquivamento quando se discute a respeito da valoração dos fatos comprovados, contestando-se o juízo formulado pelo titular da ação penal.

É sabido que o convencimento do Promotor de Justiça sobre a não persecução está submetido a controle. Segundo a lei (artigo 28 do CPP), este é efetuado pelo Juiz, e, na hipótese de discordância do último com o pedido de arquivamento, pelo Procurador-Geral de Justiça.

Ora, aqui não se cuidando das previsões especiais das Leis n.ºs 1.508 e 1.521/51, provocar-se o exame do Procurador-Geral quando houve acatamento do Juiz à solicitação de se arquivar o inquérito é subverter-se o sistema legal e amesquinhar-se a importância das funções que se conferiram expressamente ao Promotor e ao Juiz, subjugando-as ao interesse privado e a uma revisão não prevista no ordenamento jurídico.

A opinião em contrário defendida pelo preclaro *Serrano Neves* e esposada pelo douto *Tourinho (Processo Penal,* vol. 1, pág. 352) parte da assertiva correta de que o legislador atribuiu ao Chefe do Ministério Público o conhecimento de todos os casos não tranqüilos de arquivamento.

Entretanto, embora se outorgue a qualificação de lógica, a argumentação prossegue sem distinguir os casos tranqüilos dos não tranqüilos, para concluir que àqueles também se estende a atividade do Procurador-Geral.

Há aqui frontal desrespeito à distinção legislativa, que encontra sua razão de ser na não efetivação decisiva e final do dito controle quando o Juiz não concorda com as razões do pedido de arquivamento.

Não existe nenhuma charada, como quer *Serrano Neves*. Nos casos tranqüilos o controle está feito e a atuação do Procurador-Geral é desnecessária. Nos casos não tranqüilos o controle só se completa com a provocação do Chefe do Ministério Público e com a decisão dele.

Estranho seria que se exigisse um pronunciamento do Juiz que nada valesse, nos casos não tranqüilos como nos tranqüilos. Se nos primeiros o Magistrado tem o poder de fazer funcionar controle maior na esfera própria do Ministério Público, nos outros não pode deixar de ter o poder de exaurir o controle ao dar acolhimento à manifestação do Ministério Público.

A opinião enfrentada não é lógica, posto que não distingue onde a lei o faz, e não interpreta bem, teleologicamente, o dispositivo processual, relegando à categoria dos atos sem finalidade a decisão do Juiz sobre o arquivamento.

Considerando, ademais, que não houve indicação de qualquer dado probatório novo, vem à lembrança a Súmula 254 do STF que consolida o pensar dos julgadores no sentido de que, "arquivado o inquérito policial, por despacho do Juiz, a requerimento do Promotor de Justiça, não pode a ação ser iniciada, sem novas provas".

Assim, entendo que não é de se dar acolhida ao pedido, mas que, para o exame que couber quanto à atuação do Dr. Promotor de Justiça, se deva encaminhar o presente processo à ciência da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

É o parecer.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1984.

ARTHUR LEONARDO DE SÁ EARP
Promotor de Justiça
Assistente

Aprovo.

ANTONIO CARLOS SILVA BISCAIA
Procurador-Geral de Justiça

AÇÃO RESCISÓRIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

AÇÃO RESCISÓRIA N.º 174

Recorrente: Silvia Hasselmann

Recorridos: Gilda Osvaldo Cruz Lehner e outros

Ação rescisória improcedente em parte. Óbice regimental. Art. 325, V, alínea **a**, *RISTF, por ausência de alegação de ofensa à Constituição ou manifesta divergência com a Súmula. Não denega vigência aos artigos 485, V, 2.º, 128, 459 e 460 do estatuto processual civil acórdão que, julgando improcedente ação, mantém decisão rescindenda, seja porque a alegação de violação de lei só se aplica com respeito às normas cuja inobservância se aponta na inicial, seja porque razoável é a interpretação que determina na ação que objetiva reconhecimento de sociedade fática entre concubinos com partilha do patrimônio abranja aquela os bens existentes em nome da autora. Súmula 400. Art. 293, CPC. Não viola esse dispositivo julgado que inclui na partilha bens da autora conquanto inexistente reconvenção. Questão federal ademais não ventilada na decisão recorrida. A determinação de incluir no acervo a partilhar o valor atualizado, em dinheiro, a respeito de bens que, em nome de terceiros, teria a prova demonstrado ter sido adquirido com esforço comum da autora e de seu companheiro falecido não infringe a letra dos arts. 859 e 152 do Cód. Civil nem permite apreciação na via eleita por via das Súmulas 400 e 279. Dissídio jurisprudencial não caracterizado.* **Recursos extraordinários da autora inadmissíveis.**

PARECER

1. Julgado da Eg. 2.ª Câmara Cível, decidindo extinta sociedade de fato entre Silvia Hasselmann e o finado Walter Oswaldo Cruz, e procedente a ação movida por aquela, determinou fossem incluídos no monte a ser partilhado cinco imóveis (aptos. 204, 701 e 804 da Rua Senador Euzébio, 30; 807 da Rua Honório Barros, 23; 1.102 da Praia do Flamengo, 82) ou o respectivo valor em dinheiro, por isso que, não restando provado pertencessem ou constituíssem riqueza própria da autora, deveriam os mesmos ser considerados como integrantes do patrimônio comum.

Contra esse *decisum*, propôs a autora Silvia Hasselmann ação rescisória com arrimo no artigo 485, incisos V, VI e IX do Código de Processo Civil.

2. O Eg. 4.º Grupo de Câmaras Cíveis processando originariamente a ação rescisória, concluiu: a) por maioria de votos, julgar parcialmente o pedido, para rescindir o v. aresto da Eg. 2.ª Câmara na parte em que determinara este a inclusão, no monte a ser partilhado, dos apartamentos 204 e 701 da Rua Senador Euzébio, 30 ou o respectivo valor; b) por maioria de votos, julgar improcedente o pedido quanto aos apartamentos 807 da Rua Honório de Barros, 23 e 1.102 da Praia do Flamengo, 82; e) por unanimidade de votos, julgar improcedente o pedido no tocante ao apartamento 804 da Rua Senador Euzébio, 30.

A ementa do copioso julgado, fls. 295/299, destaca:

> *"A ex-concubina tem interesse na rescisória de acórdão que, julgando extinta sociedade de fato, mandou incluir no monte a ser partilhado bens que não estavam em nome do outro sócio. A alegada violação de literal disposição de lei, na ação rescisória, só pode ser aplicada com relação às normas jurídicas cuja suposta inobservância se aponta na inicial, em obséquio ao princípio segundo o qual não é lícito julgar por causa de pedir não invocada. Inocorrência de violação dos arts. 2.º e 128 do Código de Processo Civil. A relevância do erro de fato, como fundamento da rescisão, subordina-se à inexistência de pronunciamento judicial sobre o ponto, na decisão rescindenda, e à possibilidade de apurar-se cabalmente o equívoco pelo simples exame das peças do primeiro feito. A falsidade de prova comporta demonstração no próprio processo da rescisória e, uma vez patenteada, justifica a rescisão nos limites em que a prova falsa serviu de base à decisão rescindenda."*

2.1 Contra esse v. aresto e com base na Súmula 355 a autora deduziu tempestivamente recurso extraordinário com fincas na alínea **a** do permissivo constitucional, com argüição de relevância de questão federal. Sustenta no apelo raro seu cabimento anotando que ao julgar improcedente a ação em relação a determinado imóvel (apto. 804 da Rua Senador Euzébio, 30) a decisão malferiu os artigos 2.º e 128 do Código de Processo Civil (fls. 412/418).

2.2 No ponto em que o julgado deixara de acolher integralmente a pretensão deduzida, manifestou a autora, com espeque no voto vencido do Des. Antonio Assumpção, embargos infringentes

decididos pela Eg. Seção Cível no sentido de que os apartamentos 1.102 da Praia do Flamengo, 72 e 807 da Rua Honório de Barros, 23 fossem incluídos apenas por seu valor corrigido. Disse a ementa:

> **"Ação rescisória. Erro de fato. Falsidade ideológica. Dissolução de sociedade de fato. Partilha.** *Acolham-se apenas em parte embargos infringentes opostos a acórdão que julgou procedente ação rescisória para incluir, no monte a partilhar em conseqüência de dissolução de sociedade concubinária, os bens adquiridos por aplicação do esforço comum dos companheiros. Se adquiridos em nome da autora ou de filhas desta e depois alienado a terceiro, deverá compor o acervo a ser partilhado o respectivo valor, como apurado em avaliação, para que se compute o equivalente em dinheiro, como expresso na decisão rescindenda. Assim entendida a inclusão no acervo de todos os bens adquiridos pelo esforço comum, computando-se para esse efeito, o valor dos que foram alienados, não pode prevalecer a objeção fundada no artigo 859 do Código Civil" (fls. 390).*

2.3 Inconformada ainda a autora veio a oferecer recurso extraordinário com assento nas letras *a* e *d* do permissivo constitucional, sublinhando que o v. acórdão da Egrégia Seção Cível teria denegado vigência aos artigos 128, 459, 460 e 293 do Código de Processo Civil e 152 e 859 do Código Civil, dissentindo também de acórdão do Excelso Pretório na exegese ao artigo 128 da lei adjetiva civil.

3. O parecer da Procuradoria-Geral de Justiça é pela *inadmissão dos dois recursos extraordinários* — interpostos pela autora.

3.1 *Relativamente ao primeiro recurso extraordinário,* fls. .. 412/418, força é convir que o mesmo esbarra em óbice regimental.

Com efeito, julgada improcedente a ação rescisória, o recurso extraordinário somente deixaria de sofrer a restrição regimental se suscitadas causas excludentes de inadmissibilidade (artigo 325, inciso V, alínea *a* do RISTF). Na espécie, a recorrente para contorno do óbice invocou tão-só relevância de questão federal, de privativo exame pela Corte Suprema (artigo 327, RISTF).

3.1.1 — De todo modo, desmereceria acolhimento o recurso na medida em que se procura sustentar denegação de vigência aos artigos 2.º e 128 do C. Processo Civil que teria praticado o acórdão rescindendo. Ora, seria preciso que o apelo raro demonstrasse que o julgado hostilizado houvesse incidido nessa violação. Dizer-se que

incidiu o julgado recorrido em violação àqueles textos legais, fundamento da rescisória, simplesmente porque não os aplicou, constitui, *data venia*, grave erronia.

3.1.2 — De resto, e no particular, ter-se-ia de se considerar que o julgado expressou, senão a melhor, ao menos razoável exegese aos indigitados dispositivos. A transcrição do voto de condutor do acórdão deixa certo a pertinência da aplicação da Súmula 400 à hipótese:

> *"... Quanto ao inciso V, a inicial apontou como violados os arts. 2.º e 128 do mesmo diploma. Ora, a cada suposta violação corresponde, na ação rescisória, uma causa de pedir, e ao tribunal não é lícito considerar senão as infrações denunciadas, exatamente porque está impedido de julgar fora da* **causa petendi.** *Mas não ocorreu desrespeito a qualquer daqueles dois dispositivos: a tutela jurisdicional foi requerida na forma legal (art. 2.º) e a decisão rescindenda não extravasou dos limites da lide (art. 128), porque o pedido era de partilha de patrimônio comum, e não configura julgamento* **extra petita** *a circunstância de haver-se entendido que tal patrimônio abrangia outros bens além dos que se achavam em nome de um dos sócios. Para isso de modo nenhum era necessário que os Réus oferecessem reconvenção."*

3.2 No que tange ao *segundo recurso extraordinário*, oposto contra o v. acórdão que decidiu os embargos infringentes, reporta-se a Procuradoria-Geral de Justiça ao que expendeu no item 3.1 sobre a incidência de óbice regimental.

3.2.1 — A respeito da denegação de vigência ao art. 293 da lei adjetiva civil diz a recorrente, por seu ilustrado causídico, ter ficado ela patenteada com a afirmação posta pelo voto do condutor do julgado no sentido de que a inocorrência de decisão *extra petita* resultara de *pedido implícito* da inicial, sendo certo que os pedidos devem ser interpretados restritivamente.

O argumento não procede. O voto do eminente Des. Paulo Pinto, condutor do aresto hostilizado destacou:

> *"... Não há, efetivamente, por que atribuir ao v. acórdão rescindendo a mácula de ter exorbitado do pedido inicial ao suprir o propositado silêncio deste, se o pleito na ação ordinária foi de partilha de um patrimônio comum, omitindo, no entanto, a existência de bens adquiridos, em nome da autora ou de suas filhas, por ambos os com-*

panheiros, através do esforço aplicado em sociedade concubinária. Nem seria necessário que, para adotar essa conclusão, implícita no pedido, fosse oposta reconvenção."

Tal entendimento, aliás, se afina com aquele já expendido pelo eminente Des. Barbosa Moreira porque, se o pedido era de partilha do patrimônio comum,

> *"... não configura julgamento* extra petita *a circunstância de haver-se entendido que tal patrimônio abrangia outros bens além dos que se achavam em nome de um dos sócios. Para isso, de modo nenhum, era necessário que os réus oferecessem reconvenção" (fls. 297).*

De resto, constitui interpretação razoável do texto legal, mesmo porque quem propõe ação com objetivo de ver reconhecida sociedade de fato fruto de vida concubinária não pode pretender que a partilha dos bens adquiridos pelos concubinos com a contribuição econômica de ambos só vá abranger aqueles que se encontram em nome do outro.

3.2.2. — Iguais considerações merece a alegação de que o v. acórdão tenha denegado vigência aos arts. 459 e 460 da lei adjetiva.

3.2.3 — A respeito dos indigitados arts. 152 e 859 do Código Civil, aduz a recorrente que foram os textos legais violados por haver o v. aresto admitido que simples certidão em breve relatório constituía documento bastante para provar que imóveis, em nome de terceiros, deveriam ser incluídos na partilha.

Data venia, improcedem as assertivas da recorrente. Na percuciente análise da prova e v. aresto guerreado reconheceu e proclamou que os apartamentos 1102 da Praia do Flamengo, 72 e 807 da Rua Honório de Barros, 23 não pertenciam nem à autora, ora recorrente, nem ao espólio recorrido, mas a terceiros.

Mas aduziu que, se a prova revelara que esses dois indigitados apartamentos em nome de terceiros haviam sido por estes adquiridos com recursos financeiros da recorrente e de seu finado companheiro, teriam de integrar o acervo a partilhar não propriamente os bens imóveis mas seu valor em dinheiro.

Aliás, nesse sentido fora a conclusão do lúcido parecer do eminente Procurador de Justiça Everardo Moreira Lima, *ut* fls. 373:

> *"Assim, tendo a autora pedido a rescisão com fundamento em violação de dispositivo legal, e resultando claro da narrativa e da prova que os imóveis estavam registra-*

dos em nome de outros que não os sócios, torna-se irrecusável a rescisão do acórdão na parte que determinou a sua inclusão no monte partível, ao arrepio do art. 859 do Código Civil.

Todavia, como ficou demonstrado que esses imóveis foram adquiridos com os frutos da economia do casal, mas não podem ser incluídos no monte, nada impede, entretanto, que o seu valor o seja, porquanto o julgado fixou a alternativa: "ou o equivalente em dinheiro". Assim estamos em que, dentro da latitude permitida pela conjugação dos votos vencidos, devem ser esses imóveis avaliados e o valor apurado incluído no monte partilhável.

Em suma: opinamos no sentido de que sejam excluídos do monte partível os quatro apartamentos, em razão de falsa prova e violação do art. 859 do C.C., consoante o voto do eminente Desembargador Antonio Assumpção, *mas que sejam eles avaliados e o valor apurado incluído no monte, como previsto na decisão rescindenda."*

O voto do ilustrado relator Des. Paulo Pinto, por fim, espanca quaisquer dúvidas que pudessem subsistir:

"Imponente seria a divergência expressa pelo douto Des. Antonio Assumpção em seu voto vencido (fls. 200), se o v. acórdão rescindendo tivesse determinado a inclusão dos próprios imóveis que estão registrados em nome de terceiros sem a ressalva de que incluído fosse ("o equivalente em dinheiro", na expressão da Eg. 2.ª Câmara Cível — fls. 28). Essa ressalva remove a objeção, oposta nesse douto voto vencido, fundada na norma do art. 859 do Cód. Civil, pois não haveria, realmente, como incluir no monte a partilhar imóveis de boa fé adquiridos por terceiros, ou seja, atualmente registrados em nome de quem não é filha nem irmã da autora. A inclusão do respectivo "equivalente em dinheiro", como foi imposta à autora ora primeira embargante pelo v. acórdão rescindendo, atende à imposição da lei e da moral. A restrição validamente oposta no v. acórdão é a expressa na decisão embargada, no sentido de excluir os imóveis que comprovadamente não pertenceram a qualquer dos membros da sociedade dissolvida — conclusão indenegável que levou à procedência parcial da rescisória, como agora igualmente se decide" (fls. 393).

Vê-se, assim, que nenhuma ofensa praticou o julgado aos indigitados dispositivos legais, senão dando aos mesmos razoável interpretação especialmente pelo exame da prova coligida nos autos. Com apoio nas Súmulas 400 e 279 tenho por inadmissível o recurso também quanto a essa alegação.

3.2.4 — Ao remate, impende afirmar que a recorrente não logrou demonstrar analiticamente a dissensão pretoriana na exegese do art. 128 do estatuto processual civil. O único julgado trazido a cotejo, com efeito, nem guarda identidade ou semelhança com a questão jurídica versada pelo julgado hostilizado. Tem aqui aplicação a norma regimental (art. 322) para inviabilizar o apelo extremo.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1984.

EDUARDO VALLE DE MENEZES CÔRTES
PJ 1, por designação

Aprovo.

ANTONIO CARLOS SILVA BISCAIA
Procurador-Geral de Justiça

INQUÉRITO POLICIAL. DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES

PROCESSO E-15/2690/83

PROCEDÊNCIA — JUÍZO DA 15.ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL

Remessa de autos de Inquérito Policial ao Procurador-Geral de Justiça por Juíza de Direito para exame da atuação de membro do Ministério Público que insistiu, diversas vezes, na necessidade da diligência. Atribuição do Promotor de Justiça para tal requerimento. Compete ao autor colher e valorar as provas necessárias à propositura da ação penal. Constitui **error in procedendo** *consoante antecedentes jurisprudenciais, inclusive do 2.º Tribunal de Alçada deste Estado, em Reclamação, a negativa do Dr. Juiz de deferir baixa de inquérito para complementação de diligências. Atuação regular e louvável do ilustre membro do Ministério Público, árbitro exclusivo da necessidade de tais diligências.*

PARECER

A MM. Juíza da 15.ª Vara Criminal da Comarca da Capital, Dra. Martha Valle Meira de Vasconcellos, pelo Ofício n.º 1.519/83, remeteu à Procuradoria-Geral de Justiça o Inquérito n.º 439/79, instaurado pelo Dr. Delegado da 4.ª D.P. para averigüar as condições em que ocorreu a morte de *Paulo Borges da Silva.*

Ao encaminhar os referidos autos objetivou a Dra. Juíza que essa Procuradoria melhor examinasse "a atuação de S. Exa. o Dr. Promotor de Justiça em exercício neste Juízo".

Cabe antecipar o que teria feito o ilustre membro do M.P. para merecer tal tratamento: apenas requerera o retorno dos autos à D.P. originária, para cumprimento de *diligências,* aliás anteriormente determinadas pelo Dr. Delegado que presidia o inquérito, ou seja, pretendia ele saber se "uma queda de uma triliche (3.ª cama) poderia resultar a fratura de crâneo especificada no laudo anexo". Sendo positiva ou negativa a resposta ao citado quesito, perguntava-se se os Srs. Peritos poderiam fundamentar a resposta.

Tal promoção (fls. 70) não fora acolhida. Voltaram os autos ao M.P. "para melhor exame, e esclarecer o que pretende, ainda, da ilustre A. P. Fato ocorrido em 1978". Não entendemos a menção à data. Caso se tratasse até de homicídio culposo a prescrição operar-se-ia, somente, em oito anos.

Mas isto é irrelevante, no momento.

O importante é que o ilustre Promotor *Fernando Chaves da Costa* insistiu na diligência merecendo o inusitado despacho de fls. 70 verso: "A diligência será inócua, se não houver, pelo menos, uma indicação, por eventual crime culposo. Ao M.P. para que explicite como pretende atue a A.P. para tal".

Mais uma vez, insiste o Dr. Promotor na necessidade da diligência. Os autos foram, então, remetidos à consideração do chefe do *Parquet.*

Se a Dra. Juíza vislumbrou a possibilidade de qualquer sanção disciplinar, a nosso ver incabível, somente assim poderia agir, pois tal conduta cabe exclusivamente ao Procurador-Geral de Justiça. Promotor de Justiça só está vinculado ao seu chefe — artigo 8.º inc. XX da Lei Orgânica do M.P. Estadual — L.C. 28, de 21-5-82. Não há, em hipótese alguma, sujeição funcional do membro do Ministério Público ao Poder Judiciário. Aliás, nem mesmo o Procurador-Geral pode invadir a esfera íntima de convicção do Promotor na condução do processo como lembra Magalhães Noronha *(Curso,* p. 33). Lembrem-se os princípios institucionais do M.P. de autonomia e independência.

Inúmeras considerações devem ser feitas em razão do lamentável indeferimento.

Inegavelmente tinha o aludido Promotor atribuição para requerer tal diligência, nos termos do artigo 42, inc. XV, da Lei Orgânica do Ministério Público: "Promover a volta de inquérito policial à autoridade policial, enquanto não oferecida a denúncia para novas diligências e investigações imprescindíveis ao seu oferecimento".

Ora, o M.P. é, na hipótese, *dominus litis,* ou seja, "titular das funções de investigações da suspeita de um crime e da dedução eventual da respectiva acusação" (Figueiredo Dias, *D.P. Penal,* p. 362) e, por isto mesmo, árbitro exclusivo da necessidade das diligências requeridas para formação de sua *opinio delicti.*

Já há decisões neste sentido. Após citá-las, analisaremos a doutrina. O primeiro acórdão está publicado na "Revista dos Tribunais" 455/402 e seg. e tem a seguinte ementa:

> **Correição Parcial** — *Matéria criminal — Precedência — Volta do inquérito à polícia, para diligências, requeridas pelo promotor e indeferida pelo juiz — Inadmissibilidade — Cerceamento ao direito de acusação — Pedido deferido.*
>
> **Não pode o juiz subtrair ao M.P. a oportunidade de melhor instruir o inquérito policial.** *No que respeita à prova, é preferível errar por excesso de oportunidade oferecida às partes, do que correr o risco de um cerceamento que pode ser prejudicial à Justiça.*

Neste acórdão são citadas duas outras decisões, também publicadas na "Revista dos Tribunais" 394/193; 318/282, que concluíram no sentido de que:

> **"Não é dado ao juiz julgar da necessidade ou não da volta dos autos à Polícia para novas diligências consideradas imprescindíveis ao oferecimento da denúncia."**

Na Reclamação n.º 272 proveniente de Vassouras, reclamante o Dr. Promotor de Justiça da Comarca, a 3.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça deste Estado, relator o saudoso Desembargador Alcides Carlos Ventura decidiu:

> *Reclamação. Negando o Dr. Juiz baixa do inquérito à autoridade, praticou ato do qual não cabe recurso processual com efeito suspensivo. Assim, o caso pode ser enfrentado através da reclamação (***in** *"Revista de Direito da Procuradoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro" 14/305).*

O nobre Desembargador Relator deixou consignado que "o Dr. Juiz, assim procedendo, *subverteu a ordem processual,* caracterizando-se de modo irretorquível o *abuso de poder* previsto expressamente no artigo 219 do Código de Organização Judiciária. Por outro lado, "o *erro de ofício* patente se nos afigura, eis que não foram esgotados todos os meios possíveis para apuração de delito".

Também o 2.º Tribunal de Alçada do Estado do Rio de Janeiro já apreciou, através da Primeira Câmara Criminal, relator o eminente processualista *Gama Malcher,* julgando a Apelação n.º 21 da Capital:

> *"Ministério Público. Sendo o Ministério Público o guardião da ordem jurídica, o destinatário da documentação do crime e o* **dominus litis, não pode o juiz indeferir a baixa dos autos à Polícia para novas diligências que entenda indispensáveis à formação de sua opinio delicti,** *e muito menos, sem pedido expresso, determinar o arquivamento; reclamação procedente."*

O douto relator cita lição de *Tourinho* no sentido de que "se o Promotor requerer ao juiz a devolução dos autos de inquérito à polícia, para novas diligências, julgadas indispensáveis para o oferecimento da denúncia, e o juiz vier a indeferir tal pedido, caberá correição parcial (cf. "Rev. Trib." 394/198). Na verdade, sendo órgão do M.P. o *dominus litis, a imprescindibilidade da diligência fica a seu critério e não a juízo do magistrado..."* (Fernando da Costa Tourinho Filho, *Prática de Processo Penal,* p. 396).

Ora, assim deve ser, se considerarmos que o magistrado funciona no inquérito policial de forma anômala. A peça é preparatória, apenas, da ação. É o autor colhendo provas. Ainda não há relação processual instaurada. Não temos processo, mas apenas procedimento administrativo. E se não temos processo é porque não temos, ainda, acusação; não temos réu, mas somente indiciado. Não se se deduziu a pretensão. A quem promove a ação é que cabe, evidentemente, avaliar os elementos de que dispõe. Na ação penal pública, como parte, isto compete ao M.P. Se os acha insuficientes para a propositura da ação ou para sustentar um eventual pedido de arquivamento deve prosseguir, sem impedimento de nenhuma natureza, na pesquisa probatória. A denúncia, aliás, deve descrever, por determinação legal, o fato criminoso "com todas suas circunstâncias", sob pena de inépcia.

No Anteprojeto *Tornaghi* colhe-se a lição no sentido de que o Inquérito Policial é simplesmente "apuração sumária do fato que configura infração penal e sua autoria. Não tem caráter instrutivo e se destina exclusivamente a ministrar elementos necessários a promover a ação penal, ou seja, a deduzir a pretensão punitiva em juízo.

Na Exposição de Motivos do Anteprojeto do C.P.P. do mestre Frederico Marques lê-se: "estatui o anteprojeto que cabe ao M.P." promover e fiscalizar, quando entender necessário, atos investigatórios da polícia judiciária, intervir no I.P. e ordenar a volta do I.P. à polícia, para novas diligências e investigações (arts. 52 II e 93) e tudo independentemente de despacho ou autorização judicial (art. 95), salvo quando preso o indiciado. Aqui seria necessária autorização judicial.

João Mendes Junior definira inquérito policial como "ato de polícia auxiliar da Justiça e *não dos juízes;* já se vê, pois, que *é um inquérito extrajudicial...*" *(O Processo Criminal Brasileiro,* Freitas Bastos, R.J., 1959, vol. II, pág. 76).

A Lei 2.033, de 20-9-1971, aliás mais sábia, determinava: "Para formação da culpa nos crimes comuns as autoridades policiais deverão em seus distritos proceder às diligências necessárias para o descobrimento do fato criminoso e suas circunstâncias e *transmitirão aos promotores públicos,* com os autos de corpo de delito, e indicação de testemunhas mais idôneas, todos os esclarecimentos coligidos e desta remessa ao mesmo tempo darão parte à autoridade competente para formação da culpa.

Galdino de Siqueira traz, também, esclarecimentos necessários: "O inquérito policial compreende todas as diligências necessárias para verificação da existência do crime, com todas suas circunstâncias, e para descobrimento de seus autores e cúmplices. Para o mestre não passa o inquérito de "uma informação preparatória e preventiva feita *enquanto não intervém a autoridade judiciária compe-*

tente, ou, em síntese, uma peça de instrução ou instrumento para servir de base à denúncia, à queixa ou ao procedimento *ex officio* (*Curso de Processo Criminal*, 2.ª Ed., 1917, pág. 305).

Mas deixemos de lado a lição dos anteprojetos e da legislação revogada. Na Exposição de Motivos ao Código de Processo em vigor o inquérito é chamado de "processo preliminar ou preparatório da ação penal". O art. 9.º do Código de Processo Penal Militar bem o define quando diz ser ele *"apuração sumária do fato*, que, nos termos legais, configure crime militar e sua autoria. Tem o caráter de *instrução provisória* cuja finalidade precípua é *de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal"*.

Processualistas mais modernos merecem ser citados, também. Romeu Pires de Campos Barros salienta a função inquisitiva do Inquérito Policial "ensejando a descoberta de informações que *habilitem a acusação desenvolver-se com segurança* na segunda fase da persecução penal, destinada ao exercício da ação pelo órgão competente. (*D. Proc. Penal*, vol. I, pág. 302). *Gama Malcher*, em seu *Manual de Processo Penal Brasileiro*, ensina ser o inquérito "procedimento administrativo em caráter persecutório e de *instrução provisória*, documentando o fato em todos seus elementos destinados a *preparar a ação penal" (ob. cit.*, pág. 114).

Não é o inquérito, inclusive, condição de procedibilidade; dispondo o M.P. de elementos suficientes pode, de plano, oferecer a denúncia cabível. O Supremo Tribunal Federal já decidiu neste sentido desde que a peça acusatória tenha fundamento em dados de informação suficientes ("RTJ" 76/41). Também está dito expressamente no § 5.º do art. 39 do C.P.P. ao cuidar do direito de representação: o órgão do M.P. dispensará o inquérito se com a representação forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal e, nestes casos, oferecerá denúncia no prazo de 15 dias. Também isto ocorrerá na hipótese do art. 40 do mesmo Código.

Deixamos voluntariamente para o final a lição de *Frederico Marques*, em trabalho que se dedicou exclusivamente ao estudo do Inquérito Policial:

> *"o Estado não vai comparecer a juízo e tribunais sem uma* **prévia preparação** *de elementos que mostrem a procedência da pretensão punitiva.*
>
> *Em todo processo há reconstituição de fatos e acontecimentos, para que sobre eles incida a lei aplicável.*
>
> *Por isso, ninguém ingressa em juízo de mãos vazias, nem pode mesmo pedir a tutela jurisdicional sem pelo menos instruir o pedido com um começo de prova.*
>
> *Fora da esfera da justiça penal, o Estado sempre se prepara para seu ingresso em juízo. Há procedimentos administrativos com esse escopo e finalidade. É o que acon-*

tece, **verbi gratia**, *quando proposto o executivo fiscal, ou uma ação expropriatória, ou o pedido de dissolução de uma sociedade. Lógico e curial, portanto, que também o Estado prepara o exercício ou propositura da ação penal. Há, em conseqüência, uma* **fase administrativa anterior à constituição da relação processual**, *em que o Estado, para o exercício da tutela penal, prepara os fundamentos da pretensão punitiva que irá ajuizar.*

E um dos problemas mais difíceis e complexos do processo penal tem sido justamente o da regulamentação, estrutura e ordenamento dessa **fase inicial** *da* **persecutio criminis** *("Sobre o Inquérito Policial"),* **in "Justitia"** *84/276).*

Parece não existir dúvidas quanto à legitimidade da pretensão do ilustre Promotor de Justiça em exercício na 15.ª Vara Criminal. A volta dos autos de inquérito à D.P. para diligências cabe ao Ministério Público. O Promotor é que fará a valoração acerca da necessidade da diligência (*cf.* a propósito Espínola Filho) *C.P.P. Anotado,* R.J., 1965, vol. I, pág. 30, e também Ary Franco que distingue entre diligências imprescindíveis ao oferecimento da denúncia e as não imprescindíveis ao oferecimento da inicial, mas "necessárias ao completo esclarecimento do ato e melhor apuração da verdade", *in* C.P.P., 6.ª ed., Forense, Rio, vol. I, pág. 85. A propósito *cf.* também art. 19 Anteprojeto Tornaghi).

A lição de *Costa Manso* no sentido de que "cabe ao órgão estatal da acusação, e não ao juiz, avaliar dos elementos probantes do inquérito, a fim de, à luz desse exame, obter o arquivamento ou apresentar denúncia" é perfeitamente aplicável à espécie (*cf.* "O Recebimento da Denúncia", *in "Justitia"* 20/77).

Aliás, no IV Congresso Interamericano do Ministério Público, realizado em Brasília em 1972, como lembra Sérgio de Andréa Ferreira, ficou estabelecido que o M.P. deve presidir e orientar a instrução preparatória, assegurando os direitos fundamentais da pessoa humana. No mesmo colóquio, concluiu-se que, nesta última hipótese, as eventuais "abstenções da acusação devem ser apenas submetidas à apreciação dos órgãos competentes do M.P., sem intervenção dos Juízes (*in Princípios Institucionais do Ministério Público,* R.J., 1982, págs. 31/32).

Tem razão *Leone:* O M.P. tem uma série de poderes autônomos, sobre os quais não pode ser exercido qualquer controle (*Tratado,* vol. I, pág. 423) e também *Guarnieri* quando adverte que os membros do M.P. não estão obrigados a obedecer senão à lei e a sua consciência sem receber ordens de quem quer que seja, ainda que de seu superior hierárquico. Como poderia, pergunta o mestre, ser a instituição imparcial se não fosse independente? (*in* Tourinho, *Processo Penal,* vol. II, pág. 235).

Louvável a atitude do ilustre Promotor, a nosso ver, que, no cumprimento de seus deveres, com toda independência, insistiu na realização da diligência considerada imprescindível ao esclarecimento das circunstâncias em que ocorreu a morte de *Paulo Borges da Silva;* inadmissível qualquer outra providência, senão a louvação referida. A *baixa* é imprescindível.

É o parecer.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 1983.

HEITOR COSTA JUNIOR
Assessor Criminal do
Procurador-Geral da Justiça

Aprovo.

NICANOR MÉDICI FISCHER
Procurador-Geral da Justiça

REGULAMENTAÇÃO INTERNACIONAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL AERONÁUTICA. **FRANCO POINCARÉ.** *CÁLCULO*

CURADORIA DE AUSENTES

6.ª VARA CÍVEL

AÇÃO ORDINÁRIA N.º 26.619

A. Francisca Arlita Barbosa Quindaré e outros

R. VARIG S.A. — Viação Aérea Rio Grandense

Direito Aeronáutico — *Regulamentação internacional da responsabilidade civil aeronáutica. Cálculo do valor do* **franco poincaré.**

MM. Juiz

Trata-se de processo que exige leitura atenta de todo o seu conteúdo, para que se possa bem executar a douta decisão do Tribunal de Justiça, que confirmou, em todos os seus termos, a decisão de primeiro grau.

A hipótese é de uma ação ordinária de responsabilidade civil aeronáutica (que deveria ter seguido o rito sumaríssimo, mas assim não foi feito), através da qual a esposa e os filhos de *Clayrton Luiz Garcia Quindaré* cobram da VARIG S.A. a reparação do dano causado com a morte daquele, no acidente ocorrido próximo ao aeroporto de *Orly* (França), no ano de 1973.

A ação foi julgada procedente, sendo o seguinte o dispositivo da R. sentença de primeiro grau:

> *"Julgo procedente, em parte, a ação, para condenar a ré a indenizar os AA em quantia equivalente a 250.000 (duzentos e cinqüenta mil) francos, pela morte da vítima, 250 (duzentos e cinqüenta) francos por quilograma de bagagem registrada e mais o valor dos objetos que estavam sob a guarda do passageiro, até o máximo de 5.000 (cinco mil) francos, procedendo-se à conversão, na data do efetivo pagamento, pelo Direito Especial de Saque..."*

Essa sentença, como já foi dito, foi confirmada pela Egrégia Superior Instância.

O processo está em fase de execução e, para tanto, os autos foram mandados ao contador, por força do seguinte despacho: — fls. 734

> *"Ao contador, que deverá considerar, nos cálculos, o franco-ouro, para efeito de conversão em cruzeiros, fls. 604."*

O Sr. Contador do Juízo elaborou, então, o cálculo de fls. 736, no qual apurou que 250.000 *francos poincaré* corresponderiam a 14.737,5 gramas de ouro, que, transformadas em cruzeiros, mediante a cotação do ouro na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, equivaleriam a Cr$ 227.694.375,00.

O mesmo critério foi empregado para o cálculo das demais verbas; inclusive, os juros de mora foram calculados, também, em ouro...

Esse cálculo que é, evidentemente, imprestável, porque antijurídico, foi impugnado pela parte ré e aceito e defendido pelos autores.

Daí a vinda dos autos a esta Curadoria.

Este um breve relatório da situação do processo.

Para que se possa bem decidir sobre a forma da execução, indispensável será que se teçam algumas considerações sobre o histórico da responsabilidade civil aeronáutica, bem como, sobre as doutas decisões a serem executadas.

A Regulamentação Internacional da Responsabilidade Civil Aeronáutica

O Código Brasileiro do Ar (Decreto-Lei n.º 32, de 18 de novembro de 1966) estabelece, logo em seu artigo 1.º que: "o direito aéreo é regulado pelas Convenções e Tratados que o Brasil tenha ratificado...". Na hipótese de vôos internacionais, especialmente no que diz respeito à responsabilidade do transportador, a matéria tem sido objeto de diversas convenções internacionais, razão pela qual indispensável se torna um breve passeio pelo Direito Convencional a fim de que sejam fixadas as normas, que deveriam ter sido aplicadas ao caso em exame.

Como se sabe, até 1914, o transporte de pessoas e mercadorias, por avião, teve pouco desenvolvimento. Foi, apenas, depois do término da primeira grande guerra, que antigos pilotos militares começaram a realizar vôos regulares, tanto na Europa, como nos Estados Unidos, utilizando-se de velhos aeroplanos de guerra, modificados para o transporte civil, principalmente de correspondência.

As primeiras empresas de navegação aérea começaram a surgir em 1920 e, a partir daí, o desenvolvimento da aviação civil foi permanente e contínuo, atingindo o volume de tráfego, por todos conhecido.

No Brasil, as primeiras linhas, ligando Porto Alegre a Pelotas e a Rio Grande, foram estabelecidas pela VARIG, no ano de 1927, daí se expandindo para uma das maiores redes mundiais de aviação comercial.

Desde 1910, com a Convenção de Verona, que as nações se preocupam com o tráfego aéreo e sua regulação. Daí, um grande número de Convenções e Atos de Direito Internacional destinados a estabelecer princípios sobre segurança de vôo, fixação de normas técnicas sobre comunicações, uniformização dos serviços, fixação da responsabilidade civil do transportador, além de muitos outros aspectos.

No concernente à responsabilidade do transportador, a norma Convencional fundamental foi estabelecida na *Convenção* para a *unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional*, celebrada em Varsóvia em 12 de outubro de 1929, da qual o Brasil foi um dos signatários, tendo sido o seu texto promulgado pelo Decreto 20.704, de 24 de novembro de 1931.

Nessa Convenção, foi uniformizada a responsabilidade do transportador, através da regra da culpa contratual e da limitação do valor da reparação dos danos causados.

Ficou excluída a responsabilidade objetiva, bem como, o princípio segundo o qual a reparação do dano deva ser a mais ampla e completa possível, eventualmente, previsto nas legislações internas dos países signatários.

Fosse qual fosse a extensão do dano, a sua reparação deveria ser limitada ao *quantum* estabelecido na Convenção.

Esse máximo de reparação foi fixado em 125.000 francos, por passageiro. Tal quantia foi considerada referente ao franco francês, então moeda forte, vinculada ao padrão-ouro e constituída de sessenta e cinco e meio miligramas de ouro, título de 900 milésimos de metal fino (art. 22, I e IV).

O franco francês foi eleito por ser, então, uma moeda forte e vinculada ao padrão-ouro. A vinculação ao padrão-ouro era importante, em razão da estabilidade cambial que gerava.

Nas moedas vinculadas ao padrão-ouro o que ocorria era o seguinte: a autoridade monetária nacional declarava expressamente que a sua moeda correspondia a um determinado peso de ouro e, por isso, se comprometia a comprar ou a vender o ouro a preço fixo.

Assim, a taxa de câmbio, em relação a outras moedas, também vinculadas ao padrão-ouro, seria invariável e previamente conhecida, pois corresponderia à relação entre os valores dos pesos de ouro que definissem cada uma das moedas em concorrência.

Ocorre que a estabilidade do franco francês não durou muito, bem como o valor máximo de 125.000 unidades monetárias, com o passar do tempo, se tornou insuficiente.

Foi por isso que, no dia 28 de setembro de 1955, em Haia, se celebrou o Protocolo de Emenda da Convenção para a Unificação de Certas Regras Relativas ao Transporte Aéreo Internacional, que foi aprovado pelo Brasil através do Decreto Legislativo n.º 31, de 12 de dezembro de 1963 e promulgado o seu texto pelo Decreto n.º 56.463, de 15 de junho de 1965.

Conforme a nova redação dada ao art. 22 da Convenção de Varsóvia, pelo art. 11 do Protocolo de Haia, o *quantum* máximo da indenização foi elevado para 250.000 francos, entretanto, essa quantia não mais se referia ao franco francês, mas, sim, a uma moeda supranacional, de caráter meramente escritural.

Por tratar-se de uma moeda Convencional, sem curso, de natureza puramente escritural, não possuía ela valor extrínseco diferente do ouro nela contido.

O Protocolo de Haia atribuiu ao *Franco Poincaré* (denominação que importa numa homenagem ao (estadista) francês *Raymond Poincaré* (1860-1934), Presidente da França durante a 1.ª Guerra Mundial e saneador das finanças francesas durante a crise de 1926 e, que esteve no poder até 1929, quando, em razão de grave moléstia, abandonou a atividade política) um peso de ouro semelhante ao de 1929, ou seja, ao *franco Poincaré* foi definido o peso de 65,5 miligramas de ouro, a título de 900 milésimos de metal fino.

Como se vê, na moeda fiduciária do Protocolo Aditivo de Haia, foi mantido o padrão-ouro *o que não quer significar*, é preciso que se deixe isso bem claro, *pagamento em ouro.*

Por isso, ainda no art. 11, do Protocolo, foi estabelecida a regra de conversão da moeda Convencional em moeda nacional:

> *"A conversão dessa soma em moedas nacionais, que não a moeda ouro, será efetuada, em caso de ação judicial, segundo o valor ouro dessas moedas, na data do julgamento."*

Eis aqui a legislação convencional em vigor no Brasil, sobre o tema em debate, em 1973, época em que ocorreu o acidente aeroviário de Orly. Por isso, a presente ação deveria ter sido julgada consoante as normas supramencionadas; mas, continuemos com a exposição.

O critério monetário estabelecido pelo Protocolo de Haia — vinculação ao padrão-ouro — pressupunha que as moedas das Altas Partes Signatárias também se vinculassem ao mesmo padrão, como classicamente acontecia.

Ocorre que, com o tempo e, especialmente diante da inflação mundial, o valor das moedas nacionais em relação ao ouro (fenômeno que se chama paridade), passou a ser fixado de maneira arbitrária, fazendo, por exemplo, com que a libra esterlina (que assim se denominou originariamente por conter o peso de uma libra de prata) se supervalorizasse, enquanto o franco francês baixava de cotação, sem que, entretanto, esta queda ou aquele aumento correspondessem ao poder aquisitivo interno de cada uma dessas moedas. Por outro lado, a política Norte Americana chamada do "dinheiro barato", serviu, também, para o progressivo abandono do padrão-ouro por parte das moedas nacionais surgindo, como no Brasil, em substituição, o chamado "valor legal" da moeda.

Essa situação de desconforto internacional já havia sido detectada desde julho de 1944, quando, pela Convenção de *Bretton Woods*, quarenta e quatro países decidiram criar o *Fundo Monetário Internacional*, como órgão destinado a corrigir os desequilíbrios monetários e os balanços de pagamentos dos países membros, através dos *Direitos Especiais de Saque, que é a moeda Convencional do F.M.I.*

Pouco tempo depois do Protocolo de Haia, praticamente, as principais moedas nacionais abandonaram aquele padrão-ouro clássico. Isso fez com que a moeda escritural do protocolo não mais atendesse ao ideal de uma justa retribuição pelos danos ocorridos nos acidentes aeronáuticos, já que a conversão do franco *Poincaré* para as moedas nacionais se efetuava mediante mensuração indireta, na qual se empregavam parâmetros de escolha arbitrária, como aliás, está informado pelo Banco Central do Brasil a fls. 706 dos autos.

Diante dessa realidade, as Potências Mundiais integrantes da O.A.C.I. (Organização da Aviação Civil Internacional), organização internacional criada pela Convenção de *Chicago* de 1944, ratificada pelo Brasil e promulgada pelo Decreto n.º 21.113, de 27-8-46, verificaram a necessidade de ser mudada a unidade monetária instituída pelo Protocolo de Haia, como valor máximo das indenizações por acidentes aeronáuticos.

Resolveram, inicialmente, as nações integrantes da O.A.C.I. substituir o franco *Poincaré* (vinculado ao ouro), pelo *Dollar* dos Estados Unidos. Esta foi a proposta constante do Protocolo da Guatemala, de 1971, segundo a qual o valor máximo das indenizações seria fixado em 100.000 dólares americanos por passageiro.

Ocorre que o Protocolo da Guatemala não foi ratificado pelas nações, razão pela qual continuou em vigor o Protocolo da Haia.

Em 25 de setembro de 1975, quando da reunião da O.A.C.I. (I.C.A.O.) em *Montreal*, nova tentativa foi feita objetivando o estabelecimento de uma nova moeda para a liquidação dos danos causados a passageiros de aviões.

Nessa reunião, foi celebrado o Protocolo de *Montreal*, segundo o qual o franco *Poincaré* seria substituído pelos *Direitos Especiais de Saque*, fixados pelo F.M.I., num total de 100.000 desses Direitos, por passageiro.

A moeda da liquidação dos danos passaria a ser a unidade de valor do F.M.I. e a sua conversão em moeda nacional se efetuaria segundo o valor de cada moeda nacional em contemplação do *Direito Especial de Saque*, sendo certo que o *Direito Especial de Saque* seria calculado segundo o método de avaliação empregado pelo F.M.I. para as suas próprias operações e transações. Era o total desaparecimento do sistema de vinculação ao padrão-ouro.

Ocorre que o Protocolo de *Montreal*, que, destaque-se, data de 1975 e, por isso, inaplicável ao caso em julgamento, estabelece que, *enquanto não for ele ratificado por, pelo menos, trinta países, não entrará em vigor*. Ao tempo em que a presente ação foi julgada, *o Protocolo de Montreal*, porque ainda não ratificado por pelo menos trinta países, *ainda não havia entrado em vigor*.

Ao tempo, tanto da sentença de primeiro grau, como do V. Acórdão ora em execução, o Protocolo de Montreal, além de ser inaplicável à hipótese dos autos por ser posterior, não estava em vigor, razão pela qual vigorava, plenamente, o Protocolo de Haia e a moeda da liquidação era o Franco Poincaré, não havendo razão para se falar em liquidação pelos **Direitos Especiais de Saque.**

Franco **Poincaré** *e Direitos Especiais de Saque*, embora sejam moedas escriturais, são coisas absolutamente diferentes e inconfundíveis, por serem unidades monetárias diferentes, não tendo uma relação com a outra.

Eis, pois, a real situação legislativa da responsabilidade civil aeronáutica, no Brasil, ao tempo do julgamento desta ação.

Vejamos agora quais as decisões prolatadas neste processo.

As decisões prolatadas neste Processo

A despeito de tudo quanto ficou dito, a douta sentença de fls. 517/20, induzida em erro pelas partes (como veremos mais adiante) e especialmente pelo errôneo ofício de fls. 446/7, do Banco Central do Brasil, acabou por estabelecer uma confusão entre o *franco* **Poincaré** e os *Direitos Especiais de Saque*, criando, com isso, uma figura bifronte e híbrida, que, certamente, deixará o juiz executor em perplexidade.

Examinemos o disposto da douta sentença de fls. 517:

> *"Julgo procedente, em parte, a ação para condenar a ré a indenizar aos AA em quantia equivalente a 250.000 (duzentos e cinqüenta mil) francos, pela morte da vítima,*

250 (duzentos e cinqüenta) francos por quilograma de bagagem registrada e mais o valor dos objetos que estavam sob a guarda do passageiro, até o máximo de 5.000 (cinco mil) francos, procedendo-se à conversão, na data do efetivo pagamento pelo Direito Especial de Saque, consoante orientação do Banco Central, que se encontra no expediente de fls. 446".

Como se vê da conclusão supratranscrita, a sentença, ora em exame, decidiu corretamente, tendo resvalado, apenas, na parte em que determinou que a conversão da moeda escritural do Protocolo da Haia se fizesse, na data do efetivo pagamento, quando o Protocolo determina que o seja na data do julgamento. Resvalou, também, quando determinou que essa conversão fosse feita pelo Direito Especial de Saque.

Nessa última parte, ou seja, na conversão pelo Direito Especial de Saque, realmente, a douta sentença não foi feliz, pois somou quantidades heterogêneas, criando uma situação de perplexidade.

É preciso que se diga, entretanto, em favor da douta sentença, que a decisão foi levada a essa solução, que chamaríamos "atípica", pela atitude das partes no processo de conhecimento e, principalmente, pelo errôneo ofício de fls. 446 do Banco Central do Brasil, aliás, citado na sentença.

As partes, durante o processo de conhecimento e, ainda, agora, não contribuíram muito para o esclarecimento da verdade e, até mesmo, em algumas ocasiões, fugiram um pouco dela.

Os autores, por exemplo, no que tange ao *quantum* da indenização, afirmaram que os Protocolos da Guatemala e de *Montreal* estavam em vigor e, por isso, o valor da reparação deveria ser fixado em Direitos Especiais de Saque, como se pode ver de fls. 475/8. Ainda, agora, afirmam que 250.000 *francos* **Poincaré** são iguais a 100.000 D.E.S.

Por seu turno, a ré sustentava que a indenização não poderia exceder ao limite de 20.000 dólares americanos, pois era, nesse valor, que deveriam ser convertidos os 250.000 *francos* **Poincaré**, por força de decisão da I.A.T.A.. Sustentava, também, que os Protocolos de Guatemala e *Montreal* não estavam em vigor, mas, se estivessem, a indenização deveria ser de 16.000 Direitos Especiais de Saque (fls. 499, n.º 2 e 509/13).

Quanto à questão do limite de 20.000 dólares estabelecidos pela I.A.T.A., é importante que façamos uma digressão. As empresas de aviação, não sabemos se face à dificuldade da matéria, vêm tentando, sempre que estão em Juízo, inculcar que a norma legal convencional de limite do valor da indenização seria de 20.000 dólares. Essa é uma afirmação, *data venia*, não verdadeira, pois as resoluções da I.A.T.A. não promanam de Convenções Internacionais, isto porque,

a I.A.T.A. **(International Air Traffic Association)**, fundada em 1945, é uma *Associação Privada*, que, portanto, não dita normas que sejam Lei interna. A I.A.T.A., como o seu nome indica, congrega as empresas de navegação aérea e não as nações.

A I.A.T.A. é um organismo internacional de empresas e não de Estados. A organização internacional de caráter oficial é a O.A.C.I..

Fixado esse ponto, que tem induzido muitos julgadores em erro, voltemos ao tema de que nos ocupávamos, qual seja, as razões que levaram a sentença a fazer a confusão entre *franco* **Poincaré** e Direitos Especiais de Saque.

Diante desses argumentos conflitantes, trazidos aos autos pelas partes, o Exmo. Dr. Juiz, que presidiu a instrução deste feito, resolveu pedir o auxílio do Banco Central do Brasil no sentido de saber qual a legislação internacional em vigor e quais as fórmulas de cálculo. Diante dessa solicitação, que fora, inicialmente, feita ao Ministério da Aeronáutica, veio aos autos o infeliz ofício de fls. 446, no qual está dito:

> *"2 — Inicialmente, pedimos vênia para esclarecer que, não sendo o especificado franco ouro objeto de compra e venda nos mercados internacionais de câmbio, a aferição de seu valor somente é passível de cálculo através de mensuração indireta, em que se empreguem parâmetros de escolha arbitrária.*
>
> *3 — Os inconvenientes que decorriam dessa indefinição encontram-se hoje superados, em virtude de as emendas realizadas na Convenção de Varsóvia, 1929 (através dos Protocolos Adicionais aprovados pelo Decreto Legislativo n.º 22, de 28-05-79, e promulgadas pelo Decreto n.º 83.495, de 28-05-79) terem substituído o franco ouro pelos Direitos Especiais de Saque, como padrão de moeda-básica, para os fins de que trata a Convenção em foco."*

Lamentavelmente, o Banco Central do Brasil cometeu um erro grosseiro ao afirmar que o Protocolo Adicional de *Montreal* havia substituído o Protocolo de Haia, fato que não era verdadeiro, pois como já dissemos, o aludido Protocolo para entrar em vigor dependia da ratificação por parte de, pelo menos, trinta Estados e este fato não havia ocorrido.

Por outro lado, equivocou-se, ainda, o Banco Central do Brasil quando afirmou que tal Direito Convencional estaria em vigor no Brasil porque promulgado pelo Decreto n.º 83.495, de 28-05-79. A erronia decorre do fato de que os ditos Protocolos Adicionais, *não foram promulgados pelo Poder Executivo brasileiro*, sendo que o

Decreto referido outra coisa não faz, senão declarar de utilidade pública para fins de desapropriação umas terras no Estado de São Paulo *(D.O.* de 29-5-79)...

O Banco Central do Brasil fez a mais completa confusão. Os aludidos Protocolos não estavam em vigor no Brasil, pois, segundo o nosso sistema, para que um ato internacional de que o Brasil tenha sido signatário se transforme em lei interna, são indispensáveis dois atos: um do Legislativo, aprovando o texto e outro do Executivo, promulgando esse texto. No caso dos mencionados Protocolos Adicionais, ocorreu, apenas, a aprovação legislativa, que se deu pelo Decreto Legislativo n.º 22/79, mas a atividade interna não se completou, por falta de promulgação.

Essa a grande verdade, que o Banco Central, na ocasião, desconheceu.

Essa informação errada do nosso órgão de controle monetário, acabou por induzir o nobre julgador em erro, culminando com a sentença já aludida, que mandou converter *franco* **Poincaré**, em cruzeiros, pelos Direitos Especiais de Saque... Acabou por induzir, também, o Egrégio Tribunal de Justiça, que confirmou, em todos os seus termos, a sentença de primeiro grau e, com isso, a sentença *Transitou em Julgado*.

O engano do Banco Central do Brasil só foi reparado muito mais tarde, já em fase de Recurso Extraordinário, como se vê do Ofício de fls. 631/2, que, embora não dirigido a este R. Juízo, trata do mesmo assunto. A reparação foi tardia, pois como já dissemos, a sentença transitou em julgado e a coisa julgada faz o preto virar branco.

Diante disso, como devemos interpretar o título judicial que ora se executa? Devemos vinculá-lo à Convenção de Varsóvia com a redação de Haia, ou ao Protocolo de *Montreal*?

Data venia, entendemos que a sentença, que ora se executa, não está vinculada a "coisa nenhuma" nem ao Protocolo de Haia, nem ao de *Montreal*. A sentença vale por si mesma e os critérios de execução hão de ser os nela fixados e, mais nada, pois como já dissemos, a decisão é "atípica", tendo criado a sua própria lei.

Por isso, hoje, não parece a esta Curadoria que seja lícito se dizer, como o faz a ré, que a sentença deva ser executada nos termos do Protocolo de *Montreal*, pelo simples fato de não ter a sentença acolhido tal protocolo.

Fixados estes pontos, vejamos como a Curadoria de Ausentes entende deva ser efetuado o cálculo da liquidação, começando, entretanto, pela demonstração da imprestabilidade dos cálculos efetuados pelo Sr. Contador.

Não bastassem as críticas já feitas em outro ponto desta promoção, bastaria uma para justificar a não homologação dos cálculos elaborados pelo Sr. Contador. Vejamos:

O Sr. Contador, para a fixação do valor do ouro, levou em consideração a cotação do ouro na Bolsa de Mercadorias de São Paulo e, não, como manda a lei, *pela cotação do ouro na Bolsa de Londres.*

Todos sabemos, e não há necessidade de invocarmos a cultura alheia, através de citações, que a cotação do ouro, no mercado brasileiro, é ditada pela Bolsa de *Nova Iorque* em dólares americanos e a conversão se faz pelo valor do dólar no *câmbio negro,* que no Brasil, a despeito de alguns desconhecerem, é *crime definido no art. 4.º, letra "a", da Lei de Economia Popular, denominado "usura pecuniária".*

Seria, *data venia,* um absurdo que a Justiça homologasse um cálculo elaborado em termos de usura pecuniária, pois outra coisa não estaria sendo feita, senão, homologar-se os efeitos de uma conduta criminosa.

A conversão do valor - dólar do ouro se faz segundo a cotação da Bolsa de Londres e pelo valor do dólar no câmbio oficial. Eis o certo.

Além disso, o cálculo é obscuro, chegando a converter juros de mora em ouro (?) e, finalmente, não cumpre a sentença pois não faz a conversão dos *francos* **Poincaré** em Direitos Especiais de Saque, para depois traduzi-los em cruzeiros.

Por todos estes motivos, entende o Ministério Público que os cálculos existentes nos autos não devam ser homologados.

Dito isso, vejamos como entende a Curadoria devam os cálculos ser elaborados.

A forma de execução do julgado

Para a determinação da forma da execução, entende a Curadoria que se deva levar em conta os termos da decisão de primeiro grau, já que o v. acórdão, de fls. 602/4, outra coisa não fez senão confirmá-la integralmente, como se pode ver do último parágrafo do aresto. Assim, passemos a examinar, item por item, a condenação.

I — Indenização pela morte

A sentença arbitrou tal verba em 250.000 *francos* **Poincaré,** "procedendo-se à conversão, na data do efetivo pagamento, pelo Direito Especial de Saque, consoante orientação do Banco Central do Brasil, que se encontra no expediente de fls. 446".

A primeira dificuldade está em se fazer a conversão na *data do efetivo pagamento.* Isto será impossível, pois os cálculos deverão preceder ao pagamento, o que importará na necessidade de um cálculo suplementar destinado a atualizar o primeiro, da data de sua feitura até a data em que se efetivar o depósito.

Essa conversão deverá ser efetuada da seguinte forma: o valor do *franco* **Poincaré** será calculado *consoante orientação do Banco Central, que se encontra no expediente de fls. 446.* Isto quer dizer o seguinte: já que o valor da moeda escritural só é passível de cálculo através de mensuração indireta, em que se empreguem parâmetros de escolha arbitrária, a douta sentença escolheu, dentre os parâmetros arbitrários, aquele que é utilizado pelo Banco Central, que é o que se encontra no demonstrativo de fls. 708, que, salvo quanto ao prêmio do ouro puro, é igual ao de fls. 448, que instrui o expediente de fls. 446, ou ainda: o valor do *franco* **Poincaré** será igual ao resultado da seguinte operação — "média das cotações do *fixing*, em Londes, pela manhã e à tarde X média da taxa de compra e venda do dólar dos Estados Unidos fixadas pelo Banco Central X o resultado da seguinte fração: 58,95 mg (que é o peso em ouro fino do *franco* **Poincaré** sobre 31.103,4807 (que é peso em miligramas da onça *troy*)".

Uma vez fixado, pela fórmula *supra*, o valor do *franco* **Poincaré**, este será convertido em Direitos Especiais de Saque, também segundo os critérios do Banco Central do Brasil, que são aqueles de fls. 707, retificado a fls. 716.

Finalmente, o valor apurado em Direitos Especiais de Saque será convertido em cruzeiros.

É evidente que a conversão do franco, depois de apurado o seu valor, em Direitos Especiais de Saque, é uma desnecessidade, para que se chegue ao valor cruzeiros; é uma espécie de ponte ligando a mesma margem de um rio..., mas foi isso que a sentença determinou e, como ela transitou em julgado, não se pode fazer outra coisa, senão, cumpri-la.

Finalizando este item, entende a Curadoria de Ausentes, que o Juízo, para a elaboração de tal cálculo *expedisse* ofício ao Banco Central do Brasil, solicitando que o mesmo fosse efetuado por aquele Órgão, pois somente ele conhece a cotação fixada pelo F.M.I. para os Direitos Especiais de Saque.

II — Indenização pela bagagem despachada

A sentença em execução condenou a ré ao pagamento de 250 (duzentos e cinqüenta) francos por quilograma de babagem registrada, efetuada a conversão nos mesmos termos do item anterior.

Não será possível, ainda, se efetuar esse cálculo, pois não ficou apurado no processo qual o peso de bagagem registrada, cujo total deverá ser multiplicado por 250 francos.

Os Autores alegam que esse total era de 20 quilogramas, mas não há nenhuma decisão nesse sentido, nem, muito menos, prova disso. Os autores argumentam com as fotocópias do bilhete de passagem constantes de fls. 60/1, dizendo que delas consta o total

de 20 quilogramas. *Data venia*, o argumento é ilusório, pois o que consta de tais fotocópias é que o passageiro tinha direito de despachar até 20 quilogramas livre de qualquer pagamento extra.

Assim sendo, por não haver prova do peso de bagagem despachado e por não haver decisão do Juízo sobre qual esse peso, temos que a sentença é ilíquida nesse ponto, e, portanto, o valor dessa verba não pode ser calculado.

III — Indenização pela bagagem de mão

A R. decisão que se executa condenou a ré a pagar aos autores "o valor dos objetos que estavam sob a guarda do passageiro, *até* o máximo de 5.000 francos", feita a conversão da forma já analisada.

Também nessa parte, será impossível ser efetuado o cálculo, já que a sentença é, também, ilíquida, pois não há prova quanto aos objetos que compunham a bagagem de mão do passageiro, o valor desses objetos e, muito menos, decisão judicial definindo isso.

IV — Juros de mora; custas e honorários

Os juros de mora, pelo cálculo ora impugnado, foram apurados em ouro, o que evidentemente viola a legislação brasileira que proíbe a cláusula ouro, bem como o próprio acórdão de fls. 602, que, nessa parte, foi mais claro que a sentença, ao estabelecer em sua ementa que: "sujeição, todavia, à lei brasileira da matéria processual, quais as relativas às conseqüências da citação e da sucumbência..."

As verbas de juros, custas e honorários deverão ser calculadas sobre os valores apurados em cruzeiros, não se aplicando a regra dos juros compostos porque se trata de culpa contratual e não de ato ilícito (data venia dos autores).

Eis os critérios que o Ministério Público entende devam ser seguidos para a execução.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1985.

JOÃO MARCELLO DE ARAUJO JUNIOR
20.º Curador de Ausentes

AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE DESERDAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1.ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 19.277

Egrégia Câmara

A Apelante foi deserdada por testamento de sua mãe, sob o fundamento de ter praticado contra a mesma injúria grave e de tê-la desamparado.

Propôs Ação Declaratória da Nulidade da Deserdação contra a Apelada, beneficiária do testamento, alegando a improcedência das imputações que lhe foram feitas.

Nenhuma prova concreta, seja por iniciativa da Autora, seja por iniciativa da Ré, se produziu no curso da instrução. A sentença julgou a ação improcedente, sob o fundamento de que, não tendo a Autora provado sua inocência, tem a Ré o direito de propor a ação para comprovar a procedência dos motivos da deserdação até 4 anos após a abertura da sucessão, na forma do art. 178, § 9.º, inciso IV, do Código Civil. Como ainda não se escoou o prazo para o ajuizamento da referida ação, deve a Autora aguardar a iniciativa da Ré ou, em caso de omissão desta, o simples decurso do prazo legal que a beneficiará.

Data venia, merece ser integralmente reformada a douta sentença apelada. Com efeito, está a mesma eivada de vício de forma e de substância.

Formalmente, não é de mérito a sentença que encerra o processo sem apreciar o fundo do direito invocado pelo Autor como fundamento do seu pedido. Se a sentença não apreciou o mérito do pedido, não é sentença de improcedência, pois, admitir-se sentença de improcedência que deixasse em aberto o litígio, seria negar a sua eficácia natural, pois, na lição dos doutos, "as sentenças que declaram a improcedência da ação, todas elas são meramente declaratórias, pois seu efeito é meramente declaratório. Julgando improcedente a ação, a sentença nada mais faz do que declarar a inexistência da relação jurídica em que o autor fundamentava a ação" (Moacy Amaral Santos, *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil,* 3.º vol., 3.ª edição, 1979, pág. 29).

(*) O Acórdão da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro proferido na Apelação Cível nº 19.277 encontra-se publicado, na íntegra, na Seção de Jurisprudência.

Dessa forma, se a sentença apelada entendeu que a Autora não tinha direito de obter a declaração judicial da nulidade da deserdação porque tinha de aguardar o decurso de prazo de 4 anos para que a Ré propusesse a Ação Declaratória da Validade da mesma, deveria ter julgado a Autora *carecedora da ação,* por falta de *interesse de agir,* e não julgar, como o fez, a ação improcedente, pois, tendo a sentença de improcedência eficácia declaratória de sentido inverso da de procedência, no caso concreto, a sentença apelada implica em declarar a inexistência de fundamento para impugnar a deserdação, ou seja, a validade desta.

Quanto à substância, também merece censura, *data maxima venia,* a douta sentença apelada. O fato de a lei estabelecer o prazo prescricional ou decadencial de 4 anos para a ação do interessado em provar a causa da deserdação (art. 178, § 9.º, inciso IV do Código Civil) e de ter estabelecido no art. 1.743 que ao beneficiário da deserdação incumbe provar a veracidade da causa alegada pelo testador não significa absolutamente que essa causa somente possa ser examinada na ação proposta por iniciativa do herdeiro instituído.

Se os litigantes forem partes no inventário, a qualidade de herdeiro poderá ser decidida no bojo do próprio inventário, na forma do art. 1000 do C.P.C., podendo o Juiz remeter as partes para as vias ordinárias se a matéria for de alta indagação (parágrafo único do mesmo artigo). E se preterido tiver sido o herdeiro, poderá demandar a sua admissão no inventário, na forma do art. 1001 do mesmo Código.

Se o seu pedido não for acolhido, o Juiz o remeterá para os meios ordinários, mandando reservar, em poder do inventariante, o quinhão do herdeiro excluído, até que se decida o litígio (parte final do art. 1001).

Não decidida, portanto, a controvérsia no bojo do inventário, qualquer dos interessados (seja o filho deserdado, seja o herdeiro instituído) pode propor Ação Declaratória da Validade ou da Nulidade da deserdação. Aliás, o próprio art. 178, § 9.º, inciso IV, do Código Civil, estabelece o mesmo prazo de 4 anos para *a ação do deserdado* interessado em impugnar a deserdação.

Mas esse preceito do Código Civil, que implicitamente reconhece que ambas as partes na relação jurídica têm interesse de agir, é reforçado pelo art. 4.º do Código de Processo Civil e pelo art. 153, § 4.º da Constituição que estabelecem que o interesse de agir pode limitar-se à declaração da existência ou da inexistência da relação jurídica e que nenhuma lesão de direito individual pode ser excluída da apreciação do Poder Judiciário.

Condenar o deserdado a esperar por 4 anos o ajuizamento da ação declaratória da validade de deserdação por parte do seu beneficiário implica em admitir que, durante todo esse tempo e até que se decida definitivamente essa ação, vigorem disposições testamentárias provavelmente nulas.

Ora, a regra é a impossibilidade da exclusão do herdeiro necessário; a deserdação é a exceção. Por essa razão, atribui a lei o ônus da prova da procedência dos motivos ao beneficiário da deserdação, que não pode esquivar-se em ingênuas negativas, como faz a Apelada, de que desconhece os fatos que motivaram a deserdação, porque a boníssima testadora não os comentava. Quem deserda herdeiro legítimo e necessário por testamento está obrigado a dar conhecimento dos fatos e das provas ao herdeiro instituído, para que este possa defender a validade da disposição testamentária, após a morte do seu Autor.

E esse ato de exclusão do herdeiro necessário pode ser pelo mesmo impugnado *a qualquer tempo*, a partir da abertura da sucessão e até 4 anos após a mesma.

Cabendo o ônus da prova da procedência da deserdação (art. 1.743 do Código Civil) à Ré, ora Apelada, essa disposição legal implica em beneficiar a Autora, ora Apelante, com a presunção legal de inexistência desses motivos. Dispensada, destarte, a Autora, por presunção legal (art. 334, inciso IV do CPC), da prova da improcedência da deserdação, e não tendo a Ré, ora Apelada, produzido a prova da sua procedência, ou seja, da efetiva ocorrência dos fatos imputados pela testadora à sua filha, deveria a ação ter sido julgada procedente para o fim de declarar-se a nulidade daquelas disposições testamentárias.

Por todo o exposto, opina esta Curadoria de Resíduos pelo provimento da presente apelação, como medida da mais cristalina e imperiosa Justiça.

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1981.

LEONARDO GRECO
1.º Curador de Resíduos em exercício

NULIDADE DE TESTAMENTO

PROCESSO N.º 9.611

"A nulidade do testamento não pode ser declarada nos autos do inventário por simples provocação dos interessados, alegando inobservância dos requisitos legais estabelecidos no art. 1.632 do C.C., que foi, apenas, objeto de prévia justificação, documentadora do fato apontado pelos interessados. Requer a matéria discussão ampla, em ação que assegure o contraditório e liberdade na análise da prova a ser colhida, em juízo mais abrangente, inclusive com intervenção do testamenteiro com dever de propugnar pela validade do testamento, na forma do art. 1.760 do C.C. e 1.137-II, do C.P.C. Não se aplica, no inventário, a regra do parágrafo único do art. 146 do C.C., que tem princípios próprios.

PARECER

MM. Juiz:

1. Helena Mendes Figueira e Marcos Mendes Figueira, com fundamento no art. 1.632 do C.C. e art. 984 do C.P.C., requerem a este Juízo, que declare a nulidade do testamento deixado por Alfeo de Andrade Figueira;

2. Ao narrar o seu pedido, alegam que pelos depoimentos das 5 (cinco) testemunhas instrumentárias da feitura do testamento, inquiridas perante este juízo, através a Medida Cautelar de Justificação, prevista no art. 861 do C.P.C., ficou demonstrada, sem qualquer dúvida, o inteiro descumprimento e completa inobservância do disposto no art. 1.632 do C.C.;

3. Por tais depoimentos, afirmam que os requisitos essenciais do testamento público foram inteiramente olvidados e postergados, implicando o fato na completa imprestabilidade do mesmo e por tal nulo de *pleno iuris;*

4. Sustentam o seu pedido trazendo à colação diversos julgados de nossos Tribunais que reconhecem a nulidade de testamento quando este não está revestido dos requisitos essenciais previstos imperativamente no art. 1.632 do C.C.;

5. Por fim, sustentam o cabimento do requerimento de Declaração da Nulidade do Testamento, formulado nos próprios autos do inventário, trazendo a douta lição do Des. Hamilton de Moraes e Barros, que entende possível ser debatida e decidida no inventário a nulidade, desde que evidente, face à existência de prova nos autos e independentemente de coleta de prova complementar;

6. Finalizando o seu pedido, requerem que, após declarada a nulidade do testamento, passe o inventário a observar as regras da sucessão legítima;

7. A matéria em questão versa em se admitir a possibilidade ou não deste Juízo declarar, nos próprios autos do inventário, a nulidade do testamento celebrado com alegação de inobservância de requisitos essenciais, postos pelo legislador como formalidades em garantia da validade do mesmo, que não é simples meio de prova *ad probationem* mas *ad solemnitatem*, tratando-se de requisitos substanciais do ato;

8. Verificando os requerentes a impossibilidade deste Juízo reconhecer de plano a nulidade do testamento, promoveram uma Justificação onde nela foram ouvidas todas as testemunhas do ato solene, que pretendem ver declarado nulo. Após tal providência, onde obtiveram a documentação do fato, através seus depoimentos, de que nenhuma delas presenciou a lavratura do testamento e de sua leitura pelo oficial, fizeram juntada nestes autos de inventário do translado da justificação:

Da impossibilidade de no Juízo do Inventário ser declarada a Nulidade do Testamento pelo Juiz.

9. Entendo impossível, em que pese a opinião em contrário do douto Des. Hamilton de Moraes e Barros em seus *Comentários ao Código de Processo Civil*, Edição Forense, vol. IX, 2.ª edição, 1977 — e de outros autores de reconhecida autoridade no assunto, que no procedimento de jurisdição voluntária previsto no Capítulo IV, do Título II, do C.P.C., bem como no inventário, que pertence à jurisdição contenciosa, a apreciação de nulidade de testamento, não se permitindo ao Juiz onde se processa o inventário decidir a respeito, porque nele não intervêm todas as partes interessadas, sem cuja audiência seria inadmissível a decisão judicial sobre o assunto;

10. Na simples Justificação, onde não se admite defesa nem recurso, há ausência de contraditório, pertencendo esta à categorias das medidas cautelares voluntárias, com a ausência de contraditório, de lide e de ação;

11. O inventário não é sede para se instalar o contraditório a respeito da nulidade do testamento mandado cumprir. Em ação própria é que é a sede de discussão ampla de fatos que levam à nulidade do mesmo, onde cabe ampla postulação e se alcança o teor da decisão, inclusive com os recursos cabíveis da sentença prolatada;

12. A postulação de nulidade do testamento requer, como vimos, ampla liberdade de discussão e de prova, em verdadeiro contraditório, sendo certo que o inventário é uma via muita estreita, devendo-se remeter os interessados para as vias ordinárias para solu-

ção da questão que exige maior indagação, onde em um juízo mais abrangente se pode ficar devidamente decidida, inclusive com a citação do testamenteiro, pois a ele incumbe o dever de propugnar pela validade do testamento, mesmo que este tenha nulidade manifesta, pois é de sua obrigação inarredável, a não ser que renuncie à testamentaria;

13. No caso, não se pode argumentar que o ato nulo prescinde de ação de nulidade, e que devem ser pronunciadas pelo Juiz quando conhecer do ato e as encontrar provadas, como estabelece a regra do parágrafo único do art. 146 do C.C.;

14. Por outro lado, a validade do testamento, por imperativo legal, deve ser defendida pelo testamenteiro, na forma do art. 1.760 do C.C. e inciso II, do art. 1.137 do C.P.C., sendo do ofício do Juiz tomar as medidas necessárias para que ele tenha os meios necessários ao exercício de tal encargo;

15. Portanto, no caso, a nulidade do testamento não pode ser declarada pelo Juiz em face de provocação dos interessados, não se lhe aplicando a regra da parte geral do Código Civil, pois o inventário tem princípios próprios, necessitando a questão ser discutida na via ordinária, principalmente porque os interessados pretendem exercer direitos com fundamento no ato que visam ver declarado nulo;

16. Não se poderia deixar de mencionar a opinião de Washington de Barros Monteiro que assim doutrina em seu *Curso de Direito Civil*, 6.º volume, 20.ª edição, págs. 118/119:

> *"Depois que o testamento foi, por sentença, mandado que se cumpra, só pelos meios regulares de direito pode ser invalidado, no todo ou em parte. Efetivamente, encerrado o processo de registro e ordenado o cumprimento do ato, somente por ação ordinária pode o interessado reclamar-lhe a nulidade. Inadmissível reforma daquele despacho, mediante simples reclamação da parte."*
>
> *"Se o reconhecimento da nulidade se acha condicionado à apreciação de subsídios probatórios, deve o juiz,* **prima facie,** *considerá-lo válido, remetendo a discussão para as vias ordinárias."*
>
> *"Em regra, portanto, uma vez que o testamento foi mandado cumprir (seja qual for sua espécie), a anulação só pode ser pleiteada por ação ordinária, para a qual devem ser citados todos os interessados, notadamente o testamenteiro, a quem cabe pugnar pela sua validade, o inventariante e os herdeiros instituídos (Cód. Civil, art. 1.760), bem como o curador de resíduos. Quanto aos legatários, torna-se também necessária sua intervenção, cabendo ao juiz determinar-lhes a citação."*

Por tais razões este Curador opina no sentido deste Juízo:

a) — Indeferir o pedido de fls. 109/115;

b) — Remeter os interessados, se quiserem, para as vias ordinárias, onde a questão da nulidade do testamento, por inobservância dos requisitos legais, poderá ser devidamente elucidada, não se suspendendo o inventário, que deve prosseguir e, se for o caso, no tempo oportuno impor o sobrestamento da partilha dos bens.

São João de Meriti, 14 de agosto de 1984.

LUÍS CARLOS DE ARAUJO
Promotor de Justiça

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

NA APELAÇÃO CÍVEL N.º 12.950

Recorrente: Jorge Antonio da Silva

Recorrida : CIA. do Desenvolvimento Rodoviário do Estado do Rio de Janeiro

Recurso extraordinário mandado processar em Agravo de Instrumento. Estacionamento em logradouro público. Cobrança de tarifa pela CODERTE. Bem de uso comum. Possibilidade de retribuição por sua utilização pelo particular. Autorização legal a este fim. Uso e ocupação do solo: matéria de competência municipal, incluída, entretanto, na hipótese, dentre os serviços de interesse metropolitano. Legitimidade do diploma legal que instituiu a CODERTE para permitir aquela cobrança, porquanto expedido pelo Governador do Estado, após a fusão, antes da promulgação da Constituição Estadual e da instalação da Câmara de Vereadores do Município do Rio de Janeiro. Inexistência de bitributação, por tratar-se de preço público, inconfundível com taxa. Razoabilidade da interpretação. Descabimento ou improvimento do apelo.

1. Em Agravo de Instrumento, determinou o eminente Ministro Relator na Suprema Corte a subida do apelo derradeiro, consoante o ofício às fls. 263, por mais de uma vez reiterado, vindo, afinal, após devolução dos autos pela Vara de origem, as razões do recorrente às fls. 277, omissa a recorrida.

2. Cuida-se de irresignação extrema manifestada pelo recorrente contra aresto da E. 8.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça às fls. 65/9, que, em Mandado de Segurança requerido para eximir-se o impetrante da cobrança de taxa de estacionamento, em logradouros públicos, por entendê-la inconstitucional, assim veio a fixar seu entendimento, ao reformar, por maioria, a sentença do primeiro grau, concessiva do *writ:*

"A cobrança feita pela **Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro — CODERTE** *dos usuários de estacionamento de veículos em vias públicas tem base constitucional e legal: o uso dos bens públicos pode ser retribuído (art. 68 do Código Civil).*

Inexistência de bitributação: para a construção de vias públicas todos os municípios contribuem; para circulação de veículos paga seu proprietário Taxa Rodoviária Única; quem, facultativamente, se utilizar de estacionamento público tem que contribuir para tanto. Tal estacionamento representa um **plus**, *uma vantagem a mais, que o mero pagamento da TRU não lhe assegura.*

Preços de serviços públicos e taxas não se confundem, como bem destacado na Súmula 545 do E. Supremo Tribunal Federal."

3. Com argüição de relevância, estribou-se, o recorrente, na letra "a" do permissivo constitucional, sustentando negativa de vigência do art. 153, § 2.º, da Carta Magna e dos arts. 65 a 68 do Código Civil, além de outros, "por via de conseqüência".

4. Recebeu a inconformidade o parecer do culto e recentemente falecido Procurador de Justiça, Dr. *Luiz Fernando Cardoso de Gusmão,* opinando pela denegação da súplica, acolhido no r. despacho denegatório de fls. 256/58, ante a razoabilidade da interpretação esposada pelo v. aresto impugnado (Súmula 400).

5. Considerando-se que o provimento do Agravo de Instrumento ou a determinação do Relator para que subam os autos não prejudica o exame e o julgamento, no momento oportuno, do cabimento do recurso denegado (art. 316 do RISTF), é este pronunciamento, no que concerne ao juízo de admissibilidade, por que se entenda negativo, na esteira da intervenção anterior do MP, a qual, por certo, se acrescerão as razões de mérito no em que e até onde, nas fronteiras daquele prévio juízo, sirvam a corroborar a convicção da plausibilidade da exegese adotada no v. *decisus* hostilizado.

6. Observe-se haver o recorrente ofertado embargos infringentes (fls. 168), julgados desertos (fls. 168v.), o que não reflete sobre o recurso extraordinário, em face da Súmula 597, do Pretório Excelso, que anuncia não caberem aqueles embargos de acórdão que, em mandado de segurança, decidiu, por maioria de votos a apelação.

7. Por outro lado, publicado o v. julgado hostilizado no dia 20-3-81 (sexta-feira), em 24 daquele mês (segunda-feira), foram apresentados embargos declaratórios (fls. 142), rejeitados (fls. 154/56), mediante decisão publicada no DJ de 22.4.81 (fls. 157). Interposta a inconformação última em 4 de maio daquele ano (fls. 170), apresenta-se tempestivo o recurso.

8. Quanto ao mérito, todavia, é de ser improvido.

Insurge-se o recorrente, consoante o relatório da r. sentença de fls. 65/69, contra a cobrança da taxa de estacionamento, em logradouros públicos, entendendo-a inconstitucional, por bitributa-

ção, já que paga a Taxa Rodoviária Única; que o seu direito de ir e vir está cerceado por tal exigência; que não há lei exigindo tal tributo; que a informante não tem legitimidade para explorar os estacionamentos em locais públicos, inclusive por ausência de concorrência pública.

Sustentou a recorrida, no mérito, ser a cobrança legal, já que o uso dos bens públicos mediante retribuição é autorizado pelo Código Civil e compete ao Município o controle desse uso dentro do seu território, segundo a Lei Orgânica dos Municípios, havendo, a este escopo, firmado contrato com o Município para administrar os estacionamentos em locais públicos; que a cobrança não é da taxa e sim de preço público, não havendo bitributação.

9. Não obstante os argumentos do douto voto vencido de fls. 133/40, do eminente Desembargador *Paulo Pinto*, é esta Procuradoria de parecer de que procedem os fundamentos do voto condutor do v. aresto hostilizado, do nobre Desembargador *Severo da Costa*.

10. Com efeito, preceitua o art. 68 do Código Civil poder ser gratuito ou retribuído o uso comum dos bens públicos, conforme as leis da União, dos Estados, ou dos Municípios, a cuja administração pertencerem.

A respeito da possibilidade da remuneração em contrapartida do uso, pelo particular, da coisa destinada a uso comum, não discrepam os autores, conforme se vê da bem lançada sentença prolatada no Mandado de Segurança n.º 11.469, por cópia, às fls. 33/6, onde é invocada a autoridade do conspícuo administrativista que foi o Prof. *Marcello Caetano*, que estabelecia a distinção, perante o Direito português, entre uso normal e extraordinário dos bens de uso comum, admitindo aquela contraprestação para o último, que exemplifica exatamente com o estacionamento permanente de automóveis nas praças *(apud Vitor Nunes Leal, Problemas*, pág. 403).

Entre nós, o Prof. *Caio Mário da Silva Pereira* é peremptório em suas *Instituições de Direito Civil*, vol. I, 1971, n.º 76, pág. 263, ao discorrer sobre aquela categoria de bens, literalmente:

> *"Mas não se desfigura a sua natureza, nem perdem a sua natureza, nem perdem eles a sua categoria, se os regulamentos administrativos condicionarem a sua utilização a requisitos peculiares, ou restringirem o seu uso em determinadas condições, ou instituírem o pagamento de retribuição (Código Civil de 1916, art. 68), como é o caso do pedágio, nas estradas, ou a venda de ingresso, em museus, como compensação pelo capital investido ou contribuição para o custeio ou manutenção."*

Do mesmo passo, *J. Cretella Júnior, In Bens Públicos,* 1975, pág. 200, exemplificando ainda com as taxas de ancoragem, e *Maria Sylvia Zanella di Pietro,* em preciosa monografia sobre "Uso de Bem Público por Particular", RT., 1983, pág. 10, onde salienta não perder aquela classe de bem com a remuneração a característica de utilização anônima, *uti universal,* igual para todos e independente de consentimento da Administração.

11. Postas estas considerações, impõe-se verificar se lei existe, na espécie, autorizando a cobrança daquela contraprestação, o que recusa o douto voto vencido, situando a questão como ponto nodal da matéria.

Quer, entretanto, parecer a esta Procuradoria, estarem preenchidos os requisitos legais exigíveis àquele fim.

12. Desde as informações de fls. 44/50 às razões de fls. 73/91, a CODERTE arrolou toda a legislação permissiva daquela cobrança, com esteio basicamente no diploma legal que autorizou sua criação, o Dec.-lei estadual n.º 87, de 2-5-1975, ao conferir-lhe, no inciso III do art. 3.º, "o direito de cobrar e arrecadar tarifas de pedágio e utilização e arrendamento dos bens e serviços previstos nos incisos anteriores, observada a Legislação aplicável". E o inciso II daquela disposição preceitua exatamente competir à CODERTE projetar, construir terminais rodoviários, de passageiros e carga, terminais garagem, abrigos de ônibus e *estacionamentos públicos,* terminais marítimos e fluviais.

13. Dir-se-ia concernir a matéria ao uso e ocupação do solo, de competência municipal, *ex vi,* na hipótese vertente, do disposto no art. 8.º da Lei Complementar Estadual n.º 3/76 (Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro), ao repetir a competência definida no art. 35 da Lei Complementar Estadual n.º 1/75 (Lei Orgânica dos Municípios), quando atribui aos Municípios "o planejamento da ocupação do solo em seu território, especialmente de sua zona urbana e de seus núcleos habitacionais; a regulamentação da utilização, pelos veículos, dos logradouros públicos, especialmente nas áreas urbanas, cabendo-lhes, sobretudo, fixar locais para estacionamento de veículos, inclusive em áreas de interesse turístico e de lazer."

No entanto, como bem exposto no v. decisório hostilizado, sendo o Município do Rio de Janeiro integrante da Região Metropolitana, consoante fixado na Lei Complementar Federal n.º 20/74, inclui-se dentre os serviços de interesse metropolitano, que extravasam da competência municipal, o uso e ocupação do solo, nos termos das letras "a" e "f" do § 1.º do art. 171 da Lei Complementar n.º 1 e incisos I a VI do art. 98 da Lei Complementar n.º 3, citadas.

Daí a legitimidade de o Estado dispor sobre o tema, considerando-se ainda que, quando o fez, era atribuição do seu Poder Executi-

vo legislar, mediante Decretos-leis, sobre toda matéria de competência do Município do Rio de Janeiro, enquanto não fosse promulgada a Constituição do Estado e eleita a Câmara de Vereadores do Município do Rio de Janeiro. Assim, as prescrições do § 1.º do art. 3.º da Lei Complementar Federal n.º 20/74 (da fusão) e o Dec.-Lei estadual n.º 2/75, que dispôs sobre o ordenamento jurídico do Município do Rio de Janeiro.

Torna-se inquestionável, pois, a existência de lei o Dec.-Lei estadual n.º 87, de 2-5-75, hábil a autorizar a cobrança, como o fez, pelo estacionamento em logradouro público, quer por competir ao então Governador do Estado legislar sobre matéria do Município do Rio de Janeiro, no que estaria atendida a exigência de lei municipal, a que se referiria o art. 68 do Cód. Civil, na espécie, quer por cuidar-se, também, *in casu,* o uso e ocupação do solo de serviço de interesse metropolitano, a extrapolar da competência municipal.

Nem se diga, com todo o respeito ao ilustrado voto vencido, que a previsão legal concerne apenas à cobrança de tarifas pela utilização de terminais garagem e de estabelecimentos públicos por ela projetados e construídos.

O texto legislativo (inc. II do art. 3.º do Dec.-Lei 87/75) alude, expressamente, a *estacionamento público,* sem a limitação da inteligência que ali se lhe emprestou, não ensejando, de outra feita, se acatada, a aplicação de adequada política de tráfego urbano e de uso e ocupação do solo, na moldura mais ampla do interesse metropolitano, que exigem as normas das leis complementares citadas.

A não se coibir e delimitar, mediante restrições de local e tempo, por via da retribuição ao uso, a ocupação de determinados logradouros públicos, acabará imperando, hoje, nas grandes metrópotes, total balbúrdia, em detrimento dos condutores de automóveis e pedestres. Que já reina.

14. Afigura-se, destarte, legítima a cobrança em questão, não havendo confundi-la com retribuição por mera guarda de veículos, e que não está em jogo, mas, sim, pelo uso do bem de uso comum com intensidade maior, a caracterizá-lo como extraordinário, na lição do mestre luso citado, a reclamar em face do tráfego de veículos que, pela complexidade, excede o do âmbito restrito do território municipal, para dizer com o interesse de região mais vasta, qual a metropolitana, intervenção do Poder Público estadual para discipliná-lo e ao uso do solo a bem do interesse geral.

15. Nem de bitributação há de se falar, eis que aqui se cuida de tarifa, preço público, inconfundível com taxa o que, aliás, é consagrado na Súmula 545 do STF, como claramente se explicitou nos autos, afastada, por conseguinte aquela vedação.

16. Face ao exposto e ante os áureos suplementos de Direito dos ínclitos Magistrados do mais Alto Tribunal da Federação, é o parecer por que, se conhecido, se negue provimento ao recurso.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1985.

LUIZ ROLDÃO DE FREITAS GOMES
PJ I — Assistente

Aprovo.

ANTONIO CARLOS SILVA BISCAIA
Procurador-Geral de Justiça

DÍVIDA DE VALOR, CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS

1.º TRIBUNAL DE ALÇADA

3.ª CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível n.º 13.289

Apelantes: 1) Maria Helena Pinheiro e Filho Menor
2) Itaú Seguradora S.A.

Apelados : Os mesmos

Embargos à execução. Seguro de vida que deveria ser pago desde a comunicação do sinistro, ocorrido em maio de 1982. Havendo resistência da seguradora em pagar, justificada ou não, no caso pouco importa, deve pagar correção monetária e juros, desde a data em que o pagamento era devido, por se tratar de dívida de valor. Admitir agora o pagamento pelo valor nominal implicaria em imenso e injustificável enriquecimento para a seguradora, em detrimento do patrimônio do beneficiário do contrato de seguro. Só o depósito oportuno da quantia poderia liberar a seguradora dessa obrigação.

PARECER

Os primeiros apelantes são viúva e filho de segurado da segunda apelante, falecido em maio de 1982.

A mãe do menor se apresentou à empresa, comprovando o óbito e pretendendo o recebimento do valor do seguro.

A seguradora fez a exigência de autorização judicial para pagar a parte devida ao menor.

A partir de então vem-se discutindo, desde o Juízo Orfanológico, se a exigência seria cabível ou não, o que nos parece que foge ao principal escopo da execução que é objeto dos embargos ora em julgamento.

Se o seguro era devido, e isso ninguém contesta, desde a comunicação do sinistro, a seguradora tinha que pagar naquela data o valor contratado.

Se alguma dúvida lhe assaltava quanto à condição ou qualidade de quem se apresentava para receber, podia fazer as exigências

---

(*) O Acórdão da 3ª Câmara Cível do I Tribunal de Alçada do Estado do Rio de Janeiro proferido na Apelação Cível nº 13.289/84 encontra-se publicado, na íntegra, na Seção de Jurisprudência.

que quisesse, mas, para liberar-se dos ônus da demora no pagamento, estaria obrigada a promover, de imediato, o depósito da quantia, em conta judicial, ou equivalente, onde o dinheiro renderia correção e juros a preço de mercado, em favor do menor beneficiário.

Esse, sem dúvida, o espírito da Lei n.º 5.488/68, e a discussão em torno de sua auto-aplicabilidade, ou dependência de regulamentação é irrelevante, pois a nosso entendimento aquela lei já é um dispositivo regulamentar, que veio explicitar o que sempre foi um princípio geral de direito, que condena o enriquecimento sem causa, mais ainda em prejuízo alheio.

De há muito nossos Tribunais vêm afirmando que, diante da realidade fática em que vivemos, admitir que alguém retenha valor devido a outrem, a que pretexto possa ser, obriga ao pagamento pelo valor atualizado, vale dizer, acrescido da correção e dos juros.

É evidente que a seguradora, ainda mais em se tratando de integrante de um poderoso grupo financeiro, não ficou com esse dinheiro "parado", por todo esse tempo, e se sobre ele obteve ganhos financeiros, seria injusto e antijurídico que se beneficiasse desses ganhos, em detrimento do menor.

A douta sentença apelada (fls. 45) lembra, com muita propriedade, que a própria Lei n.º 6.899/81 determina a correção retroativa nas dívidas de valor e com vencimento certo, o que sem dúvida é o caso destes autos, e traz à colação o entendimento "moralizador" nesse sentido, liderado, entre outros eminentes Magistrados, pelo culto e nobre Juiz, hoje Desembargador, Narciso Pinto, até há pouco integrante e Presidente desta Colenda Câmara.

A nosso ver, porém, com toda a vênia devida, comete incoerência, quando restringe essa retroatividade a fato posterior, quase dois anos, à data da exigibilidade do crédito reclamado.

O parecer é no sentido de se dar provimento à primeira apelação, para determinar-se a total improcedência dos embargos, e conseqüente prosseguimento da execução, devida a correção monetária e os juros de lei desde a data em que o sinistro foi comunicado à seguradora, mantidos os ônus da sucumbência, e julgando-se prejudicada a segunda apelação.

É como se opina.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1985.

LUIZ SERGIO WIGDEROWITZ
Procurador de Justiça

ALIENAÇÃO JUDICIAL DE BEM COMUM INDIVISÍVEL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

APELAÇÃO CÍVEL N.º 36.643

8.ª CÂMARA CÍVEL

Apelante: Vivaldo Camilato

Apelado : Laurita Affonso Camilato

Alienação judicial de bem comum indivisível. Condomínio decorrente de acordo de divórcio. Sentença que indeferiu o pedido, baseada na alegada inadimplência da prestação alimentícia, matéria estranha ao feito. Benfeitorias realizadas após a separação de fato do casal, devendo o seu valor ser apurado para estabelecimento dos quinhões e divisão proporcional do produto da venda.

Provimento parcial do apelo.

PARECER

1. Inconformado com a sentença de fls. 82/84, do MM. Dr. Juiz da 7.ª Vara Cível Regional de Jacarepaguá, que indeferiu pedido de *alienação judicial* de bem imóvel comum indivisível, apela tempestivamente o requerente, sustentando, em suas razões de fls. 86/91, estarem preenchidos todos os requisitos e pressupostos legais para a extinção do condomínio, instaurado a partir da sentença homologatória de divórcio consensual entre as partes (fls. 9/10) e que, como a moradia no imóvel não fazia parte dos alimentos convencionados, a recusa do MM. Dr. Juiz em proceder à alienação do mesmo importou em modificação de cláusula do divórcio, matéria estranha ao feito.

Alega a Apelada, em contra-razões, o acerto do *decisum*, porquanto reside no imóvel com os filhos havidos do seu consórcio com o Apelante, sendo que este de há muito não lhe paga a pensão combinada, e as benfeitorias que valorizam o citado bem foram feitas às expensas da Apelada, após a separação de fato do casal (fls. 93/96).

Oficiou a d. Curadoria de Justiça pelo provimento de apelação (fls. 98/99).

2. Também assim entendemos.

Como se vê no acordo de divórcio, a fls. 9, efetuado perante o MM. Juízo da 3.ª Vara de Família, o imóvel objeto do pedido ficou "em condomínio do casal" (cláusula 2) sendo o único bem a partilhar.

Nada se estipulou quanto à utilização do mesmo, e a pensão convencionada foi de 50% do salário-mínimo vigente, para a mulher e o filho mais novo (cláusula 4). A sentença homologatória é de 02-06-82 (fls. 10), e o varão ingressou com o presente pedido poucos meses após, em 07-02-83, não sendo, pois, de presumir-se uma concordância tácita com o usufruto em favor da ex-mulher.

Dissolvido o vínculo conjugal pelo decreto de divórcio, o condomínio entre os divorciados é, a nosso ver, igual a qualquer outro condomínio e poderá ser extinto na forma prevista nas leis substantiva e adjetiva. A negativa do MM. Juiz a *quo*, fundamentada na alegada inadimplência do alimentante, de forma a converter a pensão no usufruto do imóvel, *data venia*, invadiu a área de competência do Juízo de Direito da 3.ª Vara de Família, ao qual incumbe a execução da prestação alimentícia, bem como o julgamento de qualquer pedido de modificação de cláusulas do acordo lá homologado.

Em um ponto, porém, o Apelante não tem razão; é quando sustentado que, omisso o acordo de divórcio quanto às benfeitorias que valorizaram o imóvel, este passou a pertencer em partes iguais aos ex-cônjuges. Cumpre ter em conta que a ação de divórcio foi precedida de longa separação de fato, de pelo menos sete anos, *ut* cláusula 1 do acordo, tendo a prova testemunhal confirmado, sem oposição do Apelante, que a casa "estava nos tijolos" quando se deu a separação de fato (fls. 79).

O que foi produto do *esforço comum* dos cônjuges limitou-se à aquisição do terreno e à construção da casa, somente até o soerguimento das paredes e colocação da laje. Daí em diante, o término da casa correu por conta exclusiva da Apelada, ressalvado o auxílio dos filhos, principalmente do mais velho, *Sergio Paulo Camilato*, em cujo nome foram emitidos os comprovantes de aquisição de material de construção, a fls. 40 *usque* 48.

Cumpre, pois, apurar o valor do beneficiamento que o imóvel recebeu em decorrência de esforço exclusivo da Apelada, auxiliada por seus filhos, pois a *tal valor o Apelante não faz jus*, restritos os seus direitos à *metade* do que foi adquirido durante a convivência conjugal.

Se o imóvel foi efetivamente alienado a terceiro, o produto da venda há de ser dividido proporcionalmente aos valores apurados na forma acima; se a Apelada preferir valer-se da preferência que lhe atribui o inciso II do art. 1.118 do C.P.C., por ter as benfeitorias de maior valor, ressarcirá ao Apelante tão-somente a *metade da diferença* entre o valor do imóvel e o valor das benfeitorias por ela realizadas.

Saliente-se, ainda, que o eventual débito do Apelante, relativo às prestações alimentícias, poderá ser apurado no juízo competente, para que a respectiva execução recaia sobre os direitos do Apelante ao citado imóvel.

Como bem salientou a d. Curadora de Justiça a fls. 99, "a lei não fecha os olhos ao problema da Apelada, vez que o mesmo pode ser cogitado nas vias adequadas".

3. Por todo o exposto, opinamos pelo *provimento parcial* da apelação, para que seja autorizada a alienação judicial do bem comum, apurando-se previamente o valor das benfeitorias construídas com o esforço isolado da Apelada, benfeitorias essas que não integram o quinhão do Apelante.

É o parecer, *sub censura*.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 1985.

MARIJA YRNEH RODRIGUES DE MOURA
PJI — em auxílio

Aprovo.

ARMANDO DE OLIVEIRA MARINHO
Procurador de Justiça

MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DA INSPETORIA SECCIONAL DE FAZENDA ESPECIALIZADA

PROCESSO N.º 1.137

9.ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

9.ª CURADORIA DA FAZENDA PÚBLICA

MANDADO DE SEGURANÇA

PARECER

Eminente Juiz:

Mandado de segurança impetrado pela *Wrobel Construtora S/A.*, que investe contra ato da Inspetoria Seccional de Fazenda Especializada — Imposto de Transmissão — que, ao fundamento de que a impte., no giro de suas atividades negociais, atribuíra, em *promessa* de venda e compra, a imóvel seu, valor inferior ao real, disso resultando diferença de ITBI a ser recolhida aos cofres públicos, contra si lavrou autuação fiscal, intimando-a, mais, à apresentação de livro diário e demais documentos relativos às transações imobiliárias realizadas no período de 01-01-79 a 26-11-84.

Forra-se a impte., no substancial, em que, na realidade, o fato gerador do ITBI é transmissão do domínio sobre imóveis ou de direitos a ele relativos, o que não se verifica no momento da lavratura da promessa de compra e venda, mero pacto obrigacional, onde se contrata, apenas, obrigação de fazer, à vista do implemento das obrigações assumidas pelas partes.

Ademais, argumenta, a obrigação de recolhimento do ITBI não é sua, mas do adquirente que, embora recolhendo o imposto sobre o valor avençado, não lhe obviou o direito de se insurgir contra o acréscimo que se lhe pretende imputar.

Há informações da autoridade coatora, que esclarece que a ação fiscal, estritamente obediente à Lei, originou-se da constatação de que a impte., na formação dos preços dos contratos, vem falseando a verdade em evidente e enorme prejuízo do erário público. Quanto à possibilidade de a promessa de compra e venda se erigir em fato apto à geração do tributo, tem-na por excluída dos debates por isso que a própria impte., pagando o imposto, jamais a teria negado.

O Estado, por sua Procuradoria-Geral, responde ao pedido subscrevendo, em verdade, as informações prestadas.

Ao contrário do que pretendem o Estado e autoridade informante, o desate do litígio gira, necessariamente, sobre se o com-

promisso de compra e venda, só por si, é *fato gerador* do imposto sobre a transmissão da propriedade ou de direito a ela relativo, por isso que a resposta negativa teria a faculdade, como reflexo inevitável, de enfermar não apenas a autuação de que foi alvo a impte., como também a de inviabilizar a ação fiscal do impdo., *pelo motivo que pretende,* qual seja, o de constatar o descompasso entre o preço expresso no compromisso de compra e venda e o em verdade ajustado e pago.

É que, segundo penso, o fato de ter o *adquirente* recolhido o Imposto sobre a promessa, não vincula a promitente vendedora e muito menos lhe obvia o direito de *discutir o excesso que é cobrado a si e não ao promitente comprador* que só seria devido na medida em que o fosse o próprio imposto...

Não se nega a natureza jurídica do compromisso de compra e venda: *mera obrigação de fazer* ou de compor perdas e danos, conforme o caso, que se situa visivelmente no terreno obrigacional.

Tormentoso, no entanto, é sabê-la apta, ou não, a transmitir direito real; conferir-lhe o atributo de direito real por si só, embora excluída do elenco do art. 674, do Código Civil, de alguns hoje sabido *appertus* apenas e não de enumeração *clausus,* porque, assim entendida, sua eficácia como fato gerador do imposto de transmissão será inafastável.

Há muito, desde o RE 86.486 ("RTJ" 87/596), de que foi relator o eminente Ministro Thompson Flores, assentou o S.T.F. que o art. 674, do Código Civil *é clausus* e não contempla a promessa de venda e compra como direito real. Situou-a, isto sim, no campo das obrigações, dando azo, à vista da inadimplência, a perdas e danos. Entendeu-a, até, dispensada de outorga uxória e não lhe negou validade nesse caso, em que se resolveria em perdas e danos a negativa posterior do cônjuge-mulher em firmar o compromisso definitivo.

Nesse mesmo RE, o eminente Ministro Moreira Alves, que, aliás, com seu voto modificara o pensamento anterior do Ministro Thompson Flores, veio de realçar a inaptidão do negócio para a transmissão da propriedade ou para a constituição de direito real.

Na Representação n.º 1.121-6-GO, o mesmo eminente Ministro vai mais além, esclarecendo que, mesmo quando se cuidassem de promessas de compra e venda que tenham por objetivo imóveis loteados, a *constituição* do direito real à aquisição, no dizer do saudoso *Santiago Dantas,* se daria não com a celebração do compromisso, mas com seu efetivo *registro,* momento em que se daria o fato gerador desse *direito real limitado.*

Pontes de Miranda (Tratado de Direito Privado, vol. XIII, págs. 115 e seguintes), acentua o voto, por seu flanco, chega até a afirmar que, mesmo registrado o compromisso, não se lhe há reconhecer a qualificação de direito real, porque o que ocorre com a inscrição

imobiliária do pacto é, nada mais nada menos, do que simples restrição de disposição do proprietário sobre a coisa compromissada, face a terceiros então avisados do negócio.

É que, como afirma *Orlando Gomes (Contratos,* 8.ª ed., n.º 189, pág. 298, *apud* voto do Min. Moreira Alves, na Representação n.º 1.121-6-GO) o próprio direito real à aquisição nada mais é do que a limitação, então oponível *erga omnes,* do poder de disposição do proprietário, não transmitindo direito real e, muito menos, domínio.

O próprio Prof. baiano, no entanto, afirmara, tempos atrás, sem quaisquer rebuços, a respeito da promessa de compra e venda:

> *"... Duas particularidades impedem considerá-la, em nosso Direito, espécie de contrato preliminar, em sua tradicional conceituação. Primeiramente, a possibilidade, prevista na Lei, de se substituir o contrato definitivo por uma sentença constitutiva. Em seguida, a* **atribuição, ao promitente comprador, de um direito real** *sobre o bem que se comprometeu comprar..." (Direitos Reais,* 3.ª ed., 1969, pág. 446, tomo 2.º, n.º 292).

W. de Barros Monteiro, por seu turno, não trepida, também ele, em afirmar que enumeração do art. 674, do Cód. Civil não é *clausus,* até porque texto algum proibiria, explícita ou implicitamente, a criação de novos direitos (Otávio Kelly, *Interpretação do Código Civil,* 1/307), tanto que assere:

> *"... Mas essa enumeração não é taxativa e, portanto, não exclui outras modalidades de direito real, como o compromisso de compra e venda para pagamento a prestações, quando averbado de acordo com os arts. 5.º e 22, do D.L. n.º 58, de 10-12-37, e arts. 5.º e 22, do Decreto 3.079, de 15-09-38. Nas mesmas condições, será também direito real o compromisso de compra e venda devidamente inscrito, e em que não se tenha estipulado cláusula de arrependimento..." (Curso de Direito Civil, 3.º Vol., pág. 19).*

Em um aspecto, contudo, todos estão de acordo: o momento de constituição do direito real à aquisição, limitado por sua própria natureza, não é o da formação do contrato, mas o de sua inscrição e conseqüente atribuição a terceiro, compromissário comprador, embora disso divirja *Pontes de Miranda,* citado pelo eminente Min. *Moreira Alves,* na Representação referida, forte em que a inscrição do compromisso, repita-se, nada mais atribui ao adquirente do que a faculdade de poder opor a terceiros a limitação do poder de disposição do proprietário sobre a coisa compromissada.

O eminente Ministro, no entanto, dispensou-se de enfrentar o tema de frente, preferindo se referir, *tout court*, à posição perfilhada pelo Mestre, para a qual se inclinava apenas, e nada mais do que isso.

Não se ousou, ainda, afirmar, que, mesmo o compromisso regularmente inscrito, não seja uma nova forma de direito real, embora não elencado no art. 674 do Código Civil.

Indispensável para a conclusão, repetir-se: a *communis opinio* e os pretórios orientam-se no sentido de que o pacto é de natureza obrigacional, dizendo-o, contudo, *após a inscrição, direito real limitado à aquisição!*

Pois bem: resultaria disso que o momento da exigibilidade do tributo, a prevalecer esse entendimento, seria não o da celebração do pacto, mas o de sua inscrição?

Penso que não!

Ora, se é claro, por um lado, que a avença, só por si, não cria o chamado direito real limitado, por outro é indiscutível que o registro ou inscrição nada mais faz do que *constituí-lo.*

Apenas formado ou constituído, pela inscrição, o direito real à aquisição — *aquisição constitutiva do gravame e não translativa* — mas não alienado ou transmitido a qualquer, não há, segundo me parece, o que tributar a teor do art. 35 do Código Tributário Nacional!

É que não é o promitente vendedor que destaca um dos direitos inerentes ao domínio pleno e o aliena ou transmite ao compromissário comprador. Não! Esse é que, ao inscrever o instrumento da avença obrigacional, *constitui e adquire, unicu actu,* o direito real à aquisição, nos exatos termos da Lei 649, de 11-3-49 (configura-se a cláusula 1.14, fls. 19).

A *constituição* do direito, porém, o Código Tributário, obediente às diretrizes tracejadas pela Carta Maior, não tributa, mas apenas a *transmissão* que ali não se opera...

Aliás, o próprio motivo inspirador da Súmula 108, do Egrégio S.T.F., funda-se em que a transmissão ocorre com a escritura definitiva, não tendo o Estado nenhuma competência impositiva sobre o *pactum contrahendo.*

Vale a transcrição do item 10, do parecer exarado pela Procuradoria-Geral da República na Representação n.º 1.121-6-GO, reproduzido no relatório do eminente Min. Moreira Alves:

> *"... 10. Não se diverge, todavia, quanto a constituir a promessa ou compromisso de compra e venda uma obrigação pessoal de fazer (ERE 72.176, "RTJ" 86/499; RE 86.269, "RTJ" 89/212). Porém, esteja ela subordinada a uma condição resolutiva ou tenha o caráter de irrevogabilidade ou de irretratabilidade,* **só irá operar a transmissão do**

bem, no primeiro caso, com escritura definitiva ou a adjudicação compulsória, no segundo caso, momento em que nascerá o fato gerador do imposto. *Se inscrita no registro imobiliário, e constituído, assim, o direito real,* **haverá incidência quando houver a transmissão ou cessão** *desse direito... (Cfr. Ac. cit. — os negritos não constam do original).*

O próprio fisco, aliás, em caso de desconstituição do negócio, se obriga a devolver o imposto, apenas antecipado...

Como a inscrição do pacto, a meu sentir, apenas constitui, sem transmiti-lo —afinal o caso não é de aquisição translativa — o direito real à aquisição, tenho para mim que o caso é de concessão da segurança perseguida para o fim de:

I — enfermado o acréscimo pela inincidência do tributo, se pôr a impte. a salvo da autuação de que foi alvo, visivelmente ilegal;

II — resguardá-la, ainda, da ação fiscal que tenha como objetivo constatar o descompasso entre o preço real e o ajustado, nas promessas de compra e venda apenas, não assim quanto aos demais pactos de natureza definitiva.

E, veja, tudo isso sem se considerar a tese sufragada por *Pontes de Miranda* e *Orlando Gomes* de que o registro, no caso, não constitui sequer direito real algum, mas apenas gera a limitação, exercitável, *adversus omnes,* do poder de disposição da coisa por seu proprietário, posição de inegável poder sedioso...

Este o parecer.

Rio, 29 de abril de 1985.

MAURICIO CALDAS LOPES
Curador de Fazenda

NOTITIA CRIMINIS, INVESTIGAÇÃO *POLICIAL NECESSÁRIA*

CONSULTORIA DE ASSUNTOS CRIMINAIS

PROCESSO N.º E-15/5451/83

ORIGEM: JUÍZO DA COMARCA DE VOLTA REDONDA DA 2.ª VARA CÍVEL

Notitia Criminis. *Investigação policial. A descoberta do autor de um delito já praticado não é pressuposto para a instauração de inquérito policial. Antes, este é que dá margem, dentro da estrita legalidade, à autoridade policial a proceder às investigações necessárias àquela finalidade (art. 4.º, 5.º I e 8.º, todos do CPP).*

PARECER

Trata a hipótese de *notitia criminis* encaminhada pelo Juízo da 2.ª Vara Cível da Comarca de Volta Redonda, relatando a prática de delito de furto de automóvel eventualmente conexo com o de receptação.

O expediente revela que o automóvel marca Volkswagen, tipo Brasília, ano 1978, chassis n.º BA-584222, placa FY-3711-RJ, posteriormente licenciado em Volta Redonda e transferido, sucessivamente, a várias pessoas, foi subtraído em 1979, no estacionamento do Supermercado Disco e finalmente, em 14-2-82, apreendido pela Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis.

Oficiado ao Delegado Titular daquela especializada, verificou-se que o fato está sendo objeto de investigação policial (I.P. n.º .. 011/84), não havendo sido instaurado o competente inquérito policial.

O Código de Processo Penal é absolutamente claro ao determinar que autoridade policial, nos crimes de ação pública, instaure de ofício o inquérito policial (art. 5.º, I e 7.º, do CPP).

A autoria seria apurada através de inquérito policial e não de investigação preliminar, mesmo porque ao Ministério Público e somente a ele cabe dar a última palavra seja sobre a necessidade de outras diligências a possibilitar a indicação do autor do delito, seja ao próprio encerramento das investigações através do arquivamento.

A investigação policial, sem inquérito, impede o controle do Ministério Público e em última análise subtrai dele a *opinio delicti*.

É preciso frisar que a descoberta do autor de um delito já praticado não é pressuposto à instauração de inquérito. Antes, este é

que dá margem, dentro da estrita legalidade, à autoridade policial a proceder às investigações necessárias àquela finalidade (artigo 4.º, do CPP).

Portanto, o parecer é no sentido de requisição de instauração de inquérito policial, devendo a autoridade policial instruí-lo, inicialmente, com os elementos constantes da I.P. 011/84, prosseguindo-se as investigações, se necessário for, dentro do prazo legal, oficiando o representante do Ministério Público no Juízo onde o mesmo for distribuído.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1984.

PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO
Promotor de Justiça designado

Aprovo.

ANTONIO CARLOS SILVA BISCAIA
Procurador-Geral de Justiça

APRESENTAÇÃO DE CONTRA-RAZÕES NA HIPÓTESE DO ART. 600, § 4.º DO CPP

PROCESSO N.º E-15/4.597/84

1. O presente processo trata da questão relativa à identificação do órgão do Ministério Público competente para a apresentação de contra-razões, na hipótese de o apelante valer-se da faculdade prevista no § 4.º do art. 600 do CPP, acrescentado pela Lei 4.330, de 1.º de junho de 1964.

O deflagrador do procedimento em curso foi o ilustre colega Procurador de Justiça *Mário Portugal Fernandes Pinheiro,* que se mostra favorável à tese de necessidade "da baixa dos autos às Varas de origem", "... cabendo à Promotoria de Justiça, assim, oferecer as *contra-razões recursais,* para, somente então, em face de seu oferecimento, elaborar a Procuradoria o competente *parecer*" (fls. 2/3).

Oferece preciosos argumentos em prol de sua posição, citando, ademais, a opinião do Tourinho Filho (fls. 3/4) e recente acórdão da Egrégia 1.ª Câmara do 2.º Tribunal de Alçada (fls. 6).

A douta Consultoria de Assuntos Institucionais e de Direito Público manifesta-se em sentido oposto (fls. 10/11).

2. Preliminarmente, cumpre frizar que a questão nada tem a ver com o objeto da deliberação no processo E-15/3.750/83 (em apenso), razão por que este órgão deverá pronunciar-se sobre o problema vertente.

3. Em nosso trabalho *Princípios Institucionais do Ministério Público* (Rio, 2.ª ed., 1983), escrevemos (pp. 27/28):

> *"A unidade do MP não impede que haja uma profunda diferença entre o MP de primeira e o de segunda instância.*
>
> *Quanto a esse último, que — como nas reclamações, nos conflitos de competência, nos recursos extraordinários — funciona mesmo que não haja interesses específicos de menores, de interditos etc., somos de opinião de que age ele como* **custos legis** *puro, sem o mesmo comprometimento finalístico dos órgãos de primeira instância. Sua forma de atuação é o parecer, enquanto o dos últimos é a promoção.*
>
> *Por essa diferença quanto à própria natureza de seu posicionamento, em relação ao MP de primeira instância, o Procurador de Justiça pode opor embargos de declaração à sentença de primeiro grau, quando toma ciência da*

mesma, para dar parecer; e pode recorrer extraordinariamente, independentemente de o fazer, ou não, a Promotoria ou a Curadoria".

Assim sendo, filiamo-nos à mesma corrente a que adere o Dr. *Mário Portugal Fernandes Pinheiro.*

4. Não se diga que, em decorrência do disposto no art. 10 da Lei Complementar n.º 40, de 14-12-81, os Promotores de Justiça não podem atuar no segundo grau de jurisdição: o que ali se prescreve é que "a função de membro do Ministério Público junto aos Tribunais... somente poderá ser exercida por titular do cargo de Procurador de Justiça", isto é, só esse pode exercer as atribuições próprias do *Parquet* em segunda instância ("junto aos Tribunais", diz a lei), que estão ligadas à competência do próprio órgão jurisdicional correspondente.

O Procurador de Justiça dá pareceres; promove as ações originárias e recorre sempre com a natureza, a ótica e a teleologia do segundo grau de jurisdição.

5. O Promotor de Justiça é titular de órgão de execução de primeiro grau de jurisdição, cível ou penal: sua atividade se exerce nesse e em tudo aquilo que for continuação da mesma relação processual pois que seria o cúmulo que pudesse apelar, agravar, reclamar, recorrer em sentido estrito, e não tivesse atribuição para, como parte, sustentar seus recursos, embargar, recorrer extraordinariamente, impetrar *habeas corpus* ou mandado de segurança contra ato judicial, atuação sempre voluntária. O que não pode ocorrer é ter o Promotor ou Curador funcionado, tão-somente, em primeira instância, como *custos legis* e querer, nessa qualidade, sem que tenha recorrido de primeiro para segundo grau, interpor recursos nesse ou para o STF.

É certo, ademais, que, se o Procurador de Justiça tiver embargado, recorrido extraordinariamente, o seu recurso prejudicará um outro, eventual, do Membro do MP de primeira instância.

6. Não teria sentido que, apenas em razão do uso de uma faculdade pelo réu, se alterasse a competência do Órgão do MP., ou melhor, passasse a ser parte quem não o era.

Cabe lembrar que o Promotor de Justiça também pode valer-se da prerrogativa assegurada pelo § 4.º do art. 600 do CPP, e tampouco estaria correto transferir-se tal encargo ao Procurador de Justiça, que atuará, após, como *custos legis* puro.

7. O fato de os autos terem de baixar para a Vara de origem não constitui novidade, sendo hipótese comum baixarem para que o Curador fale sobre o recurso, nos termos do deliberado por este Conselho no processo E-15/3.750/83.

Os Membros do MP têm direito à intimação pessoal mediante *vista*, em qualquer processo, razão por que não prevalece para eles o disposto no § 4.º do art. 600 do CPP, *in fine*, que alude à abertura de vista no Tribunal *ad quem*, mediante notificação pela publicação oficial.

É claro que se poderá pensar na formação de um grupo de Promotores de Justiça para oferecer as contra-razões da espécie, mas isso é problema administrativo interno ainda a ser considerado

8. Nos autos do processo E-15/3.850/83, em apenso, há comunicação da Ilustrada Presidência do Egrégio 2.º Tribunal de Alçada sobre a questão referente à competência, dentro do Ministério Público, para a impugnação de recursos extraordinários interpostos pelo réu — em processo criminal.

A questão ficou em aberto, não tendo sido objeto de deliberação do Conselho, que deverá decidir agora.

O art. 178 do Regimento Interno daquela Corte reza:

"Se recorrido o Ministério Público, para a impugnação terá vista dos autos, na secretaria, o seu representante junto ao órgão prolator da decisão".

Observamos, a propósito dessa regra, que a vista deverá ser sempre mediante encaminhamento dos autos ao Membro do Ministério Público, através da Secretaria da Procuradoria-Geral, conforme a praxe.

Parece-nos que a competência é da Procuradoria de Justiça que atuou.

É que, agora, já se está recorrendo de decisão de segundo grau e, além do Procurador que falará como recorrido, haverá, no recurso extarordinário, a Chefia do MP, que atuará como *custos legis* puro.

Aliás, a questão também se coloca na área cível, quando a Curadoria de Justiça tiver recorrido, e a solução deverá ser a mesma.

10. Não se diga que o Procurador de Justiça poderá ter opinado, anteriormente, a favor do réu e não terá condições de "impugnar" o recurso.

O argumento não colhe, pois a situação é idêntica à do Promotor de Justiça que se manifestou pela absolvição do réu, mas esse foi condenado e apelou.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1985.

SERGIO DE ANDRÉA FERREIRA
Conselheiro

CONFLITO DE ATRIBUIÇÃO ENTRE MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCESSO N.º E-15/6.092/84

PROCEDÊNCIA: JUÍZO DE DIREITO DA 2.ª VARA AUXILIAR DO JÚRI

Conflito de atribuições entre a Promotoria de Justiça junto à 2.ª Vara Auxiliar do Júri, suscitante, e a Promotoria junto à 24.ª Vara Criminal, suscitada. Flagrante que não descreve crime doloso contra a vida, sequer tentado. Conflito negativo procedente. Atribuição da Promotoria suscitada para prosseguir no feito.

PARECER

Autuado em flagrante na 40.ª DP, recebendo nota de culpa por infração aos artigos 121, c.c. 12, II, do CP e 59 da Lei de Contravenções Penais, *José Elias Tavares Alves* foi, ainda, multado — mas não autuado — por porte ilegal de arma (fls. 7).

Foi, em seguida, distribuído o flagrante à 24.ª Vara Criminal, onde a Promotoria de Justiça entendeu haver engano na distribuição por constar do flagrante que o acusado teria praticado o crime do art. 121, c.c. 12, II, do CP, requerendo declinasse o Juízo de sua competência, o que ocorreu, às fls. 23, sendo os autos redistribuídos à 2.ª Vara Auxiliar do Júri.

Ali, a digna Representante do Ministério Público suscitou conflito de atribuições, entendendo inexistirem no flagrante elementos que, de leve, configurassem crime doloso contra a vida, vindo os autos a essa Procuradoria-Geral, ao acolher aquele Juízo a promoção da Promotoria.

Cumpre, desde logo, observar que, no flagrante, como bem assinala a nobre Promotora suscitante, não há os mais remotos elementos para a configuração de crime tentado contra a vida. No máximo, e ainda dependendo de prova complementar, poder-se-ia vislumbrar, para futuro, uma ameaça de que não houve representação.

Assim, evidentemente, não tem atribuições a Promotoria suscitante para funcionar no feito, eis que nele somente se contém fato contravencional.

Por outro lado, faz-se mister observar que a própria Autoridade Policial deu defensor ao acusado, cumprindo as formalidades processuais do rito das contravenções.

Desse modo, ao ser distribuído a uma das Varas especializadas em contravenções penais, o flagrante constituía ação penal, não se

podendo, em conseqüência, desconhecer que o Juízo se deu por incompetente, enquanto a MM. Juíza da 2.ª Vara Auxiliar do Júri apenas determinou a vinda dos autos a esta Procuradoria-Geral.

A par disso, deve-se convir em que, inexistindo elementos para o oferecimento de denúncia, remanesceria tão-somente a contravenção de vadiagem ou porte de arma, de competência da 24.ª Vara Criminal, em primeira e última análise, até pela precedente distribuição, antes de competir a outra Vara de Contravenções.

De qualquer forma, no que diz respeito a esta Procuradoria-Geral, cumpre unicamente ratificar a posição da Promotoria suscitante, na total falta de sustentação para uma denúncia por crime tentado contra a vida, opinando pela devolução dos autos ao douto Juízo da 2.ª Vara Auxiliar de Júri.

Ali determinará o Juízo as providências que entender adequadas ou necessárias.

É o parecer, salvo melhor entendimento.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1984.

SONIA SIMÕES CORRÊA FORTES
Promotor de Justiça de
1.ª Categoria - Assistente

Aprovo.

ANTONIO CARLOS SILVA BISCAIA
Procurador-Geral de Justiça

GRAVIDEZ RESULTANTE DE ESTUPRO. ABORTO LEGALMENTE PERMITIDO

PROCESSO N.º 441/79

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal Regional

Trata-se de hipótese de permitir o aborto em mulher que engravidou em conseqüência de relações sexuais havidas contra sua vontade, vítima que foi da prática de crimes capitulados nos arts. 213 e 219 do Código Penal.

O aborto por motivo sentimental, por motivações jurídicas ou por motivos éticos, como é denominado na Exposição de Motivos do Projeto Alemão, é permitido na legislação brasileira, como também na Dinamarca, Finlândia, Argentina, México, Cuba, Uruguai, Grécia, Bulgária, Iuguslávia e Projeto do Código Alemão de 1960 ("o grave e inexigível dano para saúde" abrangerá a gravidez resultante de violação ou incesto).

Muitos são os autores que o combatem (a origem criminosa de uma vida não pode justificar a sua supressão, até porque o novo ser é que seria a vítima inocente, argumenta-se), não menos são aqueles que o defendem com base ou não na não exigibilidade, ou com a invocação do estado de necessidade.

Manzini, Vannini, de Marsico e Ranieri, ao contrário de *Bataglini* e *Bettiol,* sustentam que a vítima do crime sexual que engravidou se encontra num estado de necessidade para defender a sua honra, pelo que pode provocar o aborto.

Manzini (Trattato di Dirito Penale Italiano, 1951, VII, pág. 536) insurge-se, até, contra "o rigor da interpretação e a pedanteria doutrinal", que, no seu entender, devem ceder perante as exigências do "sentimento comum e da razão".

Autor há *(A. Tocci, Il Procurato Aborto,* págs. 143 e seguintes) que refere esta situação como de aborto eugênico.

Jimenez de Asúa (Tratado, VI, pág. 1010), entende que se o aborto vier a ser praticado, mesmo que a violada não sinta repugnância alguma pelo fruto concebido, o dano não será excessivo em vista de o aborto ser raramente perseguido e estar, por isso, condenado a desaparecer, pelo que o aborto poderia ser autorizado *a priori pelo* Juiz.

Pelo Projeto Oficial do Código Penal para a República da Bolívia (art. 388), preparado por *M. Lopez-Rey,* a autorização será concedida sempre que das sumárias diligências resultem indícios razoáveis de que a gravidez foi conseqüência de violação ou de incesto. O nosso Código Penal apenas prevê uma causa de exclusão da punibilidade. *In casu,* há todo um inquérito policial que apurou convenientemente o fato.

Preferível esse sistema, a forçar a mulher violada a praticar por si mesma o aborto, seduzida pela esperança do perdão judicial, com todos os riscos de infecção e de fatal desenlace. O aborto que a ofendida quer lograr deve ser praticado por um médico para que tais riscos devam ser reduzidos ao mínimo.

Autores suíços, como *Forster, Muret, Forel y Veillard,* segundo *Jiménez de Asúa (ob. cit.,* pág. 1.009) apontaram, antes, a rota a dever ser seguida: *"La mujer violada, que se sienta víctima de invencibles repugnaciones contra el ser concebido, acudirá al magistrado que, en vista de los hechos y de las circunstancias, autorizará la práctica del aborto, a condición de que se ejecute por un médico de solvencia moral y científica".*

Esse pensamento se condensou em uma proposta concreta para formulação de um artigo, a instalar-se nos Códigos Penais de toda a América Hispânica, de molde a conceder-se ao magistrado a faculdade de outorgar à mulher violada permissão para que um médico de solvência moral e científica nela pratique o aborto libertador de suas justas repugnâncias.

Comparemos os milhares de abortos que se praticam e os poucos que chegam à Justiça. Força é convir que no caso de violação ou estupro, mister se faz ter coragem em admitir a legitimidade do aborto, sem prender-se a um moralismo piegas e alienado, tendo-se em mente que aqueles que chegam não encontram a reprovação do júri, na quase totalidade.

A vítima exige do Estado uma prestação jurisdicional que está impedido de ministrar, mas, por outro lado, não tem condições de oferecer uma solução alternativa. A reparação do dano sofrido, lenta e desproporcional, impede a reintegração dos direitos violentamente usurpados a tempo de se restituir, integralmente, o *status quo ante*. A justiça tardia é injustiça.

A autorização do Juiz não significará outra coisa que a valoração, no caso concreto, da não exigibilidade como princípio regulativo *(Asúa)*.

Em suma, a autorização do Juiz, dirigida ao médico, não seria outra coisa que a expressão de que, no caso em questão, não se poderia exigir da grávida que conserve o fruto da violenta concepção.

Será humano não permitir que essa jovem evite dar à luz a uma criança que constantemente lhe lembre o revoltante ato de que foi vítima? Será justo permitir que essa criança nasça odiada e repugnada por ser filho do indivíduo que causou forte sofrimento e repulsa à sua mãe, ao possuí-la contra sua vontade? Será justo impossibilitar essa jovem mulher de vir a constituir um lar, arruinando-

lhe a vida para sempre, já que lhe será difícil o casamento desde que possua um filho gerado em tais condições? Se ao menos o Estado tivesse condições de amparar essa criança...

Eu opino, conscientemente, pela autorização *a priori* do aborto pelo Juiz.

P. deferimento.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1979.

WANDERLEY DE ANDRADE MONTEIRO
Promotor de Justiça

JURISPRUDÊNCIA (*)

JURISPRUDÊNCIA CÍVEL

Supremo Tribunal Federal (*)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO N.º 99.804 — SP

(Segunda Turma)

Relator: O Sr. Ministro Djaci Falcão.

Recorrentes: Fernando Frugoli e outros — Recorridos: Nelson Waismann e sua mulher.

Ação reivindicatória cumulada com perdas e danos. O acórdão recorrido reconheceu em favor dos réus a prescrição aquisitiva.

Recurso extraordinário que merece acolhimento em parte, por ocorrer negativa de vigência aos artigos 169, inc. I e 170, inc. I, do Código Civil. Sem dúvida, os netos do testador, filhos dos recorrentes, é que se tornaram os verdadeiros fiduciários da parte disponível da herança, sendo que somente na morte deles é que tais bens passariam para Oswaldo Domingos Frugoli, pai dos recorrentes.

Provimento, em parte, do recurso, a fim de que, afastada a prescrição aquisitiva em favor dos réus, prossiga a egrégia Câmara julgadora no julgamento da apelação, como for de direito.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros componentes da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, à unanimidade de votos e na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, em conhecer do recurso e lhe dar provimento parcialmente, nos termos do voto do Ministro Relator.

Brasília, 28 de junho de 1984.

Djaci Falcão
Presidente e Relator

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Djaci Falcão: A sentença de primeiro grau, favorável aos ora recorrentes, assim julgou a controvérsia objeto destes autos:

"1. Fernando Frugoli, inventariante do espólio de Oswaldo Fruguli, que também assinava Oswaldo Domingos Fruguli (fls. 9). Victorina Thereza de Acevedo casada com Jorge Acevedo Richero, Ernesto Amedeo Fruguli casado com Maria

(*) Nos acórdãos do Egrégio Supremo Tribunal Federal, em obediência ao Ofício GDG nº 234, de 20-11-80, do Sr. Diretor-Geral do STF, os nomes das partes interessadas sairão publicados na íntegra.

Celha Dias Gouvêa Frugoli, Ugo Oswaldo Frugoli casado com Laura Oliva Frugoli (fls. 195), promovem contra Nelson Waismann e sua mulher Sahara Golda Waismann, a presente Ação Reivindicatória cumulada com perdas e danos, aduzindo o seguinte:

O avô dos suplicantes (Amadeu Fruguli) através da transcrição n.º 23.021, da 1.ª Circunscrição Imobiliária da Capital, de 7-7-1937, adquiriu os lotes 10 a 15 e 31 a 35 e 32-A da quadra 16 da Vila Canaã, Capital, medindo 100 metros de frente para Rua das Tamareiras (hoje Ameixeiras) por 60 metros da frente aos fundos, ao longo da Rua Santa Matilde, com área de 4.800, metros quadrados.

Por morte de Victoriana Fruguli, avó dos suplicantes, a propriedade ficou para o viúvo-meeiro e o Dr. Oswaldo Fruguli, sendo que o Formal de Partilha foi transcrito perante o 1.º Registro de Imóveis, conforme matrícula de n.º 24.864. Amadeu gravou sua meação com cláusulas de incomunicabilidade e inalienabilidade em fideicomisso aos netos, sendo o testamento transcrito no Formal.

Apesar da circunstância, parte dos lotes está sendo ocupada pelos requeridos, talvez em conluio com o loteador, Celso David do Vale e outros, os quais colocando os lotes 16, 17 e 18 da quadra 16 como confrontantes dos terrenos dos postulantes, na verdade fizeram grosseira superposição dos imóveis, valendo-se da escritura pública de 11 de agosto de 1951 do 2.º Tabelião de Notas da Capital transcrito sob o número 46.816, no 11.º Registro de Imóveis da Capital, em 8 de março de 1952 (fl. 30).

Mencionados lotes, por escritura de 13 de dezembro de 1938, e matrícula n.º 27.339 do 1.º Registro de Imóveis foram alienados pelos proprietários a Desidério Tobias (fl. 78/verso) e faziam frente para a Rua Santa Matilde.

Pedem os AA. a procedência da ação para que sejam imitidos na posse dos terrenos, arcando os requeridos com o pagamento de aluguel a ser arbitrado em liquidação de sentença.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 9/79 e 81/164.

2. Os requeridos, regularmente citados a fls. 167, apresentaram a contestação de fls. 173/177. Alegam ser Fernando Fruguli parte ilegítima, pois, a ação deveria ser proposta pelo Espólio de Oswaldo Domingos Fruguli, que deixou 4 (quatro) filhos.

Os contestantes são titulares de domínio há 27 anos e exercem posse mansa e pacífica sobre os lotes comprados. Construíram sobre os mesmos o prédio de 470 da Rua das Ameixeiras, antes n.º 95 da via pública antes denominada Rua Cupecê.

Os AA. jamais tiveram posse dos lotes que houveram de herança do avô Amadeu Fruguli e localizados à Rua Tamareiras (fls. 176). Mesmo que não tivessem domínio sobre os imóveis disputados, já seriam beneficiários de prescrição aquisitiva. A postulação deve ser julgada improcedente.

3. Réplica a fls. 184/191. Victorina Thereza de Acevedo e outros ingressaram no feito como autores a fls. 194/195. As partes peticionaram a fls. 198, 200, 204, 207, 210, 231, 236/239, 241, 243/244, 246/247.

4. O saneador adveio a fls. 249/verso/250, rejeitando a preliminar de ilegitimidade e permaneceu irrecorrido. Assistente dos requeridos indicado a fl. 257 e após compromissado apresentou a crítica de fls. 271/295. O perito judicial elaborou o trabalho entranhado a fls. 296/307 e peticionou a juntada das fotografias de fls. 322/325. Novas petições foram apresentadas a fls. 327, 329/333, 342, 352, 354/356.

Audiência de instrução e julgamento a fls. 361/361/verso, com as inquirições de fls. 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369. Conciliação sem êxito. Encerrada a instrução, as partes ofereceram os memoriais de fls. 376/381 e 384/389. Oficiou o Dr. Curador de Resíduos a fls. 395.

É o relatório. Decido.

5. A preliminar de ilegitimidade da parte resultou afastada no respeitável saneador de fls. 249/verso/250 e a matéria ali decidida precluiu. Entretanto, não estando os imóveis reivindicandos transcritos em nome dos postulantes e sim em nome de Oswaldo Fruguli ou Oswaldo Domingos Fruguli, cuja sucessão tramita perante a 6.ª Vara da Família da Capital, (fls. 10), como titular da matrícula de n.º 24.864 da 1.ª Circunscrição Imobiliária da Capital (fls. 29), impõe-se reconhecer a legitimidade postulatória dos AA., por força do art. 1.572 do Código Civil, segundo o qual: "Aberta a sucessão, o domínio e a posse da herança transmitem-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários", como sucessores do espólio.

6. O registro do evento se faz indispensável, diante da exibição da certidão de óbito n.º 20.605 do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais do Município e Comarca de São Vicente, em nome de Oswaldo Domingos Fruguli e da cessão dos direitos hereditários consubstanciada no contrato de fls. 179/181, feita pelos AA. em favor de Walter Serante, patrono que subscreveu a inicial de fls. 2/8, este sim impossibilitado de exercitar a reivindicatória do objeto do contrato pactuado com os descendentes do titular do domínio dos lotes demandados.

7. Assentada a legitimidade das partes, examina-se, doravante, o mérito da ação. Que os autores são os legítimos titulares do domínio dos lotes 10 a 15, 31 a 35 e 32-A, da Vila Canaã, antiga Granja Santa Catarina, distrito de Santo Amaro (medindo na integridade 1000m para a Rua das Tamareiras), por sessenta metros da frente aos fundos, ao longo da Rua Santa Matilde com a qual faz esquina é indiscutível, face à transcrição de n.º 24.864, do 1.º Registro de Imóveis da Capital (fls. 29), que se filia à matrícula de n.º 23.031 do mesmo Registro de Imóveis, de 7 de julho de 1937 (fls. 23).

8. O domínio dos requeridos está calcado na escritura do 2.º Tabelião da Capital de 11 de agosto de 1951, através da qual adquiriram de Celso David do Valle e sua mulher três lotes de terreno, sob os n.ºs 16, 17 e 18, da quadra 16, da Vila Canaã, no 31.º Subdistrito do Ibirapuera, Capital, com área de 1.200 metros quadrados, conforme matrícula n.º 46.816 do Registro de Imóveis da 11.ª Circunscrição (fls. 35).

9. No estudo realizado pela perícia judicial de fls. 296/307, precisamente a fls. 301, constata-se a afirmativa de que os lotes "agrupados de n.ºs 10, 11, 12, 13, 14, 15, 31, 32, 33, 35 e 32-A, da quadra 16, do Jardim Canaã, medindo em sua totalidade 100m de frente para a Rua das Tamareiras (atual Ameixeiras) por 60m da frente aos fundos ao longo da Rua Santa Matilde, estão corretamente demarcados na referida planta", enquanto que, os lotes 16, 17 e 18 "encontram-se encravados por terreno de terceiros, pela divisa natural do loteamento Jardim Canaã (curso d'água) e pelo Córrego Cupecê, sobre o qual atualmente existe a avenida do mesmo nome" (fls. 302). E prossegue o perito: aberta a "travessa Cupecê, paralelamente à Rua Santa Matilde e distante cerca de 80m dos lotes 16, 17 e 18, ditos lotes foram transportados de sua posição original e recolocados fazendo frente para a Travessa Cupecê, superpondo-se, dessa forma, parcialmente aos lotes 10, 11, 12, 13, 14 e 15 dos autores" — fls. 302.

10. A conclusão do engenheiro Ruy Batalha de Camargo foi censurada pela crítica de Carlos Aylton de Albuquerque Maranhão, a fls. 271/282, todavia, as objeções ali levantadas improcedem.

11. Procurou o assistente demonstrar que a atual Rua das Ameixeiras nunca se denominou Rua das Tamareiras, existindo as duas vias (fls. 276). A alteração da denominação, entretanto, é irrelevante, apesar de verdadeira (fls. 308/309 e da existência da Rua das Tamareiras noutra localidade, conforme anotado na planta de fl. 310, porquanto, o fato por si só não desloca automaticamente a locação dos lotes dos autores para aquela localidade, inclusive aqueles não incluídos na presente demanda de n.ºs 31, 32, 33, 34, 35 e 32-A, que fazem frente para a Rua Santa Matilde, conforme reprodução de fls. 302.

12. A discrepância inobstante observada não produz o efeito desejado pelos contestantes. Com efeito, a área em questão foi retalhada sem a inscrição regular

do loteamento perante o Registro de Imóveis, mas o título dos autores empresta cobertura satisfatória à área física ocupada, em perfeito cotejo com as ruas confrontantes, ou seja, 100 metros de testada para a Rua Tamareiras, por 60,00m para a citada Rua Santa Matilde.

O mesmo não ocorre com o título dos requeridos, que justaposto sobre a superfície, com frente para a Rua Cupecê, deixa a descoberto um lote de 400,00 metros quadrados, conforme levantamento planimétrico de fls. 283, que acompanhou a crítica do assistente dos contestantes, o que bem demonstra a sua desconformidade com o local, pois, do contrário, existiria coincidência entre a área ocupada e a titulada.

Acentua-se também que os lotes adquiridos pelos requeridos em 11 de agosto de 1951 (fls. 30/35), anteriormente, através de escritura de 12 de novembro de 1938, lavrada no 2.º Tabelião da Capital e matrícula n.º 27.339 (fls. 78/verso) foram alienados a Desidério Tobias, pelos mesmos vendedores, donde se concluiu que, enquanto perdurar aquela transferência, a compra de Nelson Waismann e de sua mulher é classificada como **a non domino**, pois a aquisição foi celebrada com quem não era titular de domínio dos imóveis transacionados.

13. Sob o prisma dominial, os requeridos estão desamparados de razão e também não são favorecidos pela lembrada prescrição aquisitiva, malgrado exerçam posse sobre a área de 1.200 metros constitutiva dos pretendidos lotes 16, 17 e 18 da quadra 16, desde agosto de 1951, pois o óbito do fiduciário ocorreu em 20 de agosto de 1977 (fl. 225), tendo-se aplicação o magistério do Professor Washington de Barros Monteiro, *in Direito das Sucessões*, 4.ª edição, Saraiva, 1962, *in verbis:*

> "Só com a abertura do fideicomisso entra o fideicomissário na posse dos bens. Só então lhe assiste o direito de reivindicar os bens acaso alienados pelo fiduciário (Código Civil, art. 647). Em conseqüência, enquanto não recebe os bens, não ocorre contra ele qualquer prescrição, porquanto não pode propor, até então, ação alguma. Sua intervenção em juízo só se legitimará para o requerimento de medidas conservatórias, inclusive contra o próprio fiduciário. Mas operada a substituição, investe-se o substituto em todos os direitos e começam então a fluir os prazos prescritivos, podendo ajuizar todas as ações necessárias à defesa de seus direitos e interesses."

14. O ensinamento transcrito, por sua clareza, dispensa outras considerações. O testamento do avô dos autores está transcrito a fls. 86, no formal de partilha dos bens deixados por Ernesto Amadeu Fruguli (fls. 82/164).

15. Comprovado o domínio dos lotes em nome do fiduciário (fls. 29, através da matrícula n.º 24.864 da Primeira Circunscrição Imobiliária da Capital) e sendo induvidosa a ocupação parcial daqueles de n.ºs 10 a 15, em razão de superposição dos terrenos n.ºs 16, 17 e 18 (fls. 303) adquiridos pelos requeridos de quem já não eram proprietários (matrícula n.º 27.339, entranhada a fls. 78/verso), conclui-se pelo reconhecimento do injusto exercício da posse pelo casal demandado sobre os mesmos, os quais deverão ser devolvidos livres e desocupados aos fideicomissários-autores, independentemente do ressarcimento de eventuais benfeitorias levantadas abusivamente sobre a propriedade de outrem.

16. Em harmonia com o exposto: julgo procedente a Ação Reivindicatória movida por Fernando Fruguli, Victorina Thereza de Acevedo casada com Jorge Acevedo Richero; Ernesto Amadeo Fruguli casado com Maria Celha Dias Gouvêa Frugoli, Ugo Osvaldo Frugoli casado com Laura Oliva Frugoli contra Nelson Waismann, e sua mulher Sahara Golda Waismann, imitindo os autores na posse dos lotes 10 a 15, da quadra 16, da Vila Canaã, Capital, com frente para a atual Rua das Ameixeiras, antiga Tamareiras, conforme laudo de fls. 296/307, aqui inteiramente encampado, respondendo os sucumbentes pelas custas processuais, salários periciais a fls. 318 para louvado judicial e em 1/3 (um terço) daquela quantia para o assistente, afora honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor atribuído à causa.

Entendo incabível a reparação de eventuais benfeitorias erigidas sobre os terrenos, que a rigor compensam os danos suportados pelos AA, que ficaram privados dos mesmos desde 19/7.

Após o trânsito em julgado e pagas as custas, expeça-se o competente mandado para entrega dos lotes reivindicandos, em 10 (dez) dias, de conformidade com o art. 621 do Código de Processo Civil, sob pena de reintegração judicial.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

São Paulo, 16 de junho de 1980.

Demóstenes Migulino Braga
Juiz de Direito, (fls. 397/403)

Julgando a apelação dos réus, o Tribunal **a quo** decidiu:

"1. Adequada se mostra a demonstração feita pela sentença recorrida do atendimento, pelos autores, dos pressupostos da reivindicatória: a prova do **jus in re**, a adequada individuação do imóvel, a posse dos réus. O laudo pericial acolhido pela sentença aclarou com segurança o litígio, no referente à disputa dominial. O título dos autores é o que se ajusta aos lotes reivindicandos. E, como o salientou o magistrado, "o mesmo não ocorre com o título dos requeridos, que justaposto sobre a superfície, com frente para a Rua Cupecê, deixa a descoberto um lote de 400,000 metros quadrados, conforme levantamento planimétrico de fls. 283".

2. Todavia, em favor dos réus, a obstar a procedência da reivindicatória, operou-se a prescrição aquisitiva.

Os réus estão de posse do imóvel a partir de agosto de 1951 (fls. 402). O falecimento do testador fideicomitente é de 21 de junho de 1950 (fls. 84). Para o fiduciário passou o terreno desde essa data (1950). E ele faleceu em 20-8-77 (fls. 402). De agosto de 1951 a agosto de 1977 há um lapso de 26 anos. Há, assim, tempo de prescrição aquisitiva, inteiramente consumada enquanto a propriedade pertencia ao fiduciário. Quando este faleceu, o bem, que deveria transmitir ao fideicomissário, deixara de existir, para ele. O que iria transmitir, pois?

A lição da doutrina, segundo a qual não corre prescrição contra o fideicomissário, enquanto pertencente o bem ao fiduciário, não se aplica ao caso concreto. Efetivamente não pode o fideicomissário reivindicar o bem do fiduciário, ou da pessoa a quem este o vendeu, enquanto não ocorrer o falecimento do fiduciário. Enquanto não se realizar este evento, a propriedade, embora com o caráter de resolúvel, pertence inteiramente ao fiduciário, ou à pessoa a quem este a vendeu. É a prémorte do fiduciário que torna efetivo o direito do fideicomissário.

Tal não significa, porém, a impossibilidade de aquisição do bem, através do usucapião, por terceiro, desvinculado de qualquer relacionamento com o fiduciário. Em termos de não adquirir deste, mas sim contra este. Se o fiduciário deixa o bem ao abandono, e deste se apossa um estranho, e nele exercita posse **ad usucapionem**, contínua, mansa e pacífica, por prazo superior ao previsto na lei, perde-o para o possuidor. Por forma tal que, quando ocorrer a sua morte, não mais existirá, no seu patrimônio, o bem, de cuja transmissão ao fideicomissário ficara encarregado.

E isso ocorreu no caso concreto.

Aliás, ao fideicomissário assegura-se o direito à prática de atos de conservação do bem que eventualmente lhe poderá pertencer. E se nenhum ato pratica, permitindo que o bem pereça, como coisa própria, em mãos do fiduciário, não há como admitir-se a reivindicação contra o que usacapiu, a pretexto de que a prescrição não corre "pendendo condição suspensiva".

3. Pelo exposto, dão provimento à apelação, para julgar improcedente a ação, por reconhecer em favor dos réus a prescrição aquisitiva.

Em conseqüência, invertidos ficam os ônus da sucumbência.

Participaram do julgamento, com votos vencedores, os Srs. Desembargadores Sydney Sanches e Sylvio do Amaral.

São Paulo, 30 de dezembro de 1980.

Toledo Piza
Presidente

Aniceto Aliende
Relator" (fls. 455/457)

Irresignados, os apelados opuseram-lhe embargos de declaração (fls. 459), simultaneamente com a interposição do recurso extraordinário cumulado com argüição de relevância (fls. 492), ficando este sustado até o julgamento daqueles.

Apreciando os embargos, decidiu-se pelo seu acolhimento, em parte, **in verbis:**

"1. Em extensa e bem cuidada petição, acompanhada de documentos, Fernando Frugoli, inventariante do Espólio de Oswaldo Domingos Frugoli, e outros, oferecem embargos de declaração ao Acórdão que julgou improcedente a ação de reivindicação que os embargos movem contra Nelson Waismann e sua mulher.

Referida ação fora julgada procedente, em primeira instância, por sentença que repeliu a argüição de usucapião, lançada pelos réus em defesa, sob o fundamento de que, enquanto não recebe os bens, com a morte do fiduciário ou o implemento da condição, não corre contra o fideicomissário qualquer prescrição.

Nos embargos ora ajuizados, posta de lado a discussão sobre a tese referida, alegam os embargantes omissão do acórdão sobre pontos a respeito dos quais deveria pronunciar-se. O primeiro deles refere-se à alegação de menoridade dos netos do testador fideicomitente, a qual, uma vez considerada, acarretaria o não reconhecimento do usucapião extraordinário, na espécie, por não completado o lapso prescricional de 20 anos. O Segundo ponto refere-se à circunstância de que, gravado o imóvel com cláusula de inalienabilidade, não poderia ser adquirido por outrem, mesmo por usucapião. Outrossim, em ação anterior, já se afastara a prescrição, com força de coisa julgada, a operar na presente ação. E finalmente pedem os embargantes se declarem os limites e termos em que deferido o usucapião, em favor dos réus.

2. Os embargos merecem acolhida parcial, para que explicitem as razões pelas quais o Acórdão embargado não deu destaque a alguns dos pontos questionados pelos embargantes. Sem que se chegue, porém, a qualquer alteração do julgado. Aliás, para esse fim, inadequado seriam os embargos de declaração.

3. Colhe-se dos autos que, pela Transcrição 24.864, de março de 1938, Amadeu Frugoli, viúvo-meeiro, e seu filho Oswaldo Frugoli, herdeiro, maior, adquiriram no inventário de Victorina Frugoli, o terreno da Vila Canaã, objeto da presente ação. A origem do terreno prende-se à anterior aquisição, feita por Amadeu, a Celso David do Valle e outros. E a sucessão objeto da partilha ocorreu por morte de Victorina, mulher de Amadeu e mãe de Oswaldo.

Em 11 de agosto de 1951, os réus adquiriram imóvel que, pelo menos em parte, se superpõe ao inicialmente descrito. E desde então mantiveram posse ininterrupta no local, com os requisitos que, para a própria sentença de primeiro grau, justificariam o usucapião, não fosse a tese de que qualquer prescrição, mesmo aquisitiva, não corre, em hipótese de fideicomisso, senão a partir da morte do fiduciário.

Ernesto Amadeu Frugoli, pelo testamento que se vê a fls. 86, deixou a metade disponível de seus bens, existentes por ocasião de sua morte, a seus netos, em fideicomisso. Como fiduciário ficou o seu filho Oswaldo Domingos Frugoli. E este, ausente do local, deixou o bem ao desamparo. Só com a sua morte, em 20 de agosto de 1977, é que os bens passaram para a titularidade dos fideicomissários.

Por isso, nenhum relevo se deu, na sentença, objeto do recurso, e no acórdão, que a reformou, à circunstância de haver ou não, entre os fideicomissários, alguns menores, antes de 1977. A propriedade, até então, pertencia, por inteiro, ao fiduciário. E este permitiu que os réus se instalassem no terreno e ali permanecessem, na posse incontestada do imóvel, por 26 anos.

Ora, como o Acórdão, bem como a sentença, não puseram em dúvida que os autores, fideicomissários, só poderiam invocar a titularidade do direito de propriedade sobre o imóvel a partir do momento em que esse direito cessou em relação ao fiduciário, não tinha porque, na contagem do prazo, descontar período de menoridade de qualquer fideicomissário. O que se considerou é que, entre a data em que passou ao fiduciário, e a data da morte deste, a prescrição aquisitiva, em favor dos possuidores, operava apenas contra o fiduciário, e não contra os que iriam substituí-lo, posteriormente. O prazo correu, pois, contra maior e capaz, que nenhuma diligência teve em relação aos bens que deveria, por sua morte, transmitir a outrem.

Assim, embora se reconheça aos embargantes o direito a que no Acórdão se consignem as razões pelas quais nenhum desconto se fez no cômputo do prazo, a conclusão lançada no acórdão se mantém: o lapso de 26 anos decorreu, operando-se a prescrição aquisitiva em favor dos réus, e contra o fiduciário, que nada poderia entregar aos fideicomissários. O acerto ou erronia dessa afirmativa, de sua vez, é matéria que refoge ao âmbito dos embargos declaratórios.

4. A cláusula de inalienabilidade, imposta aos bens dos netos, não exigia menção especial no caso **sub judice.** Foi imposta para que esses netos, por morte de cada um, passassem os bens à pessoa indicada pelo testador. A cláusula é de duvidosa legalidade. Mas inócua para o deslinde da contravérsia.

Os vínculos impostos à legítima do filho Oswaldo Domingos Frugoli — este sim — é que merecem referência especial. Ao que se infere dos embargos, os requerentes pretendem sustentar que a cláusula de inalienabilidade, imposta em doação ou testamento, impede que o gravado perca o bem, pelo decurso do tempo e posse de outrem, mesmo em razão do usucapião extraordinário.

O Acórdão reconhecendo que o usucapião se consumou repeliu a argüição. Mas não consignou as razões do entendimento. É inquestionável o direito dos embargantes a que tal se declare, como ora se passa a fazer.

O usucapião, como o lembra **Vampré,** em lição transcrita por Carvalho Santos, "é um modo de aquisição regulado pela teoria legal da posse e da propriedade: não tem base na alienabilidade e não há razão para tornar uma coisa e outra basicamente correlatas ("Rev. dos Tribunais", vol. 24, pág. 385 — **Código Civil Brasileiro Interpretado** — II, 147). E em outro passo lembra o referido autor: "Se não fosse assim (cuida o trecho de demonstrar que o usucapião prescinde da idéia da alienação) — mister seria concluir pela impossibilidade de se usucapiarem bens que pelos doadores ou testadores fossem feridos de inalienabilidade, o que importaria em absurdo e difícil de sustentar" (pág. 149, **ob. cit.**).

A lição de Clóvis Bevilaqua transcrita pelos embargantes é exata: estabelecida a inalienabilidade, o bem gravado está isento de usucapião ordinário (**Código Civil Comentado,** vol. 6, pág. 105, art. 1.676). E isto porque o usucapião ordinário exige que a posse resulte de um justo título e da boa fé do usucapiente. E proibida a alienação, com os requisitos de publicidade pertinentes, os requisitos questionados não beneficiarão o eventual prescribente. A inalienabilidade imposto por ato de vontade a bem particular, todavia, não impede o usucapião de longo prazo. É o mesmo Clóvis na mesma obra, (vol. 3, pág. 72, art. 558), que esclarece:

> "Os bens públicos, comuns, de uso especial ou dominiais, não se adquirem por usucapião (art. 67). Os bens particulares, ainda que inalienáveis, podem ser objeto do usucapião de trinta anos (referia-se ao prazo anterior à Lei n.º 2.437); porque a inalienabilidade dos bens públicos é essencial à natureza jurídica, e a dos bens particulares é uma garantia, que a lei concede, em atenção a certas pessoas, ou a certas situações jurídicas".

O equívoco dos embargantes resulta, certamente, da consideração de que o bem inalienável é posto fora de comércio. Mas cumpre distinguir, como o fez **Clóvis**, no trecho citado, e o faz **Serpa Lopes**, em expressiva análise (**Curso de Direito Civil**, ed. Freitas Bastos, vol. 6, pág. 545):

> 'Observe-se, porém, que os bens fora de comércio, por isso mesmo que não podem ser objeto de um negócio jurídico, igualmente não podem ser usucapidos.
>
> Esta conclusão deve ser entendida em termos. Se o imóvel está fora de comércio em razão de se tratar de um bem público, de um bem pertencente ao Estado, a sua inusucapibilidade é evidente, como iremos demonstrar (cf. 358 infra); se, porém, a sua inalienabilidade decorre de um ato negocial ou de outro ato jurídico qualquer sob a cobertura do Direito Privado, como no caso de pactos antenupciais, dote, doação, legado, cláusulas testamentárias, o usucapiente é **res inter alios acta**, e porque a sua aquisição é de caráter originário, nenhum empecilho pode encontrar nessa incomerciabilidade, porquanto entre o usucapiente e o proprietário contra quem ele adquire não existe a menor relação de sucessoriedade. Trata-se de uma aquisição, como já dissemos, de caráter originário (cf. n.º 354, supra)'.

5. De coisa julgada, no atinente ao reconhecimento do usucapião, não poderia cogitar-se, na espécie. Na ação anterior, demarcatória, repeliu-se a argüição de prescrição extintiva. A possibilidade de ter ocorrido, no caso, a prescrição aquisitiva, não foi objeto do julgado. Aliás, a sentença, em sua parte decisória, limitou-se a proclamar a carência da ação, remetendo os autores para a reivindicatória, "pois da ação demarcatória está excluída a questão dominial propriamente dita".

Por isso mesmo é que a sentença recorrida teve que julgar a alegação de prescrição aquisitiva, repelindo-a, pelas razões já expostas. Se coisa julgada houvesse, em tal ponto, incabível seria o reexame, para qualquer conclusão diversa, ou para reafirmar, com nova fundamentação, o já decidido.

6. Finalmente, não cabe, no âmbito da presente ação, estabelecer a exata individuação do imóvel, para os fins pleiteados a fls. 468, como se a sentença, aqui proferida, fosse aquela que passará a representar o título de propriedade dos réus, suscetível de transcrição. O que se reconheceu, no caso, é que os réus ocupam a área reivindicanda, por tempo e com os requisitos da prescrição aquisitiva. Ou seja: acolheu-se o usucapião, alegado em defesa, em consonância com a Súmula e as lições correntias da doutrina e da jurisprudência. Este reconhecimento do usucapião, na reivindicatória, afasta apenas a procedência desta. Não supre a necessidade da ação declaratória de usucapião, para que os réus possam obter o título hábil para a plena disponibilidade do imóvel.

7. Assim, em homenagem também ao notável esforço do digno patrono dos embargantes, os embargos são conhecidos e recebidos, em parte, para a explicitação dos pontos, ora versados. Sem que tal conduza, porém, a qualquer alteração do Acórdão.

> Participaram do julgamento, com votos vencedores, os Srs. Desembargadores **Sydney Sanches** e **Sylvio do Amaral**.
>
> São Paulo, 7 de abril de 1981 — **Aniceto Allende**, Presidente e Relator (fls. 514/521).

Retomando seu andamento, e dentro do prazo, os recorrentes aditaram o apelo extremo com a petição de fls. 530/537.

O recurso foi interposto com base nas letras **a** e **d** do permissivo constitucional, cumulado com argüição de relevância, sob a alegação de que o Acórdão

da apelação, com os esclarecimentos decorrentes dos embargos declaratórios, feriu o art. 153, § 3.º, da Carta Magna; arts. 169, I, 170, I, e 1.676, do Código Civil, e art. 471, I, do Cód. Proc. Civil, além de apontarem dissídio pretoriano com as decisões que colacionam.

Admitido o seu processamento através do despacho de fls. 572/576 e após ser regularmente instruído com as razões de fls. 588 **ut** 593 e contra-razões de fls. 597/603, vieram os autos a esta Corte. Com vista à Procuradoria-Geral da República, receberam o parecer de fls. 611/613, contrário ao seu conhecimento. A argüição de relevância não foi conhecida.

VOTO

O **Sr. Ministro Djaci Falcão** (Relator): O Acórdão recorrido, como se viu da sua leitura, reconheceu em favor dos réus a prescrição aquisitiva.

Quanto à alegação de vulneração do art. 153, § 3.º, da Constituição da República, não tem procedência, uma vez que a ação demarcatória, anteriormente ajuizada não apreciou o mérito da controvérsia, tendo sido os autores, ora recorrentes, julgados carecedores da ação. O tema do usucapião não chegou a ser apreciado. Em relação ao art. 471, inc. I, do Código de Processo Civil, relativo à relação jurídica continuativa, não foi objeto de prequestionamento (Súmulas n.ºs 282 e 356).

Todavia, o recurso merece acolhimento por haver negativa de vigência aos arts. 169, I e 170, inc. I, do Código Civil. Na verdade, ao falecer o testador Ernesto Amadeo Frugoli, a 21-6-50 (fl. 84), deixou consignado na cláusula 6.ª do testamento a seguinte disposição:

> "Que deixa a metade disponível de todos os seus bens existentes por ocasião de sua morte, em fideicomisso, aos seus netos que então existirem, gravados com as cláusulas de incomunicabilidade, e inalienabilidade vitalícias, bem como impenhorabilidade de suas rendas, determinando que, por morte de cada um de seus netos, a porção de bens que lhe tiver cabido passe a seu filho Oswaldo Domingues Frugoli, salvo o caso de já ter este falecido ou de ser atingido por comoriência, hipótese em que aos demais netos sobreviventes passará, em partes iguais o quinhão do que tiver falecido; se, porventura, ocorrer falecimento concomitante de todos os seus netos, passarão ainda os bens que a eles deixa ao seu filho Oswaldo Domingos Frugoli, salvo a hipótese de já ter este falecido, ou de ser abrangido por comoriência, caso em que passarão os bens aos seus irmãos que porventura existirem, ou inexistindo, também estes, a parente mais próximo da estirpe "Frugoli", distribuindo-se em partes iguais, os bens si vários forem eles no mesmo grau de parentesco" (fls. 86/87).

Sem dúvida, os netos do testador, filhos dos recorrentes, é que se tornaram os verdadeiros fiduciários da parte disponível da herança, sendo que somente na morte deles é que tais bens passariam para Oswaldo Domingos Frugoli, pai dos recorrentes, conforme observam os recorrentes:

> "O v. Acórdão recorrido fere a norma do art. 169 I e 170 I do Código Civil.
>
> Com efeito, na contagem dos 26 anos relativos ao lapso de tempo entre o mês de agosto de 1951 ao mês de agosto de 1977, referidos no V. Acórdão recorrido, deixou desprezado o tempo relativo à **Menoridade** dos netos do Testador, entre eles o mais novo — Fernando Frugoli — com apenas 5 anos de idade na ocasião em que foi constituído o Fideicomisso e o imóvel foi clausurado com vínculo de **inalienabilidade vitalícia.** E não se considerou ainda que o Fideicomisso foi constituído sobre as duas partes do patrimônio do Testador

(a legítima e a parte disponível) sendo que a parte disponível foi destinada, inteiramente, aos netos do Testador — **Todos Menores** — como se pode verificar no Testamento constante do Formal de Partilha juntado com a Inicial, e contra eles **não corre prescrição.** Todavia, o V. Acórdão deferiu a Prescrição contra Oswaldo na parte a ele destinada, excluindo-se a outra parte dos netos, os quais, tanto como o filho do Testador, também tornaram-se Fiduciários. E os netos eram todos **Menores**, na ocasião.

Neste aspecto o Julgamento é totalmente **Nulo,** porque incidiu em erro contrário à **Ordem Pública** relativa à capacidade civil dos netos do Testador. E mais, observa-se que o Testador dividiu seus bens em duas partes — na legítima a ser herdada por Oswaldo, e na parte disponível doada, diretamente aos netos, nos termos dos incisos 7.º e 8.º do Testamento. Todavia, por morte do único filho Oswaldo, a sua legítima passaria aos netos do Testador. E por morte dos netos a parte disponível testada passaria a Oswaldo. Assim sendo, **todos**, filhos e netos — tornaram-se Fideicomissários e Fiduciários, cada qual segundo a posição testada" (fls. 496/497).

E às fls. 532/533:

"Aqui logo se vê, que a propriedade reivindicada nunca esteve em pleno poder de Oswaldo Domingos Frugoli. **Por inteiro** como disse o Acórdão recorrido, o qual como perfeito fideicomissário e não fiduciário, nunca teve reunidos todos os elementos da propriedade, em sua pessoa, limitados que estavam seus direitos de fideicomissários, como muito bem o diz a norma do art. 525 do Código Civil Brasileiro:

> 'É plena a propriedade, quando todos os seus direitos elementares se acham reunidos no do proprietário; limitada, quando tem ônus real ou **é resolúvel.**'

Ora, se Oswaldo Domingos Frugoli tinha apenas sua parte legítima do terreno herdado e, quanto à parte disponível do Testador **passou diretamente aos netos** em Fideicomisso — não se pode negar a existência de **uma indivisão e de um condomínio**, instituído pelo Testador, impedindo assim a conclusão contida nos acórdãos recorridos segundo os quais os netos do Testador nada poderiam receber de Oswaldo, que veio a perder a propriedade por inteiro, em favor dos réus recorridos" (fls. 522/533).

Daí afirmar com propriedade o despacho que admitiu o recurso:

> "A posse dos réus, iniciada em agosto de 1951, não poderia gerar a usucapião senão a partir de quando completaram os menores 16 anos de idade, o que ocorreu, relativamente a Fernando Frugoli, em 03 de agosto de 1960. Fluindo de então o prazo prescricional, interrompeu-se pela citação válida nesta demanda, verificada em 19 de abril de 1979, antes, portanto, do fluxo temporal apto a permitir o reconhecimento do domínio" (fls. 574/575).

Cuida-se, no caso, de manifestação de vontade expressa de modo claro, a revelar fatos incontroversos, aos quais os acórdãos deram definição jurídica inadequada, considerando fiduciário o fideicomissário, e vice-versa. Em conseqüência, concluiu acolhendo, erroneamente, a alegação de usucapião, como demonstram os recorrentes em suas razões (fls. 523/525 e 530/535).

Ademais, é oportuno ponderar que a matéria foi prequestionada, como se verifica do Acórdão dos embargos declaratórios (fls. 514/515).

Os recorrentes pedem que seja provido o recurso, restabelecendo-se a sentença que julgou procedente a ação reivindicatória, reconhecendo ser incabível "a reparação de eventuais benfeitorias erigidas sobre os terrenos, que a rigor compensam os danos suportados pelos que ficaram privados dos mesmos desde 1977".

Acontece que o acórdão recorrido acolheu a alegação de que se operou a prescrição aquisitiva em favor dos réus, deixando evidentemente de apreciar o restante da apelação, inclusive a parte em que os apelantes sustentam:

> "Finalmente, caso mantida a sentença de primeira instância, os apelantes têm o direito de ser indenizados pelas benfeitorias que, como proprietários, introduziram no imóvel" (fls. 418).

Diante do exposto conheço do recurso pela letra a do permissivo constitucional e dou-lhe provimento em parte, a fim de que afastada a prescrição aquisitiva em favor dos réus, reconhecida pelo Acórdão, prossiga a egrégia Câmara julgadora no julgamento da apelação, como for de direito.

VOTO

O **Sr. Ministro Aldir Passarinho**: Sr. Presidente, acho, que, no caso, verificou-se um erro, um equívoco, no v. Acórdão. Há dispositivos do Código Civil, a respeito, bastante claros. Pelo art. 1733, o testador confere o uso da propriedade ou até mesmo o domínio ao legatário que é o fiduciário, e este, ao morrer, o transfere para o fideicomissário.

No caso, o fideicomissário era menor. Ora, no usucapião — que ocorre em decorrência da prescrição aquisitiva — a ele se aplicam todos os princípios da prescrição, de acordo, inclusive, com o art. 553 do Código Civil. E as interrupções também se verificam da mesma maneira.

Na conformidade do art. 169, inciso I, do Código Civil, a prescrição não atinge os menores. No caso, eram os proprietários todos menores, e depois de terem adquirido a maioridade não decorreu prazo necessário à prescrição aquisitiva.

Assim, não há como deixar de conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos postos por V. Exa., Sr. Ministro Relator, a fim de que, afastada a restrição prescricional, possa ser examinado o restante.

EXTRATO DA ATA

RE 99.804-SP — Rel.: Ministro Djaci Falcão. Rectes.: Fernando Frugoli e outros (Adv.: Walter Serante). Recdos.: Nelson Waismann e sua mulher (Advs.: Wilson Luz Roschel e outro).

Decisão: conhecido e provido parcialmente, nos termos do voto do Relator. Unânime. Falou, pelo Recte.: Dr. Walter Serante.

Presidência do Sr. Ministro Djaci Falcão. Presentes à sessão os Senhores Ministros Decio Miranda, Aldir Passarinho e Francisco Rezek. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Moreira Alves. Subprocurador-Geral da República, Dr. Mauro Leite Soares.

Brasília, 28 de junho de 1984. **Hélio Francisco Marques**, Secretário.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

1.ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 19.277

Deserdação. *O interessado na declaração de deserdação não precisa aguardar o prazo de quatro anos para propô-la, podendo fazê-lo no seu decorrer. O ônus da prova da veracidade da causa de deserdação incumbe ao herdeiro instituído ou àquele a quem aproveite a deserdação.*

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 19.277, em que é apelante: Esther da Silva Ribeiro, e, apelados: Adélia da Silva Souto e s/ marido.

Acordam os Juízes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça, em decisão unânime, dar provimento ao recurso, para julgar procedente o pedido, condenada a apelada nas custas e honorários advocatícios, na base de 20% sobre o valor da causa.

Assim decidem, na forma do ilustrado parecer da Curadoria de Resíduos (fls. 101), que integrará o presente como razão de decidir na forma do permissivo regimental.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1982.

Des. Fonseca Passos
Presidente e Relator

(*) O parecer da Procuradoria-Geral de Justiça junto à 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro encontra-se publicado, na íntegra, na Seção de Pareceres.

Tribunal de Alçada Cível do Estado do Rio de Janeiro

APELAÇÃO CÍVEL N.º 13.289/84, DA COMARCA DA CAPITAL

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Relator : Juiz Miguel Pachá

Apelantes: 1. Maria Helena Pinheiro, por si, e Representando seu Filho
2. Itaú Seguradora S.A.

Apelados : Os Mesmos

Ementa: Embargos à Execução. *Seguro de vida. Havendo resistência da seguradora em pagar, justificada ou não, no caso pouco importa, deve o principal ser corrigido, incidindo, juntamente com os juros, a partir do dia em que o sinistro lhe foi comunicado. Só o depósito oportuno da quantia poderia liberar a seguradora da obrigação. Admitir o pagamento, anos após, pelo valor nominal, implicaria em injustificado enriquecimento de uma parte, a seguradora, em detrimento do patrimônio do beneficiário do contrato de seguro. Além do mais a correção não é pena, mas atualização do débito, e, ainda assim, em quantia inferior aos reais índices de inflação.*

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 13.289/84, da Comarca da Capital, em que são Apelantes: 1. *Maria Helena Pinheiro,* por si, e Representando seu Filho; 2. *Itaú Seguradora S.A.* e Apelados: *Os Mesmos.*

Acordam, por unanimidade de votos, os Juízes que compõem a 3.ª Câmara do Tribunal de Alçada Cível do Estado do Rio de Janeiro, integrado neste relatório de fls. 90/91, em dar parcial provimento ao primeiro recurso, para julgar improcedentes os Embargos, determinando o prosseguimento da execução, com a correção monetária e os juros da mora, contados a partir da data em que o sinistro foi comunicado à seguradora, em considerar prejudicado o segundo recurso, mantida, no mais, a sentença recorrida.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 1985.

Astrogildo de Freitas
Presidente e Vogal

Miguel Pachá
Relator

VOTO

Constata-se do processo que Mario Henrique Pinheiro, falecido em 16 de maio de 1982, deixou, para a esposa e seu filho, um seguro de vida na quantia de Cr$ 1.000.000,00, cabendo a cada um 50%.

A Companhia Seguradora, como se vê do documento de fls. 12 da Execução, somente em 29 de março de 1983, liberou a parte da primeira, exigindo um Alvará Judicial para efetivar o pagamento da metade do menor.

Quer isto significar que entre o óbito e a liberação de 50% medearam, injustificadamente, cerca de 10 meses, nos quais a seguradora beneficiou-se não pagando

---

(*) O parecer da Procuradoria de Justiça junto à 3.ª Câmara Cível do Tribunal de Alçada do Rio de Janeiro encontra-se publicado, na íntegra, na Seção de Pareceres.

juros, nem corrigindo o débito e somente a partir daí resolvendo solicitar Alvará Judicial para a liberação da quantia devida ao filho do segurado, o que denota sua intenção em protelar o cumprimento de sua obrigação e, mesmo após receber o Alvará Judicial, não pagou, preferindo discutir, fazer infundadas afirmações, tergiversar, não cuidando em promover um procedimento judicial que a resguardasse de quaisquer ônus.

O douto Procurador Luiz Sergio Wigderowitz, em substancioso parecer, bem analisou a matéria, merecendo ser transcritas suas assertivas, que, prazeirosamente, acolho como razões de decidir, nos seguintes termos:

"Se o seguro era devido, e isso ninguém contesta, desde comunicação do sinistro, a seguradora tinha que pagar naquela data o valor contratado.

Se alguma dúvida lhe assaltava quanto à condição ou qualidade de quem se apresentava para receber, podia fazer as exigências que quisesse, mas, para liberar-se dos ônus da demora no pagamento, estaria obrigada a promover, de imediato, o depósito da quantia, em conta judicial, ou equivalente, onde o dinheiro renderia correção e juros a preço de mercado, em favor do menor beneficiário.

Esse, sem dúvida, o espírito da Lei n.º 5.488/68, e a discussão em torno de sua auto-aplicabilidade, ou dependência de regulamentação é irrelevante, pois, a nosso entendimento, aquela lei já é um dispositivo regulamentar, que veio explicitar, o que sempre foi um princípio geral de direito, que condena o enriquecimento sem causa, mais ainda em prejuízo alheio.

De há muito nosso Tribunais vêm afirmando que, diante da realidade fáctica em que vivemos, admitir que alguém retenha valor devido à outrem, a que pretexto possa ser, obriga ao pagamento pelo valor atualizado, vale dizer, acrescido da correção e dos juros.

É evidente que a seguradora, ainda mais em se tratando de integrante de um poderoso grupo financeiro, não ficou com esse dinheiro "parado", por todo esse tempo, e se sobre ele obteve ganhos financeiros, seria injusto e antijurídico que se beneficiasse desses ganhos, em detrimento do menor.

A douta sentença apelada (fls. 45) lembra, com muita propriedade, que a própria Lei n.º 6.899/81 determina a correção retroativa nas dívidas de valor e com vencimento certo, o que sem dúvida é o caso destes autos, e traz à colação o entendimento "moralizador" nesse sentido, liderado, entre outros eminentes Magistrados, pelo culto e nobre Juiz, hoje Desembargador, Narcizo Pinto, até há pouco integrante e Presidente desta Colenda Câmara.

A nosso ver, porém, com toda a vênia devida, comete incoerência, quando restringe essa retroatividade a fato posterior, quase dois anos, à data da exigibilidade do crédito reclamado.

O parecer é no sentido de se dar provimento à primeira apelação, para determinar-se a total improcedência dos embargos, e conseqüente prosseguimento da execução, devida a correção monetária e os juros de lei desde a data em que o sinistro foi comunicado à seguradora, mantidos os ônus da sucumbência."

A correção não é pena, mas atualização do débito, e, ainda assim, em quantia inferior aos reais índices da inflação.

O segundo recurso é de ser julgado prejudicado.

Miguel Pachá
Relator

Supremo Tribunal Federal

RECURSO EXTRAORDINÁRIO N.º 102.493-3 — RIO GRANDE DO SUL

(Primeira Turma)

Relator : O Sr. Ministro Rafael Mayer

Recorrente : Ministério Público Estadual

Recorridos : Pedro José Florindo e José Otávio Dick

Ementa: — Ação penal pública. Competência do Ministério Público. Ministério Público (legitimidade). Lei Complementar n.º 40/81, arts. 3.º, II e 55 (exegese).

— Embora os arts. 3.º, II e 55, da Lei Orgânica do Ministério Público (Lei Complementar n.º 40/81) atribuam a iniciativa da ação penal pública ao Ministério Público, todavia não afastam a legitimidade conferida à autoridade judicial, ou policial, pela legislação processual penal anterior, para atuar nos processos contravencionais e de rito sumário.

— Recurso extraordinário conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, na conformidade da ata de julgamentos e notas taquigráficas, à unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento.

Brasília, 29 de maio de 1984.

Soares Muñoz
Presidente

Rafael Mayer
Relator

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Rafael Mayer: — Trata-se de recurso extraordinário interposto pelo MP estadual contra acórdão do Egrégio Tribunal de Alçada do Estado do Rio Grande do Sul cuja ementa é a seguinte:

"Lesão Corporal Culposa

Delito de trânsito.

— A Lei Orgânica do Ministério Público, por seus arts. 3.º, II e 55, revogou os dispositivos das leis ordinárias que conferiam à autoridade policial ou judiciária a iniciativa da ação penal nos processos contravencionais e de rito sumário, atribuindo-a, exclusiva e privativamente, aos órgãos do Ministério Público.

— Processo iniciado por portaria da autoridade policial, após o advento da Lei Complementar n.º 40/81. Falta de legitimidade. Nulidade do processo, **ab initio.**"

A inconformação, com argüição de relevância, sustenta violação do art. 96, parágrafo único, da Constituição, e negativa de vigência do art. 1.º da Lei n.º 4.611/65, além de dissídio jurisprudencial. No entender do recorrente, a Lei Complementar n.º 40/81 tem caráter institucional, visto que dispõe sobre a estrutura **interna corporis** do Ministério Público, não possuindo a eficácia de lei processual, como pretendido pelo acórdão recorrido.

Inadmitido o recurso, subiu em razão do acolhimento da argüição de relevância.

É o relatório.

O Sr. *Ministro Rafael Mayer* (Relator): — Cabe razão ao recorrente ao se insurgir contra a decisão do Tribunal **a quo**. Na interpretação do venerável acórdão recorrido, a Lei Orgânica do Ministério Público, por seus artigos 3.º, II e 55, **caput**, ao dispor sobre a titularidade do Órgão para a iniciativa da ação penal, revogou os dispositivos de lei ordinária que a atribuíam, nos processos contravencionais e de rito sumário, à autoridade policial ou judiciária.

Ora, como se pode verificar pelo acórdão colacionado, RHC 60.339, esta Corte tem entendido como errônea a interpretação dada pelo acórdão recorrido, **in verbis:**

> *"Os artigos 3.º, II e 55, caput, da Lei Complementar n.º 40/81 não revogaram a legislação anterior que atribui a iniciativa de certos processos penais ao Juiz ou à autoridade policial,* ex officio".

Em igual sentido, podemos referir o RE 99.734, em cuja ementa se lê:

> *"É do entendimento do Supremo Tribunal que os arts. 3.º, II e 55,* caput, *da Lei Complementar n.º 40/81 não impossibilitam que tenham o Juiz ou a autoridade policial a iniciativa de certos processos penais* ex officio, *com base na legislação anterior àquele diploma legal, que por ele não foi revogada."*

Em face do exposto, caracterizado o dissídio de jurisprudência, conheço do recurso e lhe dou provimento.

EXTRATO DE ATA

39 — RE 102.493-3-RS — Rel.: Ministro Rafael Mayer. Recte.: Ministério Público Estadual. Recdos.: Pedro José Florindo (Adv.: Maria Clara Gualdi) e José Otávio Dick (Adv.: Suely Martins de Albuquerque).

Decisão: Conheceu-se do recurso e se lhe deu provimento. Decisão unânime. 1.ª Turma, 29.05.84.

Presidência do Senhor Ministro Soares Muñoz. Presentes à sessão os Senhores Ministros Rafael Mayer, Néri da Silveira, Alfredo Buzaid e Oscar Corrêa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Francisco de Assis Toledo.

Antonio Carlos de Azevedo Braga
Secretário

COMENTÁRIO

"Ementa: Ação penal pública. Competência do Ministério Público. Ministério Público (legitimidade). Lei Complementar n.º 40/81, arts. 3.º, II e 55, da Lei Orgânica do Ministério Público (Lei Complementar n.º 40/81) atribuem a iniciativa da ação penal pública ao Ministério Público, todavia não afastam a legitimidade conferida à autoridade ju-

dicial, ou policial, pela legislação processual penal anterior, para atuar nos processos contravencionais e de rito sumário. Recurso extraordinário conhecido e provido."

Decisão unânime. STF. 1.ª Turma. 29.5.84.

A decisão acima ementada serviu, entre outras, de referência ao enunciado n.º 601 da Súmula da Jurisprudência Predominante do Supremo Tribunal Federal, que viria a ser aprovada, em 17.10.84, e publicada no Diário da Justiça de 29.10.84, no seguinte sentido:

"Os artigos 3.º, II e 55 da Lei Complementar n.º 40/81 (Lei Orgânica do Ministério Público) não revogaram a legislação anterior que atribui a iniciativa para a ação penal pública, no processo sumário, ao juiz ou à autoridade policial, mediante Portaria ou Auto de Prisão em Flagrante."

A **quaestio** em tela já estava, há quase dois anos, sendo objeto de exame, nos Tribunais do País, tanto que os demais acórdãos do STF, que serviram de referência àquele enunciado da Súmula, são o RHC 60.339, de 26.10.82; RECr 99.734, de 13.5.83; RECr 101.511, de 1.3.83 e RECr 101.997, de 15.5.84.

Convém salientar que, na mesma linha de entendimento, e na mesma data, o STF aprovava o enunciado n.º 607 de sua Súmula, no seguinte sentido:

"Na ação penal regida pela Lei n.º 4.611/65, a denúncia, como substitutivo da portaria, não interrompe a prescrição."

O entendimento adotado no acórdão ora comentado se colocou ao lado daquele do RECr 99.326, relator o Ministro Alfredo Buzaid ("RTJ" 110/313), cuja essência do voto assim se expõe:

"...

O sistema do vigente Código de Processo Penal é de que o Juiz não proceda **ex officio** *na instauração da ação penal pública. Contudo, o princípio é obtemperado na sua rigidez, quando se tratar de contravenção, em que a titularidade do* **dominus litis** *dos procedimentos da espécie passar a ser do Delegado de Polícia ou do Juiz de Direito, através de portaria. Nesse caso, então, o Ministério Público não pode denunciar. Para desenvolver a* **persecutio criminis** *terá de cingir-se aos termos da portaria daquelas autoridades, ou mesmo do auto de prisão em flagrante, quando esta ocorrer.*

A Lei Complementar n.º 40/81 assim dispõe:

"Art. 3.º — São funções institucionais do Ministério Público

I — ...

II — promover a ação penal pública."

"Art. 55 — É vedado o exercício das funções do Ministério Público a pessoas a ele estranhas."

Como se vê, a regra do art. 3.º, item II, é genérica, com sentido amplo. Por isso, não se pode entender tenha afastado o procedimento **ex officio** *previsto na lei processual penal. E o art. 55* **caput** *tem por escopo afastar pessoas alheias ao Ministério Público do exercício de suas funções."*

O tema, igualmente, vem bem exposto na obra Comentários e Aplicação da Lei Orgânica do Ministério Público (Lei Complementar n.º 40/81), do culto advogado criminal *Gilberto Baumann de Lima*, em publicação da Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1983.

Nela, além da opinião do autor, à qual nos filiamos, em sentido contrário à do aresto comentado, se reproduzem as conhecidas posições dos doutos *Tourinho Filho* e *Damásio E. de Jesus*, entre outros, em sentido favorável, e as de *José Frederico Marques, Ada Pellegrini Grinover, Paulo Edson Marques e Hugo Nigro Mazzilli*, os dois últimos excelentes Promotores de Justiça, em São Paulo, em sentido contrário, a cuja leitura remetemos.

Ainda que cristalizado — é bem o termo — na Súmula do STF, o entendimento contrário, estamos em que os arts. 26, 29, 503 e 531 do Código de Processo Penal; os art. 1.º das Leis 4.611/65 e 1.508/51; o art. 32 da Lei n.º 5.197/67; e os arts. 109 e 194 do Decreto-lei n.º 7.661/45, se encontram ab-rogados pelos arts. 3.º, II, e 55, da Lei Orgânica Federal do Ministério Público (Lei Complementar n.º 40/81).

Certamente sumariando as manifestações acima referidas, somos de opinião seguinte:

1) Por ser complementar à Constituição Federal, nossa Lei Orgânica é hierarquicamente superior às leis ordinárias, como são o Código de Processo Penal e a legislação especial aludida, podendo conter normas a estas relativas e que, em conseqüência, como no caso, as ab-roguem;

2) Os arts. 3.º, II, e 55, da Lei Complementar n.º 40/81, ao fixarem, sem ressalvas, que é função institucional do Ministério Público a promoção da ação penal pública — e, assim, de qualquer ação penal pública — e que é vedado o exercício dessa e de outras funções fixadas na mesma lei a pessoas estranhas ao Ministério Público — e, assim, aos Delegados de Polícia e aos Juízes de Direito —, coarctou, obviamente, possibilidade jurídica à sua iniciativa seja pelo Delegado, seja pelo Juiz, pouco importando o suposto caráter genérico de tais normas, pois é de sua natureza mesma que assim sejam;

3) A inexistência de ressalva, em sentido contrário, isto é, em linha de que o procedimento **ex officio**, abominável ante a realidade brasileira, sobrevivia ao que se legislou na Lei Complementar n.º 40/81, somada ao nível hierárquico de tal diploma legal, tornam inquestionável a ab-rogação referida;

4) Tal ab-rogação, em si mesma, é salutar, coerente com o pleno Estado de Direito, garantindo, na prática, o amplo direito à liberdade, e ao pleno e eficaz exercício do direito de acusação e de defesa, e ao fortalecimento justo e legal da instituição do Ministério Público, cortando, pela raiz, uma das principais causas de corrupção do aparelho policial em nosso País, e evitando-se a prática de "acautelamentos" de tantos e tantos fatos delituosos, em nossas Delegacias de Polícia, e o infindável retardamento dos "processos", especialmente os da Lei n.º 4.611/65 — cuja subsistência é quase inexplicável —, na fase "policial", sendo, ademais, notório que os Juízes de Direito, em nosso País, vêm, na prática, se abstendo de dar início à ação penal pública, pelo chamado rito sumário (pelo menos, nunca vi, ao vivo, portaria ou auto de prisão em flagrante delito lavrado por Juiz de Direito).

ELIO FISCHBERG
Promotor de Justiça

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

2.ª CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL N.º 9.824 DA COMARCA DE NOVA IGUAÇU

Apelante : A Justiça

Apelados: Oscar Navarra Potin Frey e Leonardo Albuquerque Matos de Medeiros

Relator : Des. Portella Santos

Ementa: *Crime falimentar dos artigos 186, inciso VI e 188, inciso III. Falência processada sumariamente nos termos do art. 200 da respectiva Lei. Desnecessidade da intimação pessoal dos falidos para os fins previstos no art. 106 da citada Lei — Incompetência do Juízo criminal para anular na sentença o processo a partir da denúncia, sem conhecer do mérito. Provimento de apelo a fim de que seja proferida decisão que decida o mérito da ação penal.*

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 9.824 da Comarca de Nova Iguaçu em que é apelante a *Justiça* e Apelados *Oscar Navarra Potin Frey* e *Leonardo Albuquerque Matos de Medeiros*.

Acordam os desembargadores componentes da 2.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por maioria de votos, em dar provimento ao recurso, vencido o eminente Des. Enéas Machado Cotta.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1983.

Des. Roque Batista, Presidente

Des. Portella Santos, Relator

RELATÓRIO

Ação penal instaurada contra Oscar Navarra Potin Frey e Leonardo Albuquerque Matos de Medeiros, por incursos nas sanções dos arts. 186, VI, e 188, III da Lei de Falências. Oferecida e recebida a denúncia no Juízo de origem, foi o processo remetido à Vara Criminal competente, seguindo a ação penal até a sentença de fls. 40, na qual o Dr. Juiz **a quo,** acolhendo as alegações finais da Defensoria Pública, houve por bem anular o processado a partir da denúncia inclusive. Fundamentou tal decisão com o entendimento de que não fora obedecido no inquérito o princípio do contraditório. Por tais motivos, determinou ainda o retorno do processo à 5.ª Vara Cível, a fim de que prosseguisse o inquérito judicial com a observância daquele princípio. Inconformado, apelou o M.P., sustentando em suas razões, preliminarmente, a nulidade da sentença que deveria ser declarada e, no mérito, a reforma da mesma, para o prosseguimento da ação até o final. Contra-arrazoando, a Defensoria Pública sustentou os fundamentos da sentença, para pedir o desprovimento do apelo. A douta Procuradoria, no parecer de fls. 61/62, opinou no sentido do provimento do recurso.

VOTO

Procede, sem dúvida, o recurso do M. Público. A nulidade da sentença recorrida está claramente demonstrada nas razões do apelo, uma vez que os crimes falimentares são regidos pela lei própria, que prevê a instauração do inquérito

judicial e o seu processamento perante o Juízo da falência, onde a denúncia é oferecida pelo M. Público e recebida pelo Juiz que a preside. Em assim sendo, não tem o Juízo Criminal competência para anular o feito a partir da denúncia, anulando, em conseqüência, o despacho fundamentado que a recebeu, na forma do disposto no art. 109 parágrafo 2.º da Lei Falimentar. Muito menos ainda, para impor ao Juízo da falência a renovação de tais atos. De resto como muito bem se diz no parecer da douta Procuradoria, tratando-se de falência processada sumariamente nos termos do art. 200 da Lei Falimentar, expressamente referida pelo síndico em seu relatório, não é de se exigir sejam os falidos intimados pessoalmente para os fins previstos no art 106 daquele diploma legal. Tanto mais quando, sendo revéis, o forem através de edital, como se vê de fls. 27 pelo Juízo criminal, para se ver processar e julgar. Por tais fundamentos, é que se dá provimento ao apelo a fim de que o Dr. Juiz **a quo** profira nova sentença, decidindo o mérito da ação penal.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1983.

Des. Portella Santos

VOTO VENCIDO

1. Assenta-se a douta decisão apelada, sob escolta do art. 106 da Lei de Falências, na inobservância do princípio do contraditório, no inquérito judicial, por falta da intimação dos falidos, **verbis**:

> *"Procede a argüição dos RR. Com efeito, o inquérito judicial é contraditório.* **In casu,** *foi suprimida a intimação para que os falidos contestassem a exposição do síndico e o requerido pelo Curador de Massas. Assim, deve ser reconhecida a nulidade da presente ação a partir da denúncia, eis que oferecida em procedimento preparatório que não atendeu ao princípio constitucional do contraditório.*
>
> *Isto posto, anulo o presente feito a partir do oferecimento da denúncia, inclusive. Transitada em julgado esta decisão, volvam os autos à 5.ª Vara Cível, para que siga o inquérito judicial."*

Entretanto, a ilustrada Maioria, com a qual, **data venia**, estive em desavença, empresta os ensinamentos seguintes:

> *"... os crimes falimentares são regidos pela lei própria, que prevê a instauração de inquérito judicial e o seu processamento perante o Juízo da falência, onde a denúncia é oferecida pelo M. Público e recebida pelo Juiz que o preside. Em assim sendo, não tem o Juízo Criminal competência para anular o feito a partir da denúncia, anulando, em conseqüência, o despacho fundamentado que a recebeu, na forma do disposto no art. 109, parágrafo 2.º, da Lei Falimentar. Muito menos, ainda, para impor ao Juízo da falência a renovação de tais atos."*

Acrescenta, ainda, o douto voto majoritário, que, em se tratando de falência processada sumariamente, nos termos do art. 200 da Lei Falimentar, não é de se exigir sejam os falidos intimados, pessoalmente, para os fins previstos no art. 106 daquele diploma legal.

Se receber a denúncia ou a queixa, o juiz, em despacho fundamentado, dispõe o § 2.º, do art. 109 da Lei de Falências, determinará a remessa dos autos ao juiz criminal competente para prosseguimento da ação nos termos da lei processual penal.

Não há, como se verifica no citado dispositivo legal, dois Juízos na liça, embora instaurada a ação penal no Juízo falimentar. Este, ao proceder o juízo de

admissibilidade da demanda, **ex vi legis**, exerce atividade jurisdicional criminal e, de imediato, remete os autos ao juízo criminal, competente para composição da lide.

Borges da Rosa, no tocante o pronunciamento de nulidade do ato, assinala que "a missão do juiz assume importância capital, toda especial; além das suas funções fiscalizadora e julgadora, deve o juiz exercer a função saneadora, preventiva e corretiva contra as violações da lei processual" (**Cfr. apud** *Espínola Filho*, **CPP anotado**, v. V/411 — 3.ª ed.).

Assim, como ensina *Tourinho Filho*, sobre a viabilidade da relação processual, "no despacho de **recebimento da denúncia** ou queixa, além de dever o Juiz analisar a peça acusatória sob o aspecto formal e sob o prisma da viabilidade do direito de ação, cumpre-lhe investigar a existência dos pressupostos da relação processual. Devendo ele, nos termos do art. 251 do CPP, "prover à regularidade do processo", e, se a falta de um pressuposto da relação processual traz consigo a inexistência ou a nulidade de todo o processo, **ab initio**, pela irrelevância jurídica ou pela invalidade de origem, da própria relação, como bem diz *Tornaghi*, oumpre-lhe, nesse despacho de recebimento da peça acusatória, que envolve um **juízo de admissibilidade da demanda**, reparar se a relação jurídico-processual, que tende a ser instaurada, é ou não viável."

"Não se infira daí que, se o Juiz **deixou de observar a ausência** de uma das condições da ação ou mesmo algum ou alguns pressupostos processuais, não lhe seja lícito examiná-los em **outro momento posterior** à instauração do processo" (**Cfr.** *Processo Penal*, v. 1/465-466, 7.ª ed.).

O Juiz criminal pode e deve, de ofício ou a requerimento da parte, até a sentença definitiva, a despeito do juízo de admissibilidade competir ao Juiz da falência, na esteira do princípio da continuidade da atividade jurisdicional penal, decretar a nulidade do processo, **ab initio**, de crime falimentar, por falta de condição de procedibilidade.

O inquérito judicial, devidamente formalizado, é condição de procedibilidade da ação penal falimentar, pois a ela deve preexistir.

2. Segundo o art. 106 da Lei de Falências, "nos cinco dias seguintes, poderá o falido contestar as argüições contidas nos autos do inquérito e requerer o que entender conveniente."

Depois de falar o representante do Ministério Público, adverte *Miranda ValVerde*, a lei concede ao falido o prazo de cinco dias para contestar as argüições contidas nos autos do inquérito, podendo ele requerer os exames e diligências que entender convenientes a sua defesa (**Cfr.** *Comentários à Lei de Falências*, v. II/118).

In casu, apresentado o Relatório do síndico, com pedido de abertura de inquérito judicial, o doutor Juiz, invocando o § 4.º, do art. 200 da Lei de Falências, determinou a abertura de vistas ao falido e, em seguida, ao Ministério Público.

O representante do Ministério Público, **ex abrupto**, sem o procedimento do inquérito judicial, ofereceu a denúncia, recebida pelo doutor Juiz da falência.

A lei não dispensa, mesmo no processo falimentar sumaríssimo, o inquérito judicial como condição de procedibilidade.

No processo falimentar sumaríssimo, com a primeira via do relatório do síndico e peças que o acompanhem, serão formados os autos do inquérito judicial, nos quais o falido, nas quarenta e oito horas seguintes, poderá apresentar a contestação que tiver (**Cfr.** art. 200 e § 4.º da Lei de Falências).

O inquérito judicial, no processo criminal falimentar, é investigação destinada a preparar a ação penal, pelo que deve observar o princípio do contraditório, ensejando ao falido defesa ampla para contestar e até mesmo elidir a acusação, pois, o recebimento da denúncia obstará, até sentença penal definitiva, **ex vi** do art. 111 da Lei de Falências, a concordata suspensiva.

No seu procedimento, adverte **Frederico Marques,** a respeito do inquérito judicial, os dados probatórios que se colhem visam a confirmar a imputação do síndico, a fim de que o órgão do Ministério Público verifique se há elementos ou não para a propositura da ação penal (**Cfr.** *Elementos de Direito Processual Penal*, v. 3/346).

São estes os motivos de minha ousada divergência.

Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 1984.

Enéas Machado Cotta, Vencido

Tribunal de Alçada Criminal do Estado do Rio de Janeiro

3.ª CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO N.º 20.377 — NITERÓI — 1.ª VARA CRIMINAL

Apelantes: Ary Ventura Costa

O Ministério Público

Apelados: Os Mesmos

Relator : Juiz Weber Batista

Ementa: *Prescrição retroativa. Seu cabimento, mesmo havendo recurso do Ministério Público. Quando a hipótese é de não conhecimento de recurso do Ministério Público, porque a qualificadora que invoca para pedir o agravamento da pena do condenado — § 7.º, do art. 129, do Código Penal — não foi sequer mencionada na inicial, cabe a aplicação da regra do § 1.º, do art. 110, do Código Penal. No caso dos autos, ainda que a Câmara devesse conhecer e prover o recurso do Ministério Público, a pena do réu seria aumentada apenas de um terço, passando de três para quatro meses, sem alterar o prazo prescricional, que continuaria sendo de dois anos. Decretação, de ofício, da extinção da punibilidade do fato pela prescrição da pretensão executória da pena.*

ACÓRDÃO

Vistos relatados e discutidos estes autos, **Acordam** os Juízes da Terceira Câmara do Segundo Tribunal de Alçada em rejeitar as preliminares e, no mérito, em negar provimento ao primeiro recurso, não conhecer do segundo e, de ofício, julgar extinta a punibilidade do fato pela prescrição da pretensão executória da pena. Decisões unânimes.

1. Ary Ventura Costa foi condenado como incurso no art. 129, § 6.º, do Código Penal, porque no dia 19 de maio de 1978, por volta das 11 horas, em Niterói, atropelou e feriu, com o ônibus que dirigia, a menor Selma Maria da Silva (fls. 40/41). Inconformados, recorreram o condenado e o Ministério Público, aquele, alegando que o processo é nulo, por inépcia da portaria e cerceamento de sua defesa, e a prova dos autos, frágil para levar à condenação (fls. 50/54); este, entendendo que a pena imposta deve ser aumentada, em razão da qualificadora do § 7.º, do art. 129 (fls. 65/67).

Contra-razões e parecer a fls. 70/79, sendo concedido ao condenado o *sursis*, inicialmente a ele negado (fls. 58/59).

2. As preliminares do primeiro apelante não procedem. Embora não seja um modelo de correção — rara a portaria que o é — a portaria inicial atribui ao réu o ter atropelado a vítima com o ônibus que dirigia, o que fez por imprudência, negligência ou imperícia (fls. 3).

Além disso, quando o acusado foi chamado a prestar declarações nos autos, já fora ela completada com toda a prova de acusação. Não se pode dizer, pois, que tenha havido surpresa para o réu.

Quanto à segunda preliminar, é inacreditável que um Defensor Público concursado ouse assiná-la, pois aí se alega que o processo é nulo, por cerceamento de defesa, porque o réu, intimado, não compareceu a Juízo para ser interrogado e — veja-se o absurdo — o Juiz não mandou conduzi-lo debaixo de vara, para isso, como deveria fazer (fls. 52).

Esqueceu-se o Dr. Defensor de que ninguém pode beneficiar-se de sua própria torpeza?

3. No mérito, não é menor a sem-razão do primeiro apelante. A testemunha Otávio viu o ônibus do réu contornando no local, onde passou no acostamento, e, à seguir, a vítima ferida (fls. 18), e Olímpio viu esta sendo atingida pelo ônibus, no acostamento (fls. 17), o que foi confirmado pelo laudo de exame de corpo de delito (fls. 7).

4. O recurso do Ministério Público, igualmente, não merece provimento. Pede ele o aumento da pena imposta ao condenado "por força do § 7.º, do art. 129, do Código Penal", porque este fugiu do local sem socorrer a vítima (fls. 65/67). Acontece que a inicial não mencionou esta circunstância, elementar do crime qualificado (fls. 3), e a portaria não foi aditada pelo órgão do Ministério Público, em nenhum momento, nem ao falar nos autos pela primeira vez — quando deveria fazê-lo (fls. 25v), nem ao fazer suas alegações orais finais (fls. 40). Sendo assim, é impossível o que pede agora, dado que o Tribunal — como o Juiz de primeiro grau — não pode ir além da imputação feita na inicial (CPP, art. 617).

O que se verifica, pois, é que o Ministério Público obteve tudo o que pediu, ou seja, a condenação do réu como incurso no art. 129, § 6.º, do Código Penal. O fato de não ter sido considerada a qualificadora do § 7.º, do mesmo artigo, não implica em perda para a acusação, dado que esta elementar não foi imputada ao réu na inicial. Assim, a conclusão a que se chega é a de que não se deve conhecer da apelação do Ministério Público, por falta do pressuposto fundamental dos recursos que é a sucumbência.

5. Acontece que entre o fato e a prolação da sentença condenatória decorreu prazo superior a três anos, maior que o necessário para a prescrição da pretensão executória da pena imposta, se não houvesse recurso da acusação. Como a hipótese dos autos é de não conhecimento do recurso do Ministério Público, por falta de pressuposto, sua interposição não impede a aplicação do § 1.º, do art. 110, do Código Penal.

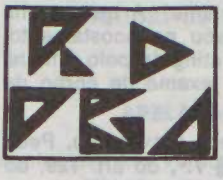
Mesmo que não fosse este o caso, ou seja, mesmo que a Câmara devesse conhecer do recurso e, quiçá, dar-lhe provimento, ainda assim deveria ser declarada a extinção da punibilidade do fato, pois a pena imposta ao réu, na pior das hipóteses, sofreria um aumento de um terço, passando, pois, para quatro meses, o que não alteraria para mais o prazo prescricional.

Por todo o exposto, a Câmara nega provimento ao primeiro recurso, não conhece do segundo e com base no art. 110, § 1.º, do Código Penal, julga extinta a punibilidade do fato pela prescrição da pretensão executória da pena.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1984.

Juiz Genarino Carvalho, Presidente

Juiz Weber Batista, Relator



ESTUDOS

ESTUDO SOBRE OS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

1. *Os pressupostos processuais e a teoria geral do processo*
2. *O processo penal*
3. *Açäo, processo e mérito*
4. *Pressupostos processuais. Classificação*
5. *Pressupostos de existência do processo penal*
6. *Condição para o regular desenvolvimento de relação processual penal*

1. *Os pressupostos processuais e a teoria geral do processo*

A aceitação — hoje quase unânime — de uma teoria geral do processo tem como conseqüência inarredável o reconhecimento de categorias comuns às várias espécies de processos. Aliás, melhor dizendo, foram estas categorias comuns que levaram à formulação daquela indispensável teoria geral.

Na verdade, como disse o professor Frederico Marques, o processo é um só, tanto na jurisdição civil como na jurisdição penal. "Instrumento da atividade jurisdicional do Estado, o processo não sofre mutações substanciais quando passa do campo da justiça civil para aquele da justiça penal" (1).

Em sendo assim, os pressupostos para a constituição e regular desenvolvimento do processo hão de ser os mesmos, tanto no processo penal, como no civil ou do trabalho.

Não é por outro motivo que "a mesma polêmica sobre pressupostos processuais e requisitos de validade se repetiu no processo penal, concebido também como uma relação jurídica processual que se forma entre as partes e o juiz, investidos de poderes, deveres, faculdades, ônus, direitos e obrigações" (2).

Como se sabe, a teoria dos pressupostos processuais nasceu com o reconhecimento do processo como relação jurídica pública, autônoma da relação de direito material, que pode nem existir. Deve-se a *Oskar Bülow* o mérito de ser o primeiro autor a tratar cientificamente a matéria, como se vê de suas palavras:

> *"Si el proceso es, por lo tanto, una relación jurídica, se presentan en la ciencia procesal análogos problemas a los*

que surgieron y fueron resueltos, tiempo antes, respecto de las demás relaciones jurídicas. La exposición sobre una relación jurídica debe dar, ante todo, una repuesta sobre a la cuestión relacionada con los requisitos a se sujeta el nacimiento de aquélla. Se precisa saber entre qué personas puede tener lugar, a qué objeto se refiere, qué hecho o acto es necesario para surgimiento, quién es capaz o está facultado para realizar tal acto. Estos problemas deben plantearse en la relación jurídica procesal y no se muestran a sua repecto menos apropriados y fecundos que lo que se mostraron ya en la relaciónes privadas."

"En esos principios están contenidos los elementos constitutivos da la relación jurídica procesal; idea tan poco tenida en cuenta hoy, que ni una vez ha sido designada con un nombre definido. Proponemos, com tal, la expresión presupuestos procesales" (3).

A partir deste momento, o estudo teórico sobre os chamados pressupostos processuais passou a ser desenvolvido pelos autores tanto do Direito Processual Penal como do Direito Processual Civil.

Desta forma, guardada alguma peculiaridade, tudo o que se dirá neste estudo tem inteira aplicação ao processo civil ou do trabalho, mesmo porque, em face do maior desenvolvimento científico do primeiro, o Direito Processual Penal incorporou ao seu acervo teórico inúmeras categorias cunhadas pelos grandes processualistas civis, alemães e italianos, principalmente.

2. *O Processo Penal*

Conceituamos o processo como um conjunto de atos jurídicos, unidos de forma orgânica e teleológica, necessários ao julgamento ou atendimento prático da pretensão do autor, ou mesmo, de sua admissibilidade.

O processo será penal de acordo com a natureza da pretensão deduzida em juízo pelo autor (pretensão punitiva ou de liberdade), isto no processo de conhecimento. No processo penal cautelar, o Estado exerce uma tutela mediata e preventiva, vale dizer, não satisfativa, visando tutelar os fins e os meios do processo de conhecimento. Finalmente, no de execução, realizam-se operações materiais a fim de dar atuação prática à regra jurídica concretizada na sentença proferida no processo de conhecimento (como é sabido, pelo princípio *nulla poena sine judicio*, não há título executivo extrajudicial no processo penal).

Destarte, se o julgamento da pretensão ou de sua admissibilidade se fizer através da aplicação de uma norma penal ou processual penal, qualquer que seja a atividade do juiz, estaremos diante de um processo penal.

Somos que o processo é uma categoria autônoma de direito, não se confundindo com a relação jurídica processual que dele se origina. Criador e criatura hão de ser, logicamente, entes distintos.

Diante da sistematização científica do processo, não vemos necessidade de procurar, a todo custo, enquadrá-lo nas categorias jurídicas anteriormente existentes, desvio metodológico denunciado por *Juan Montero Aroca ao dizer que "al general la naturaleza del proceso se ha referido a categorias ya existentes, poniendo de manifesto, una vez mas, la juventud del derecho procesal como ciencia jurídica atónoma"* (4).

Este mesmo jurista espanhol, após exame crítico das teorias mais relevantes, chega próximo da postura teórica que julgamos a mais correta: *"un paso más y se llega a la conclusión de que el proceso constituye una de las categorias generales de lá ciencia jurídica, y que por tanto el proceso es el proceso, careciendo de sentido toda referencia a conceptos distintos"* (5).

Parece-nos artificial a afirmação de que o processo é um conjunto de atos sob o aspecto externo e uma relação jurídica sob o aspecto intrínseco. Os objetos, sejam os materiais, sejam os ideais, hão de ter uma única ontologia, uma essência própria, não podendo ser duas ou mais coisas segundo o prisma que venham a ser considerados.

As diversas teorias serviram para realçar todos os aspectos estruturais do processo, examinando-o de diversos ângulos. A unidade já se encontra inteiramente apreendida e compreendida. Agora, resta-nos incorporar o processo ao quadro geral de categorias formuladas pela Teoria do Direito, sem precisar reduzi-lo artificialmente a outras categorias, pois *"el proceso no necesita fuera de sí ninguna teoría explicativa; él solo encierra la suficiente claridad"*, escreveu *Lois Estévez* (6).

Em suma, o processo é, na realidade, a fonte da relação jurídica processual, a sua gênese. São, por assim dizer, dois momentos diversos: o processo (categoria autônoma de direito já conceituada acima) e a relação jurídica que vincula os sujeitos que intervêm no processo. (7).

Partindo desta distinção, veremos adiante que os pressupostos processuais de existência realmente se referem ao processo, mas os chamados pressupostos (condição) de validade se relacionam com a relação jurídica processual, na medida em que condicionam a produção de determinados efeitos jurídicos previstos pela norma.

3. *Ação, Processo e Mérito*

Os alicerces da teoria geral do processo moderno foram construídos à luz da conceituação e sistematização de três categorias principais: ação, processo e mérito.

Ação é o direito, autônomo e abstrato, de invocar a tutela jurisdicional, manifestando uma determinada pretensão. O mérito nada mais é do que o exame desta pretensão, vale dizer, se ela é fundada ou não. Por derradeiro, processo, como vimos anteriormente, é o conjunto de atos praticados que, ungidos e unidos pelo elemento teleológico, criam uma relação jurídica autônoma e independente da relação material. O processo é continente, enquanto a *res deducta in judicio* é o seu conteúdo.

Separadas estas três categorias, a técnica processual detectou as condições ou pressupostos mínimos que deverão estar presentes para tornar juridicamente possível o julgamento do mérito da pretensão do autor ou, na expressão do professor Alfredo Buzaid, "condições de admissibilidade do julgamento da lide" (8).

Para o regular exercício do direito de ação exige-se a legitimidade das partes, o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pedido. São as chamadas condições da ação que, na realidade, não são condições para a existência do direito de agir, mas condições para o seu regular exercício. Por ser abstrato, o direito de ação existirá sempre. Sem o preenchimento destas condições mínimas e genéricas, teremos o abuso do direito trazido ao plano processual.

A estas três condições para o regular exercício do direito de ação, no processo penal, acrescenta-se uma quarta: a justa causa, ou seja, um suporte probatório mínimo em que se deve lastrear a acusação, tendo em vista que a simples instauração do processo penal já atinge o chamado *status dignitatis* do imputado. Tal lastro probatório nos é fornecido pelo inquérito policial ou pelas peças de informações, que devem acompanhar a acusação penal (arts. 12, 39, § 5.º, e 46, § 1.º, do Código Processo Penal).

Enquanto estas condições referem-se ao exercício da ação penal, os pressupostos processuais dizem respeito à existência do processo e à validade da relação processual. Vale a pena, neste passo, ouvirmos a lição sempre autorizada do professor Hélio Tornaghi, posta em sua obra pioneira:

> *"Os pressupostos da relação processual independem dos pressupostos da relação substantivo-penal. A ausência destes não impede que se constitua validamente a relação processual, da mesma forma que a inexistência ou nulidade do processo não significa falta de um pressuposto da relação de direito penal."*
>
> *"Também não se confundem os pressupostos processuais e os da ação. Aqueles se referem à existência e validez da relação processual, enquanto estes dizem respeito ao direito de exigir um pronunciamento dos órgãos jurisdicentes. Da inexistência dos primeiros, não resulta a*

carência do direito de ação, nem vice-versa, a falta dos outros impede a constituição válida de uma relação processual" (9).

4. *Pressupostos processuais — Classificação*

Dentre as classificações dos pressupostos processuais adotadas pela doutrina, as duas de maior aceitação em nosso País partem de critérios classificadores distintos.

Primeiramente, fala-se de pressupostos processuais de existência e de validade do processo. Os primeiros seriam requisitos sem os quais o processo não chegaria sequer a existir no mundo jurídico; haveria tão-somente uma aparência, um simulacro de processo. Já os pressupostos de validez condicionariam, não mais a existência do processo, mas sim o seu regular desenvolvimento.

Outra classificação divide os pressupostos processuais em subjetivos e objetivos. Por sua vez, os subjetivos se subdividem em pressupostos relativos ao juiz (órgão investido de jurisdição, juiz competente e juiz imparcial), e relativos às partes (capacidade de ser parte, capacidade processual e capacidade de postular em juízo). Já os pressupostos objetivos são subdivididos em extrínsecos e intrínsecos. Os primeiros dizem respeito à inexistência de fatos impeditivos (coisa julgada, litispendência, etc.), e os segundos referem-se à subordinação do procedimento às normas legais (10).

Se reina dissenso com relação às múltiplas classificações, há mesmo quem negue a existência dos pressupostos processuais. Em mais de uma oportunidade, o grande *James Goldschmidt* tem refutado tal categoria processual, como se constata da seguinte passagem: *"Em mi libro El proceso como situación jurídica, publicado em 1925, he impugnado la teoría de la relación jurídica procesal. Ésta no tiene valor ninguno. Las condiciones formales que, según* **Bülow**, *figuram como presupuestos del proceso, no lo son en verdad, puesto que han de substanciarse en el proceso mismo. Más bien son presupuestos de una sentencia sobre el fondo"* (11).

Entretanto, a esta objeção responde o professor Hélio Tornaghi partindo da distinção de pressupostos de existência e de validade do processo: "se falta um pressuposto de existência, não há processo em sentido jurídico, não existe aquela atividade relevante para o direito que se chama processo, não há relação jurídica entre as partes e o juiz. Haverá processo em sentido puramente físico, atividade encadeada e progressiva, relação de fato entre sujeitos. Se, ao invés, faltar um pressuposto de validez, então há relação processual, o que não há é aquela eficácia jurídica do ato regular e são" (12).

5. *Pressupostos processuais de existência do processo penal*

Partindo da distinção que fizemos acima, entre processo e a relação processual, entendemos que os chamados pressupostos de existência efetivamente se referem ao processo como categoria autônoma de direito. Já o que a doutrina dominante chama de pressupostos de validade (para nós condição), dizem respeito à relação jurídica progressiva que deflui da prática dos vários atos processuais, ou melhor, com a eficácia jurídica do ato regular e são, utilizando as palavras do professor Tornaghi.

Desta forma, para que exista juridicamente um processo penal, se faz necessária uma demanda onde se exteriorize uma pretensão punitiva ou de liberdade, um órgão investido de jurisdição e partes que tenham personalidade jurídica, ao menos formal, no plano do processo.

Sem estes requisitos mínimos, não haverá processo, mas tão-somente aparência de processo, mera situação de fato não reconhecida pelo direito como apta a produzir efeitos jurídicos. Não havendo processo, por via de conseqüência, não haverá sentença ou coisa julgada. A questão, aqui, se coloca no plano da existência, não no plano da validade ou eficácia.

Entretanto, ousamos discordar das vozes autorizadas que sustentam não haver processo se o órgão julgador não estiver investido de "jurisdição penal". Segundo o professor Frederico Marques, se um juiz militar processa e julga um delito comum, ou um delito eleitoral (ou vice-versa), o processo e a sentença devem ser considerados inexistentes, por faltar poder jurisdicional *in genere*, para funcionar na qualidade de julgador (13). *Data venia*, parece-nos que, neste caso, a questão é de mera competência, tendo em vista o princípio da unidade da jurisdição. A chamada Justiça Militar tem competência penal da mesma forma que a Justiça Eleitoral ou Comum e por isso mesmo a Constituição Federal permite expressamente a prorrogação da competência eleitoral quando houver crime desta natureza conexo com infração comum.

6. *Condição para o regular desenvolvimento da relação jurídica processual penal*

Acreditamos assistir inteira razão ao professor Adhemar Raymundo quando assevera que "os pressupostos processuais ligam-se à existência do processo. São a sua força criadora, a sua energia motriz, os elementos indispensáveis ao seu funcionamento. Os requisitos dos atos processuais, ao contrário, são condições formais que garantem o regular desenvolvimento da relação processual" (14).

A rigor, inexistem os chamados pressupostos de validade do processo. O exame da questão há de ser deslocado para a eficácia dos diversos atos processuais, eficácia esta que depende mais da invalidação do que do próprio vício ou defeito destes atos.

Embora sobre enfoque diverso, também a professora Ada Pellegrini Grinover rejeita os pressupostos processuais de validade (15).

Em verdade, os atos processuais, mesmo quando praticados contra vedação expressa da lei, enquanto não desconstituídos, produzem efeitos jurídicos no processo, efeitos estes que o manto protetor da coisa julgada (no processo penal só para acusação) torna perenes. Por outro lado, a anulação de um determinado ato processual, pelo princípio da contaminação, pode tirar a eficácia dos subseqüentes.

Ora, a relação jurídica processual, por ser complexa e progressiva, flui de acordo com a eficácia dos atos contidos no processo. Se um ato perde a sua eficácia por ter sido reconhecida a sua invalidez, somente são atingidos os eventuais direitos, deveres, poderes, sujeições e ônus que daquele ato defluíram, vale dizer, a relação processual é atingida no seu aspecto interno, ou seja, desconstitui-se uma microrelação que pertencia ao feixe de relações menores que compõe a relação processual. Não se desfaz a relação jurídica como um todo.

Note-se que, mesmo quando se invalida o primeiro ato do processo, terá havido relação processual, ao menos para o reconhecimento da nulidade *ab initio*.

Assim, não existem pressupostos para a validade da relação processual como um todo, mas condição para o seu regular desenvolvimento que é a validade dos vários atos que a integram.

Desta forma, não é possível uma enumeração exaustiva dos impropriamente chamados pressupostos de validade (para nós, condição de regular desenvolvimento da relação processual), pois "ligam-se ao problema das nulidades do procedimento e dos atos processuais" (16). Tentar contornar a dificuldade com expressões genéricas como "demanda regularmente proposta", "presença de órgão regular da acusação e a intervenção da defesa", subordinação às normas legais" etc., nada mais significa do que fugir do problema, tangenciar a questão, não percebê-la ou fingir não a ter percebido.

Ademais, mesmo que assim não fosse, seria erro metodológico grave classificar o gênero ao lado das espécies. Acresce que mesmo a incompetência não invalida toda a relação processual, mas tão-somente os atos decisórios (arts. 567 do Cód. Proc. Penal).

Pelo exposto, somos que a condição para que a relação jurídica processual possa se desenvolver, ainda que viciada, é a inexistência de decisão judicial invalidando algum ato do processo. Por outro lado, a condição para o "regular" desenvolvimento da relação processual é a validade dos atos do processo, os quais, por estarem conforme a norma, não podem ter a sua eficácia retirada pela decisão judicial.

AFRANIO SILVA JARDIM
Promotor de Justiça

NOTAS

1. *Instituições de direito processual civil*, 1962, pág. 116 do 1.º volume.

2. *Ada Pellegrini Grinover*, "*Pressupostos processuais e processo penal*", *in O processo em sua unidade I*, pág. 171.

3. *La teoria de las excepciones procesales y los presupuestos procesales*, tradução de *Miguel Angel Rosas* da edição alemã de 1868, págs. 4/6.

4. *Introdución al derecho procesal*, 1971, pág. 191.

5. *Ob. cit.*, pág. 191. *Cfr. Afranio Silva Jardim, Da publicização do processo civil*, 1982, 83/91.

6. *Apud Introdución al derecho procesal, Montero Aroca*, pág. 191, *in fine*.

7. *Digesto de Processo*, Forense, verbete "processo penal", de nossa autoria.

8. *Do agravo de petição*, 1956, 2.ª ed., págs. 115 e segs.

9. *A relação processual penal*, Livraria Jacintho, 1945, págs. 52/53.

10. *Moacir Amaral Santos, Primeiras linhas de direito processual civil*, 1977, 5.ª ed., págs. 275 e segs.

11. *James Goldschmidt, Problemas juridicos y politicos del proceso penal*, tradução de 1961, EJEA., págs. 72/74. Veja-se ainda, do mesmo autor, *Derecho procesal civil*, tradução de *Pietro Castro*, de 1936, pág. 8.

12. *Instituições de processo penal*, 1977, 2.ª ed., pág. 405 do 1.º volume.

13. *Elementos de direito processual penal*, 1961, pág. 388 do 2.º volume.

14. *Estudos de direito processual penal*, Salvador, Liv. Progresso, 1957, pág. 33.

15. "*Pressupostos processuais e processo penal*", *in O processo em sua unidade I*, 1978, pág. 169.

16. *Elementos de direito processual penal*, José Frederico Marques, 1961, pág. 390 do 2.º volume.

BIBLIOGRAFIA

Alcalà-Zamora, Niceto y Castilho — Derecho procesal penal, Guilhermo Kraft, 1945, em parceria com *Ricardo Hevene Hijo*.

Aroca, Juan Montero — Introdución al derecho procesal, Madrid, Tecnos, 1976.

Beling, Ernest — Derecho procesal penal, Barcelona, Ed. Labor, 1943, tradução de *Miguel Fenech*.

Buzaid, Alfredo — Do agravo de petição, S. Paulo, Saraiva, 1956, 2.ª ed.

Carnelutti, Francesco — Leciones sobre el proceso penal, Buenos Aires, EJEA, 1950, trad. *Sentis Melendo*.

Cordero, Franco — Procedura penale, Roma, *Giuffrè*, 1979, 5.ª edição.

Fenech. Miguel — Derecho procesal penal, Madrid, ed. Labor, 1952.

Florian, Eugenio — Elementos de derecho procesal penal, Barcelona, Bosch, 1933, trad. *Pietro Castro*.

Foschini, Gaetano — Sistema de diritto processuale penale, Milano, Giuffrè, 1965.

Goldschimidt, James — Problemas juridicos y politicos del proceso penal, Buenos Aires, *EJEA*, 1961, 2.º volume dos *Principios generales del proceso* — coleção *breviário* de *derecho*.

————, *Derecho procesal civil*, Barcelona, 1936, ed. Labor, tradução espanhola de *Pietro Castro*.

Grinover, Ada Pellegrini — O processo em sua unidade I, Rio, Forense, 1984.

Jardim, Afranio Silva — Da publicização do processo civil, Rio, *Liber Iuris*, 1982.

Leone, Giovanni — Tratado de derecho procesal penal, Buenos Aires, *EJEA*, 1963, trad. *Sentis Melendo*.

Liebman, Enrico Tullio — Estudos sobre o processo civil brasileiro, S. Paulo, José Bushatsky, 1976 —*O despacho saneador e o julgamento do mérito*.

Malcher, José Lisboa da Gama — *Manual de direito processual penal*, Rio, Freitas Bastos, 1980.

Manzini, Vicenzo — Tratado di diritto processuale penale, Torino, Unione Tipografico, 1967, 6.ª ed., volume 4.º.

Marques, José Frederico — Elementos de direito processual penal, Rio, Forense, 1961.

————, *Instituições de direito processual civil*, Rio, Forense, 1962.

Rosemberg, Leo — Tratado de derecho procesal civil, Buenos Aires, EJEA, 1955, trad. Angela Romera Vera.

Santos, Moacir Amaral — Primeiras linhas de direito processual civil, São Paulo, Saraiva, 1977, 5.ª edição.

Silva, Adhemar Raymundo — Estudos de direito processual penal, Salvador, Livraria Progresso, 1957.

Ranieri, Silvio — Manuale di diritto processuale penale, Padova, Cedam, 1965, 5.ª edição.

Tornaghi, Hélio Bastos — A relação processual penal, Rio, Liv. Jacintho, 1945.

————, *Instituições de processo penal*, Rio, Saraiva, 1977.

Vannini, Ottorino — Manuale di diritto processuale penale, Milano, Giuffrè 1979, 9.ª edição.

Tourinho Filho, Fernando da Costa — Processo Penal, São Paulo, 1977, Jalovi, 4.ª edição.

O DIREITO CONSTITUCIONAL DE DEFESA

Pródromo

"Toda pessoa tem direito, em condições de plena igualdade, a ser ouvida, publicamente e com justiça, por um tribunal independente e imparcial para a determinação de seus direitos e obrigações ou para **o exame de qualquer acusação contra ela dirigida, em matéria penal***" (art. 10 da Declaração Universal dos Direitos do Homem).*

1 — *Posição do direito de defesa na esfera constitucional*

1.1. *A Constituição de 1946*

Art. 141, § 25 — "É assegurada aos acusados plena defesa, com todos os meios e recursos essenciais a ela, desde a nota de culpa, que, assinada pela autoridade competente, com os nomes do acusador e das testemunhas, será entregue ao preso em vinte e quatro horas. A instrução criminal será contraditória."

1.2. *A Emenda Constitucional n.º 1 de 1969*

Art. 153, § 15 — "A lei assegurará aos acusados ampla defesa, com os recursos a ela inerentes."

Verifica-se, pelo confronto dos dois dispositivos constitucionais, a preocupação do legislador com o problema da ampla defesa, bem assim com os recursos a ela inerentes, fatores que constituem o sustentáculo do processo penal.

Consoante afirma Pontes de Miranda, para todo acusado existe um direito subjetivo e de natureza constitucional de defesa, que compreende o direito de defender-se ou de ter tido defesa.

A legislação ordinária que, em matéria processual penal, não assegurar essa amplitude de defesa nos moldes constitucionais será considerada inconstitucional.

Por força do contido na lei maior, todo cidadão tem direito ao processo penal ou à jurisdição penal, uma vez que se consagrou modernamente o princípio do *nulla poena sine iudicio*.

Nenhuma pessoa pode ser privada de sua liberdade sem que exista o devido processo legal *(due process of law)*, que se baseia no princípio da plena igualdade entre a acusação e a defesa e no controle jurisdicional prévio sobre a pretensão punitiva.

Do exposto, ressaltam como pressupostos constitucionais, que se projetam no campo do direito processual penal, que:

— todo indivíduo tem o direito à jurisdicionalização da pena;

— para que haja condenação válida é indispensável ampla defesa ao acusado;

— a ampla defesa ao acusado estabelece-se com a contrariedade da instrução criminal, sendo esta a "oportunidade de o réu contraditar a acusação, através da previsão legal dos termos processuais que possibilitem a eficiência da defesa."

2 — *A defesa do acusado*

2.1. *Conceito de defesa*

É ainda Pontes de Miranda quem afirma que "o conceito de defesa não é deixado inteiramente à lei. A lei tem de ser concebida de modo tal que nela se assegure a defesa a que se refere o princípio. Existe, porém, conceito *a priori* de defesa, pelo qual se tenha de moldar a defesa organizada pelas leis processuais?"

A vigente lei processual não traçou de forma precisa um parâmetro modular para a defesa, referindo-se, apenas, que nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor (art. 261), fulminando de nulidade o processo em que não houver nomeação de defensor ao réu presente que o não tiver, ou ao ausente e de curador ao menor de 21 anos (art. 564, inciso III, letra *c*).

Todavia, esgota-se a questão da ampla defesa com a simples nomeação do advogado, do defensor do réu no processo?

Para que haja condenação válida, a simples observância da norma contida no art. 261 do CPP é requisito único e fundamental?

A amplitude de defesa, com os recursos a ela inerentes, estará perfeitamente assegurada em tal caso, uma vez que o legislador ordinário não precisou a natureza do conteúdo da defesa?

A instrução penal contraditória se exaure, nos termos previstos na lei processual, com a pura nomeação de defensor para o réu, ou, ao contrário, tornar-se-á efetiva somente quando a defesa é operante, atuante, diligente?

2.2. *A amplitude da defesa. Critérios*

A amplitude da defesa, que antes de mais nada é um preceito constitucional, segundo a doutrina moderna, é a oportunidade de o réu contraditar a acusação através da previsão legal dos termos processuais que possibilitem a eficiência da defesa.

Traduz-se, do mesmo modo, pela observância do princípio do contraditório.

Ocorre que, para a garantia da amplitude de defesa, mister se faz um perfeito equilíbrio entre as duas posições que se antepõem no processo: a proposição inicial e a contrariedade a essa proposição.

Se a acusação deve ser clara, precisa, formulada dentro de certos moldes, outra finalidade não tem senão possibilitar ao réu a contraposição a seus termos através das formas processuais previstas, cabíveis e a seu dispor.

A legislação processual vigente constitui-se num sistema harmônico e equilibrado, possibilitando à defesa o seu pleno exercício.

O processo penal, visto como um todo, se apresenta pontilhado de etapas e momentos procedimentais onde a defesa, *usando de uma série de recursos a ela inerentes,* pode *escercitare con maggiore larghezza il suo delicato ufficio.*

Vejam-se, por exemplo, os arts. 61, parágrafo único, 92, 95, 214, 395, 400, 499, 500 e tantos outros do CPP, que ali se encontram para a garantia da ampla e efetiva defesa.

Como bem salientou Pontes de Miranda, "o conceito da defesa não é deixado inteiramente à lei"; todavia, entendemos que o legislador processual, sem definir ou conceituar a defesa, estabeleceu certos imperativos de defesa de modo a torná-la ampla e operante em todos os sentidos.

Duas questões fundamentais se apresentam para exame.

Em primeiro lugar, será inexistente a defesa que não se exercitou no processo, embora presente fisicamente o defensor?

Ou, ao contrário, a presença do defensor no processo, embora de forma inoperante, caracterizaria não a inexistência da defesa, mas a sua deficiência?

Da inexistência da defesa, por ausência de nomeação de defensor, cuida o art. 564, inciso III, letra c, do CPP, considerando nulo o processo, havendo em tal caso infringência do preceito constitucional, vez que não há que se falar sequer num *minus* de defesa.

Todavia, nos casos em que a defesa está "fisicamente" presente, não se pode falar em inexistência, pelo menos em termos processuais.

Resta-nos, apenas, investigar se foi ou não violado o princípio constitucional que fala em amplitude de defesa. Há, também, que se averigüar da questão referente à inoperância da defesa.

Muito embora não exista uma conceituação da defesa, em face dos termos constitucionais em que ela é erigida, impossível afastá-la da idéia de prejuízo que a sua ausência ou deficiência venha acarretar ao réu.

Que a sua ausência acarreta prejuízo ao réu é inquestionável.

Acontece que a deficiência da defesa só deve ser considerada como causa de ofensa ao preceito constitucional que garante a amplitude da defesa na exata proporção em que essa deficiência venha a acarretar prejuízo ao réu, ao seu direito subjetivo e constitucional de defender-se ou de ter tido defesa.

De outro modo não se pode entender o preceito constitucional da amplitude de defesa, até mesmo pela sua posição dentro dos direitos e garantias do indivíduo.

E por que há de se entender assim?

Finalidade do processo é a busca da verdade material compondo-se ele de uma série de atos com vista a esse objetivo.

Atos das partes e do juiz.

Compete à defesa valer-se de todos os meios e modos processuais que a lei lhe oferece para opor-se à tese acusatória.

Aqueles que entendem que a amplitude da defesa se exaure com a simples presença do defensor no processo se esquecem de que a própria idéia de processo indica movimento, movimento esse que, pela sistemática processual nossa, há que ser bilateral.

A simples presença de uma defesa formal, passiva, estática, cedeu lugar à necessidade de uma defesa "técnica" precisa, que se utilize dos meios processuais existentes ao seu dispor para a contrariedade da tese inicial.

É bem verdade que o juiz não é um mero espectador da prova que está sendo produzida no processo, podendo mesmo determinar a realização de provas, embora não requeridas pelo réu. Todavia, não é ele parte na relação processual, exercendo a sua função jurisdicional por provocação e, assim sendo, necessita de dados e argumentos fornecidos pelas partes.

A defesa que deixa de arrolar testemunhas do seu conhecimento e que possam influir decisivamente na aferição da verdade real, a defesa que deixa de requerer diligências que venham a contribuir para o esclarecimento da causa, que não apresenta a antítese adequada à tese inicial, que não se utiliza dos meios processuais ao seu dispor para o reconhecimento de uma situação processual benéfica ao réu, verdadeiramente se apresenta deficiente, muito embora presente nos autos.

Não é, porém, sob um ângulo puramente formalístico, que a deficiência da defesa deve ser enfocada.

Como bem afirma Romeu Pires de Campos Barros, "... pode, em determinados casos, faltar as razões finais, mas haver a defesa se manifestado com eficiência, produzindo provas e alegações nos outros momentos processuais, e destas ter resultado decisão favorável

ao acusado. Como também pode acontecer que, apesar de longas e fundamentadas razões de fato e de direito, estas não produzam o desejado efeito, *por ter a defesa falhado numa das fases anteriores*".

Como diz o autor, "a defesa deverá ser avaliada no seu conjunto e não na instantaneidade de um simples ato, pois a defesa se integra pela prática dos diversos atos que a compõem".

Compete ao juiz, como guardião da liberdade individual, valorizar e fiscalizar essa defesa, atentando para o prejuízo que a sua deficiência venha causar ao réu, posto que em jogo a sua liberdade.

A jurisprudência de nossos Tribunais vem se inclinando no sentido de que é pelo prejuízo causado ao réu que a deficiência da defesa deve ser encarada, prejuízo esse que afeta o preceito constitucional.

Assim, há que o juiz, em cada caso, valorizar a atuação da defesa, avaliando até onde a sua deficiência acarretou prejuízo ao réu, em termos de desigualdade referente aos meios e modos de oposição aos fatos que lhe são imputados. Não deve haver confusão entre a deficiência da defesa e a sua ineficácia.

A defesa ineficaz, sob o prisma do preceito constitucional da amplitude de defesa, nenhuma violação apresenta, desde que exercida eficientemente.

ANTÔNIO JOSÉ DE AZEVEDO PINTO
Promotor de Justiça

CABIMENTO DO PROTESTO DE LETRA DE CÂMBIO SEM ACEITE QUANDO O SACADOR SE CONFUNDE COM O BENEFICIÁRIO

1. O Dr. Narciso Orlandi Neto, digno titular da 1.ª Vara de Registros Públicos e Corregedor Permanente dos Cartórios de Protesto de Letras e Títulos da Comarca da Capital de São Paulo, baixou o Provimento n.º 4.183, através do qual "determinava":

> "Art. 1.º — *Não mais serão* recebidas, *para protesto, as letras de câmbio* sem aceite, *em que* o sacador se confunda com o favorecido.
>
> § 1.º — *Serão normalmente processados os protestos de letras de câmbio que, não obstante as circunstâncias previstas no* caput, *tenham circulado, ou tenham sido sacadas com base em contratos, com cláusula permissiva de saque, celebrados até o dia 30 de julho de 1983. Nesta hipótese, constarão do verso do título a data do contrato e a autorização do saque.*
>
> § 2.º — *As letras de câmbio sacadas com base em contratos celebrados* depois *de 30 de julho de 1983,* terão, obrigatoriamente, o aceite do sacado, *sob pena de* não serem recebidas *para protesto.*"
>
> "Art. 2.º — *Ficam mantidas as normas vigentes para a escrituração do índice. No protesto de letras de câmbio sem aceite, que tenham circulado, será indicado o nome do sacador e não o do sacado.*"
>
> "Art. 3.º — *Este provimento entrará em vigor no dia 11 de julho.*"

2. Tal medida causou perplexidade em todo o Estado de São Paulo e, inclusive, suscitou pedido à douta Procuradoria-Geral da República para, nos termos do art. 169 do Regimento do STF, ser formulada representação à Corte Suprema, argüindo a inconstitucionalidade do citado Provimento.

3. Naquela oportunidade, realizamos um brevíssimo estudo do tema do teor que se segue.

4. Diz-se que a letra de câmbio se cria pelo saque, completa-se pelo aceite, transfere-se pelo endosso e é garantida pelo aval.

5. Entre as declarações cambiais, apenas o saque é indispensável; as demais — aceite, endosso, aval — são declarações eventuais, sucessivas, úteis, porém não indispensáveis.

6. Pela declaração originária, necessária, principal — que é o saque —, o sacador dá uma ordem ao sacado para que este pague ao tomador da letra, no vencimento, a soma de dinheiro nela expressa.

7. Pela declaração sucessiva, eventual, dispensável — que é o aceite —, o sacado, concordando, assume, na qualidade de aceitante, a posição de devedor principal e direto da soma cambial.

7.1. Se, todavia, ao invés de aceitar a letra, o sacado recusar-se a apor a sua assinatura no título, nada lhe poderá ser exigido, nem mesmo que ele aceite a letra.

8. Ao criar a letra, o sacador pode designar-se como sacado, como tomador e, até mesmo, figurar, simultaneamente, como sacador, sacado e tomador.

9. Emitida a letra de câmbio em que o sacador, sacado e tomador, ou em que o sacador e o tomador são a mesma pessoa, pode o título circular pelo endosso do sacador — tomador, independentemente do aceite.

10. O endossatário da letra, se o título não for a tempo certo de vista, não está obrigado a apresentá-la ao sacado senão no vencimento, sendo certo que a letra à vista se vence no ato da apresentação ao sacado.

11. Apresentada no vencimento e não paga a letra, o endossatário deve protestá-la, sob pena de perder o direito de regresso contra o sacador, endossadores e avalistas, eis que o protesto é a prova insubstituível da recusa ou falta de pagamento.

12. Expostas, de forma sumaríssima, as noções básicas sobre importância e os efeitos do saque, do aceite, do não pagamento e do protesto da letra de câmbio, examinemos, com base na Lei Uniforme de Genebra e na Lei 2.044, o texto do Provimento n.º 4/83.

13. O que se deve entender pelo termo "favorecido" empregado no seu art. 1.º?

14. A LUG não se vale da palavra "favorecido" para designar o proprietário do título, mas do vocábulo tomador (que é sempre o primeiro endossador), endossatário, portador, beneficiário.

15. Não obstante, na prática, "favorecido", quando a letra é sacada, quer significar o tomador; depois de endossada, "favorecido" é o último endossatário, ou o portador, se endossada em branco.

16. O sacador pode ser "favorecido" tanto quanto acumula a condição de sacador-tomador, quanto o de sacador-último endossatário.

17. A primeira — sacador-tomador — está prevista no art. 3.º da LUG, que dispõe: "A letra pode ser à ordem do próprio sacador".

18. A segunda — sacador-último-endossatário — consignada no Art. 11 da LUG, que declara: "O endosso pode ser feito mesmo a favor do sacado, aceitando ou não, do sacador, ou de qualquer coobrigado. Essas pessoas podem endossar novamente a letra".

19. Assim, se o "favorecido" for o sacador-tomador na letra de câmbio sem aceite, isto é, se o proprietário da letra no vencimento for o próprio sacador, portanto ao mesmo tempo credor e devedor, extingue-se a obrigação cambial pelo instituto da confusão, pois na letra não aceita o devedor principal e direto é o sacador.

20. Entretanto, se o "favorecido" for o sacador — último endossatário, não se opera a confusão automaticamente, pois o sacador-último endossatário pode querer cobrar a dívida dos demais coobrigados, se houver, pois "pelo reendosso da letra, endossada ao sacador, continuam cambialmente obrigados os co-devedores intermédios" (art. 45, parágrafo 2.º, da Lei 2.044).

21. Dessarte, o sacador-último endossatário pode apresentar a letra ao sacado para pagamento (art. 20 da Lei 2.044) e recusado o pagamento, protestá-la, entregando-a ao oficial do cartório de protesto de títulos no primeiro dia útil que se seguir ao da recusa ou falta de pagamento (art. 28 da Lei Cambial), sob pena de perder o direito de regresso contra os coobrigados anteriores (art. 53 da LUG e 32 da Lei 2.044).

22. Dessa forma, como a confusão entre credor e devedor principais só se opera na letra de câmbio sem aceite quando o "favorecido" for o sacador-tomador e não o sacador-último endossatário, o art. 1.º do Provimento fere direito líquido e certo do proprietário da letra, que, embora seja o próprio sacador, se apresenta, no vencimento, também como último endossatário, portanto habilitado a cobrar dos co-devedores de regresso a soma cambial, o que não lhe será lícito fazer sem o devido protesto em tempo hábil, caso o coobrigado anterior se recuse a efetuar o pagamento da letra que lhe tenha sido apresentada pelo sacador-último endossatário no vencimento.

23. O parágrafo 2.º do art. 1.º do Provimento peca pelo mesmo defeito.

24. Como visto, o sacador-tomador da letra não aceita pode endossá-la e, se o endosso for em branco, a letra passará a circular por simples tradição manual.

25. O favorecido, para usar a expressão do art. 1.º do Provimento, para "exercer os seus direitos de ação contra os endossantes e outros coobrigados" (art. 43 da LUG), deve protestar a letra (art. 44) "se o pagamento não foi efetuado no vencimento", ou "mesmo antes do vencimento", "se houve recusa total ou parcial de aceite", (art. 43, parágrafo 1.º) ou "nos casos de falência do sacado, quer ele tenha aceito, quer não" (art. 43, parágrafo 2.º).

26. Assim, por exemplo, uma letra de câmbio não aceita pelo sacado que faliu não poderá ser protestada se observado o teor do parágrafo segundo do art. 1.º do Provimento, o que, de novo, fere direito líquido e certo do titular da letra de fazê-la protestar para não perder o direito de regresso contra os coobrigados anteriores.

27. Não se argumente que o Provimento pretende tratar exclusivamente da hipótese de "o favorecido" ser o próprio sacador, pois aqui também se aplica tudo o que se expôs em os n.ºs 14 a 22 *supra*.

28. Finalmente, o art. 2.º do Provimento expressa uma disposição supérflua, pois o protesto, como ensina *Eunápio Borges*,

> *"em rigor, não é feito contra ninguém e destina-se apenas, como prova legal insubstituível, a documentar a falta de aceite ou de pagamento. Tanto assim, que o sacado — a quem a intimação é feita — não é um devedor cambial e, como sacado, nunca poderá ser responsabilizado pelo pagamento da letra que não aceitou, da qual não é signatário"* (Títulos de Crédito, *Forense, 2.ª ed., pág. 111, n.º 144).*

29. Concluindo:

a) é aceitável o disposto no art. 1.º do Provimento, quando o "favorecido" é o sacador-tomador, embora inócuo, pois ninguém vai protestar um título contra si próprio;

b) é contrária à LUG a proibição de recebimento da letra de câmbio sem aceite em que o "favorecido" é o sacador-último endossatário, pois o impede de, protestando o título, garantir ação de regresso contra os coobrigados anteriores;

c) é contrária à LUG e aos mais comezinhos princípios do direito cambial só receber para protesto letra de câmbio aceita pelo sacado;

d) é válida a orientação do art. 2.º para evitar abusos contra o sacado que não aceitou a letra, embora desnecessária, como visto em o n.º 28 *supra*.

JORGE JOAQUIM LOBO
Promotor de Justiça

Inicialmente, achamos conveniente registrar as principais escolas processualistas da atualidade para que situemos a questão básica deste trabalho, que se resume numa única pergunta: o que é necessário aperfeiçoar no Direito Processual Civil, a fim de que seja atingida a sua finalidade?

1. *Ada Pellegrini Grinover et outrem,* na consagrada obra, *Teoria Geral do Processo* (RT, São Paulo, 1975 p. 21), defendendo a *tese unitarista* (reunião do Direito Processual Civil com o Direito Processual Penal num só ramo do Direito) sustenta, *ipsis verbis:* "Segundo *Carnelutti,* o direito processual é fundamentalmente uno. Processo Civil e Processo Penal se distinguem sem dúvida, não porque tenham raízes distintas, mas porque são dois grandes ramos em que se bifurca, a uma boa altura, um tronco. Realmente, como é una a atividade jurisdicional do Estado, que sempre se desenvolve de forma processual para resolver as lides ocorrentes, na vida da sociedade, mediante aplicação dos critérios estabelecidos pelo direito material, também é substancialmente una a sua disciplina jurídica, que se faz através do direito processual." Em seguida, a famosa mestra paulista cita exemplos do direito comparado, de legislações unitárias no campo processual, tais como o *Codex Iuris Canonici,* de 1917, o Código Processual Sueco de 1942, o Código Panamenho e o Código de Honduras. Mais adiante acrescenta: "A própria CF, discriminando a competência legislativa da União, refere-se ao direito processual, unitariamente considerado, de modo a abranger o direito processual civil e o direito processual penal (art. 8.º, n.º XVII, letra *b).* E, com efeito, os principais conceitos atinentes ao direito processual, como, dentre outros, os de jurisdição, ação e processo, são comuns àqueles ramos distintos, autorizando assim a elaboração científica de uma *teoria geral do processo"* (grifos nossos).

1.1. Ora, *maxima venia* da consagrada doutrinadora da USP, a única conseqüência prática de tese unitarista por ela defendida seria evitar a existência de sentenças contraditórias. Não julgamos que tal argumento seja bastante para a sustentada unificação.

1.2. Outra indicação evidente da tendência unitarista do processo civil e do processo penal, como bem observa *José Carlos Barbosa Moreira (Temas do Direito Processual Civil,* Ed. Saraiva, 1977, p. 8), é o Projeto do Código de Processo Penal enviado ao Congresso Nacional em 1965, cuja Exposição de Motivos ressaltou: "Na preocupação de manter, dentro de limites possíveis e aconselháveis, a uniformidade entre as normas do processo civil e as do processo penal." É, ainda, digno de nota o art. 2.º do referido Projeto, assim

enunciado: "Sempre que se tratar de instituto comum ao processo civil e ao processo penal, podem ser invocadas as normas daquele para suprir as lacunas deste, ou para esclarecer o sentido e o alcance de seus preceitos". Sob este enfoque estamos de acordo com a tendência unitária, pois institutos como ação, jurisdição e processo realmente são comuns a ambos os ramos do direito processual, e muito podem esclarecer ou mesmo preencher.

2. Outra tendência marcante é a maior concentração e um aumento de poderes nas mãos do juiz. Após um longo período durante o qual o julgador não passava de um fantoche nas mãos das partes, surgiu na Alemanha, por influência nazista do regime, o ditador do processo. Como salienta *Couture (Das Modernas Diretrizes do Processo Civil, in* "Litis — Revista Trimestral de Direito Processual", Rio de Janeiro, ano I, vol. II, 1975, p. 216) "e estes *Führers* do processo obedeciam a um regime no qual o Ministro da Justiça chegou a consignar por escrito o seguinte provérbio: "Mais vale condenar dez inocentes do que deixar escapar um culpado". Este é o resultado do aumento despótico dos poderes do juiz". A seguir o grande processualista uruguaio completa seu pensamento com uma frase a nosso ver magistral, *ipsis verbis:* "A experiência de nosso tempo demonstra que somente quando o juiz tem em suas mãos o sistema e não quando o sistema tem em suas mãos o juiz, é possível conferir ao magistrado poderes muito superiores aos de seus concidadãos."

2.1. Como exemplo da tendência da concentração e aumento de poderes em mãos do juiz podemos citar o Código de Processo Civil Brasileiro, de 1973, que, numa patente mitigação do princípio dispositivo, estabelece preceitos como os dos arts. 130, 342, 418 a 440. Consagrou-se a prova de ofício, paralela à prova da parte.

3. *A terceira tendência* é aquela que a atribui ao direito processual civil um caráter *instrumental, isto* é, o direito processual é o instrumento pelo qual se realiza *in concreto* a tutela dos demais ramos do Direito. Logo, o processo não deve ser entendido como um fim em si mesmo mas como um meio de realização da Justiça, compondo conflitos de interesses ou colocando em prática o direito à tutela jurisdicional. A propósito, vale trazer à colação a lição de *Mauro Cappelletti (Processo, Ideologia, Sociedade,* ed. em espanhol, p. 5), em tradução livre: "O direito processual não é na verdade um fim em si mesmo mas um instrumento para o fim da tutela do direito substancial, público ou privado, está em suma, por assim dizer, a serviço do direito substancial, do qual tende a garantir a efetividade, ou seja, a observância, e, no caso de inobservância, a reintegração." A seguir *Cappelletti,* com a clareza que lhe é peculiar, esclarece que a conseqüência da instrumentalidade do processo é a

de que, como é mister a qualquer instrumento de toda a técnica, é imperiosa a adequação do processo ao seu objeto, a conformidade do meio, a natureza do fim. Para o mestre italiano "um sistema processual será tanto mais perfeito quanto mais seja capaz de adaptar-se, sem incoerências, sem discrepâncias, a sua natureza e a essa finalidade" (*ob. cit.*, p. 6).

4. *A quarta tendência* atribui ao processo civil o caráter de direito público. Salienta *José Carlos Barbosa Moreira (ob. cit.*, p. 6): "Regulando essencialmente a atividade cumprida por órgãos oficiais (ou perante eles) no exercício de função tipicamente estatal, o direito processual civil — como o direito processual penal, o trabalhista, o eleitoral — integra o direito público. É irrelevante, para seu enquadramento, a natureza da relação jurídica submetida à apreciação do juiz, a qual pode ser indiferentemente privada ou pública, deduzida por um particular ou pelo próprio Estado..."

Estamos de acordo com esta orientação, haja vista que é tipica atribuição estatal a prestação da atividade jurisdicional, e como o direito processual é o instrumento utilizado pela máquina judiciária é notória sua natureza pública.

5. Podemos ainda apontar a tendência da consagração do princípio da oralidade, de forma mitigada, porém, como esclarece *Couture (ob. cit.*, p. 215) "existe certo medo da oralidade. Medo dos advogados, porque acreditam que com ela só triunfarão os oradores; medo dos juízes, porque têm medo, por imposição dos advogados eloqüentes, grave perigo, evidentemente".

A Exposição de Motivos do Código *Buzaid*, em seu item 13, ao tratar do Processo Oral, como para não fugir às regras do modismo brasileiro atual, adotou a oralidade relativa. Vamos ao que disse o autor do Código de Processo Civil de 1973, item 13, *verbis:* "O projeto manteve, quanto ao processo oral, o sistema vigente, mitigando-lhe o rigor, a fim de atender a peculiaridades da extensão territorial do País. O ideal seria atingir a oralidade em toda sua pureza. Os elementos que a caracterizam são: *a)* a identidade da pessoa física do juiz, de modo que este dirija desde o seu início até o julgamento; *b)* a concentração, isto é, que em uma ou em poucas audiências próximas se realize a produção das provas; *c)* a irrecorribilidade das decisões interlocutórias, evitando a cisão do processo ou a sua interrupção contínua, mediante recursos que devolvem ao Tribunal o julgamento da decisão impugnada... Ocorre, porém, que o projeto, por amor aos princípios, não deve danificar as condições próprias da realidade nacional. O Código de Processo Civil se destina a servir o Brasil. Atendendo a estas ponderações, julgamos de bom aviso limitar o sistema de processo oral, não só ao que toca ao princípio da identidade do juiz, como também quanto à irrecorribilidade das decisões interlocutórias."

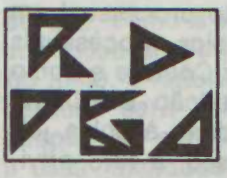
6. Há, ainda, a tendência de imputar ao direito processual um foro constitucional, com a consagração de princípios processuais na lei magna. Esta tese foi largamente defendida por *Couture* e como exemplo de sua adoção podemos citar a Constituição Brasileira, art. 153, §§ 3.º, 4.º, 5.º, 16 e 30, alusivos, pela ordem, à coisa julgada, à jurisdição, ao direito de defesa, aos recursos, a foro privilegiado, a tribunal de exceção, ao princípio do contraditório e ao direito de representação e de petição. Cremos ser de bom alvitre a outorga de um nível constitucional ao direito processual, a fim de se evitar o arbítrio na realização da justiça, ora se admitindo o contraditório, ora não, ora se respeitando a *res judicata,* para depois desrespeitá-la. Trata-se de, pelo menos, em ter da melhor garantia possível.

7. A nosso ver, o direito processual civil será tanto bom quanto ensejar uma Justiça rápida, eficaz e acessível a todos, e para que esta finalidade seja atingida precisamos desburocratizar a máquina judiciária, com a introdução de técnicos que substituam o carimbo e a gorjeta pela computação de dados, a troca do oficial de justiça que ganha oficialmente um salário insuficiente a sua subsistência por uma equipe aparelhada para a multiplicidade e complexidade de diligências, juízes, promotores e defensores remunerados com salários condignos e em número suficiente para a satisfação das necessidades, cartórios menos emperrados e mais estimulados para o trabalho, a diminuição gradual da denominada "papelada", enfim, precisamos de mais providências de ordem prática e concreta do que de novas leis, pois como já dizia o mestre *Couture:* "Com boas leis e maus juízes não se faz nunca boa justiça, mas com leis ruins e bons juízes, mais de uma vez foi possível fazer boa justiça" *(ob. cit.,* p. 219). E, além do mais, estamos de pleno acordo com a autorizada voz de *José Carlos Barbosa Moreira,* que, ao comentar o então Anteprojeto do atual Código, declarou: "O Anteprojeto *Buzaid* corresponde em larga medida ao generalizado anseio pela renovação do processo civil brasileiro". Se alguns equívocos existem, como a sinonímia entre citação e intimação, ou se há lacunas a preencher, a jurisprudência e as leis futuras tratarão de solucionar.

MARCIO KLANG
Promotor de Justiça

BIBLIOGRAFIA

1. *Couture, Eduardo J., Das Modernas Diretrizes do Processo Civil,* "Litis — Revista Trimestral de Direito Processual", Ano I, vol. II, maio de 1975, Rio de Janeiro, pp. 211 e segs.
2. *Grinover, Ada Pellegrini et outrem, Teoria Geral do Processo,* RT, SP, 1975, pp. 20 e segs.
3. *Cappelletti, Mauro, Processo, Ideologia, Sociedade,* ed. em espanhol, pp. 3 e segs.
4. *Barbosa Moreira, José Carlos, Direito Processual Civil* (Ensaios e Pareceres), RJ, 1971, p. 259. *Temas de Processo Civil,* Saraiva, 1917, pp. 3 e segs.



ATUALIDADES

DELIBERAÇÕES DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLLICO

REGULAMENTO DO ESTÁGIO CONFIRMATÓRIO (*)

Dos objetivos

Art. 1.º — O estágio confirmatório, necessário à permanência definitiva do Promotor de Justiça na carreira do Ministério Público, obedecerá aos termos do presente Regulamento, das Resoluções baixadas pelo Procurador-Geral de Justiça, das deliberações do Conselho Superior do Ministério Público e instruções da CECON.

Art. 2.º — A partir do exercício no cargo de classe inicial do Quadro do Ministério Público, e durante 18 (dezoito) meses o Promotor de Justiça será submetido a regime de estágio, supervisionado por Comissão especialmente designada pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Parágrafo único — Não está isento de estágio confirmatório o Promotor de Justiça de segunda categoria que já tenha se submetido a estágio probatório ou experimental em outro cargo.

Art. 3.º — Ressalvados os casos de férias, licenças e outros previstos em lei, o Promotor de Justiça, durante o período de estágio, não poderá afastar-se do cargo para

I — exercer cargo eletivo ou a ele concorrer;

II — exercer outro cargo, ou função ou emprego, na administração direta ou indireta;

III — freqüentar cursos, seminários e estudar, ou cumprir missão oficial, com prejuízo para suas atribuições, por prazo superior a 30 dias;

IV — afastar-se para o exterior.

Da Comissão

Art. 4.º — A Comissão de Estágio Confimatório (CECON), sob a presidência do Corregedor-Geral, apurará, segundo os critérios

---

(*) Aprovado na 181ª Reunião Ordinária realizada em 26 de março de 1985 (Deliberação nº 12, publicada no D.O. de 25.4.85).

adiante mencionados, se o membro do Ministério Público demonstrou condições de permanecer na carreira, por preencher os seguintes requisitos:

I — idoneidade moral;
II — zelo funcional;
III — eficiência;
IV — disciplina.

§ 1.º — A idoneidade moral compreenderá a retidão de caráter, a conduta, a probidade, a dignidade e a independência funcional.

§ 2.º — O zelo funcional compreenderá a assiduidade, a pontualidade e dedicação funcional.

§ 3.º — A eficiência compreenderá a qualidade do trabalho, conhecimento teórico, diligência e eficácia de atuação.

§ 4.º — A disciplina compreenderá o senso de responsabilidade, a observância de preceitos e normas, o relacionamento pessoal e a discrição.

Art. 5.º — A Comissão de Estágio Confirmatório designada pelo período de 2 (dois) anos pelo Conselho Superior do Ministério Público será constituída de tantos membros quantos forem necessários para que cada um tenha sob sua orientação no máximo 10 (dez) estagiários, sendo que 1/3 dos seus componentes serão de Procuradores de Justiça e os demais de Promotores de Justiça de 1.ª Categoria.

§ 1.º — O desempenho das funções de membro da CECON dar-se-á sem prejuízo das atribuições funcionais de seus integrantes e será considerado serviço relevante prestado ao Ministério Público.

§ 2.º — Os membros da CECON poderão ser dispensados ou substituídos, sendo que a pedido, até o 5.º mês do início do estágio, e a qualquer tempo, por deliberação do Conselho Superior do Ministério Público.

§ 3.º — O membro da CECON licenciado por prazo superior a 2 (dois) meses será automaticamente dispensado.

§ 4.º — O presidente será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo membro da CECON mais antigo na carreira.

§ 5.º — Sempre que julgar necessário, o presidente da CECON poderá designar, entre os supervisores, um Coordenador do Estágio, fixando as suas atividades.

Art. 6.º — A CECON fará manter, em nome de cada Promotor de Justiça em estágio, uma pasta em que se contenha seu prontuário funcional, currículo, relatórios, cópias de trabalhos e outros dados pertinentes que permitam a avaliação do seu desempenho.

Parágrafo único — Ficarão sob a guarda na Corregedoria-Geral do Ministério Público as pastas funcionais e todos os documentos relativos ao estágio.

Art. 7.º — A CECON colherá informações, realizará diligências e produzirá provas, quando necessárias, que lhe permita aferir o comportamento do Promotor de Justiça em estágio, fazendo anotar no seu prontuário funcional as observações quanto à idoneidade moral, ao zelo funcional, à eficiência e à disciplina.

Da orientação do estágio

Art. 8.º — Os Promotores de Justiça serão distribuídos em grupos de no máximo 10 (dez), sob a orientação direta de um dos membros da CECON, como supervisor.

Parágrafo único — O Promotor de Justiça em estágio entregará ao supervisor relatório bimestral de suas atividades, conforme modelo aprovado (Anexo I), acompanhado de cópias de trabalhos, tais como denúncias, pedidos de arquivamento, alegações prévias ou finais, razões de recursos, pareceres e outras intervenções nos autos.

Art. 9.º — Aos Promotores de Justiça em estágio deverão ser ministrados cursos de especialização promovidos pelo Ministério Público ou pela CECON ou por outras entidades jurídicas de reconhecida idoneidade e sendo recomendado o seu comparecimento e participação em conferências, encontros, simpósios e congressos, bem como a leitura orientada, discussão em grupo, e a execução de tarefas especiais a serem apreciadas como subsídios nas avaliações parciais e na avaliação final do estágio.

Parágrafo único — Os Supervisores deverão se reunir regularmente com seus grupos.

Art. 10 — Os Procuradores de Justiça remeterão à CECON, em formulário próprio (Anexo III), impressões que colherem nos processos em que funcionarem ou no trato pessoal com os Promotores de Justiça em estágio.

Art. 11 — Cada Supervisor emitirá avaliação trimestral sobre o estagiário (Anexo II) com base nos relatórios bimestrais, na sua impressão pessoal e nas dos Procuradores de Justiça, nas inspeções realizadas pela Corregedoria-Geral do Ministério Público e em outros elementos de convicção.

§ 1.º — A avaliação consistirá numa análise escrita, observando-se cada requisito enumerado no art. 4.º.

§ 2.º — A cada avaliação, o Supervisor dará ciência pessoal ao Promotor de Justiça em estágio, fazendo as observações que entender necessárias quanto a sua atuação funcional.

§ 3.º — Logo após a 6.ª avaliação, o Supervisor fará uma justificativa motivada (Anexo IV) informando se o Estagiário preencheu ou não os requisitos para permanecer na carreira.

§ 4.º — Se o Supervisor desligar-se do estágio antes do seu término, fará uma justificativa parcial quanto ao preenchimento, pelo Promotor de Justiça em estágio, de seus requisitos até aquela data.

Art. 12 — Sempre que o Supervisor se deslocar para Comarca de algum estagiário a fim de orientar ou inspecionar suas atividades, terá direito à percepção de diárias, na forma estabelecida por Resolução do Procurador-Geral, obedecida a legislação pertinente.

Do relatório final

Art. 13 — Ao se completar o 18.º (décimo oitavo) mês de estágio, a CECON se reunirá tantas vezes quantas necessárias e, dentro de 30 (trinta) dias, encaminhará relatório final ao Conselho Superior do Ministério Público (Anexo V), no qual opinará, motivadamente, em cada caso, pela confirmação ou não do Promotor de Justiça na Carreira.

§ 1.º — Para os fins deste artigo, será designado, por sorteio, relator dos processos de avaliação.

§ 2.º — O relatório será discutido e votado na CECON à vista da proposição do relator de cada processo, constando o voto vencido, também fundamentado, de qualquer membro da Comissão.

§ 3.º — As decisões serão tomadas por maioria absoluta, estando impedido, para todos os fins, o Supervisor em relação a qualquer estagiário de seu grupo.

§ 4º. — Ao Presidente da CECON caberá dirigir todos os trabalhos, tendo voto de membro e qualidade, salvo nas votações dos Relatórios finais que opinarem pela confirmação ou não na carreira, quando terá somente o voto de desempate.

§ 5.º — Quando o relatório concluir pela não confirmação, dele o Procurador-Geral de Justiça dará ciência ao Promotor de Justiça em estágio, que poderá oferecer alegações em 10 (dez) dias dirigidas ao Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 14 — O Conselho Superior do Ministério Público, em seguida, apreciando o relatório com ou sem as alegações do interessado, decidirá, por maioria absoluta, pela confirmação ou não do Promotor de Justiça na Carreira.

§ 1.º — Se a decisão for no sentido da confirmação, o Procurador-Geral de Justiça expedirá o competente ato declaratório.

§ 2.º — Se a decisão for em sentido contrário, o Promotor de Justiça em estágio será, de imediato, afastado do exercício, encaminhando-se expediente de exoneração do cargo ao Governador do Estado.

Art. 15 — O Conselho Superior do Ministério Público proferirá sua decisão até 60 (sessenta) dias antes de o Promotor de Justiça completar 2 (dois) anos de exercício.

Art. 16 — A avaliação do estágio, além de efeito confirmatório, será considerada na aferição de merecimento, para promoção ou remoção a pedido do membro do Ministério Público.

Art. 17 — O processo de estágio confirmatório terá o caráter de expediente reservado.

Art. 18 — A CECON baixará as instruções que entender necessárias ao exercício de suas atribuições e perfeita execução deste regulamento.

Art. 19 — Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogado o anterior, publicado no *D.O.* de 12-01-1983, e demais disposições em contrário.

NOVOS PROCURADORES DE JUSTIÇA

Registramos, com satisfação, a promoção ao cargo de Procurador de Justiça de nossos colegas Dr. **Luiz Roldão de Freitas Gomes**, Dr. **Roberto Francisco Sanchez**, Dr. **José Ivanir Gussen**, Dra. **Marly Martin Mazzucchelli**, Dr. **Hamilton Carvalhido** e Dr. **Antonio Francisco Feteira Gonçalves.**

A "Revista de Direito", ao assinalar o evento, formula aos novos Procuradores de Justiça votos de pleno êxito no exercício das funções que passarão a exercer.

NOVOS PROMOTORES DE JUSTIÇA

Vem de ser concluído Concurso para ingresso na carreira do Ministério Público.

Com 2.562 candidatos inscritos inicialmente, foi realizada a prova de Direito Constitucional, Direito Administrativo e Princípios Institucionais do Ministério Público, aos 05 dias de agosto de 1984, no Instituto de Educação e proclamados os resultados em 08 de outubro de 1984, no Teatro Odilo Costa Filho.

A prova de Direito Civil, Direito Processual Civil e Direito Comercial teve lugar aos 19 dias de outubro de 1984, na Fundação Escola de Serviço Público (FESP), com promulgação dos resultados em 30 de novembro de 1984, no I Tribunal do Júri.

A prova de Direito Penal Comum, Direito Penal Especial e Direito Processual Penal, última etapa das provas escritas, foi realizada aos 7 dias de dezembro de 1984, na Fundação Escola de Serviço Público (FESP), com identificação dos resultados em 17 de dezembro de 1984, perante o IV Tribunal do Júri.

As provas orais tiveram lugar no período de 29 de janeiro a 05 de fevereiro de 1985 e, dos 2.562 candidatos inscritos inicialmente, lograram, ao final, aprovação 29 candidatos nomeados por Decreto Governamental publicado no Diário Oficial de 28 de março de 1985, na forma do art. 26 do Regulamento:

Antonio Borromeu Fernandez
Maria Luiza Cabral Vieira
Eunice Ferreira Caldas
Vania Maria Carrano Benjó
Elizabeth Carneiro de Lima
Maria Cristina da Silva Gaertner
Cristina Tereza Gaulia Borrmann
José Carlos Paes
Marília de Castro Neves Vieira
Joel Teixeira de Araújo
Ida Maria Moulin Alledi
Maria Alexandra Bastos Malheiro de Oliveira da Silva Tonim
Ana Lúcia Abeid
Branca Maria Moreira Alves
Annabella Vera Grazia Herczog
Maria da Conceição Lopes de Souza Santos
Alberto Henrique de Pinho Canellas
Eliane Bahiense de Albuquerque
Regina Lúcia Natal de Carvalho
Vicente Sílvio Ferreira do Nascimento
Sonia Maria Rocha e Silva
Márcia Rodrigues de Oliveira
Patrícia Silveira da Rosa
Marco Antonio Ibrahim
Jorge Luiz Le Cocq D'Oliveira
Geraldo Luiz Mascarenhas Prado
Márcia Álvares Pires Rodrigues
Denise Pereira Freitas
Lúcia Maria Lacerda

Os novos Promotores de Justiça tomaram posse no dia 02 de abril de 1985, em cerimônia realizada no Palácio Guanabara e presidida pelo Exmo. Sr. Governador do Estado.

VI CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Realizou-se em São Paulo, no período de 26 a 29 de junho de 1985, o VI Congresso Nacional do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, tendo como tema central *Ministério Público: Justiça e Constituinte.*

As teses apresentadas versaram, sem exceção, sobre a importância do papel do Ministério Público na defesa dos interesses indisponíveis da sociedade.

Pelo Rio de Janeiro, foram apresentadas teses de autoria dos Drs. Afranio Silva Jardim, Paulo Cezar Pinheiro Carneiro, Sergio de Andréa Ferreira e Ulysses Leocádio.

A "Revista de Direito", ao noticiar o evento, parabeniza os autores pela excelência de seus trabalhos.

PROMOTORES DE JUSTIÇA DOMINGOS HENRIQUE LEAL BRAUNE E ELSO VAZ NOMEADOS ASSESSORES DA SECRETARIA DE JUSTIÇA E DO INTERIOR

É com prazer que noticiamos a nomeação de nossos colegas *Dr. Domingos Henrique Leal Braune e Dr. Elso Vaz* para a Secretaria de Justiça e do Interior, formulando aos ilustres Promotores de Justiça votos de pleno êxito no exercício das funções que passarão a exercer.

PROMOTORES DE JUSTIÇA HISASHI KATAOKA NOMEADO DIRETOR DO INSTITUTO PENITENCIÁRIO PLÁCIDO SÁ CARVALHO

Com muita alegria noticiamos a nomeação de nosso colega *Dr. Hisashi Kataoka* para Diretor do Instituto Penitenciário Plácido Sá Carvalho.

"Revista de Direito" não poderia deixar de dar o devido relevo ao importante acontecimento, que constitui motivo de felicidade para toda a nossa Instituição, formulando ao ilustre Promotor de Justiça votos de pleno êxito no exercício das funções que passará a exercer.

PROMOTOR DE JUSTIÇA JORGE JOAQUIM LOBO APROVADO EM CONCURSO PROMOVIDO PELA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, realizou concurso para seleção e admissão de "Advogados-Professores" nas áreas de Direito Penal, Civil, Comercial, Tributário, Trabalhista e Organização Judiciária e Deontologia Jurídica, constando de provas escrita, oral, didática e títulos.

Ao serem proclamados os resultados finais, constatou-se que o candidato *Jorge Joaquim Lobo* havia obtido a maior média em Direito Comercial, 85 (oitenta e cinco) pontos e a maior média entre todos os candidatos inscritos nas seis áreas.

A "Revista de Direito", registrando o acontecimento, congratula-se com o colega por mais esta vitória, na certeza de que sua conquista só virá a engrandecer o Ministério Público.

PROMOTORA DE JUSTIÇA MARIA CRISTINA PALHARES DOS ANJOS DESIGNADA PARA COMPOR BANCA EXAMINADORA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Por ato do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça foi designada a Dra. Maria Cristina Palhares dos Anjos para, como representante do Ministério Público, compor, na área criminal, a banca examinadora da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio de Janeiro, nos "Exames de Ordem" daquela Seccional.

REGULAMENTO DO CONCURSO PARA A CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (*)

DAS PROVAS ESCRITAS E ORAIS

Art. 1.º — O acesso aos cargos da classe inicial da carreira do Ministério Público é feito mediante concurso de provas e títulos, realizado perante Comissão de Concurso designada pelo Conselho Superior do Ministério Público, na forma deste Regulamento.

Art. 2.º — As provas versarão sobre Direito Penal (Comum e Especial), Processual Penal, Civil, Processual Civil, Comercial, Constitucional, Administrativo e Princípios Institucionais do Ministério Público.

Parágrafo único — Serão constituídas três (3) Bancas Examinadoras, correspondendo aos seguintes conjuntos de matérias:

a) Direito Penal Comum, Direito Penal Especial e Direito Processual Penal;

b) Direito Civil, Direito Processual Civil e Direito Comercial;

c) Direito Constitucional, Direito Administrativo e Princípios Institucionais do Ministério Público.

Art. 3.º — Cada matéria terá dois (2) examinadores e um suplente, constituindo-se cada Banca de seis (6) examinadores e três (3) suplentes, todos membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, indicados pelo Conselho Superior do Ministério Público, à exceção dos titulares e suplentes de Direito Comercial, que serão apontados pela Ordem dos Advogados do Brasil, secção do Rio de Janeiro, por solicitação do Procurador-Geral de Justiça.

§ 1.º — Não podem integrar as Bancas Examinadoras pessoas que tenham cônjuge, parentes consangüíneos ou afins, até o terceiro (3.º) grau, inclusive, entre os candidatos inscritos.

§ 2.º — O Conselho Superior fixará prazo para que as Bancas organizem os pontos das matérias das provas.

§ 3.º — Será publicada, no Diário Oficial, a relação dos pontos, bem como a constituição de cada Banca Examinadora e respectivos suplentes, com a antecedência mínima de vinte (20) dias antes da realização da primeira (1.ª) prova escrita.

Art. 4.º — As Bancas Examinadoras serão presididas pelos membros da Comissão de Concurso designados por seu Presidente, não lhe cabendo dar nota nem formular questões em qualquer das provas escritas e orais.

(*) Publicado no Diário Oficial de 22 de maio de 1985.

DA COMISSÃO DE CONCURSO

Art. 5.º — A Comissão de Concurso será composta de quatro (4) Procuradores de Justiça indicados, com os respectivos suplentes, também Procuradores de Justiça, pelo Conselho Superior do Ministério Público e de um Presidente, Procurador de Justiça designado, juntamente com o respectivo suplente, pelo Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo único — O Presidente e os demais membros da Comissão de Concurso, inclusive os suplentes, serão substituídos por deliberação do Procurador-Geral de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público, conforme o caso.

Art. 6.º — A Comissão de Concurso reunir-se-á com a presença da maioria absoluta de seus membros, sendo suas deliberações tomadas pelo voto da maioria dos presentes, tendo o Presidente voto de membro e de qualidade. Em livro próprio serão lavradas as atas de suas reuniões.

Art. 7.º — Das decisões da Comissão caberá recurso no prazo de quarenta e oito (48) horas da respectiva publicação no órgão oficial, ao Conselho Superior do Ministério Público, que decidirá em caráter final e irrecorrível.

Art. 8.º — A Comissão deliberará sobre o que se fizer necessário ao processamento do concurso, requisitando, por solicitação ao Procurador-Geral de Justiça, os funcionários que integrarão a Secretaria e o grupo de apoio.

DAS INSCRIÇÕES

Art. 9.º — O concurso é aberto com a publicação, no órgão oficial, do correspondente edital, acompanhado deste Regulamento.

Parágrafo único — Decorridos trinta (30) dias da publicação a que se refere o *caput* deste artigo, terá início, automaticamente, o prazo de trinta (30) dias para as inscrições.

Art. 10 — As inscrições serão feitas em local e horário indicados pela Comissão de Concurso, mediante requerimento de admissão dirigido, em formulário próprio, ao Presidente, devendo o interessado satisfazer os seguintes requisitos:

I — ser brasileiro, bacharel em Direito e ter, no máximo, cinqüenta (50) anos de idade à data do pedido de inscrição;

II — prova de identidade;

III — ser considerado idôneo, mediante atestado firmado por dois (2) membros do Ministério Público ou do Poder Judiciário.

§ 1.º — Será dispensado o limite de idade máxima para o funcionário efetivo do Estado e do Município do Rio de Janeiro, este

quando transferido do serviço público estadual para o municipal, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 20, de 1.º de julho de 1974.

§ 2.º — Com o requerimento de admissão, acompanhado de dois (2) retratos 3x4, e de uma ficha que preencherá e da qual constará a declaração de que concorda com todas as condições do concurso, o interessado ainda apresentará:

I — comprovante bancário do recolhimento da taxa de inscrição fixada pela Comissão de Concurso;

II — afirmação de domicílio e residência, de próprio punho, referente aos últimos cinco (5) anos, sob as penalidades legais, nos termos do modelo anexo a este regulamento;

III — certidões negativas dos Ofícios de Interdições e Tutelas das comarcas onde tenha residido nos últimos cinco (5) anos;

IV — relação dos cargos, funções e empregos que tenha ocupado, vinculados ao Direito e das comarcas onde haja exercido a advocacia, com a indicação dos juízes, membros do Ministério Público, advogados e autoridades com que haja trabalhado;

V — certidões negativas dos distribuidores cíveis e criminais, federais e estaduais, das comarcas em que tenha sido domiciliado e residido nos últimos cinco (5) anos, inclusive os de protesto de títulos;

VI — prova de registro de diploma de bacharel em Direito no órgão competente;

VII — prova de que não sofreu penalidade imposta pela OAB;

VIII — afirmação de próprio punho de que nunca sofreu penalidade no exercício de qualquer cargo, função, emprego ou profissão.

§ 3.º — A documentação referida nos incisos III ao VIII poderá ser apresentada até o término do prazo a que se refere o art. 22, oportunidade em que será examinada pela Comissão de Concurso.

§ 4.º — Caso seja a hipótese, deverá ser atendido o disposto na Lei Estadual n.º 202, de 03 de outubro de 1978, regulamentada pelo Decreto n.º 2.496, de 13 de março de 1979.

DA ADMISSÃO AO CONCURSO

Art. 11 — Encerrado o prazo para as inscrições, publicar-se-á dentro de quinze (15) dias, no órgão oficial, a relação dos candidatos, com os respectivos números de inscrição, podendo qualquer

pessoa, no prazo de cinco (5) dias, oferecer impugnação, em documento reservado e fundamentado, dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso.

§ 1.º — Oferecida a impugnação, o Presidente da Comissão poderá determinar diligências para esclarecer os fatos levados ao seu conhecimento, inclusive ouvindo o candidato.

§ 2.º — Decorrido o prazo para as impugnações, a Comissão iniciará o exame das inscrições, em reuniões secretas.

§ 3.º — A Comissão indeferirá o requerimento de admissão ao concurso:

I — que não estiver devidamente instruído;

II — apresentado por candidato que, a seu critério, for considerado inidôneo para o desempenho do cargo.

Art. 12 — Terminado o julgamento dos pedidos de inscrição, será publicada, no órgão oficial, a relação dos candidatos admitidos ao concurso. A não inclusão do nome do candidato significará a rejeição do seu pedido de admissão.

Parágrafo único — O candidato que tiver seu requerimento de admissão indeferido poderá, se o requerer, obter da Comissão de Concurso as informações que a levaram à denegação do pedido, observado o sigilo quanto à fonte da informação determinadora do indeferimento.

DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS

Art. 13 — As provas escritas serão em número de (3) três:

I — a primeira, de Direito Penal Comum, Direito Penal Especial e Direito Processual Penal;

II — a segunda de Direito Civil, Direito Processual Civil e Direito Comercial;

III — a terceira, de Direito Constitucional, Direito Administrativo e Princípios Institucionais do Ministério Público.

Art. 14 — No prazo de trinta (30) dias da publicação referida no art. 12, será realizada a primeira prova escrita. Com a antecedência mínima de três (3) dias úteis, será publicado, no órgão oficial, edital de convocação dos candidatos inscritos, indicando dia, hora e local da realização da prova, afixada uma via do mesmo na sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 15 — O ponto será sorteado na presença dos candidatos, depois do que a Banca Examinadora se reunirá, em sessão secreta, para a formulação das questões.

Parágrafo único — Os candidatos receberão as folhas das provas devidamente rubricadas por membro da Banca Examinadora e terão ciência prévia do valor máximo atribuído a cada questão.

Art. 16 — Cada prova terá a duração de quatro (4) horas, sendo proibida, sob pena de eliminação, a comunicação entre si, com pessoas não autorizadas a permanecerem no recinto ou a consulta a livros, impressos ou manuscritos não permitidos (art. 33).

Parágrafo único — Será eliminado c candidato que não devolver a prova no prazo marcado.

Art. 17 — Após o recolhimento das provas, ser-lhes-á atribuída numeração seguida, repetida na parte destacável, em que o candidato aporá seu nome, número de inscrição e assinatura.

Parágrafo único — As partes destacáveis serão encerradas, pela Comissão, em sobrecarta a ser lacrada e rubricada, em seu fecho, por membros da Banca Examinadora. O Presidente da Comissão providenciará sua guarda e só permitirá a respectiva abertura na sessão pública de identidade.

Art. 18 — A Banca Examinadora procederá ao julgamento das provas em reunião secreta, tantas quantas necessárias, competindo a cada examinador a dar nota apenas nas respostas às questões que corresponderem à matéria que lhe couber.

§ 1.º — As notas serão apostas no corpo da prova, que será rubricada pelos examinadores.

§ 2.º — A nota de cada matéria corresponderá à média aritmética simples das notas atribuídas pelos dois (2) examinadores respectivos.

§ 3.º — A nota final da prova resultará da soma das médias apuradas na forma do parágrafo anterior.

Art. 19 — Após o julgamento de cada uma das provas escritas, o Presidente da Comissão convocará sessão pública de identificação, divulgando-se apenas o número de inscrição do candidato e a nota final por ele obtida.

§ 1.º — Na sessão de identificação, com a presença da Comissão e da respectiva Banca Examinadora, o Presidente escolherá dois (2) escrutinadores, que se incumbirão de lançar no mapa de cada candidato a nota final por ele obtida.

§ 2.º — Concluída a identificação, a Comissão de Concurso fará publicar, no órgão oficial, a relação dos candidatos habilitados a participar da prova seguinte, indicando, desde logo, dia, hora, e local para sua realização, com a antecedência mínima de três (3) dias úteis.

Art. 20 — O candidato que não obtiver em qualquer das provas escritas, nota final igual ou superior a cinco (5) será considerado inabilitado e impedido de continuar a participar do concurso.

Parágrafo único — Não serão admitidos pedidos de revisão de provas, de notas ou com qualquer outro objeto, sob nenhum pretexto.

DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS ORAIS

Art. 21 — Concluída a identificação da última das provas escritas, publicar-se-á, no órgão oficial, a relação dos candidatos habilitados à fase seguinte do concurso.

Art. 22 — Dentro de quinze (15) dias a contar da publicação acima referida, os candidatos habilitados deverão, como condição indispensável à prestação das provas orais, comprovar:

I — que estão no gozo dos direitos políticos e em dia com as obrigações atinentes ao serviço militar;

II — que gozam de perfeita saúde física e mental, através de exame realizado por órgão estadual;

III — terem, à data do pedido de inscrição, dois (2) anos, pelo menos, de prática profissional.

§ 1.º — Serão consideradas formas de prática profissional, além do exercício da advocacia, do Ministério Público e da Magistratura, a obtida em estágios profissionais de Direito, oficiais ou reconhecidos, bem como o exercício de função de natureza técnica nos órgãos administrativos do Ministério Público e do Poder Judiciário ou nas Assessorias Jurídicas do Poder Público. A prática profissional de autoridade policial será feita mediante certidão de efetivo exercício no órgão policial.

§ 2.º — A prova da prática profissional como advogado ou estagiário será feita:

I — mediante apresentação de cópias de trabalhos forenses, devidamente autenticadas, com expressa declaração quanto à data e à assinatura do candidato;

II — mediante folha do órgão oficial, consignado o nome do candidato junto ao da parte, seja por abertura de vista ou, ainda, notícia de andamento de processo;

III — mediante prova do desempenho de qualquer das atividades previstas no art. 71 da Lei 4.215/63.

§ 3.º — Ainda no prazo fixado no *caput* deste artigo, e também como condição indispensável à prestação das provas orais, os candidatos habilitados juntarão, aos respectivos processos de inscrição, a documentação referida no art. 10, incisos IV ao VIII.

Art. 23 — Antes das prestações das provas orais, a Comissão de Concurso entrevistará os candidatos habilitados, determinando que também sejam submetidos a exame psicotécnico em entidade por ela credenciada, o qual englobará a aferição profissiográfica, cujo resultado será remetido diretamente à Comissão, no mesmo prazo previsto no *caput* do art. 22.

Art. 24 — Será eliminado pela Comissão de Concurso o candidato que:

I — não apresentar a documentação a que se referem os arts. 22 e seus parágrafos (art. 10, § 3.º);

II — for por ela considerado inidôneo ou inapto.

Art. 25 — A Comissão de Concurso divulgará através do órgão oficial, o dia, a hora e o local em que os candidatos habilitados deverão comparecer para a prestação das provas orais.

§ 1.º — Os candidatos poderão ser distribuídos em grupos, a critério da Comissão de Concurso, sendo que a argüição daqueles obedecerá à ordem alfabética do prenome.

§ 2.º — O candidato prestará cada uma das três (3) provas orais, correspondentes aos grupos de matérias a que se refere o parágrafo único do art. 2.º, em dias diferentes e na ordem estabelecida no art. 13, que poderá ser alterada pela Comissão de Concurso.

Art. 26 — Na prova oral, cada membro da Banca Examinadora argüirá o candidato a respeito da parte do ponto sorteado referente à matéria que lhe couber.

§ 1.º — O ponto será sorteado pelo candidato e a argüição não excederá de dez (10) minutos para cada examinador.

§ 2.º — Cada examinador atribuirá ao candidato nota de zero (0) a dez (10), em papeleta individual. As duas papeletas correspondentes a cada matéria serão colocadas em uma única sobrecarta posteriormente lacrada e rubricada, em seu fecho, pelos examinadores e membros da Comissão de Concurso, e por esta acautelada.

§ 3.º — A nota de cada matéria e a nota final de cada prova oral serão apuradas na forma dos parágrafos 2.º e 3.º do art. 18.

§ 4.º — Terminadas as provas orais de cada grupo de candidatos, imediatamente serão apuradas e divulgadas, em sessão pública e no mesmo local em que foram realizadas, as notas finais de cada um deles. A publicação das notas finais, no órgão oficial, será feita na forma e para os fins previstos no art. 28.

Art. 27 — O candidato que não obtiver, em qualquer das provas orais, nota final igual ou superior a 5 (cinco) será considerado inabilitado e impedido de continuar a participar do concurso, sem direito a qualquer pedido de recurso.

DO JULGAMENTO DOS TÍTULOS

Art. 28 — Concluída a apuração das notas das provas orais, a Comissão de Concurso fará publicar, no órgão oficial, a relação dos candidatos habilitados ao julgamento dos títulos, com a indicação da média aritmética simples das notas finais obtidas nas provas escritas e orais.

Art. 29 — No prazo de 10 (dez) dias após a publicação, da relação referida no artigo anterior, os candidatos habilitados apresentarão os seus títulos, aos quais serão atribuídos pontos pela Comissão de Concurso, assim considerando-se:

I — o efetivo exercício de cargo no Ministério Público ou na Magistratura;

II — a aprovação em concurso de provas e títulos para cargos nas carreiras do Ministério Público, Magistratura, Magistério Jurídico, Procurador ou Advogado da Fazenda Pública, Assistência Judiciária e Delegado de Polícia;

III — o efetivo exercício do Magistério Jurídico em Faculdades oficiais ou reconhecidas;

IV — os trabalhos jurídicos doutrinários dados à publicidade, como livros, monografias, teses, artigos e estudos;

V — a aprovação em concurso de especialização em matéria jurídica, notadamente os de pós-graduação;

VI — a participação efetiva em congressos jurídicos, como autor de tese ou membro de comissão.

Parágrafo único — Os documentos comprobatórios dos títulos deverão ser apresentados em exemplares datilografados ou através de reproduções autenticadas, que serão anexados ao processo de inscrição.

Art. 30 — Findo o prazo previsto no artigo anterior, o Presidente da Comissão convocará os demais membros para, em reunião secreta, julgarem os títulos apresentados pelos candidatos habilitados.

Parágrafo único — Cada membro da Comissão de Concurso atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 2 (dois) pelo conjunto de títulos a que se refere este artigo, a qual será lançada em papeleta individual colocada em sobrecarta lacrada e rubricada, em seu fecho, pelos integrantes da mesma Comissão e do seu Presidente, que a acautelará até a sessão pública de identificação, a realizar-se no prazo de 5 (cinco) dias após o julgamento.

DO JULGAMENTO FINAL

Art. 31 — O total final de pontos de cada candidato, que lhe dará a classificação no concurso, será a resultante da soma da média a que se refere o art. 28, acrescida da nota obtida no julgamento dos títulos.

Parágrafo único — Em caso de empate na classificação, atender-se-á para desempate, em primeiro lugar, à média mais alta nas provas escritas; em seguida, à média mais alta nas provas orais; em terceiro, à maior nota conferida pelos títulos e, finalmente, à idade, dando-se preferência ao candidato mais idoso.

Art. 32 — A Comissão fará o relatório final do concurso, submetendo o seu resultado à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, que o julgará, determinando a publicação no órgão oficial, da classificação dos candidatos aprovados.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33 — Em qualquer fase do concurso, a Comissão poderá solicitar informações, em caráter reservado, acerca da idoneidade do candidato e poderá eliminar o candidato que apresentar conduta inadequada, que deixar de atender a qualquer dos requisitos previstos neste Regulamento, prestar declarações inexatas ou omitir-se sobre fato considerado relevante pela Comissão.

Art. 34 — Os candidatos, ao se apresentarem para as provas, exibirão documento de identidade e somente poderão consultar a legislação, desde que os textos não contenham comentários, anotações, exposição doutrinária, súmula ou jurisprudência, ainda que resumida, sendo apenas admitida a remissão a dispositivos legais ou regulamentares.

Parágrafo único — O não comparecimento do candidato no dia, hora e local marcados para qualquer prova escrita ou oral, implicará a sua exclusão do concurso, inadmissível qualquer justificativa de falta ou atraso.

Art. 35 — Nas provas escritas as notas serão atribuídas em números inteiros, ou em frações de cinco décimos (0,5) e as provas orais apenas em números inteiros.

§ 1.º — Nas provas escritas e orais, não será permitido o arredondamento de notas.

§ 2.º — As divisões aritméticas necessárias às apurações de notas e de pontos terão aproximação até a casa dos centésimos.

Art. 36 — O concurso será válido apenas para as vagas existentes na classe inicial, na data do seu julgamento pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 37 — Os candidatos não admitidos ao Concurso, os não habilitados e os não aproveitados poderão requerer, no decorrer do concurso, a devolução dos documentos que juntaram aos respectivos pedidos de inscrição.

Parágrafo único — Feita a publicação a que se refere o art. 32, os documentos não reclamados serão incinerados pela Procuradoria-Geral de Justiça, após o decurso de 60 (sessenta) dias dessa publicação.

Art. 38 — Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Concurso, que poderá prorrogar os prazos estabelecidos neste regulamento e baixar as instruções que julgar convenientes.

Art. 39 — Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CONCURSO PARA PROMOTOR DE JUSTIÇA DE 2ª CATEGORIA

De acordo com o Edital publicado no Diário Oficial, Parte I, de 23 de junho de 1985, foram abertas as inscrições para ingresso na Classe Inicial da Carreira do Ministério Público.

O Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em sua 187.ª Reunião Ordinária, aprovou os nomes dos integrantes das Bancas Examinadoras, assim constituídas:

Direito Penal — Heitor Costa Junior (Titular), José Augusto de Araujo Neto e Arthur Leonardo de Sá Earp (Suplentes).

Direito Penal Especial — Neje Hamaty (Titular), Carlos Antônio da Silva Navega e Maurício Caldas Lopes (Suplentes).

Direito Processual Penal — Luiz Fernando Freitas Santos (Titular), Afranio Silva Jardim e Paulo Cezar Pinheiro Carneiro (Suplentes).

Direito Civil — Luiz Roldão de Freitas Gomes (Titular), Gastão Lobão da Costa Araújo e Élio Gitelman Fischberg (Suplentes).

Direito Processual Civil — Cláudio Ramos (Titular), Hélcio Alves de Assumpção e Luís Fernando Ribeiro Matos (Suplentes).

Direito Constitucional — Roberto Bernardes Barroso (Titular), Carlos Augusto Vianna de Albuquerque e Ângelo Moreira Glioche (Suplentes).

Direito Administrativo — Sergio de Andréa Ferreira (Titular), Atamir Quadros Mercês e Maria Teresa Moreira Lima (Suplentes).

Princípios Institucionais do Ministério Público — Ellis Hermydio Figueira (Titular), Antônio Paiva Filho e Elisabeth de Moraes Cassar (Suplentes).

APOSENTADORIAS

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR. JORGE ARMANDO FIGUEIREDO ENNE

Em 17 de janeiro de 1985, aposentou-se o Procurador de Justiça Dr. Jorge Armando Figueiredo Enne que ingressará no Ministério Público do antigo Estado do Rio de Janeiro no cargo de adjunto de Promotor de Justiça, em 31 de julho de 1953.

Exerceu os cargos de Promotor de Justiça de 1.ª, 2.ª e 3.ª entrâncias e de Procurador de Justiça, oficiando em diversas comarcas e junto à 8.ª Câmara Cível do Tribunal de Alçada.

Destacou-se como representante do Ministério Público quando exerceu as Curadorias de Família das Comarcas de Conceição de Macabu e de São João de Meriti, além de ter exercido a 1.ª Curadoria Geral da Comarca de Campos, e ocupado o cargo de Adjunto do Procurador-Geral da Justiça em 1957.

Cumpre ressaltar que o Dr. Jorge Armando tem registrado em sua vida pública, além do exercício das funções específicas de representante do Ministério Público, as decorrentes de ter participado dos Gabinetes do Secretário de Agricultura em 1962 e do Secretário de Transportes e Comércio em 1971. Foi Diretor do Departamento do Trabalho em 1968 e Prefeito de Conceição de Macabu, no período de 1963 a 1966, assinalando-se, enfim, que o mesmo foi agraciado com o título de cidadão honorário de São João de Meriti, onde, além de Promotor em 1981, foi Assessor Fiscal da Procuradoria.

A "Revista de Direito" deseja ao ilustre colega e homem público uma tranqüila e feliz aposentadoria.

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR. MAURO AZEVEDO

Ingressou no Ministério Público do antigo Estado do Rio de Janeiro em 1.º de julho de 1957 como adjunto de Promotor de Justiça e, após ser efetivado no **Parquet** fluminense como Promotor de Justiça de primeira entrância, foi, por merecimento, promovido a 2.ª e 3.ª entrâncias. Em 26 de agosto de 1983, foi promovido a Procurador de Justiça, cargo em que se aposentou em 8 de fevereiro de 1985. Homem de proclamado bom senso jurídico ao qual aliava reconhecidas simpatia e fidalguia no tratar, o Dr. Mauro Azevedo destacou-se no exercício das funções da Comarca de São Gonçalo pelo que registram os seus assentamentos funcionais merecidos elogios.

O Procurador Dr. Mauro Azevedo foi, também, Diretor do Departamento das Municipalidades do antigo Estado do Rio de Janeiro, do qual se exonerou a pedido, após ter exercido o cargo em 1963 e 1964.

A "Revista de Direito", ao proceder à notícia de sua aposentadoria, augura ao ilustre colega, dias felizes de merecido lazer.

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR. CARLOS DE NOVAES VIANNA

O Diário Oficial de 25 de abril de 1985 publicou o ato de aposentadoria (pleiteada pelo interessado) do Procurador de Justiça Dr. Carlos de Novaes Vianna, que passava à inatividade após mais de 33 anos de efetivo exercício na Instituição.

Nela ingressou o Dr. Novaes, na condição de Defensor Público — à época, cargo inicial — ainda no Distrito Federal, integrando uma notável plêiade de colegas, alguns deles emprestando, até agora, sua valiosa contribuição ao **Parquet.**

Promotor Substituto, por merecimento, em 1960, Promotor Público em 1964, chegou Novaes, em 1971, ao cargo de 2.º Curador de Órfãos, marcando sua atuação, neste importante e delicadíssimo setor, de modo intimorato, na defesa dos interesses dos incapazes, sem qualquer prejuízo para os sentimentos e considerações sociais, marcas definidas da personalidade de nosso colega.

Em 1982, e também por merecimento, chegou o Dr. Novaes ao ápice da carreira.

Suas promoções — e independentemente do suporte doutrinário e jurisprudencial que contivessem — caracterizavam-se, sempre, por um enfoque bastante pessoal, em que o ponto fundamental era ferido com precisão e objetividade.

Em plena capacidade criadora, preferiu o Dr. Novaes o caminho da aposentadoria, dando-lhe o ensejo de melhor se dedicar à variada gama de interesses que lhe despertam a atenção, sejam na área jurídica (advocacia), sejam na esfera do conhecimento humano mais diversificado.

Permanece em nossas fileiras, como digno continuador da obra de Novaes, seu filho, o Promotor de Justiça Carlos Machado Vianna, colega dos mais operosos e competentes.

Boa sorte, Dr. Novaes!

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR. CLAUDIO ANTHERO DE ALMEIDA

Por decreto de 10 de maio de 1985 do Exmo. Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro, aposentou se o Dr. Claudio Anthero de Almeida, que ingressara no Ministério Público do antigo Estado do Rio de Janeiro em julho de 1953, como adjunto de Promotor de Justiça.

Após ser efetivado no Ministério Público no cargo de Promotor de Justiça de 1.ª entrância, galgou os cargos de 2.ª e 3.ª entrâncias.

Assim, foi representante do **Parquet** fluminense nas Comarcas de Maricá, Cambuci, São João da Barra, Mendes, Silva Jardim, São Fidélis e Macaé. Na capital do antigo Estado do Rio exerceu a 2.ª Curadoria Geral, e como Procurador de Justiça funcionou junto às 1.ª e 2.ª Comarcas do Tribunal de Alçada Cível.

O Dr. Cláudio Anthero de Almeida foi, também, membro Suplente do Conselho Superior do Ministério Público em administração iniciada em dezembro de 1973.

Ao noticiar sua aposentadoria, a "Revista de Direito" não podia deixar de salientar a fidalguia com que a todos tratava, tornando-se simpático aos que com ele conviviam, desejando-lhe dias de merecida felicidade.

PROCURADORA DE JUSTIÇA DRA. MARLY MARTIN MAZZUCCHELLI

De **motu proprio**, pleiteou, em maio de 1985, sua aposentadoria a ilustre Procuradora de Justiça Dra. Marly Martin Mazzucchelli. Ato oficial, publicado em 13 daquele mês, consubstanciou a resolução da querida colega, que ingressara na carreira (então como Defensora Pública) ainda no Distrito Federal.

À Dra. Marly jamais faltou sensibilidade. Inobstante, esta faceta de sua personalidade restou ainda mais evidenciada durante todo o tempo em que atuou como Defensora combativa e eficiente, tanto em área Criminal, quanto na esfera de Família, com todas as implicações daí decorrentes.

Promovida à Promotora Substituta e após à Promotora Pública, continuou a ilustre colega a temperar o rigor exigível no exercício de suas funções com aquela mesma sensibilidade — de nenhum modo excludente das virtudes que devem ornar a atuação de um integrante do Ministério Público.

Foi, entretanto, nas Curadorias de Família, de Resíduos e de Órfãos que a Dra. Marly teve o ensejo de colocar toda a sua alma a serviço da melhor distribuição de Justiça, tal como deve ser entendida — um somatório de regras legais e de cuidadoso sopesar dos valores humanos que envolvem cada caso. Durante 10 anos, foi este o dia-a-dia da ilustre colega.

Promovida à Procuradoria de Justiça, neste cargo sobreveio o ato de aposentadoria.

Dir-se-ia que o Ministério Público ficou menos bonito, embora tal adjetivação possa, talvez, soar estranha e incompatível com a idéia que alguns desavisados poderão ter do **Parquet**. Desavisados, sim, eis que a busca da beleza interior, do aperfeiçoamento espi-

ritual passa, dentre outras sendas, pelo fiel desempenho das tarefas cometidas ao ser humano — e, neste ponto, a Dra. Marly foi inexcedível.

Uns poucos colegas conhecem um outro aspecto da personalidade da querida colega — a fina cultora das letras, autora de belíssimos poemas, crônicas de aguda observação, trabalhos diversos de escorreita prosa. E são, exatamente, estes ângulos que a Dra. Marly irá agora — e com maior disponibilidade de tempo — desenvolver, ao lado de uma atuação muito meritória no campo da assistência social. É uma outra maneira de colaborar com o grupo humano e, estamos certos, a ela a Dra. Marly emprestará o mesmo brilho e a mesma capacidade de trabalho que marcaram sua passagem pelo **Parquet**.

Os nossos votos de felicidade, Dra. Marly Martin Mazzucchelli.

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR. ANTONIO RICARDO DOS SANTOS NETO

Publicou o Diário Oficial de 22 de maio de 1985 ato de aposentadoria, datado do dia anterior, do Promotor de Justiça Dr. Antonio Ricardo dos Santos Neto. Coroava-se, naquela oportunidade, uma carreira de mais de 30 anos, dedicada ao Ministério Público, no qual o Dr. Antonio Ricardo dos Santos Neto ingressou no memorável concurso de 1951, que trouxe para o **Parquet** algumas de suas figuras mais representativas.

Defensor público (cargo pelo qual se iniciava, no antigo Distrito Federal, a caminhada no Ministério Público), o Dr. Santos Neto, logo nos albores do então Estado da Guanabara, viu-se promovido a Promotor Substituto, e, pouco depois, a Promotor Público. Em 1970, nova promoção por merecimento resultou na assunção, pelo ilustre colega, da sempre difícil Curadoria de Menores, na qual permaneceu por dois anos, removendo-se, após, para a de Resíduos, à qual emprestou, por vários anos, o brilho de sua presença, até que, em 1982, galgou o mais alto posto da carreira — o de Procurador de Justiça.

Austero, até as raias da severidade, jamais deixou o Dr. Antonio Ricardo dos Santos Neto, no entanto, de imprimir a sua atuação, de Defensor e Procurador, a marca do homem sensível, preocupado com os problemas e as desigualdades que acometem o nosso ordenamento social.

Aspecto por todos reconhecido foi o da extraordinária capacidade de trabalho do ilustre companheiro. Processos jamais permaneceram com o Dr. Santos Neto mais que o tempo estritamente necessário para receberem a cota ou o parecer sempre lúcido e conclusivo.

Por tudo isto, a passagem de tão distinto colega à inatividade, de algum modo, representa uma perda que a todos os que permanecem na "trincheira" cabe suprir.

Nesta oportunidade, desejamos ao Dr. Antonio Ricardo dos Santos Neto os melhores votos de felicidade, de modo a que possa auferir, com justiça, a tranqüilidade dos que têm a consciência do dever cumprido.

PROMOTOR DE JUSTIÇA DR. LUIZ CARLOS FERNANDES MODESTO

O Dr. Fernandes Modesto nasceu em Campos em 21 de março de 1932, ingressando no Ministério Público como Promotor de 1.ª entrância em 30 de janeiro de 1975.

Em 1982 o seu cargo foi transformado em Promotor de Justiça de 2.ª categoria, sendo dele promovido — o Dr. Fernandes Modesto — por merecimento, a Promotor de Justiça de 1.ª categoria em 10 de fevereiro de 1983.

Exerceu suas funções nas Comarcas de Sapucaia e Duas Barras.

A ele, ao registrar sua passagem no **Parquet** e a sua aposentadoria, a "Revista de Direito" faz votos por sua felicidade.

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR. JOSÉ MURAD LASMAR

A pergunta de quem seria, dentre todos os integrantes do Ministério Público, o de maior bom-humor, receberia, como resposta majoritária, o nome do Dr. José Murad Lasmar.

É de se notar, porém, e para as devidas anotações, sobretudo dos colegas mais novos, que aquela característica seria — e é — a distintiva, sem que, de nenhum modo, reduzisse, em um milímetro que seja, o elevado conceito de que Lasmar goza, dentro e fora da Instituição.

Seriedade e bom humor jamais podem ser considerados antípodas. Lasmar era, é e será um homem sério, no sentido de que sempre cumpriu, denodadamente, seus deveres, indo, por vezes, às raias do sacrifício pessoal.

Em todas as áreas de atuação do Ministério Público, pelas quais transitou, deixou fama de correção, operosidade, eficiência, agudo senso de percepção, equilíbrio. O que mais se poderia desejar?

E foi exatamente este colega que, tendo formulado pretensão em tal sentido, viu-se aposentado, por ato publicado em 23 de junho de 1985, pondo termo a 32 anos de efetivo exercício no **Parquet**, desde o ano de 1953, quando Lasmar viu-se nomeado Defensor Público do então Distrito Federal. Promotor Substituto (1962), Promotor Público (1965), Curador de Justiça (1974), chegou Lasmar ao mais alto degrau da carreira em 1982.

Em plena posse da sua capacidade física e intelectual, preferiu nosso colega passar à inatividade — é claro que em termos, na medida em que lhe sobrará maior tempo para dedicar-se à nobilitante atuação advocatícia e ao desfrute das variadas formas de lazer que, como pessoa sensível, lhe falam ao espírito.

Boa sorte, Dr. Lasmar!

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR. ANTONIO LUIZ GUIMARÃES DE OLIVEIRA

O Diário Oficial de 24 de junho de 1985 publicou o ato governamental que concedeu aposentadoria ao Procurador de Justiça Dr. Antonio Luiz Guimarães de Oliveira.

Ao ingressar nos quadros do Ministério Público em 1961, o ilustre colega foi designado para exercer o cargo de Promotor Público de primeira entrância, sendo promovido, sucessivamente, por antigüidade, a Promotor Público de segunda e terceira entrâncias.

Em 08 de outubro de 1976, por força de Lei Complementar, teve alterada a denominação de seu cargo, passando a Promotor de Justiça de primeira categoria.

Promovido por antigüidade a Procurador de Justiça em 22 de maio de 1984, requereu sua aposentadoria um ano após.

A "Revista de Direito" deseja ao Dr. Antonio Luiz Guimarães de Oliveira votos de plena felicidade.

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR. CARLOS OCTAVIO DA VEIGA LIMA

Aposentou-se em 20 de junho de 1985, como Procurador de Justiça.

Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional da Universidade do Brasil, ingressou no Ministério Público após prestar concurso de provas e títulos para o Ministério Público do antigo Distrito Federal, sendo nomeado 3.º Defensor Público em 5 de novembro de 1951. Neste cargo permaneceu nove anos sendo, então, promovido ao cargo de 11.º Promotor Substituto, que desempenhou até 1962, quando foi promovido ao cargo de 29.º Promotor Público. Quatro anos depois, em 1966, galgou mais uma classe na carreira em que ingressara, passando, então, a 3.º Curador de Resíduos. Finalmente, em 1971, foi promovido a Procurador de Justiça.

Pelos registros funcionais do Procurador Veiga Lima tem-se conhecimento de que, antes de ingressar no Ministério Público,

exerceu os cargos de escriturário no então Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e de Oficial Administrativo no Ministério da Marinha. Enquanto Oficial da Reserva, veio a ser convocado para servir no 2.º Batalhão de Caçadores, sediado em Santa Cruz, durante a Segunda Guerra Mundial.

No Ministério Público desempenhou as funções de Defensor Público em Varas Criminais e de Família e as de Promotor Substituto e Promotor Público em Varas Criminais e no Registro Civil. Exerceu a Curadoria de Órfãos cumulativamente com a 3.ª de Resíduos — da qual foi Titular — e onde muito trabalhou, pois esta última correspondia à antiga Vara da Provedoria, na qual se processavam os inventários e as sucessões testamentárias, com gravames. Desta forma, a extinção de fideicomissos, de usufrutos, os requerimentos de sub-rogação acresciam em muito a distribuição das outras Varas de Órfãos e Sucessões, cada uma delas com três oficiais de Cartórios. Veiga Lima foi, ainda, membro do Conselho Penitenciário, como representante do Ministério Público, membro do Conselho Superior do Ministério Público; integrou grupo de trabalho para estudos jurídicos destinados a seminário do Ministério Público e foi membro da Comissão Técnica de Direito Civil no III Congresso Nacional do Ministério Público, realizado em Porto Alegre; presidiu Banca Examinadora em concurso para ingresso no Ministério Público do antigo Estado da Guanabara; foi Consultor do Chefe de Polícia, no antigo Distrito Federal e Assistente do Procurador-Geral de Justiça.

Estas anotações, que revelam a vida funcional do Procurador Veiga Lima, demonstram o quanto ele trabalhou no Ministério Público em prol da sociedade. Durante todos esses anos, nenhuma falta, nenhuma censura, nenhum reparo é encontrado em sua conduta correta, digna e exemplar.

Assim mereceu elogios dos Procuradores-Gerais da Justiça Ministro Cordeiro Guerra, Arnoldo Wald, Leopoldo Braga, Paulo Chermont de Araújo, Hermano Odilon dos Anjos, Nelson Pecegueiro do Amaral e Nerval Cardoso.

Ao se retirar da atividade, o Procurador Veiga Lima deixa aos que ficam o exemplo de quem exerceu com probidade as mais diversas funções no Ministério Público, além de outras para as quais foi designado, representando a nossa Instituição sempre com dignidade, com assiduidade, com eficiência e brilho, fossem elas de caráter específico do Ministério Público, ou fossem de caráter cultural ou administrativo.

Procurador Veiga Lima, a "Revista de Direito" deseja-lhe que, em companhia de sua família, tenha dias de completa felicidade.

FALECIMENTOS

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR. LUIZ FERNANDO CARDOSO DE GUSMÃO

O ano de 1985 se iniciou de modo sumamente infausto para o Ministério Público de nosso Estado, que, com grande pesar, tomou ciência, em 02 de janeiro, do falecimento do Procurador de Justiça Dr. Luiz Fernando Cardoso de Gusmão, cuja vida foi ceifada precocemente, eis que o ilustre colega mal adentrava na casa dos 50 anos, muito tendo, ainda, a oferecer à nossa Instituição.

Nela ingressou Luiz Fernando em 1955, integrando um grupo que forneceu ao **Parquet** alguns de seus melhores nomes.

As primeiras letras jurídicas, hauriu-as o Dr. Luiz Fernando no lar paterno, onde pontificava a figura do Dr. Sady de Gusmão, que, por um longo período, ornou a Magistratura de nosso Estado, alcançando o grau de Desembargador.

Promotor Substituto em 1964, Promotor Público em 1969, Curador de Justiça em 1974, atingiu Luiz Fernando o pináculo da carreira em 1982.

Ainda que exercitasse, com o desembaraço dos sapientes, a Promotoria Criminal, foi, entretanto, na esfera cível que o ilustre colega teve a oportunidade de evidenciar, na plenitude, seu talento privilegiado. Sabedores de suas qualidades excepcionais, vários Procuradores-Gerais contaram com a colaboração de Luiz Fernando, sobretudo na delicada tarefa de exarar pareceres nos mais difíceis recursos extraordinários.

A aparente introversão e timidez de Luiz Fernando (logo substituídas, após um convívio maior, por uma personalidade fascinante, de conhecimento quase que enciclopédico nas mais diversas áreas — e não apenas jurídicas) deveriam ser debitadas a um sentimento de modéstia, que, no dizer do filósofo, é a moldura de todas as virtudes.

Não nos cabe perquirir sobre os desígnios do Altíssimo, mas isto, evidentemente, não exclui que lamentamos uma perda que, indubitosamente, empobreceu o Ministério Público, como um todo, e toda a coletividade de seus amigos, mais restritamente considerados.

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR. WALDIR DE MATTOS SIQUEIRA

Noticiamos, com pesar, o falecimento do Procurador de Justiça Dr. Waldir de Mattos Siqueira.

O ilustre colega ingressou nos quadros do Ministério Público em 1956, nomeado Adjunto de Promotor de Justiça, tendo sido, posteriormente, aproveitado como Promotor Público de primeira entrância e promovido, sucessivamente, por antigüidade, à segunda e terceira entrâncias.

Em 1976, teve alterada, para Promotor de Justiça de 1.ª categoria a denominação de seu cargo, por força de Lei Complementar.

Em 1983 foi promovido, por antigüidade, a Procurador de Justiça, vindo a falecer em 17 de março de 1985.

Serviu com dedicação e empenho a nossa Instituição durante mais de três décadas.

BIBLIOGRAFIA

HERMINIO ALBERTO MARQUES PORTO — *Júri*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1982 (3.ª edição).

Apreciando a primeira edição desta obra ("RDP" 7/8:106), dela diziamos que se trata de livro enxuto, da melhor categoria, com informação completa e exata sobre cada uma das questões examinadas, com indicação sempre oportuna da jurisprudência.

As sucessivas edições, sempre ampliadas e atualizadas, atestam a qualidade da obra, que hoje é, sem a menor dúvida, um de nossos melhores trabalhos sobre o processo do júri.

HELENO CLAUDIO FRAGOSO

JORGE MEDEIROS DA SILVA — *Direito Penal Especial*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1981.

O autor reúne neste volume breves comentários e leis penais extravagantes, examinando os crimes contra o mercado de capitais, a previdência social e a previdência privada, bem como o direito penal imobiliário, os delitos de telecomunicações e a proteção penal do silvícola, terminando com o direito penal nuclear.

No quadro de nossa escassa literatura sobre vários dos temas abordados, o livro pode ser útil a quem se inicia no estudo das matérias. O exame da nossa legislação penal nos temas abordados nos deixa uma sensação de desalento. As leis são malfeitas e precárias, sem qualquer efeito prático, destinando-se realmente a autores que gozam de completa impunidade.

O autor é Procurador da República no Rio de Janeiro, sempre atento às questões do direito penal. O livro de que damos notícia tem ligeira apresentação do prof. **Paulo José da Costa Jr.**

HELENO CLAUDIO FRAGOSO

JOSÉ ROBERTO PAREDES — *A Inquirição Direta das Testemunhas no Júri*, Editora *Liber Iuris*, 1985.

Em interessante trabalho, elaborado em forma de monografia, o ilustre colega e particular amigo **José Roberto Paredes** contribui para o desenvolvimento das letras processuais penais ao refletir, cientificamente, uma das questões que mais afetam os processualistas — a produção da prova.

Como se sabe, a produção perfeita de um conjunto probatório é de tal importância para o deslinde de qualquer demanda. Mais ainda quando a matéria se situa em sede penal, onde se procura a "verdade substancial", como bem conclui o autor.

Dessa forma, e levando-se em conta que uma ação penal é decidida por mais das vezes com base na prova factual, aí reside a preocupação do tesista quando verifica a ocorrência constante do desrespeito a um dos dispositivos legais que regulam a produção da prova testemunhal nos casos de crimes dolosos contra a vida, cujo procedimento é considerado especial pelo legislador.

Tal desrespeito, contudo, é praticado, cremos, mais por um certo desinteresse processual na perquirição jurídica da **mens leges** de determinadas normas por aqueles que estão obrigados a enfrentar as disposições legais, mas acabam se omitindo acobertados que estão pela **praxis** forense.

Não se quer afirmar com isso que a posição sustentada pelo tesista seja a verdadeira — e não se fala mais nisso. Não. O problema é que poucos são aqueles que enfrentaram, de maneira efetiva e com galhardia, situações como a passada com Paredes. Por isso o trabalho ora comentado mais se torna viabilizado, posto que não resultou de estudos intermináveis baseados na doutrina, mas sim frutificado na atuação prática do autor como membro do **Parquet.**

Objetivamente, a tese visa solucionar o conflito aparente entre os artigos 212 e 467 do Código de Processo Penal, eis que aquele dispõe sobre a oitiva das testemunhas na fase instrutória dos processos por crimes dolosos contra a vida (homicídio, instigação, auxílio ou induzimento ao suicídio, infanticídio e aborto) que é feita pelo juiz com base nas perguntas que as partes lhe requerem sejam formuladas às testemunhas, enquanto este permite a inquirição às testemunhas, pelas partes, bem como pelos componentes do Conselho de Sentença, diretamente, vale dizer, sem a intermediação do magistrado.

A esta conclusão chega Paredes após realizar eficaz e minucioso trabalho de interpretação dos mencionados dispositivos legais, seja pela metodização sistemática, gramatical, doutrinária, histórica e mesmo pela jurisprudencial.

Ainda como fundamento de sua conclusão vê os jurados como destinatários da prova testemunhal realizada em plenário e que a inquirição direta das testemunhas, no caso, se constitui verdadeiro recurso inerente à "ampla defesa" e à "ampla acusação", embasado nos princípios que norteiam a atuação dos Promotores de Justiça e dos Advogados, face o disposto na Lei Orgânica do Ministério Público e nos Estatutos dos Advogados.

Identificando a natureza jurídica das testemunhas como Direito Subjetivo Público, vê nas pessoas referidas no artigo 467 do CPP os seus respectivos titulares, sendo a "ampla acusação", a 'ampla defesa" e o "amplo convencimento" de quem vai julgar a causa os respectivos objetos da relação jurídica estabelecida.

Convém observar, porém, que a expressão utilizada pelo tesista — **"ampla acusação"** — é feita de modo genérico, no sentido de diferenciar as posições do representante da sociedade e do patrono daquele que infringiu a lei penal, mas nunca visando sugerir que o órgão ministerial seja um "acusador" sistemático. Tanto isso é verdade que o autor sustenta o cerceamento do exercício do seu **munus** quando lhe é vedado inquirir a testemunha diretamente no plenário do Júri, uma vez que, ainda que parte na relação processual penal, "o membro do Ministério Público não se despe da precípua função de **custos legis.**"

Complementando a tese, não se descuidou Paredes de argumentar que a falta de inquirição direta das testemunhas no Júri, como disposto na Lei Processual, é causa de nulidade, se argüida pelo prejudicado na oportunidade própria. E prova sua argumentação inserindo no trabalho um caso concreto por ele mesmo vivenciado quando em exercício no órgão de atuação do Ministério Público junto ao Juízo Criminal da Comarca de Itaguaí. A posição do autor, na fase recursal, foi chancelada pelo ilustre Procurador de Justiça **Mário Tobias Figueira de Mello,** o qual em laborioso parecer sustentou a necessidade jurídica de se anular o julgamento, pelo plenário do Júri, por acatar, de logo, a preliminar sustentada pelo tesista de nulidade do referido julgamento, por ter o Presidente do Júri indeferido seu pedido de inquirição direta das testemunhas. O parecer serviu de fundamento para a decisão da Egrégia Primeira Câmara do Tribunal de Justiça que, por unanimidade, anulou o julgamento para submeter o réu a novo Júri, porque não atendidas as prescrições do artigo 467 do CPP.

É, pois, necessária a leitura da obra de **José Roberto Paredes** por todos que se interessam pelo estudo do Direito Processual Penal, sendo certo que o trabalho já conta com a aprovação dos membros do **Parquet** Fluminense, que se

reuniram na cidade de Nova Friburgo quando da realização do **V Encontro Regional do Ministério Público**. Além disso, o desenvolvimento jurídico do autor é traduzido com esmero pelo também ilustre Procurador de Justiça **Sergio de Andréa Ferreira** ao prefaciar a edição do livro ora comentado, cujas palavras, embora não esgotem a visão que temos do tesista, são instrumento hábil para que o leitor, a partir de então, inicie um processo de admiração pelo novo jurista.

JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO
Promotor de Justiça

MARIA CÉLIA PAOLI, MARIA VICTORIA BENEVIDES, PAULO SÉRGIO PINHEIRO, ROBERTO DA MATTA — *A Violência Brasileira,* São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.

O conjunto de textos enfocando diversos aspectos da violência consiste em trabalho que deve ser lido pelos interessados na área de Ciências Sociais.

Os três primeiros estudos foram apresentados no V Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais realizado no Rio de Janeiro em outubro último. O último deles foi incorporado pela oportunidade do tema — o linchamento.

O texto do antropólogo Roberto da Matta rechaça o enfoque da violência como parte da própria condição humana e da vida em sociedade, procura definir melhor o próprio termo e especificar o "conjunto de valores que estão associados a certas formas de violência em sociedades específicas". Uma sociedade pode expressar-se através do que valoriza ou rejeita, acrescenta o autor procurando precisar a percepção da violência brasileira e, ainda, descobrir o relacionamento entre o quadro institucional que se nos apresenta e as formas de violência.

Da Matta critica os dois enfoques do tema, ou seja, o discurso teórico e o discurso popular. A ausência de interligação entre eles enseja que sejam vistos como representando temas diversos: a violência das estruturas, o capitalismo selvagem, a violência política, o sistema violento, não parecem corresponder às brigas de casais, às facadas cotidianas, aos ferimentos nos filhos, às agressões entre os bêbados, aos linchamentos.

Se, por um lado, o discurso intelectual remete ao esquema jurídico, legalista, e, por isso controlador, o discurso do senso comum parece referir-se ao universo privado, ao pessoal, ao fato inatingível pelo Direito.

Maria Célia Pinheiro Machado Paoli faz uma análise muito interessante acerca de violência e espaço civil. Sustenta que as novas ordenações econômicas, as injunções decorrentes do poder, o autoritarismo, a radicalidade das desigualdades de classe, ainda que determinem historicamente o fenômeno, podem ensejar interpretação inversa, ou seja, de que, sendo o criminoso produto da miséria, todos os miseráveis são criminosos em potencial.

Maria Célia aborda muito sensatamente a questão da cidadania, discutida também no último texto, lembrando a existência de grupos sociais não só desprovidos de poder, mas ainda desprovidos de significação como possuidores de uma identidade coletiva reconhecida. O mundo de significações desse grupo submerge no cotidiano, no privado, no imóvel, no local: não fazem história.

Na realidade, exceção a Paulo Sérgio Pinheiro, os demais autores ora reunidos abordam a discussão da significação da violência para cada grupo através da questão da cidadania.

No texto "Polícia e Crise Política", Paulo Sérgio Pinheiro analisa a criação das forças militares já, então, para repressão das greves operárias e manifestações populares.

Cita a importância da criação de forças militares, em substituição ou acréscimo às antigas forças militares estaduais, no sentido de sustentarem a implantação do regime autoritário.

O trabalho de Paulo Sérgio Pinheiro é de grande interesse e o ponto central parece ser o descaso das forças policiais em relação à lei. A definição e interpretação da lei em causa própria e o respaldo de autoridades e, mesmo, setores do Poder Judiciário destinam a tal distorção.

O enfoque da criminalidade através da ótica da militarização (guerra), do combate à violência e ao criminoso, da detenção daqueles que possuem características "suspeitas" são apontados como mecanismos para manter aterrorizadas as classes populares que, sob o ponto de vista oficial, são as que cometem as violências.

Apontando a impunidade e o incentivo às ações inomináveis praticadas cotidianamente pelas forças policiais, o autor afirma, com a propriedade que lhe tem sido peculiar em seus estudos sobre o tema, que à Polícia Militar tem-se argüido a prática do juiz, júri e carrasco.

Maria Victoria Benevides apresenta um trabalho bem elaborado e que ressalta o significado da violência para os grupos que se utilizam dos linchamentos: trata-se de conseqüência da exacerbação ilimitada da agressividade de setores da população mais exposta às violências cotidianas de todos os tipos; do descrédito crescente na eficácia da polícia e na ação da justiça, da incorporação dos métodos mais violentos da própria polícia.

Comenta, ainda, que a fúria punitiva desenvolvida nos momentos com que a população estaria tentando fazer justiça com suas próprias mãos é distante deste aparente desejo, uma vez que, mesmo após a morte de vítima, o grupo continua agredindo-a. Na realidade, estão procurando reparação por toda uma série de injustiças e violências a que estão permanentemente expostas.

Quando afirma que o Poder Judiciário é desconhecido, reitera a idéia de que as classes populares não estão habituadas ao mundo elitizado do Direito e a ele não recorrem ou creditam esperanças, fenômeno lamentável e ratificado por inúmeros outros estudos.

Finalmente, cabe ressaltar a menção que a autora faz do problema da cidadania, de extrema relevância na explicação da participação ativa e direta de pessoas desprestigiadas, psicologicamente massacradas e descrentes das instituições vigentes na suposta resolução dos problemas que os cercam.

Em resumo, o volume contendo os quatro trabalhos dos pesquisadores de São Paulo reflete uma das mais modernas e coerentes análises da questão que nos têm chegado.

ELIZABETH SUSSEKIND

NELSON HUNGRIA e HELENO FRAGOSO — *Comentários ao Código Penal,* Rio 1982, Ed. Forense, V. VI, 378 páginas.

Prosseguindo na reedição dos *Comentários ao Código Penal,* de Nelson Hungria, com notas atualizadas de Heleno Fragoso, a Editora Forense dá a lume o volume VI da coleção. Neste volume, Hungria continua seu tratamento da parte especial, de rixa (art. 137, CP) aos crimes contra a inviolabilidade dos segredos (art. 153 e 154, CP). Dele constam, portanto, as notáveis páginas relativas aos crimes contra a honra, nas quais o escritor Hungria, como aliás não era incomum, faz sombra ao penalista. Em apêndice, cinco artigos do saudoso Mestre, dentre os quais seu indignado escrito sobre o genocídio nazista, e suas prudentes reservas quanto a *Nuremberg.*

NILO BATISTA

LEGISLAÇÃO

LEIS FEDERAIS

EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 25

Altera dispositivos da Constituição Federal e estabelece outras normas constitucionais de caráter transitório.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1.º — Os dispositivos da Constituição Federal abaixo enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 15.

§ 1.º — As disposições deste artigo não se aplicam ao Território de Fernando de Noronha.

.....

"Art. 35.

§ 4.º — Nos casos previstos no item IV deste artigo e no § 5.º do art. 32, a perda ou suspensão será automática e declarada pela respectiva Mesa."

"Art. 36 — Não perde o mandato o Deputado ou o Senador investido na função de Ministro de Estado, Governador do Distrito Federal, Governador de Território, Secretário de Estado e Secretário do Distrito Federal ou quando licenciado por período igual ou superior a cento e vinte dias, por motivo de doença ou para tratar de interesses particulares.

.....

"Art. 39 — A Câmara dos Deputados compõe-se de até quatrocentos e oitenta e sete representantes do povo, eleitos, dentre cidadãos maiores de dezoito anos e no exercício dos direitos políticos, por voto direto e secreto em cada Estado ou Território e no Distrito Federal.

.....

§ 2.º — Observado o limite máximo previsto neste artigo, o número de Deputados, por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido pela Justiça Eleitoral, para cada Legislatura, proporcionalmente à população, com o reajuste necessário para que nenhum Estado ou o Distrito Federal tenha mais de sessenta ou menos de oito Deputados.

.....

§ 4.º — No cálculo das proporções em relação à população, não se computará a dos Territórios."

"Art. 41 — O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos pelo voto direto e secreto, segundo o princípio majoritário, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos.

§ 1.º — Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

§ 2.º — A representação de cada Estado e do Distrito Federal renovar-se-á de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

.....

"Art. 74 — O Presidente e o Vice-Presidente da República serão eleitos simultaneamente, dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos, por sufrágio universal e voto direto e secreto, em todo o País, cento e vinte dias antes do término do mandato presidencial."

"Art. 75 — Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por Partido Político, obtiver maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

§ 1.º — A eleição do Presidente implicará a do candidato a Vice-Presidente com ele registrado.

§ 2.º — Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição trinta dias após a proclamação do resultado, somente concorrendo os dois candidatos mais votados e podendo se dar a eleição por maioria simples.

.....

"Art. 147 — São eleitores os brasileiros que, à data da eleição, contem dezoito anos ou mais, alistados na forma da Lei.

.....

§ 3.º — Não poderão alistar-se eleitores:

a) os que não saibam exprimir-se na língua nacional; e

b) os que estiverem privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos.

§ 4.º — A Lei disporá sobre a forma pela qual possam os analfabetos alistar-se eleitores e exercer o direito de voto."

"Art. 150 — São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos."

.....

"Art. 151.

§ 1.º —

.....

e) a obrigatoriedade de domicílio eleitoral pelo prazo de um ano.

.....

"Art. 152 — É livre a criação de Partidos Políticos. Sua organização e funcionamento resguardarão a Soberania Nacional, o regime democrático, o pluralismo partidário e os direitos fundamentais da pessoa humana, observados os seguintes princípios:

I — é assegurado ao cidadão o direito de associar-se livremente a Partido Político;

II — é vedada a utilização pelos Partidos Políticos de organização paramilitar;

III — é proibida a subordinação dos Partidos Políticos à entidade ou Governo estrangeiros;

IV — o Partido Político adquirirá personalidade jurídica mediante registro dos seus Estatutos no Tribunal Superior Eleitoral;

V — a atuação dos Partidos Políticos deverá ser permanente e de âmbito nacional, sem prejuízo das funções deliberativas dos órgãos estaduais e municipais.

§ 1.º — Não terá direito à representação no Senado Federal e na Câmara dos Deputados o Partido que não obtiver o apoio, expresso em votos, de 3% (três por cento) do eleitorado, apurados em eleição geral para a Câmara dos Deputados e distribuídos em, pelo menos, 5 (cinco) Estados, com o mínimo de 2% (dois por cento) do eleitorado de cada um deles.

§ 2.º — Os eleitos por Partidos que não obtiverem os percentuais exigidos pelo parágrafo anterior terão seus mandatos preservados, desde que optem, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer dos Partidos remanescentes.

§ 3.º — Resguardados os princípios previstos no *caput* e itens deste artigo, lei federal estabelecerá normas sobre a criação, fusão, incorporação, extinção e fiscalização financeira dos Partidos Políticos e poderá dispor sobre regras gerais para a sua organização e funcionamento."

Art. 2.º — Os Municípios com autonomia, restabelecida por esta Emenda e os que tenham sido descaracterizados como de interesse da Segurança Nacional a partir de 1.º de dezembro de 1984, realizarão eleições para Prefeito e Vice-Prefeito no dia 15 de novembro de 1985, tomando posse, os eleitos, em 1.º de janeiro de 1986, para mandato coincidente com os dos demais Municípios, vedada a sublegenda e permitida a coligação partidária.

§ 1.º — Os novos Municípios, criados pelos Estados até 15 de maio de 1985, terão, na data prevista neste artigo e nas condições nele estabelecidas, eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

§ 2.º — O prazo do domicílio eleitoral, para as eleições previstas neste artigo, é de 5 (cinco) meses.

§ 3.º — A devolução da autonomia municipal dar-se-á com a posse dos eleitos, permanecendo, até a sua efetivação, salvo lei específica em contrário, o regime de Prefeito nomeado na forma das disposições constitucionais e legislação anteriores

Art. 3.º — A primeira representação do Distrito Federal à Câmara dos Deputados será de 8 (oito) Deputados, eleitos em 15 de novembro de 1986.

Parágrafo único — Na data estabelecida neste artigo, o Distrito Federal elegerá, ainda, 3 (três) Senadores, sendo que os dois mais votados terão mandato de 8 (oito) anos e o terceiro mandato de 4 (quatro) anos.

Art. 4.º — Até a posse do Prefeito de Capital, eleito na forma do disposto no art. 2.º, não perderá o mandato o Deputado ou Senador investido nessa função de acordo com as disposições constitucionais anteriores.

Art. 5.º — O disposto nos §§ 1.º e 2.º do art. 152 da Constituição não se aplica às eleições de 15 de novembro de 1986.

Art. 6.º — Os Partidos Políticos que, até a data desta Emenda, tenham tido seus registros indeferidos, cancelados ou cassados, poderão reorganizar-se, desde que atendidos os princípios estabelecidos no *caput* e itens do art. 152 da Constituição.

Art. 7.º — A apresentação de candidatos às eleições municipais previstas no art. 2.º é facultada aos Partidos Políticos em formação que atendam aos princípios estabelecidos no *caput* e itens do art. 152 da Constituição.

Art. 8.º — São revogados o § 3.º do art. 17, o item V do art. 35, o item IX do art. 137 e o parágrafo único do art. 148 da Constituição.

BRASÍLIA, EM 15 DE MAIO DE 1985

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	A MESA DO SENADO FEDERAL
ULYSSES GUIMARÃES Presidente	JOSÉ FRAGELLI Presidente
HUMBERTO SOUTO 1.º Vice-Presidente	GUILHERME PALMEIRA 1.º Vice-Presidente
CARLOS WILSON 2.º Vice-Presidente	PASSOS PORTO 2.º Vice-Presidente
HAROLDO SANFORD 1.º Secretário	ENÉAS FARIA 1.º Secretário
LEUR LOMANTO 2.º Secretário	JOÃO LOBO 2.º Secretário
EPITÁCIO CAFETEIRA 3.º Secretário	MARCONDES GADELHA 3.º Secretário
JOSÉ FREJAT 4.º Secretário	EUNICE MICHILES 4.º Secretário

LEI N.º 7.300, DE 27 DE MARÇO DE 1985

Equipara às empresas jornalísticas, para fins de responsabilidade civil e penal, as empresas cinematográficas.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — O § 4.º do art. 3.º da Lei n.º 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, passa a viger com a seguinte redação:

"Art. 3.º — .....

.....

§ 4.º — São empresas Jornalísticas, para os fins da presente Lei, aquelas que editam jornais, revistas e outros periódicos. Equiparam-se às empresas jornalísticas, para fins de responsabilidade civil e penal, aquelas que explorarem serviços de radiodifusão e televisão, agenciamento de notícias e as empresas cinematográficas."

Art. 2.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 27 de março de 1985; 164.º da Independência e 97.º da República.

JOSÉ SARNEY

Fernando Lyra

LEI N.º 7.313, DE 17 DE MAIO DE 1985

Fixa em oito horas a jornada de trabalho dos vigias.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica suprimida a alínea b do art. 62 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1.º de maio de 1943, renumerando-se, em conseqüência, as demais alíneas.

Art. 2.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 17 de maio de 1985; 164.º da Independência e 97.º da República.

JOSÉ SARNEY
Almir Pazzianotto

LEI N.º 7.316, DE 28 DE MAIO DE 1985

Atribui às entidades sindicais que integram a Confederação Nacional das Profissões Liberais o mesmo poder de representação dos sindicatos representativos das categorias profissionais diferenciadas, nas ações individuais e coletivas de competência da Justiça do Trabalho.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Nas ações individuais e coletivas de competência da Justiça do Trabalho, as entidades sindicais que integram a Confederação Nacional das Profissões Liberais terão o mesmo poder de representação dos trabalhadores empregados atribuído, pela legislação em vigor, aos sindicatos representativos das categorias profissionais diferenciadas.

Art. 2.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 28 de maio de 1985; 164.º da Independência e 97.º da República.

JOSÉ SARNEY
Almir Pazzianotto

LEI N.º 7.318, DE 05 DE JUNHO DE 1985

Revoga o art. 26 da Lei n.º 6.032, de 30 de abril de 1974, que dispõe sobre o Regimento de Custas da Justiça Federal.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica revogado o art. 26 da Lei n.º 6.032, de 30 de abril de 1974.

Art. 2.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 05 de junho de 1985; 164.º da Independência e 97.º da República.

JOSÉ SARNEY
Fernando Lyra

LEI N.º 7.320, DE 11 DE JUNHO DE 1985

Dispõe sobre antecipação de comemoração de feriados e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Serão comemorados por antecipação, nas segundas-feiras, os feriados que caírem nos demais dias da semana, com exceção dos que ocorrerem nos sábados e domingos e dos dias 1.º de janeiro (Confraternização Universal), 7 de setembro (Independência), 25 de dezembro (Natal) e Sexta-feira Santa.

Parágrafo único — Existindo mais de um feriado na mesma semana, serão eles comemorados a partir da segunda-feira subseqüente.

Art. 2.º — O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 3.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 11 de junho de 1985; 164.º da Independência e 97.º da República.

JOSÉ SARNEY
Fernando Lyra

LEI N.º 7.324, DE 18 DE JUNHO DE 1985

Cria a 13.ª Região da Justiça do Trabalho e o respectivo Tribunal Regional do Trabalho, institui a correspondente Procuradoria Regional do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica criado o Tribunal Regional do Trabalho da 13.ª Região, que terá sede em João Pessoa e jurisdição nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Art. 2.º — O Tribunal Regional do Trabalho da 13.ª Região será composto de 8 (oito) Juízes, com vencimentos e vantagens previstos na legislação em vigor, sendo 6 (seis) togados, de investidura vitalícia, e 2 (dois) classistas, de investidura temporária, representantes, respectivamente, dos empregados e dos empregadores.

Parágrafo único — Haverá 1 (um) suplente para cada Juiz classista.

Art. 3.º — Os Juízes togados serão nomeados pelo Presidente da República;

I — 4 (quatro) dentre Juízes do Trabalho Presidentes de Juntas de Conciliação e Julgamento, por antigüidade e por merecimento, alternadamente, com jurisdição na área desmembrada da 6.ª Região da Justiça do Trabalho:

II — 1 (um) dentre integrantes do quadro de carreira do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho; e

III — 1 (um) dentre advogados no exercício efetivo da profissão.

Parágrafo único — Para fins de preenchimento, por merecimento, das 2 (duas) vagas de Juiz togado reservadas a magistrados de carreira, o Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação desta Lei, elaborará 2 (duas) listas tríplices, atendido o disposto no inciso I deste artigo, que serão encaminhadas ao Ministério da Justiça, por intermédio do Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 4.º — Os Juízes classistas serão designados pelo Presidente da República, na forma dos arts. 684 e 689 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, dentre nomes constantes de listas tríplices organizadas pelas associações sindicais de grau superior, que tenham sede no município da 13.ª Região.

Parágrafo único — O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, dentro de 10 (dez) dias contados da publicação desta Lei, mandará publicar edital, convocando as associações sindicais mencionadas neste artigo, para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, suas listas tríplices, que serão encaminhadas, pelo Tribunal Superior do Trabalho, ao Ministério da Justiça.

Art. 5.º — Os Juízes do Trabalho Presidentes de Juntas e os Juízes Substitutos, que tenham, na data da publicação desta Lei, jurisdição sobre o território da 13.ª Região, poderão optar por sua permanência, conforme o caso, no Quadro da 6.ª Região.

§ 1.º — A opção prevista neste artigo será manifestada por escrito, dentro de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Lei, ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região e terá caráter irretratável.

§ 2.º — Os Juízes do Trabalho Presidentes de Juntas que optarem pela 6.ª Região permanecerão servindo na 13.ª Região, garantidos os seus direitos à remoção e promoção, à medida em que ocorrerem vagas no Quadro da 6.ª Região, observados os critérios legais de preenchimento.

Art. 6.º — O Tribunal Regional do Trabalho da 13.ª Região terá a mesma competência atribuída aos Tribunais Regionais do Trabalho pela legislação em vigor.

Art. 7.º — O novo Tribunal será instalado e presidido, até a posse do Presidente e Vice-Presidente eleitos de conformidade com as disposições da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, pelo Juiz togado mais antigo oriundo da carreira de Juiz do Trabalho, computada a antigüidade de classe de Juiz Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento.

Parágrafo único — O novo Tribunal aprovará seu Regimento Interno dentro de 30 (trinta) dias, contados da data de sua instalação.

Art. 8.º — Uma vez aprovado e publicado o Regimento Interno, na sessão que se seguir o Tribunal elegerá o Presidente e o Vice-Presidente, de conformidade com as normas da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Art. 9.º — Até a data da instalação do Tribunal Regional do Trabalho da 13.ª Região, fica mantida a atual competência do Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região.

§ 1.º — Instalado o Tribunal Regional do Trabalho da 13.ª Região, o Presidente do Tribunal do Trabalho da 6.ª Região remeter-lhe-á todos os processos oriundos do território sob jurisdição do novo Tribunal, que não tenham recebido "visto" do Relator.

§ 2.º — Os processos que já tenham recebido "visto" do Relator serão julgados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região.

Art. 10 — As Juntas de Conciliação e Julgamento sediadas nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte ficam transferidas, com seus funcionários e seu acervo material, para o Tribunal Regional do Trabalho da 13.ª Região, sem prejuízo dos direitos adquiridos e respeitadas as situações pessoais de seus Juízes, Vogais e servidores.

§ 1.º — Os cargos existentes na lotação do Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região, a que se refere este artigo, são transferidos para o Tribunal Regional do Trabalho da 13.ª Região.

§ 2.º — Os Juízes, Vogais e servidores transferidos na forma deste artigo continuarão a perceber vencimentos e vantagens pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região, até que o orçamento consigne ao Tribunal criado por esta Lei os recursos necessários ao respectivo pagamento.

§ 3.º — Poderão ser aproveitados, no Quadro de Pessoal do Tribunal ora criado, em cargos equivalentes, os funcionários requisitados de outros órgãos da Administração Pública Federal em exercício nas Juntas de Conciliação e Julgamento subordinados à jurisdição, desde que haja concordância do órgão de origem.

Art. 11 — Ficam criados, no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 13.ª Região, com a retribuição pecuniária prevista na legislação em vigor, 2 (duas) funções de Juiz classista e 6 (seis) cargos de Juiz togado.

Art. 12 — Além dos cargos e funções transferidos ou criados na forma dos arts. 10 e 11 desta Lei, ficam criados, no Quadro de Pessoal da Justiça do Trabalho da 13.ª Região, com os vencimentos e vantagens fixados pela legislação em vigor, 6 (seis) cargos de Juiz Substituto e os cargos em comissão constantes do Anexo I.

Art. 13 — O Tribunal Regional do Trabalho da 13.ª Região, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua instalação, abrirá concurso público de provas e títulos para preenchimento das vagas de Juiz Substituto, depois de satisfeito o disposto no art. 5.º desta Lei.

Art. 14 — Os cargos constantes do Anexo I desta Lei serão providos após a instalação do Tribunal Regional do Trabalho da 13.ª Região, com sede em João Pessoa, nos termos da legislação em vigor.

Art. 15 — Os servidores atualmente lotados nas Juntas de Conciliação e Julgamento com jurisdição no território da 13.ª Região da Justiça do Trabalho poderão permanecer no Quadro de Pessoal da 6.ª Região, mediante opção escrita e irretratável, manifestada ao Presidente do Tribunal respectivo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Lei.

Art. 16 — Fica criada, como órgão do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, a Procuradoria Regional do Trabalho da 13.ª Região, com a competência prevista na legislação em vigor.

Parágrafo único — A Procuradoria Regional do Trabalho da 13.ª Região compor-se-á de 4 (quatro) Procuradores do Trabalho de 2.ª categoria, um dos quais será designado Procurador Regional.

Art 17 — Para atendimento da composição da Procuradoria Regional do Trabalho da 13.ª Região, ficam criados 4 (quatro) cargos de Procurador do Trabalho de 2.ª Categoria, os quais serão preenchidos de conformidade com a legislação em vigor.

Art. 18 — Fica criado o Quadro de Pessoal da Procuradoria Regional do Trabalho da 13.ª Região, na forma do Anexo II desta Lei, cujos cargos serão preenchidos de conformidade com a legislação vigente, sendo-lhes, entretanto, aplicados os mesmos valores de reajustamento, critérios de gratificação e condições de trabalho fixados pelo Decreto-lei n.º 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, com as alterações posteriores.

Art. 19 — O Ministério da Justiça, ouvido o Procurador-Geral da Justiça do Trabalho, promoverá a instalação da Procuradoria Regional do Trabalho da 13.ª Região.

Art. 20 — Os Juízes nomeados na forma do art. 3.º desta Lei tomarão posse em Brasília, perante o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Parágrafo único — A posse dos Juízes referidos neste artigo deverá realizar-se dentro de 30 (trinta) dias, contados da nomeação, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, em caso de força maior, a juízo do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 21 — Compete ao Tribunal Superior do Trabalho, através do seu Presidente, tomar todas as medidas de natureza administrativa para instalação e funcionamento do Tribunal Regional do Trabalho da 13.ª Região.

Art. 22 — O Poder Executivo fica autorizado a abrir créditos especiais até os limites de Cr$ 450.000.000 (quatrocentos e cinqüenta milhões de cruzeiros) e Cr$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros), para atender às respectivas despesas iniciais de organização, instalação e funcionamento do Tribunal Regional do Trabalho da 13.ª Região e da Procuradoria Regional do Trabalho da 13.ª Região.

§ 1.º — Os créditos a que se refere este artigo serão consignados, respectivamente, em favor do Tribunal Superior do Trabalho e do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho.

§ 2.º — Para atendimento das despesas decorrentes da abertura dos créditos especiais autorizados neste artigo, o Poder Executivo poderá cancelar dotações consignadas nos orçamentos da 6.ª Região da Justiça do Trabalho, destinadas a despesas que seriam realizadas pelas Juntas de Conciliação e Julgamento desmembradas, ou outras dotações orçamentárias, bem como utilizar dotações do orçamento do Ministério da Justiça.

Art. 23 — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observadas as disposições do § 2.º do art. 108 da Constituição Federal.

Art. 24 — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 18 de junho de 1985; 164.º da Independência e 97.º da República.

JOSÉ SARNEY
Fernando Lyra

ANEXO I

(Lei n.º 7.324, de 18 de junho de 1985)

Tribunal Regional do Trabalho da 13.ª Região

CARGOS EM COMISSÃO

NÚMERO	CARGO	CÓDIGO
1	Diretor-Geral da Secretaria	TRT-13.ª-DAS-101
1	Secretário-Geral da Presidência	TRT-13.ª-DAS-101
1	Secretário do Tribunal Pleno	TRT-13.ª-DAS-101
1	Diretor de Secretaria Administrativa	TRT-13.ª-DAS-101
1	Diretor de Secretaria Judiciária	TRT-13.ª-DAS-101
8	Diretor de Serviço	TRT-13.ª-DAS-101
8	Assessor de Juiz	TRT-13.ª-DAS-102
3	Assessor	TRT-13.ª-DAS-102
1	Secretário da Corregedoria	TRT-13.ª-DAS-101

ANEXO II

(Lei n.º 7.324, de 18 de junho de 1985)

Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho da 13.ª Região

QUADRO PERMANENTE

GRUPOS	CATEGORIAS FUNCIONAIS	CÓDIGO	N.º DE CARGOS
OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR (PRT-13.ª-SA-800)	Técnico de Administração	PRT-13.ª-NS-923	1
SERVIÇOS AUXILIARES (PRT-13.ª-SA-800)	Agente Administrativo	PRT-13.ª-SA-801	3
	Datilógrafo	PRT-13.ª-SA-802	4
SERVIÇO DE TRANSPORTE OFICIAL E PORTARIA (PRT-13.ª-TP-1200)	Motorista Oficial	PRT-13.ª-TP-1201	1
	Agente de Portaria	PRT-13.ª-TP-1202	2

CARGOS EM COMISSÃO

NÚMERO	CARGO	CÓDIGO
1	Secretário Regional	PRT-13.ª-DAS-101.1
1	Secretário Administrativo	PRT-13.ª-DAI-111.1
1	Chefe da Seção Processual	PRT-13.ª-DAI-111.3
1	Chefe da Seção de Apoio Administrativo	PRT-13.ª-DAI-111.3

LEI N.º 7.325, DE 18 DE JUNHO DE 1985

Altera a composição e a organização interna dos Tribunais Regionais do Trabalho que menciona, cria cargos e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica alterada a composição dos Tribunais Regionais do Trabalho das 5.ª, 6.ª, 8.ª, 9.ª e 10.ª Regiões:

I — o Tribunal Regional do Trabalho da 5.ª Região compor-se-á de 17 (dezessete) Juízes, sendo 11 (onze) togados, vitalícios; e 6 (seis) classistas, temporários;

II — o Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região compor-se-á de 17 (dezessete) Juízes, sendo 11 (onze) togados, vitalícios; e 6 (seis) classistas, temporários;

III — o Tribunal Regional do Trabalho da 8.ª Região compor-se-á de 9 (nove) Juízes, sendo 7 (sete) togados, vitalícios; e 2 (dois) classistas, temporários;

IV — o Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região compor-se-á de 12 (doze) Juízes, sendo 8 (oito) togados, vitalícios; e 4 (quatro) classistas, temporários;

V — o Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região compor-se-á de 12 (doze) Juízes, sendo 8 (oito) togados, vitalícios; e 4 (quatro) classistas, temporários;

Art. 2.º — Para atender à nova composição a que se refere o artigo anterior, ficam criados os seguintes cargos e funções de Juiz:

I — no Tribunal Regional do Trabalho da 5.ª Região, 3 (três) cargos de Juiz togado, vitalício, a serem providos, 1 (um) por Juiz do Trabalho, Presidente de Junta, 1 (um) por advogado no exercício efetivo da profissão e 1 (um) por membro do Ministério Público junto à Justiça do Trabalho; e 2 (duas) funções de Juiz classista, temporário, sendo uma para representante dos empregados e outra para representante dos empregadores;

II — no Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região, 3 (três) cargos de Juiz togado, vitalício, a serem providos, 1 (um) por Juiz do Trabalho, Presidente de Junta, 1 (um) por advogado no exercício efetivo da profissão e 1 (um) por membro do Ministério Público junto à Justiça do Trabalho; e 2 (duas) funções de Juiz classista, temporário, sendo uma para representante dos empregados e outra para representante dos empregadores;

III — no Tribunal Regional do Trabalho da 8.ª Região, 1 (um) cargo de Juiz togado, vitalício, a ser provido por Juiz do Trabalho, Presidente de Junta;

IV — no Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região, 2 (dois) cargos de Juiz togado, vitalício, a serem providos por Juízes do Trabalho, Presidentes de Junta; e 2 (duas) funções de Juiz classista, temporário, sendo uma para representante dos empregados e outra para representante dos empregadores;

V — no Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, 2 (dois) cargos de Juiz togado, vitalício, a serem providos por Juízes do Trabalho, Presidentes de Junta; e 2 (duas) funções de Juiz classista, temporarário, sendo uma para representante dos empregados e outra para representante dos empregadores.

Art. 3.º — O provimento dos cargos e funções de Juiz criados por esta Lei, obedecerá ao que a Lei dispuser a respeito.

Parágrafo único — Haverá um suplente para cada Juiz classista, temporário.

Art. 4.º — O pessoal necessário ao atendimento dos encargos decorrentes da ampliação dos Tribunais será recrutado nos Quadros dos próprios Tribunais.

Art. 5.º — A despesa decorrente da aplicação desta Lei correrá por conta das dotações próprias da Justiça do Trabalho.

Art. 6.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 18 de junho de 1985: 164.º da Independência e 97.º da República.

JOSÉ SARNEY
Fernando Lyra

DECRETO N.º 90.817, DE 17 DE JANEIRO DE 1985

Altera dispositivos do Regulamento do Custeio da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n.º 83.081, de 24 de janeiro de 1979.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica alterada a redação dos seguintes dispositivos do Regulamento do Custeio da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n.º 83.081, de 24 de janeiro de 1979:

"Art. 5.º — .....

I — como empregado:

a) o que trabalha nessa condição no território nacional, inclusive o doméstico;

b) o brasileiro e o estrangeiro domiciliados e contratados no Brasil para trabalharem como empregados nas sucursais ou agências de empresas nacionais no exterior;

c) a contar de 1.º de janeiro de 1981, o que presta serviço a missões diplomáticas estrangeiras no Brasil ou a membros dessas missões, excluído o não brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro que esteja sujeito à legislação previdenciária do país da missão diplomática respectiva;

d) a contar de 1.º de janeiro de 1981, o brasileiro civil que trabalha, no exterior, para organismo oficial brasileiro ou internacional do qual o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado obrigatório na forma da legislação do país do domicílio;

II — o trabalhador autônomo;

III — o trabalhador avulso;

IV — o trabalhador temporário;

V — o titular de firma individual urbana e o diretor, membro de conselho de administração de sociedade anônima, sócio-gerente, sócio solidário, sócio cotista que recebe **pro labore** e sócio de indústria de empresa de qualquer natureza, urbana ou rural;

.....

X — o trabalhador contratado no Brasil e daqui transferido por empresa prestadora de serviço de engenharia, inclusive consultoria, projeto, obra, montagem, gerenciamento e congêneres, para trabalhar no exterior por mais de 90 (noventa) dias, observadas as disposições da Lei n.º 7.064, de 6 de dezembro de 1982."

"Art. 6.º — .....

I — ao ministro de confissão religiosa e ao membro de instituto de vida consagrada, congregação ou ordem religiosa:

a) que não foram equiparados a trabalhador autônomo por já terem completado 60 (sessenta) anos de idade em 9 de outubro de 1979, data da vigência da Lei n.º 6.696, de 8 de outubro de 1979;

b) que já vinham contribuindo na qualidade de segurado facultativo antes da vigência da Lei n.º 6.696, de 8 de outubro de 1979, e optaram pela manutenção dessa qualidade, na forma do disposto no artigo 3.º da referida lei.

.....

IV — ao estudante, assim entendido aquele ainda não incluído entre os segurados obrigatórios da previdência social urbana e que esteja matriculado em estabelecimento de ensino de 1.º e 2.º Graus, em cursos universitários ou de formação profissional, devidamente reconhecidos ou autorizados pelos competentes órgãos do Poder Executivo federal ou estadual, ainda que dependente de segurado obrigatório de qualquer regime de previdência social."

"Art. 7.º — .....
.....

§ 1.º — Equiparam-se ao trabalhador autônomo:

a) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, congregação ou ordem religiosa, este quando por ela mantido, salvo se:

1) filiado obrigatoriamente à previdência social urbana em razão de outra atividade;

2) filiado obrigatoriamente a outro regime oficial de previdência social, militar ou civil, ainda que na condição de inativo;

b) o empregado de representação estrangeira e o de organismo oficial estrangeiro ou internacional que funcione no Brasil, salvo se sujeito a regime próprio de previdência social;

c) o médico residente de que trata a Lei n.º 6.932, de 7 de julho de 1981.

§ 2.º — Para os efeitos da letra b do § 1.º entende-se como regime próprio o garantido pela legislação do país de que se trate.

.....»

"Art. 9.º — O segurado que deixa de exercer atividade abrangida pela previdência social urbana pode manter essa qualidade desde que passe a efetuar o pagamento mensal da contribuição de que trata a letra c do item I do artigo 33.

§ 1.º — O pagamento a que se refere este artigo deve ser iniciado até o último dia útil do mês seguinte ao do vencimento dos prazos fixados no artigo 8.º, sob pena de perda da qualidade de segurado.

.....

§ 4.º — O segurado-estudante a que se refere o item IV do artigo 6.º pode manter esta qualidade por um período de 12 (doze) meses após a conclusão do curso, desde que permaneça em dia com o recolhimento de suas contribuições."

"Art. 10 — .....

.....

III — O segurado-estudante que deixar de recolher 3 (três) contribuições mensais consecutivas, sendo-lhe permitido o reingresso no regime, desde que preencha as condições do item IV do artigo 6.º."

"Art. 12 — .....

.....

III — o servidor civil ou militar de Estado, Município ou autarquia estadual ou municipal sujeito a regime próprio de previdência social, salvo se for contribuinte da previdência social urbana.

.....

§ 1.º — Quem, estando compreendido neste artigo, exerce também atividade abrangida pela previdência social urbana é segurado obrigatório com relação a essa atividade, ressalvado o disposto no número 2 da letra a do § 1.º do artigo 7.º."

"Art. 14 — .....

Parágrafo único — O servidor de que trata o item III do artigo 12, que tenha garantida apenas aposentadoria pelo Estado ou Município, tem regime especial de contribuição (art. 37, item II), fazendo jus, pela previdência social urbana, exclusivamente, às prestações enumeradas no § 3.º do artigo 5.º do Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n.º 83.080, de 24 de janeiro de 1979."

"Art. 19 — É segurado obrigatório da previdência social rural de que trata a Lei n.º 6.260, de 6 de novembro de 1975, na qualidade de segurado-empregador rural, o titular de firma individual rural e a pessoa física, proprietária ou não, que, em estabelecimento rural ou prédio rústico e com o concurso de empregados utilizados a qualquer título, ainda que, eventualmente, explore em caráter permanente,

diretamente ou através de prepostos, atividade agroeconômica, assim entendida a atividade agrícola, pastoril, hortifrutigranjeira ou a indústria rural, bem como a extração de produtos primários, vegetais ou animais.

.....

§ 2.º — Filia-se ao regime de previdência social do empregador rural, independentemente de idade, quem:

a) em 6 de novembro de 1975, data da Lei n.º 6.260, satisfazia as condições estabelecidas no **caput** deste artigo;

b) se tornou empregador rural entre 7 de novembro de 1975, data imediatamente posterior à da Lei n.º 6.260, e 31 de dezembro de 1975, véspera do início da sua vigência;

c) se tornou ou se tornar empregador rural a contar de 1.º de janeiro de 1976, ressalvado o disposto no item VI do artigo 20."

"Art. 20 — .....

.....

IV — quem, proprietário ou não, trabalha na atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da família indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração.

....."

"Art. 21 — Mantém a qualidade de segurado-empregador rural quem:

a) deixando de ser empregador rural e desde que não sujeito a outro regime de previdência social, continua a recolher sem interrupção a contribuição anual de que trata o artigo 90;

b) vinculado anteriormente ao regime do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural — PRORURAL, foi classificado como empregador rural nos termos da letra **b** do artigo 2.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 77.514, de 29 de abril de 1976, em sua primitiva redação, e venha recolher suas contribuições de acordo com o artigo 3.º do Decreto n.º 83.924, de 30 de agosto de 1979.

Parágrafo único — O exercício da faculdade de continuar a contribuir na forma da letra **a** deste artigo não depende de autorização, porém a falta de iniciativa do segurado acarreta a perda automática dessa condição a partir do primeiro dia do ano seguinte àquele em que a contribuição não foi recolhida."

"Art. 30 — .....

.....

Parágrafo único — Equiparam-se à empresa o trabalhador autônomo que remunera os serviços a ele prestados por outro trabalhador autônomo, o empregador doméstico, bem como a cooperativa de trabalho e a sociedade civil, de direito ou de fato, prestadora de serviços, a missão diplomática estrangeira no Brasil e o membro dessa missão, em relação aos empregados admitidos a seu serviço."

"Art. 31 — .....

.....

IV — o órgão público federal, estadual, de território, do Distrito Federal ou municipal inclusive da administração indireta, quanto aos seus servidores abrangidos pela previdência social urbana, exceto nos casos do artigo 14 e de seu parágrafo único.

.....

VI — a missão diplomática estrangeira no Brasil e o membro dessa missão, em relação aos empregados a seu serviço."

"Art. 32 — A matrícula da empresa ou contribuinte a ela equiparado será feita:

I — simultaneamente com a inscrição, registro ou arquivamento de atos constitutivos nas Juntas Comerciais, se a isso estiverem obrigados;

II — perante o IAPAS, no prazo de 30 (trinta) dias contados do início de suas atividades, quando não sujeitos a Registro do Comércio.

§ 1.º — Independentemente do disposto neste artigo o IAPAS procederá à matrícula:

a) de ofício, quando houver omissão da empresa;

b) de obra de construção civil.

§ 2.º — A unidade matriculada na forma do item II e do parágrafo 1.º deste artigo receberá um "Certificado de Matrícula" com um número cadastral básico, de caráter permanente.

§ 3.º — São válidos junto ao IAPAS os atos de constituição, alteração e extinção de empresas praticados perante as Juntas Comerciais.

§ 4.º — O Departamento Nacional de Registro do Comércio — DNRC e o IAPAS promoverão o intercâmbio de informações, visando à crescente simplificação e agilização dos respectivos serviços."

"Art. 33 — .....

I — .....

a) empregado, inclusive o doméstico, diretor, membro do conselho de administração de sociedade anônima, sócio gerente, sócio solidário, sócio cotista que recebe **pro labore**, sócio de indústria de empresa de qualquer natureza, urbana ou rural, titular de firma individual urbana, trabalhador avulso e trabalhador temporário — de um percentual de seu salário-de-contribuição, por mês, incidente de forma não cumulativa, na seguinte escala:

1) de 8,5% (oito e meio por cento) do salário-de-contribuição cujo valor for igual ou inferior a 3 (três) salários mínimos;

2) de 8,75% (oito e setenta e cinco centésimos por cento) do salário-de-contribuição cujo valor for superior a 3 (três) e inferior ou igual a 5 (cinco) salários mínimos;

3) de 9% (nove por cento) do salário-de-contribuição cujo valor for superior a 5 (cinco) e inferior ou igual a 10 (dez) salários mínimos;

4) de 9,5% (nove e meio por cento) do salário-de-contribuição cujo valor for superior a 10 (dez) e inferior ou igual a 15 (quinze) salários mínimos;

5) de 10% (dez por cento) do salário-de-contribuição cujo valor for superior a 15 (quinze) salários mínimos e inferior ou igual ao teto de contribuição previdenciária;

b) empregado e trabalhador avulso, além da contribuição da letra a — de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) da soma dos seus salários-de-contribuição no ano, descontados na forma do artigo 63;

c) trabalhador autônomo e a ele equiparado, segurado facultativo, contribuinte de que trata o artigo 9.º e empregado de representação estrangeira ou organismo internacional que funciona no Brasil de 19,2% (dezenove e dois décimos por cento) do seu salário-de-contribuição, por mês;

d) servidor autárquico federal segurado da previdência social urbana e empregado de sociedade de economia mista, fundação instituída pelo Poder Público ou empresa pública, da União, aposentados por força de ato institucional (Decreto-lei n.º 290, de 28-02-1967, e Lei n.º 5.588, de 02-07-1970 — de uma das alíquotas indicadas nos números 1 a 5 da letra **a** deste item, aplicada sobre o valor da aposentadoria, por mês;

e) estudante — de 8,5% (oito e meio por cento) do seu salário-de-contribuição, por mês;

II — .....

a) 10% (dez por cento) da soma dos salários-de-contribuição de seus empregados, de titular de firma individual, diretores, membros de conselho de administração de sociedade anônima, sócios-gerentes, sócios solidários, sócios cotistas que recebem **pro labore**, sócios de indústria e trabalhadores avulsos cujo serviço utilize;

b) 10% (dez por cento) da importância que, paga ou devida no mês, exceda o salário-base do trabalhador autônomo cujo serviço utilize, observado o limite do § 2.º do artigo 41;

.....

d) 4% (quatro por cento), 1,5% (um e meio por cento) e 0,3% (três décimos por cento) da folha de salários-de-contribuição dos empregados, para custeio do salário-família, do abono anual e do salário-maternidade, respectivamente, como previsto em Regulamento próprio;

e) 4% (quatro por cento) e 1,5% (um e meio por cento) da folha de salário-de-contribuição dos trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, para custeio do salário-família e do abono anual, respectivamente;

III — da empresa de trabalho temporário — 10% (dez por cento) da soma dos salários-de-contribuição dos trabalhadores temporários por ela contratados;

IV — do empregador doméstico — 10% (dez por cento) da soma dos salários-de-contribuição dos seus empregados domésticos;

V — .....

a) 10% (dez por cento) da soma dos salários-de-contribuição desses servidores; neste caso, o salário-de-contribuição é o valor da própria aposentadoria do servidor;

b) .....

VI — dos aposentados, para custeio da assistência médica, de um percentual incidente sobre a respectiva aposentadoria, por mês, na forma seguinte:

a) de 3% (três por cento) do valor da aposentadoria até o equivalente a 3 (três) vezes o salário mínimo mensal;

b) de 3,5% (três e meio por cento) do valor da aposentadoria excedente de 3 (três) e inferior ou igual a 5 (cinco) vezes o salário mínimo mensal;

c) de 4% (quatro por cento) do valor da aposentadoria excedente de 5 (cinco) e inferior ou igual a 10 (dez) vezes o salário mínimo mensal;

d) de 4,5% (quatro e meio por cento) do valor da aposentadoria excedente de 10 (dez) e inferior ou igual a 15 (quinze) vezes o salário mínimo mensal;

e) de 5% (cinco por cento) do valor da aposentadoria excedente de 15 (quinze) vezes o salário mínimo mensal;

VII — dos pensionistas, para custeio da assistência médica — de 3% (três por cento) do valor da pensão, por mês;

VIII — da União, na forma do Capítulo I do Título V.

Parágrafo único — As alíquotas fixadas no presente artigo vigoram a partir de 1.º de janeiro de 1982."

"Art. 34 — A contribuição global e exclusiva devida por associação desportiva, na forma da Lei n.º 5.939, de 19 de novembro de 1973, corresponde, em substituição à prevista para as empresas em geral, ressalvadas as contribuições por acidentes do trabalho, a 5% (cinco por cento) da renda líquida dos espetáculos desportivos de que ela participe em todo o território nacional.

....."

"Art. 35 — .....

I — .....

a) 6% (seis por cento) do salário-base, definido no artigo 96;
b) 1,2% (um e dois décimos por cento) do mesmo salário-base, observado o limite do § 2.º do artigo 41;

II — .....

III — o funcionário aposentado de que trata este artigo e o pensionista contribuem para custeio da assistência médica, na forma dos itens VI e VII do artigo 33."

"Art. 37 — O custeio das prestações devidas aos servidores públicos e autárquicos filiados aos regimes especiais, na forma do artigo 14 e seu parágrafo único, é atendido pelas contribuições seguintes:

I — .....

a) 6% (seis por cento) do salário-base, definido no artigo 96;
b) 1,2 (um e dois décimos por cento) do mesmo salário-base, observado o limite do § 2.º do artigo 41;

II — do segurado servidor público ou autárquico, salvo o referido no item I — 4,8% (quatro e oito décimos por cento) do salário-de-contribuição, definido no item I do artigo 41;

.....

IV — do servidor aposentado do regime de que trata este artigo e do pensionista, para custeio da assistência médica, na forma do que dispõem os itens VI e VII do artigo 33.

.....

"Art. 38 — O custeio das prestações por acidente do trabalho na previdência social urbana é atendido pelas contribuições do artigo 33 e por uma contribuição adicional, a cargo exclusivo da empresa (artigo 31), correspondente às percentagens a seguir indicadas dos salários-de-contribuição dos segurados empregados, exceto os domésticos, dos trabalhadores avulsos e temporários, dos médicos residentes e dos presidiários que exercem trabalho remunerado.

.....

§ 3.º — O enquadramento da empresa na tabela do Anexo I pode ser de sua iniciativa e será revisto pelo IAPAS a qualquer tempo."

"Art. 39 — .....

Parágrafo único — O recolhimento a menor, ainda que por erro no auto-enquadramento de que trata o § 3.º do artigo 38, sujeitará a empresa às cominações legais."

"Art. 40 — Para os efeitos do artigo 38, a empresa será enquadrada na tabela do Anexo I em relação a cada estabelecimento como tal caracterizado pelo Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) do Ministério da Fazenda.

§ 1.º — Quando a empresa ou estabelecimento com CGC próprio, que a ela se equipara, exercer mais de uma atividade econômica autônoma, o enquadramento se fará em função da atividade preponderante.

.....

"Art. 41 — .....

I — a remuneração efetivamente recebida a qualquer título, durante o mês, em uma ou mais empresas, para o segurado empregado, exceto o doméstico, para o trabalhador avulso e para o trabalhador temporário, respeitados os limites dos §§ 2.º e 4.º;

.....

III — o salário declarado, para o contribuinte a que se refere o artigo 9.º;

IV — a remuneração constante do contrato de trabalho registrado na Carteira de Trabalho e Previdência Social, respeitados os limites mínimo de 1 (um) e máximo de 3 (três) salários mínimos de adulto, para o segurado empregado doméstico;

V — o salário mínimo vigente, para o estudante.

§ 1.º — .....

b) de efetivo recolhimento de contribuições na qualidade de segurado facultativo (art. 6.º) e de contribuinte de que trata o art. 9.º.

....."

"Art. 52 — A tabela do art. 43 vigora a contar de 1.º de dezembro de 1981 (Lei n.º 6950, de 04-11-1981.)"

"Art. 53 — O salário declarado do contribuinte de que trata o art. 9.º não pode ser superior ao último salário-de-contribuição quando em atividade, considerado no seu valor mensal, nem inferior ao salário mínimo mensal de adulto.

§ 1.º — o contribuinte pode, a qualquer tempo, reduzir o salário declarado até o limite inferior de que trata este artigo, mas não pode elevá-lo, ressalvado o disposto no § 2.º.

§ 2.º — o valor do salário declarado pode ser reajustado pelo contribuinte com intervalos mínimos idênticos aos de alteração do salário mínimo, mediante aplicação, ao seu salário-de-contribuição, do fator de reajustamento salarial referente ao mês da última alteração do salário mínimo."

e) a importância paga a título de aviso prévio não trabalhando, férias indenizadas, indenização por tempo de serviço e indenização a que se refere o art. 9.º da Lei n.º 7.238, de 29 de outubro de 1984.

§ 2.º — O limite máximo do salário-de-contribuição, a contar de 1.º de dezembro de 1981, é fixado em valor correspondente a 20 (vinte) vezes o salário mínimo vigente.

.....

§ 9.º — A utilidade-habitação, fornecida ou paga pelo empregador, contratualmente estipulada ou recebida por força de costume, integra o salário-de-contribuição em valor correspondente ao produto da aplicação dos percentuais das parce-

las componentes do salário mínimo ao salário registrado na Carteira de Trabalho e Previdência Social."

"Art. 43 — O salário-base de que trata o item II do art. 41 é estabelecido em função do tempo de filiação e dos limites mínimo e máximo do salário-de-contribuição, observada a escala seguinte:

CLASSE	TEMPO DE FILIAÇÃO	SALÁRIO-BASE
1	Até 1 ano	1 salário mínimo
2	mais de 1 até 2 anos	2 vezes o salário mínimo
3	mais de 2 até 3 anos	3 vezes o salário mínimo
4	mais de 3 até 5 anos	5 vezes o salário mínimo
5	mais de 5 até 7 anos	7 vezes o salário mínimo
6	mais de 7 até 10 anos	10 vezes o salário mínimo
7	mais de 10 até 15 anos	12 vezes o salário mínimo
8	mais de 15 até 20 anos	15 vezes o salário mínimo
9	mais de 20 até 25 anos	18 vezes o salário mínimo
10	mais de 25 anos	20 vezes o salário mínimo

§ 1.º — .....

.....

b) de efetivo recolhimento de contribuições na qualidade de segurado facultativo (artigo 6.º) e de contribuinte de que trata o artigo 9.º.

....."

"Art. 52 — A tabela do artigo 43 vigora a contar de 1.º de dezembro de 1981 (Lei n.º 6.950, de 04-11-1981.)"

"Art. 53 — O salário declarado do contribuinte de que trata o artigo 9.º não pode ser superior ao último salário-de-contribuição quando em atividade, considerado no seu valor mensal, nem inferior ao salário mínimo mensal de adulto.

§ 1.º — O contribuinte pode, a qualquer tempo, reduzir o salário declarado até o limite inferior de que trata este artigo, mas não pode elevá-lo, ressalvado o disposto no § 2.º.

§ 2.º — O valor do salário declarado pode ser reajustado pelo contribuinte com intervalos mínimos idênticos aos de alteração do salário mínimo, mediante aplicação, ao seu salário-de-contribuição, do fator de reajustamento salarial referente ao mês da última alteração do salário mínimo."

"Art. 54 — .....

I — .....

a) descontar, no ato do pagamento da remuneração do empregado, do trabalhador avulso e do trabalhador temporário, as contribuições e outras importâncias por eles devidas à previdência social;

b) descontar, no ato do pagamento da remuneração do titular de firma individual, diretor, membro de conselho de administração de sociedade anônima e sócio, as contribuições por eles devidas à previdência social;

c) recolher as importâncias descontadas nos termos da letra "a" juntamente com a contribuição da letra "c" do item II do art. 33, até o 10.º (décimo) dia útil do mês seguinte àquele a que elas se referirem;

d) recolher as importâncias descontadas nos termos da letra "b", juntamente com as contribuições devidas pela própria empresa, exceto a da letra "c" do item II do art. 33, até o último dia útil do mês seguinte àquele a que elas se referirem, ou no dia útil imediatamente anterior, caso não haja expediente bancário no último dia útil do mês.

II — .....

.....

b) recolher a contribuição descontada na forma da letra a, juntamente com a

devida pelo próprio empregador, até o último dia útil do mês seguinte àquele a que elas se referirem, ou no dia útil imediatamente anterior, caso não haja expediente bancário no último dia útil do mês.

III — o trabalhador autônomo, o empregado equiparado a trabalhador autônomo na forma do § 1.º do art. 7.º, o segurado facultativo, o contribuinte em dobro e o segurado-estudante devem recolher a sua contribuição mensal por iniciativa própria, até o último dia útil do mês seguinte àquele a que ela se referir, ou no dia útil imediatamente anterior, caso não haja expediente bancário no último dia útil do mês.

.....

§ 2.º — Se o trabalhador autônomo não apresentar à empresa documento comprobatório da sua inscrição nessa qualidade, a importância a cargo dela, correspondente a 10% (dez por cento) da remuneração paga ou devida ao segurado, durante o mês, será recolhida na sua totalidade, não se aplicando o disposto no art. 64.

.....

§ 5.º — A entidade filantrópica no gozo da isenção de que trata o art. 68 e a associação desportiva a que se refere o art. 34 devem, quando do pagamento ao empregado da segunda parcela do 13.º salário, em dezembro ou no mês em que esse pagamento for feito, descontar 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) da soma dos seus salários-de-contribuição no ano, para custeio do abono anual, recolhendo a importância assim descontada até o décimo dia útil do mês seguinte;

§ 6.º — A empresa requisitante ou tomadora de serviços de trabalhadores avulsos deverá recolher, além das contribuições sobre a remuneração paga, as incidentes sobre o valor depositado na Caixa Econômica Federal para atender ao financiamento das férias anuais a que os mesmos fazem jus, e que correspondem a 8,34% (oito e trinta e quatro centésimos por cento) da remuneração paga a esses trabalhadores.

§ 7.º — O recolhimento das contribuições devidas pelos segurados de que trata a letra **a** do § 1.º do art. 7.º pode também ser efetuado pelas entidades religiosas a que pertençam.

§ 8.º — Os recolhimentos de que trata este artigo serão feitos ao FPAS na forma estabelecida pelo IAPAS."

"Art. 55 — O desconto das contribuições e o das consignações legalmente autorizados sempre se presumirão feitos, oportuna e regularmente, pela empresa ou pelo empregador doméstico a isso obrigados, não lhes sendo lícito alegar qualquer omissão para se eximirem do recolhimento e ficando eles diretamente responsáveis pelas importâncias que deixarem de descontar ou tiverem descontado em desacordo com este Regulamento."

"Art. 57 — O proprietário, o dono da obra ou o condômino de unidade imobiliária, qualquer que seja a forma pela qual tenha contratado a execução da construção, reforma ou acréscimo de imóvel, responde solidariamente com o construtor pelas obrigações decorrentes deste regulamento, ressalvado o seu direito regressivo contra o executor ou contratante das obras e admitida a retenção de importâncias a este devidas, para garantia do cumprimento dessas obrigações, até a expedição da Certidão Negativa de Débito, prevista na letra **b** do art. 128.

Parágrafo único — Está excluído da responsabilidade solidária de que trata este artigo o adquirente de prédio ou unidade imobiliária quando realizar operação com empresa de comercialização ou com incorporador de imóveis, ficando o incorporador, nesse caso, solidariamente responsável com o construtor do imóvel."

"Art. 58 — A empresa construtora e o proprietário do imóvel podem isentar-se da responsabilidade solidária aludida no art. 57, em relação à fatura, nota de serviço, recibo ou documento equivalente que pagarem por tarefas subempreitadas de obras a seu cargo, desde que façam o subempreiteiro recolher, quando do recebimento da fatura, as contribuições incidentes sobre a mão-de-obra inclusa no documento, nas bases fixadas pelo IAPAS."

"Art. 59 — Não é devida contribuição para a previdência social urbana quando a construção residencial unifamiliar, destinada a uso próprio, com área construída não excedente de setenta metros quadrados, for executada ou reformada sem mão-de-obra assalariada, ficando dispensada, em conseqüência, a correspondente matrícula no IAPAS.

Parágrafo único — O IAPAS pode fiscalizar, a qualquer tempo, a observância do disposto neste artigo."

"Art. 60 — O proprietário de habitação de tipo modesto ou econômico, com área superior a setenta metros quadrados, cuja construção, ampliação, reparação ou reforma for por ele diretamente executada no regime de mutirão, sem utilização de mão-de-obra assalariada, no todo ou em parte, deve prestar ao IAPAS as informações pertinentes à sua execução.

Parágrafo único — O IAPAS expedirá instruções nas quais o tipo de construção de que trata este artigo se defina em função dos elementos seguintes:

a) unidade residencial única e destinada a uso próprio;

b) área construída;

c) material empregado;

d) qualificação da mão-de-obra utilizada;

e) classificação na postura sobre obra."

"Art. 61 — A falta ou insuficiência de recolhimento na época própria das contribuições ou outras importâncias devidas ao FPAS sujeitará o responsável aos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, devidos de pleno direito, e à multa variável de 10% (dez por cento) a 50% (cinqüenta por cento) do valor do débito, independentemente de notificação.

§ 1.º — Os juros de mora, previstos como percentagem do débito, devem incidir, até a competência setembro de 1979, sobre o valor originário e, a partir da competência outubro de 1979, sobre o seu valor corrigido monetariamente, observado o disposto no art. 145.

§ 2.º — A multa automática, também prevista como percentagem do débito, incidirá automaticamente sobre o valor deste corrigido monetariamente, conforme disposto no art. 145, observada a escala seguinte:

I — 10% (dez por cento) para atraso de até 1 (um) mês;

II — 20% (vinte por cento) para atraso de mais de 1 (um) mês e até 2 (dois) meses;

III — 30% (trinta por cento) para atraso de mais de 2 (dois) meses e até 3 (três) meses;

IV — 40% (quarenta por cento) para atraso de mais de 3 (três) meses e até 4 (quatro) meses;

V — 50% (cinqüenta por cento) para atraso de mais de 4 (quatro) meses.

§ 3.º — Entende-se como valor originário o que corresponde ao débito de natureza previdenciária, excluídas as parcelas relativas à correção monetária, juros de mora e multa automática.

§ 4.º — O débito consolidado compreende o valor originário, atualizado monetariamente, e os acréscimos legais incidentes sobre esse valor."

"Art. 62 — A empresa será reembolsada dos pagamentos do salário-família, do salário-maternidade e do auxílio-natalidade feitos aos seus empregados.

§ 1.º — O reembolso previsto neste artigo será feito mediante dedução do valor total das contribuições a recolher, do valor das cotas de salário-família, do valor bruto do salário-maternidade e do valor do auxílio-natalidade pagos.

§ 2.º — Se da operação prevista no § 1.º resultar saldo favorável à empresa, ela receberá, no ato da quitação, a importância correspondente, na forma estabelecida pelo IAPAS.

.....

§ 4.º — O reembolso do pagamento do auxílio-natalidade ao sindicato será feito juntamente com o dos pagamentos do salário.

"Art. 63 — A empresa será indenizada pelos seus empregados e pelos trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, em metade da importância que a ela cabe recolher, em cada exercício, para custeio do abono anual, como resultado da incidência de 1,5% (um e meio por cento) ao mês sobre o salário-de-contribuição daqueles segurados (art. 33, I, **b**, e II, **d** e **e**).

§ 1.º — Para os efeitos deste artigo, a empresa deve descontar do empregado, quando do pagamento da segunda parcela do 13.º (décimo terceiro) salário, em dezembro ou no mês em que esse pagamento for feito, 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) da soma dos seus salários-de-contribuição no ano.

§ 2.º — Da importância que lhe cumpre desembolsar desde logo, para ulterior pagamento, através do sindicato, do 13.º (décimo terceiro) salário dos trabalhadores avulsos, correspondente a 8,34% (oito inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) da remuneração por eles auferida, a empresa deve descontar 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) da mesma remuneração, destinando ao sindicato, para aquele fim, a diferença de 7,59% (sete inteiros e cinqüenta e nove centésimos por cento), nos termos do Decreto n.º 63.912, de 26 de dezembro de 1968 e Decreto-Lei n.º 1.910, de 29 de dezembro de 1981."

"Art. 64 — A empresa que utiliza serviços de trabalhador autônomo deve entregar-lhe, por ocasião do respectivo pagamento, 10% (dez por cento) da remuneração a ele devida, até o montante do seu salário-base.

.....

§ 2.º — Se os serviços forem utilizados por mais de uma empresa, durante o mesmo mês, a entrega ao segurado da importância de que trata este artigo, pelas empresas que se sucederem à primeira na utilização dos seus serviços, só será feita, a título de complementação, até 10% (dez por cento) do seu salário-base.

§ 3.º — Será recolhida ao FPAS, na forma da letra **b** do item I, do artigo 54 a diferença entre o encargo de cada empresa que utiliza serviço de trabalhador autônomo, de 10% (dez por cento) da remuneração a ele paga, até o limite máximo do salário-de-contribuição, e o valor do reembolso por ela feito ao trabalhador.

§ 4.º — O médico residente também faz jus, por parte da instituição de saúde onde realiza seu curso, ao reembolso de 10% (dez por cento) sobre seu salário-de-contribuição."

"Art 67 — As contribuições arrecadadas pelo IAPAS para terceiros são calculadas sobre a mesma base utilizada para o cálculo das contribuições previdenciárias, estão sujeitas aos mesmos prazos, instâncias recursais, condições e sanções, e gozam dos mesmos privilégios, inclusive no tocante à cobrança judicial.

§ 1.º — Será automaticamente transferido ao Serviço Social da Indústria — SESI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI, Serviço Social do Comércio — SESC e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — SENAC, como receita própria, o montante correspondente ao resultado da aplicação da respectiva alíquota sobre a folha de salário-de-contribuição até 10 (dez) vezes o maior valor-de-referência, admitidos repasses de maior valor mediante decreto, com base em proposta conjunta do Ministro do Trabalho, do Ministro da Previdência e Assistência Social e do Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

§ 2.º — Nenhuma contribuição arrecadada pelo IAPAS para terceiros incide sobre:

a) o salário-de-contribuição de que tratam os itens II, III, IV e V do artigo 41 e o do trabalhador temporário;

b) a folha de salário-de-contribuição dos empregados de que tratam as letras c e d do item I do artigo 5.º;

§ 3.º — Sobre a folha de salários-de-contribuição dos empregados de que trata o item X do artigo 5.º, não incidem as contribuições para Salário-Educação, SESI, SESC, SENAI, SENAC e Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária — INCRA."

Art. 68 — A entidade de fins filantrópicos que, nos termos da Lei n.º 3.577, de 4 de julho de 1959, estava isenta de contribuições para a previdência social em 1.º de setembro de 1977, data do início da vigência do Decreto-Lei n.º 1.572, de 1.º de setembro de 1977, continua gozando dessa isenção enquanto atender aos requisitos seguintes:

I — possuir título de reconhecimento, pelo Governo Federal, como de utilidade pública;

II — possuir certificado de entidade de fins filantrópicos expedido pelo Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) com validade por prazo indeterminado;

III — não perceberem seus diretores, sócios ou irmãos remuneração, vantagem ou benefícios pelo desempenho das respectivas funções.

.....

§ 4.º — O IAPAS verificará, periodicamente, se a entidade continua a preencher os requisitos enumerados neste artigo.

§ 5.º — Verificado que a entidade deixou de satisfazer a algum dos requisitos enumerados nos itens I e II, a isenção fica automaticamente revogada, a partir do mês seguinte ao da verificação.

§ 6.º — Identificada a inobservância do requisito do item III, o IAPAS fará a comunicação da irregularidade ao CNSS e ao Ministério da Justiça para fins de cancelamento de título de reconhecimento como de utilidade pública e do certificado de filantropia, do que dará ciência à entidade, ficando a isenção automaticamente revogada a partir do mês seguinte ao do ato cancelatório do título ou do certificado.

"Art. 71 — Os sindicatos representativos das categorias profissionais de trabalhadores avulsos estão obrigados, quando do pagamento de férias a cada trabalhador, a deduzir, do valor depositado na Caixa Econômica Federal, a contribuição pelo mesmo devida à previdência social e a efetuar seu imediato recolhimento."

"Art. 75 — O Tesouro Nacional porá à disposição do FPAS, à conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Geral da União e em cotas trimestrais, de acordo com a programação financeira desta, os recursos para pagamento do salário-família de que tratam os artigos 85 e 90 da CLPS e para a manutenção e reajustamento dos encargos de que tratam os seus artigos 84, 87 e 88."

"Art. 76 — .....

.....

IV — dos aposentados e pensionistas do regime do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural — PRORURAL, para custeio da assistência médica, na forma do que dispõem os itens VI e VII do artigo 33 e seu parágrafo único.

.....

§ 2.º — As contribuições do item III não são devidas pela pessoa jurídica de direito público, pela entidade filantrópica no gozo da isenção de que trata o artigo 68 nem sobre a folha de salários-de-contribuição dos empregados de que tratam as letras **c** e **d** do item I do artigo 5.º.

.....

"Art. 78 — O recolhimento das contribuições dos itens I e II do artigo 76 deve ser feito até o último dia útil do mês seguinte ao da operação de venda pelo produtor, pelo consignatário ou pela cooperativa, ou da transformação industrial pelo próprio produtor, ou no dia útil imediatamente anterior, caso não haja expediente bancário no último dia útil do mês."

"Art. 80 — .....

§ 1.º — Os juros de mora, previstos como percentagem do débito, devem incidir, até a competência dezembro de 1980, sobre o valor originário do débito e, a partir da competência janeiro de 1981, sobre o seu valor corrigido monetariamente, observado o disposto no artigo 145.

§ 2.º — A multa automática, também prevista como percentagem do débito, será calculada sobre o valor deste corrigido monetariamente, observado o disposto no artigo 145.

§ 3.º — Aplica-se ao débito de contribuições de que trata este artigo o disposto nos §§ 3.º e 4.º do artigo 61."

"Art. 85 — O custeio da previdência social do segurado-empregador rural é atendido por uma contribuição anual obrigatória de:

I — 1,44% (um inteiro e quarenta e quatro centésimos por cento) do valor da respectiva produção rural do ano anterior, apurada na forma do artigo 86;

II — 0,72% (setenta e dois centésimos por cento) do valor da parte da propriedade rural mantida sem cultivo, segundo a última avaliação feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), apurado na forma do artigo 87.

§ 1.º — Os aposentados e pensionistas do regime de que trata este artigo contribuem, para custeio da assistência médica, na forma do que dispõem os itens VI e VII do artigo 33 e seu parágrafo único

§ 2.º — Para os efeitos deste Regulamento, entende-se como "última avaliação feita pelo INCRA" a mais recente Declaração para Cadastro de Imóvel Rural (DP) apresentada espontaneamente ou, na falta desta, a preenchida de ofício para efeito de cálculo do Imposto Territorial Rural (ITR) e demais tributos e contribuições devidas ao INCRA.

§ 3.º — A contribuição de que trata este artigo continua a ser devida se o segurado se aposenta e prossegue na exploração de atividade rural ou volta a explorá-la.

§ 4.º — No caso do artigo 23, ou se for concedido benefício pecuniário de pagamento continuado durante o período de interrupção da contribuição, cabe ao segurado empregador rural ou a seu dependente recolher o valor das contribuições devidas, com os acréscimos legais, em parcelas mensais e consecutivas não superiores a 30% (trinta por cento) da renda mensal do benefício.

§ 5.º — As alíquotas dos itens I e II vigoram a partir de 1.º de janeiro de 1982."

Art. 88 — O valor total destinado a servir de base para o cálculo da contribuição devida pelo segurado (itens I e II do art. 85) não pode ser inferior a 120 (cento e vinte) nem superior a 1.200 (um mil e duzentas) vezes o salário mínimo, arredondando-se a fração, se for o caso, para o milhar de cruzeiro imediatamente superior."

"Art. 90 — A contribuição do segurado na situação do artigo 21 não pode ser superior à última recolhida na condição de empregador rural, atualizada monetariamente, nem inferior a 1,44% (um inteiro e quarenta e quatro centésimos por cento) de 120 (cento e vinte) vezes o salário mínimo."

"Art. 91 — A contribuição do artigo 85, a cargo do empregador rural, deve ser recolhida até o último dia útil do mês de março de cada ano, ou no dia útil imediatamente anterior, caso não haja expediente bancário no último dia útil daquele mês."

"Art 92 — .....

§ 1.º — Os juros de mora, previstos como percentagem do débito, devem incidir, até a competência dezembro de 1980, sobre o valor originário do débito e, a partir da competência janeiro de 1981, sobre o seu valor corrigido monetariamente, observado o disposto no artigo 145.

§ 2.º — A multa automática, também prevista como percentagem do débito, será calculada sobre o valor deste corrigido monetariamente, observado o disposto no artigo 145.

§ 3.º — O segurado empregador rural cuja produção em determinado exercício for prejudicada por condições climáticas adversas que o impossibilitem de efetuar na época própria o recolhimento da contribuição do artigo 85 poderá ser isentado do pagamento dos juros de mora e da multa, mediante comprovação do evento.

§ 4.º — Aplica-se ao débito de contribuições de que trata este artigo o disposto nos §§ 3.º e 4.º do artigo 61.

§ 5.º — A isenção de que trata o § 3.º será concedida pelo prazo que o IAPAS considerar necessário para a normalização da situação financeira do segurado, não podendo, porém, nesse caso, a contribuição ser recolhida após o encerramento do exercício em que for devida, sob pena do restabelecimento dos acréscimos ali referidos e dos decorrentes do novo atraso."

"Art. 95 — .....

I — pela contribuição do funcionário, de 6% (seis por cento) do seu salário-base, definido no artigo 96;

II — .....

III — pela contribuição do funcionário aposentado e do pensionista do regime de que trata este Título, para custeio da assistência médica, na forma do que dispõem os itens VI e VII do artigo 33 e seu parágrafo único."

"Art. 96 — .....
.....

VI — gratificação de nível superior;

VII — gratificação de produtividade;

VIII — representação mensal;

IX — gratificação de representação de atividade diplomática;

X — gratificação especial (Lei n.º 4.341, de 13.6.1964, e Decreto-Lei n.º 1.991, de 29.12.1982).

....."

"Art. 97 — A contribuição do congressista inscrito facultativamente na forma do artigo 28 é de 6% (seis por cento) da parte fixa dos seus subsídios."

"Art. 99 — .....

Parágrafo único — O recolhimento deve ser feito em conformidade com as instruções expedidas pelo IAPAS, até o décimo dia útil do mês seguinte àquele a que a contribuição corresponder, ainda que o funcionário não tenha recebido a remuneração."

"Art. 103 — .....

.....

VI — a dotação própria do Orçamento Geral da União em valor suficiente para pagamento da pensão especial aos portadores da "Síndrome da Talidomida", de que trata a Lei n.º 7.070, de 20 de dezembro de 1982.

.....

§ 1.º — Para os efeitos deste artigo consideram-se:

a) despesas de pessoal — as relativas aos vencimentos, salários e outras despesas fixas e variáveis concernentes aos servidores do INPS, do INAMPS e do IAPAS;

b) despesas de administração geral — as relativas a material, serviços de terceiros e encargos diversos correspondentes à administração dessas entidades;

c) insuficiência financeira — a falta de recursos pecuniários para atender às despesas de pessoal e de administração geral do INPS, INAMPS e IAPAS, se a contribuição da União prevista nos itens I e IV for inferior ao total dessas despesas, bem como ao custeio das prestações previdenciárias em geral, inclusive as de que tratam os itens II e III.

§ 2.º — Constituirão fonte de receita da previdência social 20% (vinte por cento) sobre o preço de comercialização final dos bens considerados supérfluos em ato do Poder Executivo, conforme dispõe o artigo 1.º da Lei n.º 6.950, de 4 de novembro de 1981.

§ 3.º — O saldo da arrecadação das contribuições relativas ao SESI, SENAI, SESC e SENAC, após a dedução da receita dessas entidades, em conformidade com o § 1.º do artigo 67, será incorporado ao FPAS, como contribuição da União, para o custeio dos programas e atividades a cargo das entidades integrantes do SINPAS."

"Art. 104 — A parte orçamentária da contribuição da União (artigo 103), itens II, III, IV e VI, deve figurar no orçamento da despesa do MPAS, sob o título "Previdência Social", a ser recolhida à conta do Fundo de Liquidez da Previdência Social (FLPS) no Banco do Brasil S.A."

"Art. 105 — .....

.....

IV — 5% (cinco por cento) sobre a renda bruta do Concurso de Prognósticos Sobre o Resultado de Sorteios de Números (art. 2.º da Lei n.º 6.717, de 12-11-1979);

V — uma parcela equivalente a até 6% (seis por cento) do preço **ex refinaria** da gasolina "A", que incidirá sobre os preços dos combustíveis automotivos;

VI — 3% (três por cento) do movimento global das apostas de cada reunião hípica, em prado de corrida, subsede ou outra dependência de entidade turfística (Decreto-lei n.º 1.515, de 30-12-1976);

§ 1.º — A cota de previdência de que trata o item V não incide sobre combustível automotivo destinado à exportação ou à abastecimento de navio estrangeiro e, quando em viagem de longo curso, de navio nacional e de navio fretado com as prerrogativas da bandeira brasileira (Decreto-lei n.º 1.556, de 07-06-1977, e Decreto n.º 79.789, de 07-06-1977).

.....

§ 3.º — A cota de previdência do item IV é devida a contar de 16 de setembro de 1980, a do item V a contar de 16 de fevereiro de 1977 e a do item VI a contar de 30 de dezembro de 1976.

§ 4.º — Para os efeitos da incidência da contribuição do item VI, considera-se movimento global das apostas o total das importâncias relativas às várias modalidades de jogo, inclusive o de acumulada, apregoadas para o público no prado de corrida, subsede ou outra dependência da entidade."

Art. 107 — As cotas de previdência devem ser recolhidas ao Banco do Brasil S.A., à conta do Tesouro Nacional, como Receita Orçamentária da União, para repasse ao Fundo de Liquidez da Previdência Social, pelas entidades recolhedoras relacionadas a seguir, dentro dos prazos indicados:

.....

II — Caixa Econômica Federal, até o último dia útil do mês seguinte ao do recebimento — a dos itens II, III e IV do artigo 105;

III — refinarias e/ou distribuidoras, até o último dia útil do mês seguinte ao da saída do combustível automotivo — a do item V do artigo 105;

IV — entidades turfísticas, até o terceiro dia útil seguinte a cada reunião hípica — a do item VI do artigo 105."

"Art. 108 — A entidade recolhedora de cota de previdência deve cobrá-la juntamente com o valor sobre o qual ela incida, presumindo-se feita essa cobrança oportuna e regularmente, não sendo lícito à entidade alegar qualquer omissão para se eximir do seu recolhimento e ficando ela diretamente responsável pelas importâncias que deixar de cobrar ou que tiver cobrado em desacordo com este Regulamento."

"Art. 109 — .....

Parágrafo único — .....

.....

b) as dos itens II, III e IV, junto à Caixa Econômica Federal, ou mediante elementos fornecidos pelos órgãos competentes do Ministério da Fazenda;

c) a do item V, nas refinarias, ou nas sedes das respectivas empresas;

d) a do item VI, na sede das entidades turfísticas ou nos prados de corridas, subsedes e outras dependências dessas entidades."

"Art. 110 — O disposto no Título II sobre a arrecadação, cobrança e fiscalização de contribuições aplica-se, no que couber, às cotas de previdência e respectivas entidades recolhedoras."

Art. 114 — A prestação de contas do FLPS será feita anualmente pelo seu gestor perante o Tribunal de Contas da União, por intermédio da Secretaria de Controle Interno no MPAS."

"Art. 116 — .....

.....

II — .....

.....

c) arquivar, durante 5 (cinco) anos, mesmo quando não obrigado a manter escrituração contábil, os comprovantes discriminativos referentes aos fatos mencionados neste item;

d) comunicar ao órgão local do IAPAS, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do fato, a transferência de endereço da sua sede e dos seus estabelecimentos, bem como alterações na denominação da firma, incorporação, fusão, desmembramento, sucessão e outras ocorrências pertinentes à matrícula;

e) obter autorização do órgão local do IAPAS para recolher contribuição objeto de notificação fiscal;

f) recolher, juntamente com as contribuições vencidas, monetariamente corrigidas, os juros moratórios e as multas;

III — .....

.....

c) obter autorização do órgão local do IAPAS para recolher as contribuições dos itens I e II do artigo 76 que tenham sido objeto de notificação fiscal;

.....

VI — é assegurado à fiscalização do IAPAS o livre acesso a todas as dependências do estabelecimento com vista à verificação física dos empregados em serviço para confronto com os competentes registros da empresa;

VII — na falta de comprovação regular e formalizada, o montante dos salários pagos pela execução de obras de construção civil pode ser obtido mediante cálculo da mão-de-obra empregada, de acordo com a área construída e a natureza da obra, cabendo ao proprietário, dono da obra, condômino da unidade imobiliária ou empresa co-responsável o ônus da prova em contrário.

.....

"Art. 121 — O pagamento de cota de salário-família, de salário-maternidade e de auxílio-natalidade, feito pela empresa sem observância das normas pertinentes e reembolsado deve ser igualmente objeto de termo de verificação de débito para cobranças da importância correspondente.

Parágrafo único — Em relação ao salário-família, tratando-se de falta de registros pertinentes, inclusive das vacinações obrigatórias, a providência prevista neste artigo deve ser precedida de intimação, na forma estabelecida pelo IAPAS, para que a falta seja sanada."

"Art. 123 — .....

Parágrafo único — Entende-se por Dívida Ativa do FPAS o crédito proveniente de fato jurídico gerador de obrigações legais e/ou contratuais, desde que inscrito no registro próprio, de conformidade com os dispositivos da Lei n.º 6.830, de 22 de setembro de 1980."

"Art. 124 — A certidão extraída do livro de que trata o artigo 123, contendo todos os dizeres da inscrição, servirá de título executivo extrajudicial para o IAPAS ingressar em juízo, por seu procurador ou representante legal, a fim de promover a cobrança do seu crédito, com os acréscimos respectivos, pelo mesmo processo e com as mesmas prerrogativas e privilégios da Fazenda Nacional, nos termos da Lei n.º 6.830, de 22 de setembro de 1980.

Parágrafo único — O instrumento de confissão da dívida pode também, servir de título para efeito de constituição de crédito previdenciário e respectiva inscrição."

"Art. 128 — O IAPAS fornecerá os seguintes documentos à empresa ou pessoa a ela equiparada:

a) Certidão de Matrícula (CM), como prova de sua vinculação, na hipótese de não estar sujeita a Registro do Comércio;

b) Certidão Negativa de Débito (CND), válida por 6 (seis) meses contados da data da emissão."

"Art. 129 — A empresa ou pessoa a ela equiparada está obrigada a apresentar:

I — o Certificado de Matrícula no Cadastro Específico do IAPAS à autoridade competente, para o licenciamento de construção, reforma ou acréscimo de prédio, cabendo a obrigação ao responsável direto pela execução da obra;

II — A Certidão Negativa de débito para:

a) alienação ou oneração, a qualquer título, de bem imóvel ou direito a ele relativo;

b) alienação ou oneração, a qualquer título, de bem móvel de valor superior a 1.500 (mil e quinhentas) ORTN, incorporado ao ativo imobilizado da empresa;

c) registro ou arquivamento, no órgão próprio, de ato relativo à baixa de firma individual, redução de capital social ou extinção de entidade ou sociedade comercial ou civil, suprida a exigência pela informação da inexistência de débito a ser prestada pela previdência social urbana à Junta Comercial;

d) averbação no Registro de Imóveis da construção ou acréscimo de prédio ou unidade imobiliária cuja construção tenha sido terminada já na vigência do Decreto-lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966.

§ 1.º — A Certidão Negativa de Débito, quando exigível, só o será com relação às contribuições devidas pela dependência da empresa do local onde se situar o objeto da transação ou, se for o caso, pela sua matriz.

§ 2.º — Na hipótese da letra **d** do item II, a prova de inexistência do débito do construtor ou responsável pela execução da obra é exigida apenas em relação ao imóvel objeto da averbação.

§ 3.º — A prova de inexistência de débito, quando exigível do incorporador, é feita independentemente da apresentada no Registro de Imóveis por ocasião do registro de memorial de incorporação."

"Art. 130 — Ressalvada a hipótese da letra **d** do item II do artigo 129, a Certidão Negativa de Débito não indica a finalidade para a qual foi emitida e pode ser apresentada por cópia."

"Art. 131 — O proprietário do prédio ou unidade imobiliária, ainda que particular, também deverá apresentar a Certidão Negativa de Débito quando realizar a operação da letra **d** do item II do artigo 129."

"Art. 132 — Para efeito de emissão de Certidão Negativa de Débito, considera-se regular a situação da empresa:

I — em dia com o recolhimento das contribuições, acréscimos legais, multas e outras importâncias devidas ao FPAS;

II — que tenha firmado termo de confissão, de dívida e já venha recolhendo o débito de forma parcelada;

III — cujo débito esteja pendente de julgamento em face de defesa ou recurso tempestivo;

IV — cujo débito esteja garantido por depósito em dinheiro ou mediante uma das formas do § 1.º do artigo 133.

Parágrafo único — O disposto no item III não se aplica aos débitos relativos às importâncias não contestadas, ainda que incluídas no mesmo processo de cobrança de contribuições pendente de julgamento."

"Art. 133 — O IAPAS pode intervir em instrumento para o qual é exigida a CND, a fim de autorizar a sua lavratura, desde que:

.....

§ 3.º — Excepcionalmente, atendendo ao interesse do IAPAS, devidamente fundamentado, poderá ser aceita outra forma de garantia além das mencionadas no § 1.º."

"Art. 134 — Compete ao órgão regional ou local de previdência social, ou à sua representação local na área da respectiva jurisdição, a expedição da certidão prevista no artigo 128, para o que o responsável deverá ser expressa e nominalmente designado pela autoridade competente do IAPAS."

"Art. 135 — Independem de apresentação da CND:

I — a operação em que for outorgante a União, Distrito Federal, Estado, Território, Município e demais pessoas de direito público interno sem finalidade econômica;

II — o instrumento, ato ou contrato que constitua retificação, ratificação ou efetivação de outro anterior para o qual já tenha sido apresentada a CND;

III — a transação imobiliária realizada por empresa que exerce a atividade de comercialização de imóveis, desde que o imóvel negociado não faça parte do seu ativo permanente, fato a ser declarado sob responsabilidade civil e criminal e que deverá constar do registro respectivo.

IV — a constituição de garantia para concessão de crédito rural em qualquer de suas modalidades, por instituição de crédito público ou privado, desde que o produtor rural não industrialize seus produtos, não efetue vendas a consumidor, no varejo, nem a adquirente domiciliado no exterior, bastando para tanto o registro no ato ou instrumento, de declaração do produtor, feitas sob as penas da lei, de que não é responsável pelo recolhimento de contribuições para a previdência social rural;

V — a averbação de imóvel que atenda às exigências do artigo 59, sendo suficiente o registro da declaração, feita sob as penas da lei, de que o imóvel se enquadra nas condições estabelecidas no Decreto-lei n.º 1.976, de 20 de dezembro de 1982."

"Art. 136 — O ato praticado e o instrumento assinado ou lavrado com inobservância do disposto nos artigos 129 e 131, bem como os registros públicos a que estiverem sujeitos, são nulos de pleno direito, para todos os efeitos legais."

"Art. 137 — .....
.....:

§ 2.º — Os impressos para a expedição da CND, as minutas-padrão dos instrumentos e contratos de confissão de dívidas com garantia real e o alvará de que trata este artigo obedecerão aos modelos próprios, a serem aprovados pelo IAPAS.

"Art. 138 — O serventuário da Justiça incumbido da lavratura de instrumento ou de transcrição de instrumento particular para as quais seja obrigatória a apresentação de Certidão Negativa de Débito, nos termos deste Regulamento, deve registrar e arquivar o original, no caso da letra d do item II do artigo 129, ou cópia devidamente autenticada, nos demais casos, pela ordem de lavratura ou transcrição dos instrumentos."

"Art. 139 — É dispensada a transcrição, em instrumento público ou particular, do inteiro teor da CND, formalizando-se a obrigação, unicamente pela referência ao número de série ou protocolo e à data de emissão do documento."

"Art. 141 — .....
.....

§ 4.º — A contribuição devida pelo segurado referido no item I do artigo 6.º e na letra a do § 1.º do artigo 7.º pode ser recolhida por entidade a que ele esteja vinculado, enquanto persistir a vinculação.

.....

"Art. 143 — .....
....."

2.º — O pedido de restituição de contribuições de terceiros arrecadada nos termos do artigo 65 será formulado à entidade respectiva e por esta decidido, cabendo ao IAPAS prestar as informações e realizar as diligências que lhe forem solicitadas.

§ 3.º — O disposto no § 2.º não se aplica à restituição da contribuição de terceiros vinculada à restituição das contribuições previdenciárias, caso em que o pedido será formulado ao IAPAS."

§ 4.º — A restituição de contribuição de terceiros, na hipótese do § 2.º, será feita pela entidade à qual o pedido foi formulado, podendo o IAPAS, quando solicitado, realizar o pagamento respectivo."

"Art. 145 — As contribuições previdenciárias e outras importâncias não recolhidas nas épocas próprias terão seu valor atualizado monetariamente mediante multiplicação do valor do débito pelo coeficiente obtido com a divisão do valor nominal reajustado da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional — ORTN, no mês em que se efetivar o pagamento, pelo valor da mesma Obrigação no mês seguinte àquele em que o débito deveria ter sido pago.

.....

§ 3.º — Os débitos de contribuições previdenciárias e outras importâncias com vencimento ocorrido até 31 de dezembro de 1980 serão corrigidos, até essa data, com aplicação dos coeficientes fixados pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, segundo as normas então vigentes, e serão atualizados, a partir de 1.º de janeiro de 1981, mediante multiplicação do valor corrigido até 31 de dezembro de 1980, pelo coeficiente obtido com a divisão do valor nominal reajustado da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional, no mês em que se efetivar o pagamento, pelo valor da mesma obrigação no mês de janeiro de 1981."

"Art. 149 — O Ministro da Previdência e Assistência Social poderá relevar a multa automática incidente sobre débitos previdenciários de empresas em regime de concordata, ainda que o pagamento se faça mediante acordo de parcelamento."

"Art. 150 — O débito do segurado trabalhador autônomo pode ser descontado do benefício a ele devido, ou aos seus dependentes, em parcelas mensais de até 30% (trinta por cento) do valor do benefício."

"Art. 151 — O crédito do FPAS ou do FLPS incluído em processo de falência, concordata ou concurso de credores e relativo a contribuições previdenciárias e seus adicionais ou acréscimos de qualquer natureza, assim como o referente à cota de previdência, correção monetária e juros de mora ou qualquer outra receita, resultante de fato gerador originário de lei ou de contrato, é equiparado aos créditos da União, para todos os efeitos legais, seguindo-se a estes na ordem de prioridade, assegurado, outrossim, o direito à restituição de qualquer importância arrecadada pela empresa dos segurados ou do público."

"Art. 152 — A União, os Estados, os Territórios, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista que tenham servidores abrangidos por este Regulamento incluirão nos seus orçamentos anuais as dotações para o pagamento das suas responsabilidades para com o FPAS."

"Art. 158 — As multas impostas por infração de dispositivo deste Regulamento, inclusive as calculadas como percentual do débito, por motivo de recolhimento fora do prazo das contribuições e outras importâncias, não se aplicam à pessoa jurídica de direito público, nem às missões diplomáticas estrangeiras no Brasil e aos membros dessas missões.

....."

Art. 176 — .....

.....

§ 3.º — Se o reconhecimento do direito do interessado ocorrer na fase de instrução do recurso por ele interposto contra decisão de JRPS, ainda que de alçada, ou de Turmas do CRPS, o processo, acompanhado das razões do novo entendimento da entidade, será encaminhado.

II — à JRPS, no caso de decisão dela emanada, para fins de reexame da questão;

II — ao CRPS, no caso de decisão de Turma, para julgamento na conformidade de suas instruções regimentais."

"Art. 199 — Nas operações realizadas em moeda nacional, de natureza orçamentária, financeira e contábil, serão desprezadas, no resultado final dos cálculos, as frações de cruzeiro."

Art. 2.º — A Seção III do Capítulo I do Título VI do Regulamento do Custeio da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n.º 83.081, de 24 de janeiro de 1979, passa a ter a seguinte denominação: **Certificado de Matrícula e Certidão Negativa de Débito.**

Art. 3.º — Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de janeiro de 1985; 164.º da Independência e 97.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Jarbas Passarinho

DECRETO N.º 91.271, DE 29 DE MAIO DE 1985

Veda a concessão, por entidades estatais, de aval, fiança ou outras garantias.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição.

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica vedado às autarquias federais, às empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades sob controle acionário da União e às respectivas subsidiárias conceder aval, fiança ou garantia de qualquer espécie à obrigação contraída por pessoa física ou jurídica.

Parágrafo Único — O disposto neste artigo não se aplica:

I — aos estabelecimentos oficiais de crédito (Decreto-Lei n.º 200, de 27 de fevereiro de 1967, art. 189);

II — às garantias concedidas entre pessoas jurídicas controladas ou coligadas; e

III — à empresa pública Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Art. 2.º — Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 29 de maio de 1985; 164.º da Independência e 97.º da República.

JOSÉ SARNEY
Francisco Neves Dornelles
Roberto Gusmão
João Sayad

DECRETO N.º 91.292, DE 31 DE MAIO DE 1985

Delega competência ao Ministro da Justiça e ao Procurador-Geral da República, para a prática dos atos que indica.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e V, parágrafo único, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos II e 12, do Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967.

D E C R E T A :

Art. 1.º — É delegada competência ao Ministro da Justiça para remover os membros do Ministério Público Federal, **ex officio**, atendida a fundamentação pela conveniência do serviço.

Art. 2.º — É delegada competência ao Procurador-Geral da República para remover os membros do Ministério Público Federal, a pedido.

Art. 3.º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de maio de 1985; 164.º da Independência e 97.º da República.

JOSÉ SARNEY
Fernando Lyra

DECRETO N.º 91.294, DE 31 DE MAIO DE 1985

Altera dispositivo do Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo Decreto n.º 85.450, de 4 de dezembro de 1980.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, inciso III da Constituição.

D E C R E T A :

Art. 1.º — O art. 132, do Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo Decreto n.º 85.450, de 4 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 132 — Estão isentas do imposto as Associações de Poupança e Empréstimo, devidamente autorizadas pelo órgão competente, constituídas sob a forma de sociedade civil, tendo por objetivo propiciar ou facilitar à aquisição de casa própria aos associados, captar, incentivar e disseminar a poupança, que atendam às normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (Decreto-Lei n.º 70/66, arts. 1.º e 7.º).

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de maio de 1985; 164.º da Independência e 97.º da República.

JOSÉ SARNEY
Francisco Neves Dornelles

DECRETO N.º 91.305, DE 03 DE JUNHO DE 1985

Altera dispositivos do Regulamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição e, tendo em vista o disposto na Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981.

D E C R E T A :

Art. 1.º — As Seções I, II e III do Capítulo II, do Decreto n.º 88.351, de 1.º de junho de 1983, passam a vigorar com a seguinte redação:

"SEÇÃO I

Da Constituição e Funcionamento do
Conselho Nacional do Meio Ambiente

Art. 4.º — O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Órgão Superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), tem sua constituição, funcionamento e competência estabelecidos nesta Seção.

Art. 5.º — O Conselho Nacional do Meio Ambiente constitui-se de:

I — Plenário;
II — Câmaras Técnicas;
III — Comissões Especiais;
IV — Secretaria Executiva.

Art. 6.º — Integram o Plenário do CONAMA:

I — O Ministro de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, que o presidirá e terá voto de qualidade nos casos de empate;

II — Conselheiros, representantes dos seguintes Ministérios:

a) da Justiça: — o Secretário Executivo do Conselho Nacional de Trânsito;

b) da Marinha: — O Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar;

c) das Relações Exteriores;

d) dos Transportes: — o Secretário Executivo do Conselho Nacional de Transportes;

e) da Agricultura: — o Secretário Nacional de Defesa Agropecuária; — o Superintendente do Desenvolvimento da Pesca — o Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal;

f) da Educação: — o Secretário Executivo do Conselho Federal de Educação;

g) do Trabalho: — o Secretário de Segurança e Medicina do Trabalho;

h) da Saúde: — O Secretário Nacional de Vigilância Sanitária; — o Presidente da Fundação Serviços Especiais de Saúde Pública;

i) da Indústria e do Comércio: — o Secretário Executivo do Conselho Nacional do Álcool; — o Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Industrial; — o Presidente da Empresa Brasileira de Turismo;

j) das Minas e Energia: — o Diretor Geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica; — o Diretor-Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral, — o Presidente das Centrais Elétricas Brasileiras. S.A. — o Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear;

l) da Secretaria de Planejamento da Presidência da República: — o Presidente do Instituto de Planejamento Econômico e Social;

m) da Reforma e do Desenvolvimento Agrário: — o Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

n) da Ciência e Tecnologia: — o Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

o) da Cultura: — o Secretário da Cultura, — o Secretário do Patrimônio;

p) do Interior;

q) do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente: — o Secretário Executivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, — o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras e Saneamento;

r) do Estado-Maior das Forças Armadas-EMFA;

s) da Fazenda.

III — o Secretário Especial do Meio Ambiente, que será o seu Secretário Executivo;

IV — representantes dos Governos dos Estados, Territórios e do Distrito Federal, indicados pelos respectivos Governadores;

V — os Presidentes das Confederações Nacionais dos Trabalhadores no Comércio, na Indústria e na Agricultura;

VI — os Presidentes da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental e da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (art. 7.º, parágrafo único, letra "c", da Lei n.º 6.938/81);

VIII — os Presidentes de duas Associações legalmente constituídas para a defesa dos recursos ambientais e combate à poluição, de livre escolha do Presidente da República (art. 7.º, parágrafo único, letra "d", da Lei n.º 6.938/81);

IX — os representantes de entidades da sociedade civil, legalmente constituídas, em número de cinco (5), cuja atuação esteja direta ou indiretamente ligada à preservação da qualidade ambiental, sendo um representante de cada região geográfica do País.

§ 1.º — Os membros do Conselho Nacional do Meio Ambiente e seus suplentes serão nomeados pelo Presidente da República.

§ 2.º — O mandato dos representantes mencionados nos incisos VIII e IX terá a duração de um ano civil ou parte do ano civil, permitida a recondução.

§ 3.º — O Plenário do CONAMA reunir-se-á, em caráter ordinário, a cada 3 (três) meses, em sua sede, no Distrito Federal, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 4.º — Nos seus impedimentos, o Ministro de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente será substituído na Presidência do CONAMA por pessoa por ele designada.

§ 5.º — As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas para local fora de sua sede, sempre que razões superiores, de conveniência técnica ou política, assim o exigirem.

§ 6.º — O Plenário do CONAMA se reunirá com a presença mínima da metade e mais um de seus integrantes, deliberando por maioria simples.

§ 7.º — A pauta das reuniões será organizada e distribuída conforme dispuser o Regimento Interno do CONAMA.

§ 8.º — As reuniões do CONAMA serão públicas.

§ 9.º — Os representantes das entidades mencionadas nos incisos VIII e IX terão suas despesas de deslocamento e estadia pagas à conta dos recursos do CONAMA, quando for o caso.

§ 10 — A participação dos membros no CONAMA será considerada serviço de natureza relevante e não será remunerada, cabendo às entidades representadas o custeio com despesas de deslocamento e estadia.

Seção II

Da Competência do Conselho Nacional do Meio Ambiente

Art. 7.º — Compete ao CONAMA:

I — assessorar o Presidente da República na formulação das diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente;

II — baixar as normas de sua competência, necessárias à regulamentação e implementação da Política Nacional do Meio Ambiente;

III — estabelecer normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva, ou potencialmente poluidoras, a ser concedido pelos Estados;

IV — determinar, quando julgar necessário, antes ou após o respectivo licenciamento, a realização de estudo das alternativas e das possíveis conseqüências de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos e entidades da Administração Pública, bem como às entidades privadas, as informações indispensáveis ao exame da matéria;

V — decidir, em grau de recurso, como última instância administrativa, sobre multas e outras penalidades impostas pela SEMA, mediante depósito prévio de seu valor, garantia real ou fiança bancária equivalente;

VI — autorizar acordos e homologar transações entre a SEMA e as pessoas físicas ou jurídicas punidas, visando a transformação de penalidades pecuniárias, aplicadas pela SEMA, na obrigação de executar medidas de interesse ambiental, nelas compreendidas a pesquisa ambiental, a educação e a reconstituição ambiental;

VII — determinar, mediante representação da SEMA, com a audiência prévia na agência governamental competente, a comunicação à instituição financeira, a perda ou restrição de benefícios fiscais, concedidos em caráter geral ou condicional, e a suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

VIII — estabelecer normas e padrões necessários ao controle da poluição por veículos antomotores, aeronaves e embarcações, após a audiência dos ministérios competentes;

IX — estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos;

X — estabelecer normas gerais relativas às Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental, Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico;

XI — estabelecer os critérios para a declaração de áreas críticas, saturadas ou em vias de saturação;

XII — elaborar o seu Regimento Interno;

XIII — criar e extinguir Câmaras Técnicas e Comissões Especiais.

Seção III

Das Câmaras Técnicas e Comissões Especiais

Art. 9.º — O Conselho Nacional do Meio Ambiente poderá dividir-se em Câmaras Técnicas constituídas por membros conselheiros, com poder deliberativo, cabendo recurso, ao Plenário, das suas decisões.

Parágrafo único — A competência, a composição e o prazo de funcionamento de cada uma das Câmaras Técnicas constará do ato do CONAMA que a criar.

Art. 10 — As Comissões Especiais, órgãos de assessoramento do Plenário, terão seus objetivos, composição e prazo de duração estabelecidos em ato do Presidente do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 03 de junho de 1985; 164.º da Independência e 97.º da República.

JOSÉ SARNEY
Flávio Rios Peixoto da Silveira

DECRETO-LEI N.º 2.232, de 21 de janeiro de 1985

Dá nova redação ao art. 5.º do Decreto-Lei n.º 1.950, de 14 de julho de 1982.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 1.950, de 14 de julho de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5.º — O imóvel incorporado nos termos do artigo anterior deverá ser vendido, pela pessoa jurídica a que foi incorporado, mediante instrumento público registrado até 30 de setembro de 1985, no cartório de imóveis competente, observado o disposto no item II e § 1.º do artigo 1.º deste Decreto-Lei."

Art. 2.º — Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de janeiro de 1985; 164.º da Independência e 97.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Ernane Galvêas
Delfim Netto

DECRETO-LEI N.º 2.253, de 04 de março de 1985

Altera dispositivos da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), relativos à filiação dos empregados das missões diplomáticas e repartições consulares estrangeiras e dos membros destas.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1.º — As letras c e d, do item I, e o § 1.º, do artigo 5.º, da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, com as modificações posteriores, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 5.º — .....

I — .....
.....

c) os que prestam serviço à missão diplomática ou repartição consular de carreira estrangeiras e a órgão a elas subordinados, no Brasil, ou a membros dessas

missões e repartições, excluídos os não brasileiros sem residência permanente no Brasil e os brasileiros que estejam amparados pela legislação previdenciária do País de respectiva missão diplomática ou repartição consular;

d) os brasileiros civis que trabalham para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros, ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliados e contratados, salvo se segurados obrigatórios na forma da legislação vigente do País do domicílio;

.....

§ 1.º — São equiparados aos trabalhadores autônomos:

a) os ministros de confissão religiosa e os membros dos institutos de vida consagrada e de congregação ou de ordem religiosa, estes quando por ela mantidos, salvo se filiados obrigatoriamente à previdência social em razão de outra atividade, ou filiados obrigatoriamente a outro regime de previdência social, militar ou civil, ainda que na condição de inativo;

b) os empregados de organismos oficiais internacionais ou estrangeiros, que funcionam no Brasil, salvo se obrigatoriamente amparados por regime próprio de previdência social;

c) os brasileiros civis que trabalhem, no exterior, para organismos oficiais internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliados e contratados, salvo se segurados obrigatórios na forma da legislação do País do domicílio."

.....

Art. 2.º — As contribuições previdenciárias devidas por missões diplomáticas estrangeiras e organismos oficiais brasileiros, em razão do que dispõem as letras **c** e **d**, do item I, do artigo 5.º, da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, na redação dada pela Lei n.º 6.887, de 10 de dezembro de 1980 e não recolhidas na época própria, poderão ser recolhidas com dispensa de juros de mora e multa automática, sempre que houver reciprocidade de parte do Governo estrangeiro e desde que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da vigência deste Decreto-Lei, requeiram o parcelamento, cujo valor originário, acrescido da correção monetária, poderá ser amortizado em até 60 (sessenta) meses, mediante parcelas iguais e sucessivas.

Art. 3.º — Os empregados de repartições consulares estrangeiras e dos membros dessas repartições que, em boa fé, tenham sido classificados como segurados-empregados e, nessa condição regularmente descontados das contribuições, com o respectivo recolhimento destas e das correspondentes à empresa à Previdência Social, têm sua situação convalidada para todos os efeitos, independente do disposto no art. 4.º.

Art. 4.º — O disposto na letra **c**, do item I, do artigo 5.º da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, na redação dada pelo artigo 1.º deste Decreto-Lei, em relação à classificação, como segurados-empregados, dos empregados de repartições consulares estrangeiras e de membros dessas repartições, vigorará a partir do primeiro dia do 6.º (sexto) mês seguinte ao da publicação deste Decreto-Lei.

Art. 5.º — Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 04 de março de 1985; 164.º da Independência e 97.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Jarbas Passarinho

LEIS ESTADUAIS

LEI COMPLEMENTAR N.º 44, de 30 de maio de 1985

Substitui expressão no parágrafo único do artigo 105, da Lei Complementar n.º 1, de 1975 — Lei Orgânica dos Municípios.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — No parágrafo único do artigo 105, da Lei Complementar n.º 1, de 1975, fica substituída a expressão "funcionário público estadual ou municipal" por "servidor público estadual ou municipal".

Art. 2.º — Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 1985.

LEONEL BRIZOLA

LEI N.º 829, de 3 de janeiro de 1985

Altera dispositivos do Código de Organização e Divisão Judiciárias e dá outras providências.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, em exercício,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Os epígrafes, artigos, itens, alíneas e parágrafos modificados dos Títulos II e III, do Livro I, III e IV do Livro II e IV do Livro III, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 30 — .....

V — Designar juízes para substituição, ou auxílio na primeira instância, defeso a designação dos juízes a que se refere o art. 75, para função cumulativa quando estiverem no exercício da função nas varas privativas do Júri, Família, Execuções Criminais, de Menores e no Serviço de Distribuição da Corregedoria-Geral da Justiça (art. 79, **caput**), salvo quanto ao registro civil das pessoas naturais.

VI — Para as funções de auxílio e de Juiz Distribuidor do Serviço de Distribuição da Corregedoria-Geral da Justiça, serão designados, preferencialmente, os juízes de direito segundo as respectivas classificações decrescentes na ordem da antigüidade na entrância.

VII — Designar, até o número de sete, por indicação do Corregedor-Geral da Justiça, juízes de direito que deverão ficar à disposição da Corregedoria-Geral da Justiça (artigo 42).

VIII — Designar juiz de direito para a função de diretor do foro.

XXXIV — Designar, por escala mensal, juízes de direito para conhecerem, nos dias em que não houver expediente no foro, dos pedidos de medidas de caráter urgente.

XXXV — Fazer publicar no órgão oficial, para conhecimento dos magistrados e servidores do Poder Judiciário, providências de caráter geral, bem como os nomes dos advogados eliminados ou suspensos pela Ordem dos Advogados do Brasil.

XXXVIII — Fazer publicar, mensalmente, no órgão oficial, os dados estatísticos e a relação dos feitos conclusos aos desembargadores e juízes de 1.º grau, com as datas das respectivas conclusões, uma vez ultrapassados os prazos legais.

.....

Art. 42 — À disposição do Corregedor-Geral da Justiça poderão permanecer até sete juízes de direito, para desempenho de funções de presidir inquéritos administrativos, sindicâncias e correições extraordinárias, bem como exercer, por delegação, outras atividades administrativas, inclusive as relacionadas com a disciplina e a regularidade dos serviços dos cartórios do foro judicial e extrajudicial.

.....

Art. 72 — .....

VII — Informar, mensalmente, à Presidência do Tribunal e à Corregedoria-Geral da Justiça, até o 5.º dia útil do mês subseqüente, em boletim próprio, o movimento estatístico do juízo, indicando a produção individual de cada magistrado, com os respectivos períodos de exercício, bem como a relação dos autos conclusos a cada um, com as respectivas datas.

Art. 73 — .....

§ 1.º — Nas comarcas de mais de uma vara, a função de diretor do foro será exercida por juiz de comarca designado, juntamente com um substituto, para o encargo, pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2.º — Nas sedes das Varas Centrais e nas Regionais também funcionarão juízes, juntamente com seus substitutos, para o encargo, com as funções de diretor do foro com as atribuições dos incisos I, II e VIII, mediante idêntica designação.

.....

Art. 75 — Na Região Judiciária Especial, correspondente à Comarca da Capital, terão exercício oitenta (80) juízes de direito, numerados ordinalmente, cabendo-lhes substituir juiz de direito e o juiz auditor da Justiça Militar, bem assim a função de auxílio e, ainda, exercer as funções de juiz distribuidor do Serviço de Distribuição da Corregedoria e do registro civil, conforme o disposto nos incisos V e VI, do art. 30.

.....

Art. 78 — Ao juiz do Serviço de Distribuição da Corregedoria-Geral da Justiça, compete, precipuamente, presidir audiência de distribuição dos feitos, observadas as determinações do Corregedor-Geral da Justiça e a legislação vigente, podendo, ainda, para a distribuição, adotar meios mecânicos ou não, desde que, no último dia do mês, resulte a igualdade de feitos a cada Juízo, no âmbito da respectiva competência.

§ 1.º — .....

§ 2.º — .....

§ 3.º — .....

§ 4.º — Sem prejuízo das atribuições do Corregedor-Geral da Justiça, as audiências de distribuição nas Comarcas do interior e nos núcleos das varas regionais da Comarca da Capital serão presididas por juiz de direito, observadas as normas específicas estabelecidas por aquela autoridade e neste artigo.

§ 5.º — Para a distribuição dos feitos a que se refere a Lei n.º 5.478, de 25 de julho de 1968, serão observadas, obrigatoriamente, as normas do art. 251, do Código de Processo Civil, salvo nos casos de continência ou conexão, assim declarados pelo juiz de direito da ação precedente.

Art. 79 — Poderá o Presidente do Tribunal de Justiça designar os juízes de direito a que se refere esta Seção para o exercício cumulativo, observado o disposto nos incisos V e VI, do art. 30, salvo em caso de força maior.

Parágrafo único — Enquanto não instaladas as varas de família da Comarca da Capital criadas por esta lei, servirão, obrigatoriamente, nas 1.ª à 6.ª Varas de Família, juízes de direito com função de auxílio.

Art. 80 — Nas regiões judiciárias, a que se refere o parágrafo único do artigo 14, terão exercício 71 juízes de direito, distribuídos conforme quadro em anexo.

.....

Art. 84 — Os juízes de direito das Varas Cíveis têm competência genérica e plena na matéria de sua denominação, ressalvada a privativa de outros juízes, competindo-lhes, ainda, cumprir precatórias pertinentes à jurisdição cível.

.....

Art. 86 — Compete aos juízes de direito, especialmente em matéria de interesse da Fazenda Pública:

I — processar e julgar:

a) .....
b) .....
c) .....
d) .....
e) .....
f) as medidas cautelares nos feitos de sua competência.

II — dar cumprimento às precatórias em que haja interesse de qualquer Estado ou Município, respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou fundações por eles criadas;

III — zelar pela pronta execução das causas fiscais, das diligências ordenadas pelo Juízo, notadamente dos mandados e recolhimento de valores recebidos pelos escrivães e oficiais de justiça, determinando, incontinenti, a baixa na distribuição, quando for o caso.

Art. 87 — .....

VI — processar e cumprir as precatórias pertinentes à matéria de sua competência.

.....

Art. 89 — Compete aos juízes de direito, especialmente em matéria de registro público, salvo o civil das pessoas naturais:

I — processar e julgar:

a) as causas que diretamente se refiram a registros públicos;

b) as causas de loteamento e venda à prestação, bem como de família, divisão e demarcação de terras, Registro Torrens, hipoteca legal, exceto de natureza judicial e a que interessar a incapaz ou à Fazenda Pública;

II — medidas cautelares em causas de sua competência;

III — decidir, salvo o caso de execução de sentença proferida por outro juiz, quaisquer dúvidas levantadas e as consultas feitas por tabelião e oficiais do registro público;

IV — ordenar registro de periódicos, oficina impressora, empresa de radiodifusão e de agenciamento de notícias e aplicar multa por falta desse registro ou averbação de suas alterações, na forma da lei;

V — dirimir as dúvidas a que se refere o parágrafo único do art. 103 da Lei n.º 5.404, de 15-12-76;

VI — .....

VII — determinar averbações, cancelamentos, retificações, anotações e demais atos de jurisdição voluntária, relativas a registros públicos;

VIII — cumprir precatórias pertinentes à matéria de sua competência.

Art. 90 — .....

VI — Processar e cumprir as precatórias pertinentes à matéria de sua competência.

Art. 91 — Compete aos juízes de direito, especialmente em matéria de falências e concordatas:

I — processar e julgar:

a) .....

b) .....

c) .....

II — cumprir as precatórias pertinentes à matéria de sua competência.

Art. 92 — Compete aos juízes de direito, especialmente em matéria de menores;

I — processar, julgar e praticar todos os atos concernentes aos menores em situação irregular definida na respectiva legislação, determinando as medidas relativas à sua guarda, tratamento, vigilância, assistência e educação;

II — conceder suprimento de idade para o casamento de menor de dezesseis anos, ou do menor de dezoito anos subordinados à sua jurisdição, nos termos do Código Civil;

III — designar, mediante autorização do Corregedor-Geral da Justiça, comissários de menores, voluntários, até o número pelo mesmo fixado, escolhidos entre os candidatos que preencham os seguintes requisitos:

a) a idade máxima de sessenta anos;
b) ... VETADO ...
c) profissão compatível com o exercício do cargo;
d) situação familiar definida;
e) bons antecedentes.

IV — determinar, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou de qualquer interessado, a apreensão e distribuição de impressos que ofendam a moral e aos bons costumes e, no caso de reincidência, determinar a suspensão de impressão, circulação ou distribuição do jornal ou periódico, pelo prazo que assinar;

V — determinar, em portaria, a forma de distribuição do serviço entre os juízes auxiliares e sua substituição recíproca, em virtude de faltas eventuais, impedimentos, férias ou licença, enquanto não substituídos pelo Presidente do Tribunal de Justiça;

VI — avocar, quando julgar necessário, processos distribuídos a juiz auxiliar de menores;

VII — exercer a censura de exibições ou transmissões no cinema, teatro, rádio, televisão ou de outro meio de exibição pública, determinando, em provimento, os critérios gerais a serem adotados (Decreto n.º 20.493, de 24 de janeiro de 1946, art. 273);

VIII — fiscalizar estabelecimentos públicos e particulares de internação de menores, a fim de assegurar o bem-estar dos mesmos e coibir eventuais irregularidades, apresentando relatório trimestral à Corregedoria-Geral da Justiça.

§ 1º — Os comissários de menores, voluntários, a que se refere o inciso III, desse artigo, serão designados sem ônus para os cofres públicos, podendo ser dispensados, **ad nutum**, pelo juiz.

§ 2.º — Terão preferência para a designação os candidatos que, além de preencherem os requisitos enumerados no inciso III, forem bacharéis em assistência social ou em psicologia, bem como os que possuam prática, de, no mínimo, dois anos, decorrentes de trabalho, de qualquer natureza, junto a menores de 18 anos, em instituição dedicada a infante.

§ 3.º — Para o efeito de aferição de idoneidade dos candidatos, poderá o Juiz de Menores instituir comissão de seleção, integrada por três membros e por ele presidida, ou por quaisquer juízes de direito, seus auxiliares.

§ 4.º — É incompatível com o exercício da função de comissário de menores, voluntário ou não, o trabalho ou interesse econômico seu, do cônjuge, do descendente ou ascendente e, ainda, de parentes afins até o terceiro grau, em estabelecimento, empresa ou qualquer atividade sujeita à fiscalização de Juizado de Menores.

Art. 93 — .....

I — .....

a) as ações penais, inclusive as de natureza falimentar e contravencional;

b) .....

c) as medidas cautelares, inclusive justificações.

II — fazer lavrar portarias, auto de prisão em flagrante, proceder a corpo de delito, conceder mandado de busca e apreensão e deferir, ou adotar, as medidas assecuratórias previstas em lei.

III — .....

IV — .....

V — .....

VI — .....

VII — .....

VIII — comunicar, de ofício, ao Instituto Félix Pacheco, no prazo de cinco dias, o resultado da sentença proferida em ação penal de qualquer natureza e, no mesmo prazo, após a devolução dos autos pelo Tribunal, o resultado do julgamento do recurso àquela interposto, comunicando, ainda, no prazo assinalado, o arquivamento de inquérito policial, certificada nos autos a expedição do ofício respectivo;

IX — remeter à Corregedoria-Geral da Justiça, no prazo de cinco dias, os processos ou inquéritos policiais findos em que tenha sido declarada a prescrição da pretensão punitiva ou da pretensão executória, para apuração de eventual responsabilidade;

X — homologar as multas impostas pela autoridade policial nos casos previstos no art. 36, § 2.º, da Lei número 5.700, de 01-09-71.

Art. 94 — Haverá na Capital do Estado:

I — .....

II — dezoito juízos de direito de varas de família: 1.ª à 18.ª;

III — .....

IV — .....

V — .....

VI — .....

VII — dez (10) juízos de direito de varas de falências e concordatas: 1.ª à 10.ª;

VIII — .....

IX — quarenta juízos de direito de varas criminais: 1.ª à 4.ª — exclusive do júri; 5.ª à 39.ª de competência genérica e uma de execuções criminais;

X — trinta juízos de direito de varas regionais, sendo dezessete cíveis e treze criminais.

§ 1.º — Nas varas de Menores, Execuções Criminais e as exclusivas do Júri, servirão, também, juízes auxiliares em número de dois na primeira, e um em cada uma das demais.

§ 2.º — .....

§ 3.º — As varas regionais cíveis e criminais terão competência territorial sobre as atuais áreas das seguintes Regiões Administrativas, respectivamente:

I — XV (Madureira)
II — XVI (Jacarepaguá)
III — XVII (Bangu)
IV — XVIII (Campo Grande)
V — XIX (Santa Cruz)
VI — XX (Ilha do Governador)

§ 4.º — As varas regionais terão a seguinte denominação:

I — 1.ª, 2.ª e 3.ª Cíveis e 1.ª, 2.ª e 3.ª Criminais de Madureira;
II — 1.ª, 2.ª e 3.ª Cíveis e 1.ª e 2.ª Criminais de Jacarepaguá;
III — 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª Cíveis e 1.ª e 2.ª Criminais de Bangu;
IV — 1.ª, 2.ª e 3.ª Cíveis e 1.ª e 2.ª Criminais de Campo Grande;
V — 1.ª e 2.ª Cíveis e 1.ª e 2.ª Criminais de Santa Cruz; e
VI — 1.ª e 2.ª Cíveis e 1.ª e 2.ª Criminais da Ilha do Governador

§ 5.º — As atuais 7.ª à 12.ª Varas de Família, independentemente da instalação das varas de família criadas por esta lei, passam a ter a designação de 13.ª à 18.ª Varas de Família, respectivamente, resolvendo-se a substituição tabelar entre os seus juízos.

§ 6.º — As varas de família criadas por esta lei serão designadas por 7.ª à 12.ª Varas de Família, respectivamente, resolvendo-se a substituição tabelar entre os Juízos da 1.ª à 12.ª Varas de Família.

Art. 95 — Aos juízes de direito das varas cíveis compete, por distribuição, exercer as atribuições definidas no art. 84.

Parágrafo único — Compete privativamente, ao juízo da 1.ª Vara, cumprir as precatórias transmitidas por via telefônica.

Art. 96 — .....

§ 1.º — Compete, privativamente, às 13.ª à 18.ª Varas de Família, o processo e julgamento dos feitos em que o autor tenha direito à gratuidade judiciária.

§ 2.º — Não modifica a competência fixada no parágrafo anterior, a revogação ou a concessão de benefício no curso da causa, ou em processos conexos ou continentes.

.....

Art. 100 — Ao Juiz de Direito da Vara de Registros Públicos compete exercer as atribuições definidas no art. 89.

.....

Art. 102 — Ao Juiz de Direito da Vara de Menores compete exercer as atribuições definidas no art. 92.

Art. 103 — Aos juízes de direito das Varas Criminais compete, por distribuição, exercer as atribuições definidas no art. 93.

.....

Art. 105 — Aos Juízes de Direito das 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª Varas Criminais, correspondentes, respectivamente, aos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º Tribunais do Júri, compete processar e julgar as ações penais relativas aos crimes de competência do Júri e seus incidentes.

Art. 106 — Compete, ainda, aos juízes de direito de que trata o artigo anterior praticar, em geral, os atos de jurisdição criminal regulados no Código de Processo Penal, não atribuídos, expressamente, à jurisdição diversa, inclusive os previstos no art. 93, inciso I, letra "c" e incisos II, III, IV, VII VIII e IX.

Art. 107 — Ao Juiz de Direito da Vara de Execuções Criminais competem as atribuições definidas na Lei de Execução Penal, além da correição permanente nos estabelecimentos penais e presídios de qualquer natureza, em relação aos presos sob sua jurisdição, apresentando relatórios trimestrais à Corregedoria-Geral da Justiça.

§ 1.º — .....

§ 2.º — .....

§ 3.º — O Juiz da Vara de Execuções Criminais comunicará ao Instituto Félix Pacheco, de ofício e no prazo de cinco dias do recebimento dos autos, o resultado da sentença exeqüenda, se a providência não foi efetivada por outro órgão judiciário.

Art. 108 — Aos juízes de direito das varas cíveis regionais compete exercer as atribuições definidas nos arts. 84, 85, 87, 88 e 91.

Art. 109 — Aos juízes de direito das varas criminais regionais compete exercer as atribuições definidas no art. 93, quanto aos crimes e contravenções praticados ou ocorridos na região.

Parágrafo único — Aos Juízes de Direito das 1.ªs Varas Criminais Regionais compete, privativamente, processar e julgar ações penais de competência do Júri.

. . . . .

Art. 111 — Haverá na Comarca de Niterói:

I — nove juízos de direito de varas cíveis: 1.ª à 9.ª;

II — três juízos de direito de varas de família: 1.ª à 3.ª;

III — .....

IV — .....

Art. 112 — Aos Juízes de Direito das 1.ª à 4.ª e 7.ª à 9.ª Varas Cíveis compete, por distribuição, exercer as atribuições definidas nos arts. 84 e 97.

. . . . .

Art. 113 — Ao Juiz de Direito da 5.ª Vara Cível compete exercer as atribuições definidas nos arts. 88 e 91; ao Juiz da 6.ª Vara Cível, as definidas no art. 86 e processar e julgar as causas em que forem autores a União, o Estado, respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações por eles criadas; e ao da 9.ª Vara Cível as definidas no art. 89.

. . . . .

Art. 116 — Aos Juízes de Direito das 1.ª, 2.ª, 4.ª e 5.ª Varas Criminais compete, por distribuição, exercer as atribuições definidas no art. 93, ressalvada a competência do Júri.

Art. 117 — Compete, privativamente, ao Juiz de Direito da 3.ª Vara Criminal:

I — processar crime da competência do Júri;

II — organizar e presidir o Júri, exercendo as atribuições conferidas ao seu presidente;

III — exercer as demais atribuições definidas no art. 93, relativamente aos processos de sua competência.

Art. 118 — Haverá na Comarca de Nova Iguaçu:

I — .....

II — quatro juízos de direito de vara de família: 1.ª à 4.ª;

III — .....

IV — oito juízes de direito de varas criminais: 1.ª à 8.ª.

Art. 119 — Aos Juízes de Direito das 1.ª à 4.ª Varas Cíveis compete, por distribuição, exercer as atribuições definidas nos arts. 84 e 87.

Art. 120 — Aos Juízes de Direito das 5.ª e 7.ª Varas Cíveis compete exercer as atribuições definidas nos artigos 88 e 91; ao Juiz de Direito da 6.ª Vara Cível, as atribuições definidas nos arts. 86, 89 e 91, bem como processar e julgar as causas em que forem autores a União, o Estado, respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações por eles criadas.

Art. 121 — Aos Juízes de direito das varas de família compete exercer, por distribuição, as atribuições definidas no art. 85.

Parágrafo único — Competem, ainda, aos juízes das varas de família as atribuições definidas no art. 90, as quais serão exercidas relativamente ao 1.º Distrito, pela 1.ª Vara de Família; aos 2.º e 3.º Distritos, pela 2.ª Vara de Família; aos 4.º e 5.º Distritos, pela 3.ª Vara de Família e ao 6.º Distrito, pela 4.ª Vara de Família.

. . . . .

Art. 123 — Aos Juízes de Direito das 1.ª à 3.ª e 6.ª à 8.ª Varas Criminais compete, por distribuição, exercer as atribuições definidas no art. 93, ressalvadas a competência do Júri.

Parágrafo único — Aos Juízes de Direito das 4.ª e 5.ª Varas Criminais, que correspondem aos 1.º e 2.º Tribunais do Júri, compete, privativamente, por distribuição:

I — processar crimes de competência do Júri;

II — organizar e presidir o Júri, exercendo as atribuições conferidas ao seu presidente;

III — exercer as demais atribuições definidas no art. 93, relativamente aos processos de sua competência.

. . . . .

Art. 125 — Haverá na Comarca de São Gonçalo:

I — seis juízos de direito de varas cíveis: 1.ª à 6.ª;
II — três juízos de direito de varas de família: 1.ª à 3.ª;
III — um juízo de direito de vara de menores;
IV — cinco juízes de direito de varas criminais: 1.ª à 5.ª.

Art. 126 — Haverá na Comarca de Duque de Caxias:

I — seis juízos de direito de varas cíveis: 1.ª à 6.ª;
II — quatro juízos de direito de varas de famílias: 1.ª à 4.ª;
III — um juízo de direito de vara de menores;
IV — cinco juízos de direito de varas criminais: 1.ª à 5.ª.

Art. 127 — Aos juízes de direito das varas cíveis da Comarca de São Gonçalo e Duque de Caxias compete exercer:

I — das 1.ª à 3.ª e 6.ª, por distribuição, as atribuições definidas nos arts. 84 e 87;
II — das 5.ªs, as atribuições definidas nos arts. 86 e 91;
III — das 4.ªs as atribuições definidas no art. 86, bem como processar e julgar as causas em que forem autores a União, o Estado, respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações por eles criadas e as definidas no art. 89.

Art. 128 — Aos juízes de direito das varas de família compete, por distribuição, exercer as atribuições definidas no art. 85.

§ 1.º — Compete, ainda, aos juízes de direito das varas de família da Comarca de São Gonçalo exercer as atribuições definidas no art. 90, relativamente:

I — aos 1.º e 3.º Distritos, o da 1.ª;
II — aos 2.º e 4.º Distritos, o da 2.ª e
III — ao 5.º Distrito, o da 3.ª.

§ 2.º — Compete, ainda, aos juízes de direito das varas de família da Comarca de Duque de Caxias exercer as atribuições definidas no art. 90, relativamente:

I — ao 1.º Distrito, o da 1.ª;
II — ao 2.º Distrito, o da 2.ª;
III — ao 3.º Distrito, o da 3.ª e
IV — ao 4.º Distrito, o da 4.ª.

.....

Art. 132 — Haverá em cada uma das seguintes comarcas:

a) Campos, abrangendo o Município de Italva:

I — quatro juízos de direito de varas cíveis: 1.ª à 4.ª;
II — dois juízos de direito de varas de família: 1.ª e 2.ª;
III — dois juízos de direito de varas criminais: 1.ª e 2.ª.

b) Volta Redonda:

I — quatro juízos de direito de varas cíveis: 1.ª à 4.ª;
II — dois juízos de direito de varas de famílias: 1ª e 2.ª;
III — dois juízos de direito de varas criminais: 1.ª e 2.ª.

c) Petrópolis:

I — quatro juízos de direito de varas cíveis: 1.ª à 4.ª;
II — dois juízos de direito de varas de família: 1.ª e 2.ª;
III — dois juízos de direito de varas criminais: 1.ª e 2.ª.

Art. 133 — Aos Juízes de Direito das 1.ª à 3.ª Varas Cíveis das Comarcas de Campos e Petrópolis compete, por distribuição, exercer as atribuições definidas nos arts. 84 e 87; ao Juiz de Direito da 4.ª Vara Cível das mesmas comarcas, as atribuições definidas nos arts. 86, 88, 89 e 91, bem como processar e julgar as causas em que forem autores a União, o Estado, respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações por eles criadas.

Parágrafo único — Aos juízes de Direito das 1.ª e 2.ª Varas Cíveis da Comarca de Volta Redonda compete exercer as atribuições definidas nos arts. 84 e 87; aos Juízes das 3.ª e 4.ª Varas Cíveis as definidas no art. 86, bem como processar e julgar as causas em que forem autores a União, o Estado, respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações por eles criadas e as dos arts. 88 e 91, competindo, ainda, ao da 3.ª as definidas no art. 89.

Art. 134 — Ao Juiz de Direito da 1.ª Vara de Família compete exercer as atribuições definidas nos arts. 85 e 90 e ao Juiz de Direito da 2.ª Vara de Família as definidas nos arts. 85 e 92.

Parágrafo único — As atuais varas de família passam à denominação de 1.ª Vara de Família.

Art. 140 — .....

I — .....
II — dois juízos de direito de vara de família: 1.ª e 2.ª;
III — .....
IV — .....

Art. 141 — Aos Juízes de Direito da 1.ª, 2.ª e 4.ª Varas Cíveis compete, por distribuição, exercer as atribuições definidas nos artigos 84 e 87, e ao Juiz de Direito da 3.ª Vara Cível, as atribuições definidas nos arts. 86, 89 e 91, bem como processar e julgar as causas em que forem autores a União, o Estado, respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações por eles criadas, e cumprir as precatórias não privativas de vara especializada.

Art. 142 — Ao Juiz de Direito da 1.ª Vara de Família compete exercer as atribuições definidas nos arts. 85 e 90.

Art. 143 — Ao Juiz de Direito da 2.ª Vara de Família compete exercer as atribuições definidas nos arts. 85 e 92.

. . . . . .

CAPÍTULO XIII

Dos juízes de direito das Comarcas de Barra Mansa, Magé e Três Rios.

Art. 145 — Haverá em cada uma das seguintes comarcas:

a) Barra Mansa e Três Rios:

I — dois juízos de direito de varas cíveis: 1.ª e 2.ª;
II — um juízo de direito de vara criminal.

b) Magé:

I — três juízos de direito de varas cíveis: 1.ª à 3.ª;
II — um juízo de direito de vara criminal.

Art. 146 — Aos juízes de direito das varas cíveis compete, por distribuição, exercer as atribuições definidas nos arts. 84, 85, 86, 87, 88, 90 e 91; bem como processar e julgar as causas em que forem autores a União, o Estado, respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações por eles criadas.

Parágrafo único — Ao Juiz de Direito da 2.ª Vara Cível competem privativamente, além das atribuições definidas neste artigo, as constantes dos arts. 89 e 92.

.....

CAPÍTULO XIV

Dos juízes de direito das Comarcas de Barra do Piraí, Cabo Frio, Itaboraí, Itaguaí, Itaperuna, Macaé, Resende e Valença.

Art. 148 — Haverá, em cada uma das seguintes comarcas:

a) Barra do Piraí, Itaboraí, Itaperuna, Resende e Valença, dois juízos de direito: 1.ª e 2.ª Varas;
b) Cabo Frio e Magé:

I — dois juízos de direito de varas cíveis: 1.ª e 2.ª.
II — um juízo de direito de vara criminal;

c) Itaguaí:

I — dois juízos de direito de varas cíveis: 1.ª e 2.ª;
II — um juízo de direito de vara criminal.

Art. 149 — Compete aos juízes de direito:

I — das 1ªs. Varas das Comarcas de Barra do Piraí, Itaboraí, Itaperuna, Resende e Valença exercer as atribuições definidas nos arts. 84, 85, 87, 89, 90, 91 e 92;
II — das 2.ªs Varas das Comarcas referidas no inciso I, exercer as atribuições definidas nos arts. 86, 88 e 93;
III — das Varas das Comarcas de Cabo Frio e Macaé exercer as atribuições definidas nos arts.:

a) 84, 86, 87, 88 e 91, o da 1.ª Vara Cível;
b) 85, 86, 89, 90 e 92, o da 2.ª Vara Cível;
c) 93, o da Vara Criminal.

IV — da Comarca de Itaguaí exercer as atribuições definidas nos artigos:

a) 84, 87, 88 e 91, os da 1.ª e 2.ª Varas Cíveis;
b) 85, 86, 89, 90 e 92, o da 3.ª Vara Cível;
c) 93, o da Vara Criminal.

Art. 150 — Compete, ainda, aos juízos de direito das varas cíveis, que exercerem atribuições definidas no art. 86, processar e julgar as causas em que forem autores a União, o Estado, respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações por eles criadas.

CAPÍTULO XV

Dos juízes de direito das demais Comarcas.

Art. 151 — .....

Parágrafo único — Os novos municípios integrarão as comarcas dos que foram desmembrados.

.....

Art. 156 — O Juiz-Auditor fica sujeito à autoridade administrativa do Presidente do Tribunal de Justiça e disciplinar dos órgãos competentes do mesmo Tribunal. O Juiz-Auditor exercerá idênticas atribuições sobre o pessoal do cartório da auditoria, sem prejuízo das privativas da Corregedoria.

Parágrafo único — A substituição do Juiz Auditor será feita na forma dos artigos 74 e 75 deste Código.

Art. 157 — .....

Parágrafo único — Verificada a respectiva vacância, o cargo de Juiz-Auditor será provido por remoção ou promoção do juiz de direito indicado pelo Tribunal.

Art. 165 — .....

I — .....
II — .....
III — .....
IV — .....

V — a prova de haver completado 30 (trinta) anos de idade e de não haver atingido 50 (cinqüenta) anos de idade, até o último dia do prazo para a inscrição no concurso.

§ 1.º — .....

§ 2.º — o limite de idade a que se refere o inciso V, não se aplica ao candidato funcionário público deste Estado.

.....

Art. 185 — .....

§ 3.º — A aposentadoria do magistrado não interromperá o processo, ou inquérito contra ele instaurado, para apurar infração administrativa, ou penal.

Art. 230 — ... VETADO ...

Art. 2.º — Ficam criados os seguintes juízos de direito na Comarca da Capital:

a) seis varas de família, correspondentes às 7.ª à 12.ª Varas de Família;

b) seis varas regionais, correspondentes às 3.ªs Varas Cíveis de Jacarepaguá, Campo Grande e Madureira, 3.ª e 4.ª Varas Cíveis de Bangu e 3.ª Vara Criminal de Madureira.

Art. 3.º — Ficam transformados os juízos de direito das 1.ª à 4.ª Varas Auxiliares do Júri da Comarca da Capital em 36.ª à 39.ª Varas Criminais, respectivamente.

Parágrafo único — Os flagrantes, inquéritos policiais e processos distribuídos àquelas Varas passam à competência das varas criminais exclusivas do Júri de idêntica numeração.

Art. 4.º — Ficam transformados os juízos de direito das seguintes comarcas de 2.ª Entrância:

I — Niterói — O Juízo de Direito da Vara de Registros e Direção do Foro, em Juízo de Direito da 9.ª Vara Cível.

II — Nova Iguaçu — O Juízo de Direito da Vara de Registros e Direção do Foro, em Juízo de Direito da 8.ª Vara Criminal.

III — São Gonçalo — O Juízo de Direito da Vara de Registro e Direção do Foro, em Juízo de Direito da 3.ª Vara de Família.

IV — Duque de Caxias — O Juízo de Direito da 7.ª Vara Cível e o Juízo de Vara de Registro e Direção do Foro, em dois Juízos de Direito de Varas de Família: 3.ª e 4.ª.

V — Volta Redonda — O Juízo de Direito da Vara de Menores, em Juízo de Direito da 2.ª Vara de Família.

VI — Petrópolis — O Juízo de Direito da Vara de Menores em Juízo de Direito da 2.ª Vara de Família.

VII — São João de Meriti — O Juízo de Direito da Vara de Menores, em Juízo de Direito da 2.ª Vara de Família.

VIII — Cabo Frio — Dois Juízos de Direito das 1.ª e 2.ª Varas, em dois Juízo de Direito de Varas Cíveis: 1.ª e 2.ª.

IX — Macaé — Dois Juízos de Direito das 1.ª e 2.ª Varas, em dois Juízos de Direito de Varas Cíveis: 1.ª e 2.ª.

X — Itaguaí — Dois Juízos de Direito das 1.ª e 2.ª Varas, em dois Juízos de Direito de Varas Cíveis: 1.ª e 2.ª.

XI — Três Rios — Dois Juízos de Direito das 1.ª e 2.ª Varas, em Juízo de Direito da 1.ª Vara Cível e um Juízo da Vara Criminal.

XII — Campos — O Juízo de Direito da Vara de Menores, em Juízo de Direito da 2.ª Vara de Família.

Art. 5.º — Ficam criados, nas Comarcas de 2.ª Entrância, os seguintes juízos:

I — um Juízo de Direito da 3.ª Vara de Família da Comarca de Niterói;

II — um Juízo de Direito da 4.ª Vara de Família da Comarca de Nova Iguaçu;

III — um Juízo de Direito da 3.ª Vara Cível da Comarca de Magé;

IV — um Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Cabo Frio;

V — um Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Macaé;

VI — um Juízo de Direito da 3.ª Vara Cível e um Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Itaguaí;

VII — um Juízo de Direito da 2.ª Vara Cível da Comarca de Três Rios.

Art. 6.º — Enquanto não forem criados os cargos correspondentes às serventias próprias das demais varas criadas na Comarca da Capital, os respectivos juízos serão atendidos por serventias já existentes, a saber:

I — as 8.ª à 12.ª Varas de Família pelas serventias das 2.ª à 6.ª Varas de Família, respectivamente;

II — as 36.ª à 39.ª Varas Criminais, pelas serventias das 13.ª à 16.ª Varas Criminais, respectivamente;

III — as 3.ª e 4.ª Varas Regionais, pelas serventias das 1.ªs e 2.ªs Varas Regionais, respectivamente.

§ 1.º — No caso apontado neste artigo, a instalação da serventia correspondente à 7.ª Vara de Família poderá ocorrer, provisoriamente, com a remoção de serventuários.

§ 2.º — Os feitos, de números par, distribuídos às 1.ª à 6.ª Varas de Família, passarão à competência da nova vara que for atendida pela escrivania comum, bem como daquela a que se refere o parágrafo anterior, considerando-se, em casos de continência ou conexão, aquele distribuído precedentemente.

Art. 7.º — Caberá ao juiz de direito da Vara já existente, substituído pelo juiz de direito em exercício na Vara criada por esta lei, a administração do cartório comum, salvo se do contrário resultar de acordo entre eles.

Art. 8.º — As varas regionais e criminais passam a ter a seguinte denominação, respectivamente:

I — as 4.ª e 10.ª: 1.ª e 2.ª Varas Cíveis de Santa Cruz;
II — as 5.ª e 11.ª: 1.ª e 2.ª Varas Cíveis de Madureira;
III — as 6.ª e 12.ª: 1.ª e 2.ª Varas Cíveis da Ilha do Governador;
IV — a 7.ª: 2.ª Vara Cível de Jacarepaguá;
V — as 5.ª e 11.ª: 1.ª e 2.ª Varas Criminais de Madureira;
IX — as 6.ª e 12.ª: 1.ª e 2.ª Varas Criminais da Ilha do Governador;
X — a 7.ª: 2.ª Vara Criminal de Jacarepaguá;
XI — a 8.ª: 2.ª Vara Criminal de Bangu e
XII — a 9.ª: 2.ª Vara Criminal de Campo Grande.

Art. 9.º — Nas comarcas de segunda entrância, a cada nova vara criada em decorrência desta lei, corresponderá uma escrivania, cujas atribuições serão exercidas, enquanto não criados e providos os cargos necessários à sua instalação, pelas serventias de iguais atribuições, inclusive ofícios de justiça, da mesma Comarca, que o Corregedor-Geral da Justiça designar, observadas as respectivas especializações ou privatividade.

Art. 10 — Sem prejuízo da especialização estabelecida nesta lei a ser observada na distribuição de petições, precatórias, rogatórias, autos de prisão em flagrante, inquéritos policiais, processos ou outras medidas judiciais, continuam os juízos competentes para os já aforados.

Parágrafo único — Enquanto não forem criados os cargos de juízes para as novas Varas previstas nesta lei, os juízos existentes conservarão a competência anterior.

Art. 11 — São criados os 3.º e 4.º ofícios de Justiça da Comarca de Volta Redonda que, com os 1.º e 2.º Ofícios, terão as seguintes atribuições:

63 — VOLTA REDONDA:

1.º Ofício — Tabelião de notas, oficial de registro de títulos e documentos, de protesto de títulos e de imóveis da 1.ª Circunscrição, que compreende a parte da margem direita do Rio Paraíba do Sul, da divisa com o Município de Barra Mansa, até as margens do Córrego Brandão.

2.º Ofício — Tabelião de notas, oficial de registro de títulos e documentos, de protesto de títulos e de registro de imóveis da 2.ª Circunscrição, que compreende a parte da margem esquerda do Rio Paraíba do Sul da divisa com o Município de Barra Mansa, até o Córrego Coqueiros.

3.º Ofício — Tabelião de notas, oficial do registro de títulos e documentos, de protesto de títulos e de imóveis da 3.ª Circunscrição, que compreende a parte que vai do Córrego Brandão até a divisa com os Municípios de Barra do Piraí e Piraí, pela margem direita do Rio Paraíba do Sul.

4.º Ofício — Tabelião de Notas, oficial do registro de títulos e documentos, de protesto de títulos e de imóveis da 4.ª Circunscrição, que compreende a parte que vai do Córrego Coqueiros até a divisa com o Município de Barra do Piraí, pela margem esquerda do Rio Paraíba do Sul.

Art. 12 — Os Juízes de Direito das Varas Criminais realizarão uma inspeção mensal, sem horário predeterminado, às Delegacias de Polícia de sua jurisdição, para averiguação da situação legal e das condições de tratamento dos presos, apresentando relatórios trimestrais à Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 13 — Esta Lei entrará em vigor 10 (dez) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário e, especialmente, os seguintes dispositivos: item VIII do art. 31; item XXII do art. 44; letras **a, b, c e d** do item I, letra **a e b** do item VI, item IX e letras **a e b** do item X, letras **a, b, c, d e e** do item XI, bem como itens XII, XIII e XIV, todos do art. 92; os itens, alíneas e parágrafos do art. 95; parágrafo único do art. 96; letra **c** do item I e itens II e III do art. 97; item III do art. 98; itens I, II e III do art. 100; itens I, II, III e IV do art. 102; itens e letras do art. 103; art. 104; letras **a, b e c** do art. 106; itens, letras e parágrafo único do art. 108; itens I e II do art. 109; item V do art. III; itens I, II e III do parágrafo único do art. 116; item V do art. 118; art. 124; parágrafos únicos dos arts. 125 e 131; item III do art. 140; letras **a e b** do art. 146; § 2.º do art. 166; §§ 2.º e 4.º do art. 230.

Rio de Janeiro, 03 de janeiro de 1985.

DARCY RIBEIRO

Governador, em exercício

Vivaldo Vieira Barbosa

QUADRO ANEXO

REGIÕES JUDICIÁRIAS

	Especial (Capital)	80 juízes
1.ª	Geral (à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça)	19 juízes
2.ª	Niterói e Maricá	04 juízes
3.ª	São Gonçalo	04 juízes
4.ª	Nova Iguaçu	06 juízes
5.ª	Duque de Caxias e Magé	05 juíses
6.ª	São João de Meriti e Nilópolis	03 juíses
7.ª	Petrópolis	02 juízes
8.ª	Volta Redonda e Rio Claro	02 juízes
9.ª	Barra Mansa e Resende	01 juiz
10.ª	Barra do Piraí, Piraí e Valença	01 juiz
11.ª	Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Parati	02 juízes
12.ª	Três Rios, Paraíba do Sul, Sapucaia e Rio das Flores	01 juiz
13.ª	Teresópolis	01 juiz
14.ª	Nova Friburgo, Bom Jardim, Sumidouro, Duas Barras, Carmo, Cordeiro, Cantagalo, Trajano de Morais, Santa Maria Madalena e São Sebastião do Alto	04 juízes
15.ª	Itaboraí, Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu	01 juiz
16.ª	Macaé, Conceição de Macabu, Casimiro de Abreu e Silva Jardim	02 juízes
17.ª	Cabo Frio, Araruama, Saquarema e São Pedro da Aldeia	03 juízes
18.ª	Campos, São João da Barra e São Fidélis	04 juízes
19.ª	Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana, Natividade e Porciúncula	02 juízes
20.ª	Santo Antônio de Pádua, Itaocara, Cambuci, Miracema e Laje do Muriaé	02 juízes
21.ª	Vassouras, Mendes, Engenheiro Paulo de Frontin, Paracambi e Miguel Pereira	02 juízes

RETIFICAÇÃO

D.O. de 10.01.85

LEI N.º 829, de 03 de janeiro de 1985

Art. 107 — Ao Juiz de Direito da Vara de Execuções Criminais compete as atribuições definidas na Lei de Execução Penal, além da correição permanente nos estabelecimentos penais e presídios de qualquer natureza, em relação aos presos sob sua jurisdição, apresentando relatórios trimestrais à Corregedoria-Geral da Justiça.

.....

"Art. 112 — Aos Juízes de Direito das 1.ª à 4.ª e 7.ª à 9.ª Varas Cíveis compete, por distribuição, exercer as atribuições definidas nos arts. 84 e 87.

.....

Art. 120 — Aos Juízes de Direito das 5.ª e 7.ª Varas Cíveis compete exercer as atribuições definidas nos artigos 88 e 91; ao Juiz de Direito da 6.ª Vara Cível, as atribuições definidas nos arts. 86, 89 e 91, bem como processar e julgar as causas em que forem autores a União, o Estado, respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações por eles criadas.

"Art. 121 — .....

Parágrafo único — Compete, ainda, aos juízes das varas de família as atribuições definidas no art. 90, as quais serão exercidas relativamente ao 1.º Distrito, pela 1.ª Vara de Família; aos 2.º e 3.º Distritos, pela 2.ª Vara de Família; aos 4.º e 5.º Distritos, pela 3.ª Vara de Família e ao 6.º Distrito, pela 4.ª Vara de Família.

.....

"Art. 123 — Aos Juízes de Direito das 1.ª à 3.ª e 6.ª à 8.ª Varas Criminais compete, por distribuição, exercer as atribuições definidas no art. 93, ressalvada a competência do Júri.

.....

"Art. 126 — .....

.....

II — quatro Juízos de direito de varas de família: 1.ª à 4.ª;

.....

IV — cinco juízos de direito de varas criminais: 1.ª à 5.ª.

.....

Parágrafo único — Aos Juízes de Direito das 1.ª e 2.ª Varas Cíveis da Comarca de Volta Redonda compete exercer as atribuições definidas nos arts. 84 e 87; aos Juízes das 3.ª e 4.ª Varas Cíveis as definidas no art 86, bem como processar e julgar as causas em que forem autores a União, o Estado, respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações por eles criadas e as dos arts. 88 e 91, competindo, ainda, ao da 3.ª as definidas no artigo 89.

"Art. 145 — .....

a) .....

b) .....

I — três juízos de direito de varas cíveis: 1.ª à 3.ª;

"Art. 146 — .....

Parágrafo único — Ao Juiz de Direito da 2.ª Vara Cível compete, privativamente, além das atribuições definidas neste artigo, as constantes dos arts. 89 e 92.

.....

Art. 148 — .....

a) Barra do Piraí, Itaboraí, Itaperuna, Resende e Valença dois juízos de direito: 1.ª e 2.ª Varas;

b) Cabo Frio e Macaé.

.....

Art. 165 — .....

.....

§ 2.º — O limite de idade a que se refere o inciso V, não se aplica ao candidato funcionário público estável deste Estado".

"Art. 10 — .....

.....

Parágrafo único — Enquanto não forem criados os cargos de juízes para as novas varas previstas nesta lei, os juízos existentes conservarão a competência anterior."

Art. 11 — São criados os 3.º e 4.º Ofícios de Justiça da Comarca de Volta Redonda que, com os 1.º e 2.º Ofícios, terão as seguintes atribuições:

63 — VOLTA REDONDA:

.....

4.º Ofício — Tabelião de notas, oficial do registro de títulos e documentos, protesto de títulos e de imóveis da 4.ª Circunscrição, que compreende a parte que vai do Córrego Coqueiros até a divisa com o Município de Barra do Piraí, pela margem esquerda do Rio Paraíba do Sul.

.....

Art. 13 — Esta lei entrará em vigor 10 (dez) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário e, especialmente, os seguintes dispositivos: item VIII do art. 31, item XXII do art. 44; letras **a, b, c** e **d** do item I, letras **a** e **b** do item VI, item IX e letras **a** e **b** do item II; letras **a, b, c, d** e **e** do item XI, bem como itens XII, XIII e XIV, todos do art. 92; os itens, alíneas e parágrafos do art. 95; parágrafo único do art. 96; letra **c** do item I e itens II e III do art. 97; item III do art. 98; itens I, II e III do art. 100; itens I, II, III e IV do art. 102; itens e letras do art. 103; art. 104; letras **a, b** e **c** do art. 106; itens, letras e parágrafo único do art. 108; itens I e II do art. 109; item V do art. 111; parágrafo único do art. 116; item V do art. 118; art. 124; parágrafos únicos dos arts. 125 e 131; item III do art. 140; letras **a** e **b** do art. 146; § 2.º do art. 166, §§ 2.º e 4.º do art. 203."

QUADRO ANEXO À LEI

Onde se lê:	5.ª Duque de Caxias e Magé	05 juíses
Leia-se:	5.ª Duque de Caxias e Magé	05 juízes
Onde se lê:	6.ª São João de Meriti e Nilópolis	03 juíses
Leia-se:	6.ª São João de Meriti e Nilópolis	03 juízes

LEI N.º 832, de 7 de janeiro de 1985

Estabelece a obrigatoriedade à rede de serviços de saúde do Estado, do atendimento médico para a prática do aborto, nos casos previstos em Lei.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Caberá à rede de serviços de saúde do Estado, através do seu corpo clínico, prestar o atendimento médico para a prática do aborto, nos casos excludentes de antijuricidade, previstos no Código Penal, quais sejam:

a) Se não há outro meio de salvar a vida de gestante;

b) Se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido do consentimento da gestante, ou, quando incapaz, do seu representante legal.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1985.

LEONEL BRIZOLA
Eduardo de Azeredo Costa

LEI N.º 838, de 24 de abril de 1985

Dispõe sobre a criação e organização dos quadros de Juiz de Paz, não remunerados pelos cofres públicos, na Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Ficam criados, no Estado do Rio de Janeiro, 305 (trezentos e cinco) cargos, não remunerados pelos cofres públicos, de Juiz de Paz, sendo 14 (quatorze) na Comarca da Capital, vinculados às Circunscrições do Registro Civil das Pessoas Naturais e 291 (duzentos e noventa e um) correspondentes aos distritos das demais comarcas do Estado (Anexo II da Resolução n.º 5/77 do Tribunal de Justiça).

Parágrafo único — Haverá ainda no Estado do Rio de Janeiro 610 (seiscentos e dez) cargos de Suplentes de Juiz de Paz, primeiro e segundo, também não remunerados pelos cofres públicos, cujos ocupantes terão competência para substituir os titulares em suas faltas, impedimentos ou ausência.

Art. 2.º — Os artigos 158, 159 e 160 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro (Resolução n.º 1/75) passam a ter a seguinte redação:

Art. 158 — Em cada distrito e subdistrito das comarcas do interior e em cada circunscrição do registro civil na comarca da capital, haverá um Juiz de Paz e dois suplentes.

§ 1.º — O Juiz de Paz será competente, nos limites territoriais das respectivas jurisdições, para habilitar e celebrar casamentos (art. 144, § 1.º, letra "c" da Const. Federal).

§ 2.º — A impugnação à regularidade processual, a argüição de impedimentos, ou decisão sobre quaisquer incidentes ou controvérsias relativos à habilitação para o casamento serão decididos pelo Juiz de Direito competente para a matéria de registro civil.

§ 3.º — Nos casos de falta, ausência ou impedimento do Juiz de Paz e de seus suplentes, caberá ao Juiz de Direito com competência para o registro civil, na comarca ou na circunscrição, a nomeação de Juiz de Paz *ad hoc*.

Art. 159 — O Juiz de Paz será nomeado pelo Governador do Estado, para servir pelo prazo de quatro anos, mediante escolha em lista tríplice organizada pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 1.º — Para a organização da lista tríplice, será ouvido o respectivo Juiz de Direito ou quando existir mais de um, o Juiz competente para a matéria de registro civil na Comarca ou circunscrição.

§ 2.º — A lista será composta por eleitores maiores de 25 anos, residentes no distrito ou na circunscrição, dotados de representação e conceito na comunidade, gozando de idoneidade notória, conduta ilibada, não pertencentes a órgãos de direção ou de ação de partido político.

§ 3.º — Escolhido o Juiz de Paz, os demais componentes da lista tríplice serão nomeados primeiro e segundo suplentes, em ordem de preferência do Governador do Estado.

§ 4.º — O exercício do cargo de Juiz de Paz constitui serviço público relevante, assegurará o direito à prisão especial em caso de crime comum, até definitivo julgamento e não causa impedimento para o exercício simultâneo de cargo público, não sendo, no entanto, computado para qualquer efeito, o tempo de serviço prestado nessa função.

Art. 160 — O Juiz de Paz está subordinado ao Conselho da Magistratura que poderá baixar regulamentação sobre o funcionamento da Justiça de Paz no Estado, decidindo sobre os casos omissos.

§ 1.º — Os direitos, deveres e penalidades do Juiz de Paz, serão regulamentados pelo Conselho da Magistratura.

§ 2.º — A critério do Conselho da Magistratura, o Juiz de Paz poderá ser afastado de suas funções temporariamente, encaminhando-se ao Governador, quando for o caso, expediente para exoneração ou demissão.

Art. 3.º — A posse e o exercício nos cargos referidos no art 1º se processará:

a) na comarca da capital, perante o Presidente do Tribunal de Justiça;
b) nas comarcas do interior, perante o Juiz de Direito com funções de diretor do foro.

Art. 4.º — Fica acrescentada à Tabela IV do Decreto-Lei n.º 23, de 15-03-75, alterado pela Lei n.º 274, de 22-07-75, a observação 7.ª com a seguinte redação:

1.ª — .....
.....
.....

7.ª — Quando realizado por Juiz de Paz, a este serão devidas, respectivamente, custas equivalentes às previstas no n.º 3, letras a, I, e b, I, pelo exame da habilitação do casamento no Cartório e pela diligência fora do recinto da Serventia.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, mantidos, no entanto, os ocupantes dos atuais cargos, providos por força de legislação revogada do antigo Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1985.

LEONEL BRIZOLA
Vivaldo Vieira Barbosa

LEI N.º 839, de 13 de maio de 1985

Cria o Município de Arraial do Cabo, a ser desmembrado do Município de Cabo Frio.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica criado o Município de Arraial do Cabo, com sede na atual vila do mesmo nome e constituído do Território do Distrito de Arraial do Cabo com 158 km2 de área total desanexado do Município de Cabo Frio.

Art. 2.º — São os seguintes os limites do Município de Arraial do Cabo:

a) **COM O MUNICÍPIO DE ARARUAMA:**

Começa no ponto da praia de Massababa no prolongamento de uma linha reta com a orientação N. S. verdadeiro, e que passa pela ponta mais do lado E, da Lagoa Pernambuca; segue por esta reta até a praia do Saco de Acaí, e, daí, por esta praia até a ponta da praia, no local conhecido por Pedra das Andorinhas, a E. da Iguaba Pequena (Fonte: Folhas cartográficas do IBGE, anexas).

b) **COM O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA:**

Começa na ponta da praia, no local conhecido por Pedra das Andorinhas, a E. de Iguaba Pequena, e segue pela linha média das águas da Lagoa de Araruama até o ponto de encontro com a linha média das águas da Enseada de Tucuns (Fonte: Folhas cartográficas do IBGE, anexas).

c) **COM O MUNICÍPIO DE CABO FRIO:**

Começa no ponto de encontro da linha média das águas da Lagoa de Araruama, com a linha média das águas da Enseada de Tucuns, segue pela linha média das águas desta Enseada, até o marco das Camboinas na praia do Sudoeste e segue em reta até o marco da Barra Nova do Pontal (Fonte: Folhas cartográficas do IBGE, anexas).

Art. 3.º — O Município de Arraial do Cabo será constituído de um único Distrito, até posterior manifestação e estudos da futura Câmara Municipal.

Art. 4.º — O Município ora criado terá Comarca própria, nos termos do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado.

Art. 5.º — O novo Município será instalado após a eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, em data designada pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Art. 6.º — Enquanto não tiver legislação própria, o novo Município reger-se-á pela do Município de Cabo Frio aplicável à espécie, particularmente seus estatuto dos servidores, Código de Obras, Código Tributário e Posturas, observados os demais princípios do art. 21 da Lei Complementar n.º 1.

Art. 7.º — A Secretaria de Estado de Fazenda reterá os valores correspondentes à totalidade do I.C.M. arrecadado através da Repartição Fazendária de Arraial do Cabo, até que o Estado possa determinar o índice percentual do novo Município na forma estabelecida no Decreto-Lei n.º 1.216, de 09 de maio de 1972, ficando os valores respectivos retidos até a instalação do novo Município, ocasião em que serão a este repassados.

Art. 8.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1985.

LEONEL BRIZOLA
Cibilis Viana
Vivaldo Vieira Barbosa
Fernando Lopes de Almeida
Cesar Epitácio Maia

LEI N.º 841, de 14 de maio de 1985

Altera dispositivos do Código de Organização e Divisão Judiciárias.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — O Capítulo IV, Seção I, IV e V e respectivas epígrafes dos Livros I e II do Código de Organização e Divisão Judiciárias passam a vigorar com as seguintes modificações:

.....

Art. 49 — São dois os Tribunais de Alçada: um Cível e um Criminal.

Art. 50 — O Tribunal de Alçada Cível compõe-se de quarenta e dois juízes e o Tribunal de Alçada Criminal de vinte e dois.

.....

Art. 52 — .....

§ 1.º — O Tribunal de Alçada Cível poderá instituir órgão especial com as atribuições do Tribunal Pleno que o respectivo Regimento Interno determinar.

§ 2.º — .....

SEÇÃO IV

Disposições peculiares ao Tribunal de Alçada Cível

Art. 63 — O Tribunal de Alçada Cível terá competência exclusivamente cível, cabendo-lhe o julgamento dos recursos nas ações relativas à locação de imóveis, nas possessórias, nas relativas à matéria fiscal do interesse dos municípios, nas de procedimento sumaríssimo em razão da matéria, nas de acidente do trabalho e nas execuções por título extrajudicial, exceto as de natureza fiscal do interesse do Estado.

SEÇÃO V

Disposições peculiares ao Tribunal de Alçada Criminal

Art. 64 — O Tribunal de Alçada Criminal terá competência exclusivamente criminal, cabendo-lhe o julgamento de **habeas-corpus** e recursos relativos a processos por crimes contra o patrimônio, independentemente da pena cominada, e

por infrações a que não seja cominada pena de reclusão, isolada, cumulativamente ou alternativamente, excetuados as relativas a tóxicos ou entorpecentes e a falências.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1985.

LEONEL BRIZOLA
Vivaldo Vieira Barbosa

DECRETO N.º 7.988, de 04 de fevereiro de 1985

Dispõe sobre o reajustamento das pensões e dos auxílios-reclusão concedidos pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro — IPERJ.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 39 e no § 2.º do art. 44 da Lei n.º 285, de 03 de dezembro de 1979, tendo em vista o disposto na Lei n.º 811, de 20 de dezembro de 1984, e o que consta do processo n.º E-01/732.846/84,

DECRETA:

Art. 1.º — O valor global das pensões concedidas pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro — IPERJ, em virtude de óbitos ocorridos até 31 de dezembro de 1984, face ao Decreto n.º 7.518, de 03 de setembro de 1984, fica reajustado, de uma só vez, a partir de 1.º de janeiro de 1985, em 75% (setenta e cinco por cento), observado o seguinte:

I — quanto às pensões decorrentes de óbitos ocorridos até 31 de outubro de 1984, incidência do percentual sobre o valor global das mesmas, naquela data, absorvida a elevação havida, a partir de 01 de novembro de 1984, em decorrência da majoração do valor mínimo, para elas, legalmente prescrito;

II — nas pensões concedidas em razão de óbito verificado a contar de 01 de novembro de 1984, o percentual será aplicado sobre o valor global da pensão resultante do vencimento-base do contribuinte na data do óbito.

Parágrafo único — Ao valor dos auxílios-reclusão deferidos na forma da legislação específica, será dado o mesmo tratamento deste artigo.

Art. 2.º — O determinado pelo artigo 1.º não se aplica às pensões cujos valores são reajustados de acordo com o prescrito pelo art. 145 da Lei Complementar n.º 15, de 25 de novembro de 1980, com a nova redação dada pela Lei Complementar n.º 29, de 30 de junho de 1983, e o artigo 129 da Lei Complementar n.º 28, de 21 de maio de 1982.

Art. 3.º — Nos novos valores decorrentes da aplicação deste decreto e nos pagamentos ou descontos que incidirem sobre a pensão e o auxílio-reclusão, serão desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 4.º — As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão à conta das dotações próprias do orçamento do IPERJ.

Art. 5.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 1985.

LEONEL BRIZOLA
Fernando Lopes de Almeida
César Epitácio Maia
Leôncio Vasconcellos

DECRETO N.º 8.133, de 03 de junho de 1985

Altera dispositivos do Decreto n.º 3.149, de 28-4-80, que regulamenta o Título XI do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1.º — O § 2.º do artigo 47, o inciso I em sua alínea "b" do artigo 57 e o § 4.º do artigo 57 do Decreto n.º 3.149, de 28-4-80 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 47 — .....

§ 2.º — As garantias contratuais serão calculadas dentro da seguinte tabela:

1 — No caso de obras: 1,5% sobre o valor do contrato;

2 — No caso de fornecimento e serviços: 2% sobre o valor do contrato;

3 — Os percentuais de garantia previstos neste parágrafo terão reforço proporcional sempre que os contratos tiverem seus valores alterados por aditamento".

"Art. 57 — .....

I — Unilateralmente, pela Administração:

a) . . . .

b) quando necessária a modificação do seu valor, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do respectivo objeto, nos limites permitidos neste Decreto.

.....

§ 4.º — No caso de acréscimo de obras, serviços ou compras, os aditamentos contratuais serão procedidos na forma do parágrafo seguinte e poderão, em caso de relevante interesse público, e mediante expressa autorização do Governador do Estado, ultrapassar os limites fixados no § 1.º deste artigo, devendo os respectivos termos de aditamento serem assinados pela mesma autoridade que tenha firmado o termo contratual".

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 1985.

LEONEL BRIZOLA — Cibilis Viana — Vivaldo Vieira Barbosa — Fernando Lopes de Almeida — Leôncio Vasconcellos — César Epitácio Maia — Darcy Ribeiro — Yara Lopes Vargas — Eduardo de Azeredo Costa — José Gouvea Filho — Geraldo Di Biase — Elias Camilo Jorge — Aluísio Gama de Souza — Ernesto Lopes — José Carlos Brandão Monteiro — Jorge Roberto Saad Silveira — Alberto Dauaire — Luiz Alfredo Salomão — José Maurício Linhares Barreto — Arnaldo de Poli Campana — Carlos Magno Nazareth Cerqueira — Carlos Alberto Oliveira — José Halfeld Filho.

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO N.º 177, DE 18 DE JANEIRO DE 1985

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto na Lei Estadual n.º 829, de 03 de janeiro de 1985,

RESOLVE:

Art. 1.º — Na Comarca da Capital, as Curadorias de Justiça junto às 7.ª, 8.ª, 9.ª, 10.ª, 11.ª e 12.ª Varas de Família passam a Curadorias de Justiça junto à 13.ª, 14.ª, 15.ª, 16.ª, 17.ª e 18.ª Varas de Família, respectivamente.

Art. 2.º — As Promotorias de Justiça junto às 1.ª e 4.ª Varas Criminais (Tribunais do Júri) e respectivas Varas Auxiliares ficam vinculadas, apenas, às primeiras.

Art. 3.º — A Promotoria de Justiça criada pelo art. I, II, do Decreto Estadual n.º 7.142, de 13-01-85, fica correspondendo provisoriamente às 36.ª à 39.ª Varas Criminais da Comarca da Capital e à 3.ª Vara Criminal de Madureira.

Art. 4.º — As Curadorias de Justiça junto às Varas Cíveis Regionais da Comarca da Capital passam a ter a seguinte denominação:

I — 1.ª Curadoria de Justiça de Madureira (atual 5.ª Curadoria): junto à 1.ª e 3.ª Varas Cíveis de Madureira;

II — 2.ª Curadoria de Justiça de Madureira (atual 11.ª Curadoria): junto à 2.ª e 3.ª Varas Cíveis de Madureira;

III — 1.ª Curadoria de Justiça de Jacarepaguá (atual 1.ª Curadoria): junto à 1.ª e 3.ª Varas Cíveis de Jacarepaguá;

IV — 2.ª Curadoria de Justiça de Jacarepaguá (atual 7.ª Curadoria): junto à 2.ª e 3.ª Varas Cíveis de Jacarepaguá;

V — 1.ª Curadoria de Justiça de Bangu (atual 2.ª Curadoria): junto à 1.ª e 3.ª Varas Cíveis de Bangu;

VI — 2.ª Curadoria de Justiça de Bangu (atual 3.ª Curadoria): junto à 2.ª e 4.ª Varas Cíveis de Bangu;

VII — 1.ª Curadoria de Justiça de Campo Grande (atual 3.ª Curadoria): junto à 1.ª e 3.ª Varas Cíveis de Campo Grande;

VIII — 2.ª Curadoria de Justiça de Campo Grande (atual 9.ª Curadoria): junto à 2.ª e 3.ª Varas Cíveis de Campo Grande;

IX — Curadoria de Justiça de Santa Cruz (atual 4.ª Curadoria): junto à 1.ª e 2.ª Varas Cíveis de Santa Cruz;

X — Curadoria de Justiça da Ilha do Governador (atuais 6.ª e 12.ª Curadorias): junto à 1.ª e à 2.ª Varas Cíveis da Ilha do Governador;

Art. 5.ª — As atuais Promotorias de Justiça junto às Varas Criminais Regionais da Capital passam a ter a seguinte denominação:

I — 1.ª Promotoria de Justiça junto à 1.ª Vara Criminal de Madureira (atual 5.ª Promotoria);

II — 2.ª Promotoria de Justiça junto à 1.ª Vara Criminal de Madureira (atual 16.ª Promotoria);

III — Promotoria de Justiça junto à 2.ª Vara Criminal de Madureira (atual 11.ª Promotoria):

IV — Promotoria de Justiça junto à 1.ª Vara Criminal de Jacarepaguá (atual 1.ª Promotoria);

V — Promotoria de Justiça junto à 2.ª Vara Criminal de Jacarepaguá (atual 7.ª Promotoria);

VI — 1.ª Promotoria de Justiça junto à 1.ª Vara Criminal de Bangu (atual 2.ª Promotoria);

VII — 2.ª Promotoria de Justiça junto à 1.ª Vara Criminal de Bangu (atual 13.ª Promotoria);

VIII — Promotoria de Justiça junto à 2.ª Vara Criminal de Bangu (atual 8.ª Promotoria);

IX — 1.ª Promotoria de Justiça junto à 1.ª Vara Criminal de Campo Grande (atual 3.ª Promotoria);

X — 2.ª Promotoria de Justiça junto à 1.ª Vara Criminal de Campo Grande (atual 11.ª Promotoria);

XI — Promotoria de Justiça junto à 2.ª Vara Criminal de Campo Grande (atual 9.ª Promotoria);

XII — 1.ª Promotoria de Justiça junto à 1.ª Vara Criminal de Santa Cruz (atual 4.ª Promotoria);

XIII — 2.ª Promotoria de Justiça junto à 1.ª Vara Criminal de Santa Cruz (atual 15.ª Promotoria);

XIV — Promotoria de Justiça junto à 2.ª Vara Criminal de Santa Cruz (atual 10.ª Promotoria);

XV — Promotoria de Justiça junto à 1.ª Vara Criminal da Ilha do Governador (atual 6.ª Promotoria);

XVI — Promotoria de Justiça junto à 2.ª Vara Criminal da Ilha do Governador (atual 12.ª Promotoria);

Art. 6.º — As demais alterações de competência das Varas Cíveis e Criminais da Comarca da Capital introduzidas pela Lei Estadual n.º 829, de 03 de janeiro de 1985, acarretarão, automaticamente, as correspondentes modificações nas atribuições dos órgãos do Ministério Público às mesmas vinculadas.

Art. 7.º — A Curadoria de Justiça junto à 7.ª Vara Cível da Comarca de Duque de Caxias passa à Curadoria de Justiça junto à 3.ª Vara de Família da mesma Comarca.

Art. 8.º — As Curadorias de Menores das Comarcas de Petrópolis, Volta Redonda, São João de Meriti e Campos passam a Curadorias de Justiça junto às respectivas 2.ª Varas de Famílias das mesmas Comarcas.

Art. 9.º — As Curadorias de Justiça das Comarcas de Cabo Frio, Macaé, Itaguaí ficam vinculadas às correspondentes 1.ª e 2.ª Varas Cíveis das mesmas Comarcas; e as Promotorias de Justiça respectivas às suas Varas Criminais.

Art. 10 — Na Comarca de Itaguaí, a Curadoria de Justiça fica vinculada às 1.ª, 2.ª e 3.ª Varas Cíveis; e a Promotoria de Justiça, à Vara Criminal.

Art. 11 — Na Comarca de Três Rios, a Curadoria de Justiça fica vinculada às 1.ª e 2.ª Varas Cíveis; e a Promotoria de Justiça à Vara Criminal.

Art. 12 — Esta Resolução entra em vigor em 21 de janeiro de 1985, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1985.

ANTONIO CARLOS SILVA BISCAIA

Procurador-Geral de Justiça

RETIFICAÇÕES

RESOLUÇÃO N.º 177, de 18 de janeiro de 1985

D.O. DE 21.01.85

PÁGINA 29 — 3.ª COLUNA

ONDE SE LÊ:

Art. 4.º — As Curadorias de Justiça junto às Varas Cíveis Regionais da Comarca da Capital passam a ter a seguinte denominação:

VI — 2.ª Curadoria de Justiça de Bangu (atual 3.ª Curadoria)

LEIA-SE:

Art. 4.º — As Curadorias de Justiça junto às Varas Cíveis Regionais da Comarca da Capital passam a ter a seguinte denominação:

VI — 2.ª Curadoria de Justiça de Bangu (atual 8.ª Curadoria)

PÁGINA 30 — 1.ª COLUNA

ONDE SE LÊ:

Art. 5.º — As atuais Promotorias de Justiça junto às Varas Criminais Regionais da Capital passam a ter a seguinte denominação:

X — 2.ª Promotoria de Justiça junto à 1.ª Vara Criminal de Campo Grande (atual 11.ª Promotoria)

LEIA-SE:

Art. 5.º — As atuais Promotorias de Justiça junto às Varas Criminais Regionais da Capital passam a ter a seguinte denominação:

X — 2.ª Promotoria de Justiça junto à 1.ª Vara Criminal de Campo Grande (atual 14.ª Promotoria)

ONDE SE LÊ:

Art. 9.º — As Curadorias de Justiça das Comarcas de Cabo Frio, Macaé e Itaguaí ficam vinculadas às correspondentes 1.ª e 2.ª Varas Cíveis das mesmas Comarcas.

LEIA-SE:

Art. 9.º — As Curadorias de Justiça das Comarcas de Cabo Frio e Macaé ficam vinculadas às correspondentes 1.ª e 2.ª Varas Cíveis das mesmas Comarcas.

RESOLUÇÃO N.º 179, de 31 de janeiro de 1985

O Procurador-Geral de Justiça, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 10, XI e XXII, da Lei Complementar n.º 28, de 21 de maio de 1982.

Considerando as dúvidas de atribuições que têm surgido entre órgãos do Ministério Público em matéria recursal e a conveniência de prevenir os conflitos respectivos.

Considerando a deliberação do Conselho Superior do Ministério Público em sua reunião de 16.01.85,

RESOLVE:

Art. 1.º — Na hipótese de incidência do art. 600, § 4.º, do Código de Processo Penal, cabe à Promotoria de Justiça junto à Vara de origem arrazoar ou contra-arrazoar, conforme o caso, a apelação criminal, em processo de ação penal pública.

Parágrafo único — A Procuradoria de Justiça junto à Câmara, perante a qual se processa o recurso, diligenciará para que os autos respectivos baixem à Vara de origem, com vista à execução do disposto neste artigo.

Art. 2.º — Em processo no qual o Ministério Público seja parte recursal, é atribuição da Procuradoria de Justiça junto ao órgão jurisdicional prolator da decisão de segundo grau à qual se ofereçam embargos infringentes, cíveis ou criminais, ou de que se recorra extraordinariamente funcionar como recorrido.

§ 1.º — A Procuradoria de Justiça terá ciência mediante vista dos autos.

§ 2.º — No processamento do recurso extraordinário, a Chefia do Ministério Público opina, numa primeira vista, sobre a admissibilidade e, afinal, sobre o mérito do recurso.

Art. 3.º — Cabe ao órgão de primeiro grau do Ministério Público, quando atue como fiscal da lei, opinar sobre a admissibilidade e o mérito dos recursos interpostos nos processos em que funcionarem.

Parágrafo único — Aplica-se na execução do disposto neste artigo o prescrito pelo parágrafo único do art. 1.º desta Resolução.

Art. 4.º — A Promotoria ou Curadoria de Justiça poderá, nos recursos em processo no qual seja parte ou em mandado de segurança que tenha interposto contra ato judicial no mesmo praticado, sustentar oralmente perante os órgãos jurisdicionais de segundo grau, embargar, agravar e recorrer extraordinariamente, sempre em prejuízo das atribuições da Procuradoria de Justiça competente.

Parágrafo único — O recurso da Procuradoria de Justiça absorve o do órgão de primeiro grau.

Art. 5.º — A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1985.

(a.) ANTONIO CARLOS SILVA BISCAIA

Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 180, de 21 de fevereiro de 1985

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto na Lei Estadual n.º 829, de 03 de janeiro de 1985,

RESOLVE:

Art. 1.º — A Promotoria de Justiça a que se refere o art. 3.º da Resolução n.º 177, de 13.01.85, fica vinculada à 36.ª Vara Criminal da Comarca da Capital.

Art. 2.º — Ficam correspondendo, respectivamente, como Promotorias de Justiça junto às 7.ª e 39.ª Varas Criminais da Comarca da Capital as atuais 2.ª e 1.ª Promotorias de Justiça junto à 5.ª Vara Criminal da mesma Comarca.

Art. 3.º — Ficam correspondendo, respectivamente, à 5.ª e 28.ª Varas Criminais da Comarca da Capital, como Promotorias de Justiça junto às mesmas, as atuais 1.ª e 2.ª Promotorias de Justiça junto à 28.ª Vara Criminal da Capital.

Art. 4.º — Passa a constituir a Promotoria de Justiça junto à 3.ª Vara Criminal de Madureira o órgão de atuação que se liberou com a criação da Curadoria de Justiça junto à 1.ª e 2.ª Varas Cíveis da Ilha do Governador.

Art. 5.º — A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1985.

ANTONIO CARLOS SILVA BISCAIA

Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 182, de 19 de março de 1985

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica acrescentado um parágrafo único ao art. 1.º da Resolução n.º 180, de 21.02.85, com a seguinte redação:

> "Parágrafo único — Passa a constituir a Promotoria de Justiça junto à 38.ª Vara Criminal da Comarca da Capital o órgão de atuação liberado com a criação da Curadoria de Justiça de Santa Cruz (antiga 10.ª Curadoria de Justiça junto à 10.ª Vara Cível Regional de Santa Cruz)."

Art. 2.º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 21 de fevereiro de 1985.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1985.

ANTONIO CARLOS SILVA BISCAIA

Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 183, de 19 de março de 1985

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam revogados os arts. 4.º e parágrafo único da Resolução n.º 179, de 31 de janeiro de 1985.

Art. 2.º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro. 19 de março de 1985.

ANTONIO CARLOS SILVA BISCAIA

Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 184, de 29 de março de 1985

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Expediente n.º E15/0068/85, pertinente à realização de leilões judiciais,

RESOLVE:

Recomendar aos Srs. Membros do Ministério Público, a fiscalização quanto ao exato cumprimento dos artigos 88 a 94 do CODJERJ.

Rio de Janeiro, 29 de março de 1985.

ANTONIO CARLOS SILVA BISCAIA
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 185, de 09 de abril de 1985

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Expediente n.º E-15/0068/85, pertinente à realização de leilões judiciais,

RESOLVE:

Recomendar aos Srs. Membros do Ministério Público a fiscalização quanto ao exato cumprimento dos artigos 88 a 94 do Livro III do CODJERJ.

ANTONIO CARLOS SILVA BISCAIA
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 186, de 18 de abril de 1985

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, considerando o disposto na Lei n.º 829, de 03 de janeiro de 1985,

RESOLVE:

Art. 1.º — A vinculação das Curadorias de Justiça junto às 2.ª a 6.ª e às 8.ª a 12.ª Varas de Família da Comarca da Capital é a seguinte:

I — 2.ª Vara de Família — atual 1.ª Curadoria de Justiça junto à mesma Vara.

II — 3.ª Vara de Família — atual 2.ª Curadoria de Justiça junto à mesma Vara.

III — 4.ª Vara de Família — atual 1.ª Curadoria de Justiça junto à mesma Vara.

IV — 5.ª Vara de Família — atual 1.ª Curadoria de Justiça junto à mesma Vara.

V — 6.ª Vara de Família — atual 1.ª Curadoria de Justiça junto à mesma Vara.

VI — 8.ª Vara de Família —atual 2.ª Curadoria de Justiça junto à 2.ª Vara de Família.

VII — 9.ª Vara de Família — atual 1.ª Curadoria de Justiça junto à 3.ª Vara de Família.

VIII — 10.ª Vara de Família — atual 2.ª Curadoria de Justiça junto à 4.ª Vara de Família.

IX — 11.ª Vara de Família — atual 2.ª Curadoria de Justiça junto à 5.ª Vara de Família.

X — 12.ª Vara de Família — atual 2.ª Curadoria de Justiça junto à 6.ª Vara de Família.

Art. 2.º — Até que sejam definitivamente instaladas as 8.ª, 9.ª 10.ª, 11.ª, 12.ª Varas de Família da Comarca da Capital, os ocupantes das respectivas Curadorias substituirão, respectivamente, em suas faltas e impedimentos eventuais, os das Curadorias das 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª e serão por eles respectivamente substituídos nas mesmas hipóteses.

Art. 3.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANTONIO CARLOS SILVA BISCAIA
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 188, de 22 de maio de 1985

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1.º — Serão concedidas diárias aos membros do Ministério Público, a título de compensação de despesas de alimentação e pousada, quando se encontrem em exercício cumulativo em Promotorias de Justiça de diferentes Comarcas, desde que o deslocamento da localidade sede, em objeto de serviço, seja igual ou superior a 25 (vinte e cinco) quilômetros.

Art. 2.º — As diárias compreendendo, também, despesas de pernoite poderão ser concedidas, nas mesmas condições referidas no art. 1.º, quando o deslocamento se der a distância igual ou superior a 50 (cinqüenta) quilômetros, e à vista de comprovação hábil do efetivo pernoite.

Art. 3.º — As diárias serão concedidas até o limite máximo de 2 (duas) por semana, nas situações previstas nos artigos 1.º e 2.º, estando comprovado o exercício na Promotoria de Justiça para o qual o membro do Ministério Público se tenha deslocado da Comarca onde tem sua sede.

Art. 4.º — A aferição das distâncias far-se-á de acordo com o mapa elaborado pela Secretaria de Estado de Transportes, levando-se em conta o menor caminho entre as sedes dos Municípios.

Art. 5.º — Será considerada localidade sede das Promotorias de Justiça aquela em que o membro do Ministério Público se encontre lotado ou para a qual esteja antes designado.

Art. 6.º — Não serão concedidas diárias quando o deslocamento se der para Comarca em que o Promotor de Justiça tenha residência.

Art. 7.º — Os requerimentos de pagamento das diárias a que façam jus os Promotores de Justiça serão formulados separadamente para cada mês.

Art. 8.º — A concessão das diárias de que cuida esta Resolução obedecerá às condições estabelecidas no Decreto n.º 3.711, de 17.11.80, com menção expressa ao Decreto n.º 560, de 22.01.76.

Art. 9.º — Aos membros do Ministério Público que sejam designados para o desempenho de encargo funcional determinado, de natureza eventual, ou para participar de atividades em congressos, seminários ou trabalhos de caráter técnico-científico, desde que considerados de interesse ou necessidade de serviço, com deslocamento de sua localidade sede, podem ser concedidas diárias, nos termos das disposições regulamentares vigentes, a critério e por meio de ato do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 10 — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução n.º 90, de 12.12.80.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1985.

ANTONIO CARLOS SILVA BISCAIA
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 189, em 11 de junho de 1985

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão tomada pelo Colendo Conselho Superior do Ministério Público no Proc. n.º E-15/1519/85,

RESOLVE:

Art. 1.º — O tempo de exercício de advocacia prestado sob o regime da previdência social, com ou sem vínculo empregatício, poderá ser averbado, desde que não cumulativo, para fins de aposentadoria dos membros do Ministério Público, de acordo com a legislação pertinente (Leis federais n.º 6.226 de 14.7.75, e 6.364, de 01.12.80, e estadual n.º 530, de 04.03.82).

§ 1.º — A contagem referida neste artigo poderá exceder o limite de 15 (quinze) anos, condicionando-se a que tenha o interessado o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício no Estado, bem como à apresentação de:

I — certidão do INPS;

II — prova de inscrição, como advogado, na Ordem dos Advogados do Brasil e da subsistência da inscrição durante o período de tempo cuja contagem seja postulada.

§ 2.º — No processamento dos pedidos, serão observados os artigos 3.º e 4.º da Resolução n.º 37, de 07-10-77.

Art. 2.º — O tempo de exercício da advocacia não vinculado à previdência social será contado, para fins de aposentadoria e disponibilidade, até o máximo de 15 (quinze) anos, observados os critérios estabelecidos no Decreto n.º 1.392, de 03-08-77, e na Resolução n.º 37, de 07 de outubro de 1977.

Art. 3.º — A contagem da atividade profissional de que trata esta resolução subordina-se, também, à declaração expressa pelo interessado de que não favoreceu, nem favorecerá concessão de aposentadoria por outro sistema.

Art. 4.º — Uma vez determinada a averbação do tempo de advocacia, será o fato comunicado ao INPS pelo órgão de pessoal.

Art. 5.º — No prazo de 90 (noventa) dias, a Direção Geral da Secretaria determinará o levantamento dos registros de tempo de exercício da advocacia já deferidos, para fins de cumprimento do disposto nos artigos 3.º e 4.º desta Resolução.

Art. 6.º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1985.

ANTONIO CARLOS SILVA BISCAIA
Procurador-Geral de Justiça

LISTA DE ANTIGÜIDADE DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradores de Justiça

1.º Emerson Luiz de Lima
2.º Newton Marques Cruz
3.º Amaro Cavalcanti Linhares
4.º Paulo Chermont de Araujo
5.º Antonio Augusto de Vasconcellos Neto
6.º Jorge Guedes
7.º Hilton Massa
8.º Marcelo Maria Domingues de Oliveira
9.º Laudelino Freire Junior
10.º Raul Caneco de Araújo Jorge
11.º Mario Tobias Figueira de Mello
12.º Carlos Dodsworth Machado
13.º Francisco Habib Otoch
14.º Eladio de Carvalho Werneck
15.º Maurício Ruas Pereira
16.º Ellis Hermydio Figueira
17.º Octávio Freitas
18.º Sávio Soares de Sousa
19.º Cezar Augusto de Farias
20.º José Augusto Pereira dos Santos
21.º Nicanor Médici Fischer
22.º Paulo de Salles Guerra
23.º Everardo Moreira Lima
24.º Jefferson Machado de Goes Soares
25.º Alberto de Almeida e Albuquerque
26.º Roberval Clementino Costa do Monte
27.º Álvaro Duncan Ferreira Pinto
28.º Martinho da Rocha Doyle
29.º Regina Maria Corrêa Parisot
30.º Mozart Mattos
31.º Armando de Oliveira Marinho
32.º Helio Cezar Pena e Costa
33.º Maria Ciotilde Villela Perigault
34.º Antonio Claudio Bocayuva Cunha
35.º Rafael Carneiro da Rocha
36.º Hortencio Catunda de Medeiros
37.º Cyro de Carvalho Santos
38.º Wilson de Andrade Campello
39.º Alberto Canellas
40.º Julio Agostinho Horta Barbosa de Bergalo
41.º Sergio de Andréa Ferreira
42.º Fernando José Pessoa da Silva
43.º José da Silveira Lobo
44.º Mauro Campello
45.º Vitor André do Soveral Junqueira Ayres
46.º Paulo Frederico Bandeira de Melo Thedim Lobo
47.º Wilson Cavalcanti de Farias
48.º Sergio Damoro Hamilton
49.º Luiz Facca
50.º Antonio Vicente da Costa Junior
51.º Atamir Quadros Mercês
52.º Mario Portugal Fernandes Pinheiro
53.º Mariana Herescu
54.º Paulo Roberto Pinheiro Torres
55.º Francisco Massá Filho
56.º Luiz Sergio Wigderowitz
57.º Carlos Eduardo Bernardi Montaury Pimenta
58.º Simão Isaac Benjó
59.º Newton Lourenço Jorge
60.º Nader Couri Raad
61.º Rodolfo Antonio Avena
62.º Luiz Brandão Gatti
63.º Albino Angelo Santa Rossa
64.º Luiz Carlos Couto Maciel
65.º Fernando Paciello
66.º Adolpho Lerner
67.º Arthur Pontes Teixeira
68.º Ivan Anátocles da Silva Ferreira
69.º Roberto Bernardes Barroso
70.º Jarcléa Pereira Gomes
71.º Albênzio Pinheiro Rangel
72.º Waldy Genuíno de Oliveira
73.º Ulysses Leocádio
74º Danilo Domingues de Carvalho
75.º Carlos Augusto Viana de Albuquerque
76.º Ferdinando José Bianchini Latgé
77.º Décio Meirelles Góes
78.º Luiz Roldão de Freitas Gomes
79.º Hamilton Carvalhido
80.º Antonio Francisco Feteira Gonçalves
81.º Roberto Frederico Sanchez
82.º José Ivanir Gussen

Promotores de Justiça

1.ª Categoria

1.º Geraldo de Freitas Caldas
2.º Carlos de Mello Porto
3.º Heitor Pedrosa Filho
4.º Carlos Alberto Ponzo

5.º Otto Frederico Campean
6.º Pedro Nogueira Fontoura
7.º Pedro Paulo Geraldo Pires de Mello
8.º Max Fontes Perlingeiro
9.º Leôncio de Aguiar Vasconcellos
10.º Aquilino Pinto Figueiredo
11.º Anatólio Wainstok
12.º Santos Levy
13.º João Baptista Storduto de Carvalho
14.º Francisco Baptista de Oliveira
15.º Hugo Gonçalves Roma
16.º Dilmo Solon Valadares do Lago
17.º Telius Alonso Avelino Memória
18.º Guy Benigno Brasil
19.º Sálua Bunahum
20.º Jacyr Villar de Oliveira
21.º Luiz Gonzaga de Noronha Luz Neto
22.º Sylvio Tito Carvalho Coelho
23.º Juary Silva
24.º Virgílio Augusto da Costa Val
25.º Paulo Bouçada Tassara
26.º Sergina Mello
27.º Carlos Alberto Perlingeiro dos Santos
28.º Omar Gama Ben Kauss
29.º Emanuel Roberto de Nora Serra
30.º Roberto Abranches
31.º Francisco Chagas Bruno
32.º Edmo Rodrigues Lutterbach
33.º Cezar Romero de Oliveira Soares
34.º Mario Ferreira dos Reis
35.º Maurício Helayel
36.º Gerson Nicacio Garcia
37.º Eloysio Veira de Almeida
38.º Francisco José Vaz
39.º Hermesinha Oliveira Cavalcanti da Rocha
40.º Brazilmar Moraes Pinheiro
41.º Norton Esteves Pereira de Mattos
42.º Giuseppe Ítalo Brasilino Vitagliano
43.º Heitor Costa Junior
44.º Wander Cezar Moreira
45.º Denise Souza Soares
46.º José Perelmiter
47.º Maria Lenigia Rocha Pires de Carvalho
48.º Gabriel Vilela Junior
49.º João Batista Lopes de Assis Filho
50.º Eduardo Portela
51.º Inácio Nunes
52.º Edson Afonso Guimarães
53.º Marcia Paiva Arellano
54.º Hedel Luiz Nara Ramos
55.º Henrique Ernesto Claudio Dagna
56.º Adir Maria de Andrade Barros Corrêa
57.º Renato Gonçalves Pereira
58.º Arthur Leonardo de Sá Earp
59.º Maria Henriqueta do Amaral Fonseca Lobo
60.º David Milech
61.º Celso Fernando de Barros
62.º João Marcello de Araujo Junior
63.º Jocymar Dias de Azevedo
64.º Arion Sayão Romita
65.º Gastão Lobão da Costa Araujo
66.º Ivan Rezende Pereira Leal
67.º Rosa Déa Veiga da Silva
68.º José Carlos da Cruz Ribeiro
69.º Valneide Serrão Vieira
70.º Homero das Neves Freitas
71.º Ruth Sarah Hirschfeldt
72.º Antonio Paiva Filho
73.º Ângelo Moreira Glioche
74.º Assy Mirza Abraham
75.º Lafredo Lisboa Vieira Lopes
76.º Ítala Cremer
77.º Renato Pereira França
78.º Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque
79.º Paulo Monteiro Barbosa
80.º Rodolfo Carmelo Ceglia
81.º Hélio Zagheto Gama
82.º Demóstenes Garcia
83.º Eduardo Valle de Menezes Côrtes
84.º Vera de Souza Leite
85.º Antonio Carlos Silva Biscaia
86.º Roberto Mendonça de Andrade
87.º Telma Musse Diuana
88.º Mauro José Ferraz Lopes
89.º Marija Yrneh Rodrigues de Moura
90.º José Diniz Pinto Bravo
91.º Marly Macedônio
92.º Domingos Henrique Leal Braune
93.º Denise Camolez
94.º Jorge Joaquim Lobo
95.º Ronaldo Tostes Mascarenhas
96.º Sídali João de Moraes Guimarães
97.º Edmundo José Anjo Coutinho
98.º Luís Fernando Ribeiro Matos
99.º Sergio Castanheira
100.º Lucy Lopes Kratz
101.º Cypriano Lopes Feijó
102.º Mario Robert Mannheimer
103.º José Augusto de Araujo Neto
104.º Newton Campos de Medeiros
105.º Evandro Barbosa Steele
106.º Laercio Guarçoni
107.º Gerardo Rangel dos Santos
108.º Fernando Araripe de Moraes Quadros
109.º Drausio Rodrigues Lourenço
110.º Jorge Ibrahin Salluh

111.º Evangelina Fontellas Rosado Spinelli
112.º Ricardo Hungria Ferreira Pinto
113.º Mauro Silva Guedes
114.º Maria de Lourdes de Oliveira Ribeiro
115.º Julio Cezar Souza Baltharejo
116.º Antonio José de Azevedo Pinto
117.º José Ricardo Lopes Guimarães
118.º Zilma de Castro Cunha Almeida
119.º Sonia Maria Moret Freire Lourenço
120.º Waldyr Novelino
121.º Marcelo Antonio de Menezes Oliveira
122.º Leonel dos Santos
123.º Evandro Ramos Lourenço
124.º Victoria Siqueiros Soares Le Coq D'Oliveira
125.º Levy de Azevedo Quaresma
126.º Marly de Almeida Leite Perorázio Tavares
127.º José Bianchini
128.º Ronaldo Simão
129.º Roberto Pontes Dias
130.º Eduardo Othelo Gonçalves Fernandes
131.º Maria do Carmo Alves Garcia
132.º Temístocles de Faria Lima
133.º Lourineide de Arruda Xavier
134.º Paulo Ferreira Rodrigues
135.º Tereza de Paula Tavares Henriques
136.º Joaquim Armindo Thomaz
137.º Marly Ribeiro
138.º Ana Maria Gattás Bara
139.º Fernando Lúcio Lagoeiro Magalhães
140.º Claudio Ramos
141.º Eduardo Luiz Peixoto Martins Silveira
142.º Necisia Maia dos Santos Carvalho Arce dos Santos
143.º Mario Tobias Figueira de Mello Filho
144.º Luiz Carlos Silva
145.º Carlos Antonio da Silva Navega
146.º Luiz Fernando de Freitas Santos
147.º Antonio Carlos da Fonseca Passos
148.º Elio Gitelman Fischberg
149.º Dalva Pieri Nunes
150.º Regina Celia de Oliveira Calmon
151.º Leny Costa de Assis
152.º Katia Costa Marques de Faria
153.º Maria Cristina Palhares dos Anjos
154.º Carlos Magno Maia Przewodowski
155.º Ronaldo de Medeiros e Albuquerque
156.º Wanderley de Andrade Monteiro
157.º Bernardo Buarque Schiller
158.º Aldeney Zacharias Peixoto
159.º Ana Maria de Resende Chaves
160.º Mary Virginia Northrup
161.º Adolfo Borges Filho
162.º José dos Santos Carvalho Filho
163.º Paulo Cezar Pinheiro Carneiro
164.º Luiz Antonio Ferreira de Araujo
165.º Liliane Magalhães Lustosa
166.º Edila Davies de Moura
167.º Mariana de Oliveira
168.º Neje Hamaty
169.º Luiz Carlos Humbert de Albuquerque Maranhão
170.º Alma Rubens Alvim de Carvalho
171.º Regina Celi Silva Machado
172.º Anna Affonso Delecave
173.º Anthero da Silva Gaspar
174.º Ceres Feijó
175.º Cristina Maria dos Santos Caetano da Silva
176.º Ekel Luiz Sérvio de Souza
177.º Luiz Antonio Pacca Campos Mello
178.º Flavio Curi Vitari
179.º Irenice Nunes Azevedo Lima
180.º Maria Amélia Couto Carvalho
181.º Duval Vianna
182.º Henrique Nogueira da Costa
183.º Affonso Alipio Pernet de Aguiar
184.º Jackson Lopes Corrêa
185.º Julio Cesar de Souza Oliveira
186.º Fernando Chaves da Costa
187.º Maria Cristina Pacini de Medeiros e Albuquerque
188.º Carlos Eduardo Costa e Silva
189.º Reinaldo Moreira Glioche
190.º Francisco das Neves Baptista
191.º Ana Maria de Andrade Pinheiro
192.º Alexandre Arbach
193.º Maximino Gonçalves Fontes Neto
194.º Ugo Soares Pinheiro Chagas
195.º Eduardo Pinto Martins
196.º Bonni dos Santos
197.º Aldegy do Nascimento
198.º Déa Araujo de Azeredo
199.º Hugo Jerke
200.º Décio Luiz Gomes
201.º Avelino Gomes Moreira Neto
202.º Maria Cristina Pasquinelli Bacha de Almeida
203.º Edson Pereira da Silva
204.º Ruy Soares Barbosa Junior
205.º Maurício Caldas Lopes
206.º Luiza Thereza Baptista de Matos
207.º Antonio Ricardo Binato de Castro
208.º João Batista Petersen Mendes
209.º Jorge Euclydes Pereira Ninho
210.º Olegario Maciel Cólly

211.º José Francisco Basilio de Oliveira
212.º Pedro Moreira Alves de Brito
213.º Geraldo Matos Maia
214.º Murillo Bernardes Miguel
215.º Margarida Maria de Barcelos Nogueira
216.º Dirce Ribeiro de Abreu
217.º Raphael Cesário
218.º Helcio Alves de Assumpção
219.º Neida Mirna Dalcolmo
220.º Nancy Mendes de Aragão
221.º Hisashi Kataoka
222.º Carlos Machado Vianna
223.º Sergio Bastos Viana de Souza
224.º Maria Teresa Moreira Lima
225.º Manoel Geraldo Areunete
226.º Elisabeth de Moraes Cassar
227.º Sergio Zettermann
228.º Ertulei Laureano Matos
229.º Alvaro Hungria Ferreira Pinto
230.º Heloísa Helena Pires dos Santos
231.º Luiz Carlos Rodrigues da Costa
232.º Vera Maria Florencio Berto
233.º Francisco Antonio Souto e Faria
234.º Sonia Simões Corrêa Fortes
235.º Ricardo Canellas Rinaldi
236.º Jorge Vacite Filho
237.º Marcio Klang
238.º Antonio Carlos Martins
239.º Afranio Silva Jardim
240.º Roberto Ribeiro França
241.º Nilda Maria Benevides Baptista
242.º Nildson Araujo da Cruz
243.º José Maria Leoni Lopes de Oliveira
244.º Vera Maria Barreira Jatahy
245.º Elaine Costa da Silva
246.º Edilma Raposo dos Santos
247.º Helio José Ferreira Rocha
248.º Vanda Menezes Rocha
249.º Luiz Carlos de Oliveira Lopes
250.º Laíza de Paula Rossi
251.º Heloisa Helena Brandão
252.º Lucia Maria Cuinhas da Cunha
253.º Antonio Carlos Coelho dos Santos
254.º José Geraldo Antonio
255.º Maria Lucia das Chagas Gomes de Sá
256.º Celia Costa Moreira de Souza
257.º Mario Antonio de Carvalho
258.º Cristiano Cullen de Sampaio Vianna
259.º Adelia Barboza de Carvalho
260.º Remy Barbosa Vianna
261.º Eugenio Carvalho do Nascimento Filho
262.º Gevan de Carvalho Almeida
263.º Silvio Ambrosi de Miranda Valverde
264.º Marfan Martins Vieira
265.º Celso Benjó
266.º Ricardo Sevalho Gonçalves
267.º Suely da Silva Jardim Marinho
268.º Paolina Candia Hryniewicz
269.º Nelia Nahid de Carvalho
270.º Luís Carlos de Araújo
271.º Israel Stoliar
272.º Heloísa Maria Alcofra Miguel
273.º Vitória Abi Rihan
274.º Augusto Dourado
275.º Hevelise Scheer
276.º José Antonio Leal Pereira

2.ª Categoria

1.º Sebastião Fador Sampaio
2.º Maria Dionisia Freire Gonçalves de Almeida
3.º Ivonildes Luiz Altino de Lima
4.º Daysi Palmieri da Costa
5.º Nelma Gloria Trindade de Lima
6.º Ana Maria Schmidt
7.º Luiz Otávio de Freitas
8.º Delma Eyer Harris
9.º Lucia Gloria Bastos Alves
10.º Ada Buksman
11.º Naudila Teresinha Honorato Neves
12.º Elizabeth Regina Gomes de Oliveira Mello
13.º Ferdinaldo do Nascimento
14.º Antonio Augusto Chaves Meireles
15.º Alexandre Araripe Marinho
16.º Ana Maria Goldemberg
17.º Paulo Ivan de Oliveira Teixeira
18.º Maria Helena Pereira da Cunha
19.º Adelângela Saggioro Garcia
20.º Regina Machado Tedesco
21.º Everardo de Góes Fischer
22.º Vera Luciá de Sant'Anna Gomes
23.º Anderson Albuquerque de Souza Lima
24.º Lucia Neves de Oliveira
25.º Maria Teresa de Andrade Ramos Ferraz
26.º José Roberto Paredes
27.º Jayme Duarte Vieira
28.º Roberto Moura Costa Soares
29.º Maria Eugenia de Macedo Fiorio
30.º Maria Eugenia Monteiro Cavalcanti
31.º Wilséa Gaspar Fernandes
32.º Edilon Miranda Oliveira
33.º Regina Buaiz

34.º Sandra Muniz Melo
35.º Fernando Fernandy Fernandes
36.º Paulo Rodolfo Maximiliano de Gomes Tostes
37.º Anamaria de Luna Borges Saraiva
38.º Fátima Maria Ferreira Mello
39.º Arci Cavalcanti de Albuquerque Figueiredo
40.º Marilene Gomes Fernandes
41.º Regina Olivia da Rocha Werneck
42.º Maria da Gloria Franco Soares
43.º Maria Elizabeth Riente Lima
44.º Lourdes Gamba
45.º Rosa Maria Reis Parise
46.º Maria Teresa Kezen Vieira
47.º Virgínia Barros Moreira
48.º Francisco Eduardo Marcondes Nabuco
49.º Lilia Izaguirre de Toledo Malta
50.º Eduardo da Silva Lima Neto
51.º Carlos Eduardo de Miranda Ferraz
52.º Nelson de Sá
53.º Marilza Matos Mendes
54.º Gelcy Migon Pinto
55.º Rosane Orichio de Siqueira Mello
56.º Kleber Couto Pinto
57.º Maria Elisa Hingst Manzolillo
58.º Maria do Carmo dos Santos Casa Nova
59.º Maria Aparecida de Araújo Monteiro de Barros
60.º Enos da Costa Palma
61.º Nelson José Martins
62.º Verônica Elisa Rosa Aguiar
63.º Dário Michéli Gadêlha
64.º Celma Pinto Duarte de Carvalho Alves
65.º Maria de Fátima Rocha Novaes
66.º Míriam Rocha Mello
67.º Beatriz Marilda Alves Campos
68.º Ana Alice de Belli Antony
69.º Ecknéa Antonia Andrade
70.º Ariadne Mitropoulos Esteves
71.º Leonardo Cavalcanti Cerqueira
72.º Charles Van Hombeeck Junior
73.º Fernanda Moreira Jorgensen
74.º Luiz Gonzaga de Lima Costa Junior
75.º Wilson de Pontes Cardoso
76.º Alvaro Homero Xavier de Brito Martins Baptista
77.º Vera Maria José Rollas
78.º Gilberto Machado Simões
79.º Maria Cristina Menezes Azevedo
80.º Angela Maria dos Reis Parise
81.º Luiz Roberto Saraiva Salgado
82.º Fátima Pacca Dias Araujo
83.º Elso Vaz
84.º Gizelda Leitão Teixeira
85.º Zelia Sales Vasconcelos
86.º Diamantino Ferreira
87.º Silvia Lix Xavier Dell'ome
88.º Marlene Cardoso Gonzalez
89.º Helda Meireles Penna Franca
90.º Sergio Antonio de Carvalho
91.º Tania Maria Sales Moreira
92.º Ana Maria Silva Gonçalves
93.º Gladys Mary Licinio Holanda
94.º Mônica da Silveira França
95.º Angela Maria Castro Leite Andrade Cordeiro de Matos
96.º José Muiños Piñeiro Filho
97.º José Araujo dos Santos
98.º Ana Maria de Almeida Nogueira
99.º Arilda Sandra da Silva Nunes
100.º Antonio Borromeu Fernandez
101.º Maria Luíza Cabral Vieira
102.º Eunice Ferreira Caldas
103.º Vania Maria Carrano Benjó
104.º Elizabeth Carneiro de Lima
105.º Maria Cristina da Silva Gaertner
106.º Cristina Tereza Gaulia Borrmann
107.º José Carlos Paes
108.º Marilia de Castro Neves Vieira
109.º Joel Teixeira de Araújo
110.º Ida Maria Moulin Alledi
111.º Maria Alexandra Bastos Malheiro de Oliveira da Silva Tonim
112.º Ana Lúcia Abeid
113.º Branca Maria Moreira Alves
114.º Annabella Vera Grazia Herczog
115.º Maria da Conceição Lopes de Souza Santos
116.º Alberto Henrique de Pinho Canellas
117.º Eliane Bahiense de Albuquerque
118.º Regina Lúcia Natal de Carvalho
119.º Vicente Silvio Ferreira do Nascimento
120.º Sonia Maria Rocha e Silva
121.º Márcia Rodrigues de Oliveira
122.º Patrícia Silveira da Rosa
123.º Marco Antonio Ibrahim
124.º Geraldo Luiz Mascarenhas Prado
125.º Márcia Alvares Pires Rodrigues
126.º Denise Pereira Freitas
127.º Lúcia Maria Lacerda

ÍNDICE DE AUTORES

ADOLFO BORGES FILHO

— Conflito de atribuição entre órgãos do Ministério Público (Pareceres) 96

AFRANIO SILVA JARDIM

— A imputação alternativa no Processo Penal (Doutrina) 26
— Correlação entre acusação e sentença (Pareceres) 99
— Estudo sobre os pressupostos processuais (Estudos) 192

ANTONIO JOSÉ DE AZEVEDO PINTO

— O Direito Constitucional de defesa (Estudos) 201

ARMANDO DE OLIVEIRA MARINHO

— Testamento. Procedimento de jurisdição voluntária. Decisão que envolve interesse de menor. Ausência de manifestação do Curador de Órfãos. Nulidade (Pareceres) 102

ARTHUR LEONARDO DE SÁ EARP

— Avocação de Inquérito Policial arquivado (Pareceres) 106

EDUARDO VALLE DE MENEZES CORTES

— Ação Rescisória. Óbice regimental (Pareceres) 109

ELIZABETH SUSSEKIND

— **A violência brasileira,** de Maria Célia Paoli Maria Victoria Benevides, Paulo Sérgio Pinheiro, Roberto da Matta (Bibliografia) 242

HEITOR COSTA JUNIOR

— Inquérito Policial. Diligências complementares (Pareceres) 116

HELENO CLÁUDIO FRAGOSO

— **Direito Penal Especial,** de Jorge Medeiros da Silva (Bibliografia) .. 240
— **Júri,** de Herminio Alberto Marques Porto (Bibliografia) 240

JOÃO MARCELO DE ARAUJO JUNIOR

— Regulamentação internacional da responsabilidade civil aeronáutica. **Franco Poincaré.** Cálculo (Pareceres) 123

JORGE ALBERTO ROMEIRO

— Crimes puramente militar e próprio militar. O perdão judicial no Código Penal Militar com um apelo ao Supremo Tribunal Federal (Doutrina) 42

JORGE JOAQUIM LOBO

— Cabimento do processo de letra de câmbio sem aceite quando o sacador se confunde com o beneficiário (Estudos) 206

JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO

— O motivo no ato administrativo (Doutrina) 53

JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO

— **A inquirição direta das testemunhas no Júri**, de José Roberto Paredes (Bibliografia) 240

LEONARDO GRECO

— Ação declaratória de nulidade de deserdação. Ônus da prova (Pareceres) 135

LUÍS CARLOS DE ARAÚJO

— Nulidade de testamento (Pareceres) 138

LUIZ ROLDÃO DE FREITAS GOMES

— Da impossibilidade da prestação. Caso fortuito e força maior (Doutrina) 65

— Uso e ocupação do solo: matéria de competência municipal, incluída, entretanto, na hipótese, dentre os serviços de interesse metropolitano (Pareceres) 142

LUIZ SÉRGIO WIGDEROWITZ

— Seguro de vida não pago em época oportuna, Dívida do Valor. Correção monetária e juros (Pareceres) 148

MARCIO KLANG

— Tendências atuais no estudo do Direito Processual Civil (Estudos) 210

MARIJA YRNEH RODRIGUES DE MOURA

— Alienação judicial de bem comum indivisível. Divisão proporcional do produto da venda (Pareceres) 150

MAURICIO CALDAS LOPES

— Mandado de Segurança contra ato da Inspetoria Seccional de Fazenda Especializada (Pareceres) 153

NILO BATISTA

— **Comentários ao Código Penal**, de Nelson Hungria e Heleno Fragoso (Bibliografia) 243

PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO

— Da tutela preventiva dos direitos difusos pelo Ministério Público (Doutrina) 77

— **Notitia Criminis** — Investigação policial necessária (Pareceres) 158

ROBERVAL CLEMENTINO COSTA DO MONTE

— Os recursos no Processo Civil (oitava parte) (Doutrina) 89

SERGIO DE ANDRÉA FERREIRA

— Identificação de órgão do Ministério Público competente para a apresentação de contra-razões na hipótese de o apelante valer-se da faculdade prevista no § 4.º do art. 600 do CPP (Pareceres) 160

SONIA SIMÕES CORRÊA FORTES

— Conflito de atribuição entre membros do Ministério Público (Pareceres) 163

WANDERLEY DE ANDRADE MONTEIRO

— Gravidez resultante de estupro. Aborto legalmente permitido (Pareceres) 165

ÍNDICE DE ASSUNTOS

ABORTO

— Gravidez resultante de estupro. Aborto legalmente permitido (Wanderley de Andrade Monteiro — Pareceres) 165

AÇÃO PENAL

— **Ação penal pública. Competência do Ministério Público. Ministério Público (legitimidade). Lei Complementar n.º 40/81, arts. 3.º, II e 55 (exegese).** Embora os arts. 3.º, II e 55 da Lei Orgânica do Ministério Público (Lei Complementar n.º 40/81) atribuam a iniciativa da ação penal pública ao Ministério Público, todavia não afastam a legitimidade conferida à autoridade judicial, ou policial, pela legislação processual penal anterior, para atuar nos processos contravencionais e de rito sumário. Recurso extraordinário conhecido e provido (STF — Primeira Turma — Jurisprudência Criminal) 182

— Comentário ao acórdão proferido pela 1.ª Turma do Supremo Tribunal Federal (Elio Fischberg — Jurisprudência Criminal). 183

AÇÃO RESCISÓRIA

— Ação rescisória improcedente em parte. Óbice regimental. Art. 325, V, alínea a) RISTF por ausência de alegação de ofensa à Constituição ou manifesta divergência com a Súmula. Não denega vigência aos artigos 485, V, 2.º, 128, 459 e 460 do estatuto processual civil acórdão que, julgando improcedente ação, mantém decisão rescindenda, seja porque a alegação de violação de lei só se aplica com respeito às normas cuja inobservância se aponta na inicial, seja porque razoável é a interpretação que determina na ação que objetiva reconhecimento de sociedade fática entre concubinos com partilha do patrimônio abranja aquela os bens existentes em nome da autora. Súmula 400. Art. 293, CPC. Não viola esse dispositivo julgado que incluir na partilha bens da autora conquanto inexistente reconvenção. Questão federal ademais não ventilada na decisão recorrida. A determinação de incluir no acervo a partilhar o valor atualizado, em dinheiro, a respeito de bens que, em nome de terceiros, teria a prova demonstrado ter sido adquirido com esforço comum da autora e de seu companheiro falecido não infringe a letra dos arts. 859 e 152 do Código Civil nem permite apreciação na via eleita por via das Súmulas 400 e 279. Dissídio jurisprudencial não caracterizado. **Recursos extraordinários da autora inadmissíveis** (Eduardo Valle de Menezes Côrtes — Pareceres) 109

ACUSAÇÃO

— Sentença **(vide)** .....

APOSENTADORIAS

— Procurador de Justiça Dr. Jorge Armando Figueiredo Enne; Procurador de Justiça Dr. Mauro Azevedo; Procurador de Justiça Dr. Carlos de Novaes Vianna; Procurador de Justiça Dr. Cláudio Anthero de Almeida; Procuradora de Justiça Dra. Marly Martin Mazzucchelli, Procurador de Justiça Dr. Antonio

Ricardo dos Santos Neto; Promotor de Justiça Dr. Luiz Carlos Fernandes Modesto; Procurador de Justiça Dr. José Murad Lasmar; Procurador de Justiça Dr. Antonio Luiz Guimarães de Oliveira e Procurador de Justiça Dr. Carlos Octávio da Veiga Lima (Atualidades) 231

ASSUNTOS (índice de) 323

ATUALIDADES 214

AUTORES (índice de) 319

ATO ADMINISTRATIVO

— O motivo no ato administrativo (José dos Santos Carvalho Filho — Doutrina) 53

BEM COMUM INDIVISÍVEL

— Alienação judicial de bem comum indivisível. Condomínio decorrente de acordo de divórcio. Sentença que indeferiu o pedido, baseada na alegada inadimplência da prestação alimentícia, matéria estranha ao feito. Benfeitorias realizadas após a separação de fato do casal, devendo o seu valor ser apurado para estabelecimento dos quinhões e divisão proporcional do produto da venda (Marija Yrneh Rodrigues de Moura — Pareceres) 150

BEM DE USO COMUM

— Recurso extraordinário mandado processar em Agravo de Instrumento. Estacionamento em logradouro público. Cobrança de tarifa pela CODERTE. Bem de uso comum. Possibilidade de retribuição por sua utilização pelo particular. Autorização legal a este fim. Uso e ocupação do solo: matéria de competência municipal, incluída, entretanto na hipótese, dentre os serviços de interesse metropolitano. Legitimidade do diploma legal que instituiu a CODERTE para permitir aquela cobrança, porquanto expedido pelo Governador do Estado, após a fusão, antes da promulgação da Constituição estadual e da instalação da Câmara de Vereadores do Município do Rio de Janeiro. Inexistência de bitributação, por tratar-se de preço público, inconfundível com taxa. Razoabilidade da interpretação. Descabimento ou improvimento do apelo (Luiz Roldão de Freitas Gomes — Pareceres).. 142

BIBLIOGRAFIA

— **A inquirição direta das testemunhas no Júri,** de José Roberto Paredes (José Muiños Piñeiro Filho) 240

— **A violência brasileira,** de Maria Célia Paoli, Maria Victoria Benevides, Paulo Sérgio Pinheiro, Roberto da Matta (Elizabeth Sussekind) 242

— **Comentários ao Código Penal,** de Nelson Hungria e Heleno Fragoso (Nilo Batista) 243

— **Direito Penal Especial,** de Jorge Medeiros da Silva (Heleno Cláudio Fragoso) 240

— **Júri,** de Herminio Alberto Marques Porto (Heleno Cláudio Fragoso) 240

CONFLITO DE ATRIBUIÇÃO

— Conflito de atribuição entre o Promotor de Justiça em exercício na 3.ª Vara Criminal Regional e o Promotor de Justiça em exercício na 32.ª Vara Criminal da Comarca da Capital. Crime do artigo 171, § 2.º, inciso VI, do Código Penal. Agência do banco sacado situada no centro da cidade, fora da competência territorial da Vara Criminal Regional. A Súmula 521 do Supremo Tribunal Federal. Aplicação dos artigos 70 do CPP, 109, inciso I, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro e 1.º da Lei n.º 420, de 5 de junho de 1981. Atribuição do Promotor de Justiça em exercício na 32.ª Vara Criminal para funcionar no feito (Adolfo Borges Filho — Pareceres) 96

— Conflito de atribuições entre a Promotoria de Justiça junto à 2.ª Vara Auxiliar do Júri, suscitante, e a Promotoria junto à 24.ª Vara Criminal, suscitada. Flagrante que não descreve crime doloso contra a vida, sequer tentado. Conflito negativo procedente. Atribuição da Promotoria suscitada para prosseguir no feito (Sônia Simões Corrêa Fortes — Pareceres) 163

CRIME FALIMENTAR

— Crime falimentar dos artigos 186, inciso VI e 188, inciso III. Falência processada sumariamente nos termos do art. 200 da respectiva Lei. Desnecessidade da intimação pessoal dos falidos para os fins previstos no art. 103 da citada Lei. Incompetência do Juízo criminal para anular na sentença o processo a partir da denúncia, sem conhecer do mérito. Provimento do apelo a fim de que seja proferida decisão que decida o mérito da ação penal (Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro — 2.ª Câmara Criminal — Jurisprudência Criminal) 186

CRIME MILITAR

— Crimes puramente militar e próprio militar. O perdão judicial no Código Penal com um apelo ao Supremo Tribunal Federal (Jorge Alberto Romeiro — Doutrina) 42

DESERDAÇÃO

— Ação declaratória de nulidade de deserdação. O ônus da prova da procedência da deserdação compete ao herdeiro instituído ou àquele a quem aproveite a deserdação, na forma do art. 1.743 do Código Civil. O ato de exclusão do herdeiro necessário pode ser pelo mesmo impugnado a qualquer tempo a partir da abertura da sucessão e até quatro anos após a mesma (Leonardo Greco — Pareceres) 135

— **Deserdação** — O interessado na declaração de deserdação não precisa aguardar o prazo de quatro anos para propô-la, podendo fazê-lo no seu decorrer. O ônus da prova da veracidade da causa de deserdação incumbe ao herdeiro instituído ou àquele a quem aproveite a deserdação (Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro — 1.ª Câmara Cível — Jurisprudência Cível) 179

DIREITO AERONÁUTICO

— Direito Aeronáutico. Regulamentação internacional da responsabilidade civil aeronáutica. Cálculo do valor do **Franco Poincaré** (João Marcello de Araújo Junior — Pareceres) 123

DIREITO CONSTITUCIONAL

— O Direito Constitucional de defesa (Antonio José de Azevedo Pinto — Estudos) 201

DIREITOS DIFUSOS

— Da tutela preventiva dos direitos difusos pelo Ministério Público (Paulo Cezar Pinheiro Carneiro — Doutrina) 77

DÍVIDA DE VALOR

— Seguro **(vide)** 180

FALECIMENTOS

— Procurador de Justiça Dr. Luiz Fernando Cardoso de Gusmão e Procurador de Justiça Dr. Waldir de Mattos Siqueira (Atualidades) 238

HERANÇA

— Ação reivindicatória cumulada com perdas e danos. O acórdão recorrido reconheceu em favor dos réus a prescrição aquisitiva. Recurso extraordinário que merece acolhimento em parte, por ocorrer negativa de vigência aos artigos 169, inc. I e 170, inc. I, do Código Civil. Sem dúvida, os netos do testador, filhos dos recorrentes, é que se tornaram os verdadeiros fiduciários da parte disponível da herança, sendo que somente na morte deles é que tais bens passariam para Oswaldo Domingos Frugoli, pai dos recorrentes. Provimento em parte do recurso, a fim de que, afastada a prescrição aquisitiva em favor dos réus, prossiga a egrégia Câmara julgadora no julgamento da apelação, como for de direito (STF — Segunda Turma — Jurisprudência Cível) 168

IMPUTAÇÃO

— A imputação alternativa no processo penal (Afranio Silva Jardim — Doutrina) 26

INQUÉRITO POLICIAL

— Pedido de avocação de inquérito policial arquivado. Inadmissibilidade do desarquivamento. Parecer pelo não acolhimento da pretensão e pelo encaminhamento do processo à Corregedoria para o exame que couber quanto à atuação do Dr. Promotor de Justiça (Arthur Leonardo de Sá Earp — Pareceres) 106

— Remessa de autos de Inquérito Policial ao Procurador-Geral de Justiça por Juíza de Direito para exame da atuação de membro do Ministério Público que insistiu, diversas vezes, na necessidade da diligência. Atribuição do Promotor de Justiça para tal requerimento. Compete ao autor colher e

valorar as provas necessárias à propositura da ação penal. Constitui **error in procedendo** consoante antecedentes jurisprudenciais, inclusive do 2.º Tribunal de Alçada deste Estado, em Reclamação à negativa do Dr. Juiz de deferir baixa de inquérito para complementação de diligências. Atuação regular e louvável do ilustre membro do Ministério Público, árbitro exclusivo da necessidade de tais diligências (Heitor Costa Junior — Pareceres) 116

JURISPRUDÊNCIA

— Jurisprudência Cível 168

— Jurisprudência Criminal 182

LEGISLAÇÃO

— Atos do Procurador-Geral de Justiça 305

— Leis Estaduais 282

— Leis Federais 244

LETRA DE CÂMBIO

— Cabimento do processo de letra de câmbio sem aceite quando o sacador se confunde com o beneficiário (Jorge Joaquim Lobo — Estudos) 206

MANDADO DE SEGURANÇA

— Mandado de Segurança contra ato da Inspetoria Seccional de Fazenda Especializada. Compromisso de compra e venda. Obrigação pessoal de fazer. Desde que subordinada à condição resolutiva ou tenha caráter de irrevogabilidade ou de irretratabilidade só irá operar a transmissão do bem, no primeiro caso, com escritura definitiva ou a adjudicação compulsória, no segundo caso, momento em que nascerá o fato gerador do imposto. Se inscrita no registro imobiliário e constituído, assim, o direito real, haverá incidência quando houver a transmissão ou cessão (Maurício Caldas Lopes — Pareceres) 153

MINISTÉRIO PÚBLICO

— Ação Penal (**vide**) 182

— Concurso para Promotor de Justiça de 2.ª Categoria (Atualidades) 230

— Deliberações do Conselho Superior do Ministério Público (Atualidades) 214

— Identificação do órgão do Ministério Público competente para a apresentação de contra-razões, na hipótese de o apelante valer-se da faculdade prevista no § 4.º do art. 600 do CPP. A unidade do Ministério Público não impede que haja uma profunda diferença entre o Ministério Público de primeira e o de segunda instância. O Procurador de Justiça dá pareceres, promove as ações originárias e recorre, sempre com

a natureza, a ótica e a teleologia do segundo grau de jurisdição. O Promotor de Justiça é titular de órgão de execução de primeiro grau de jurisdição, cível ou penal (Sergio de Andréa Ferreira — Pareceres) 160

— Novos Procuradores de Justiça (Atualidades) 218

— Novos Promotores de Justiça (Atualidades) 218

— Promotor de Justiça **Hisashi Kataoka** nomeado Diretor do Instituto Penitenciário Plácido Sá Carvalho (Atualidades) 220

— Promotor de Justiça **Jorge Joaquim Lobo** aprovado em Concurso promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil (Atualidades) 220

— Promotora de Justiça **Maria Cristina Palhares dos Anjos** designada para compor Banca Examinadora da Ordem dos Advogados do Brasil (Atualidades) 220

— Promotores de Justiça **Domingos Henrique Leal Braune** e **Elso Vaz** nomeados Assessores da Secretaria de Justiça e do Interior (Atualidades) 220

— Regulamento do Concurso para a classe inicial da carreira do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Atualidades) 221

— VI Congresso Nacional do Ministério Público (Atualidades) .. 219

NOTITIA CRIMINIS

— **Notitia criminis.** Investigação policial. A descoberta do autor de um delito já praticado não é pressuposto para a instauração de inquérito policial. Antes, este é que dá margem, dentro da estrita legalidade, à autoridade policial a proceder às investigações necessárias àquela finalidade (art. 4.º, 5, I e 8.º, todos do CPP) (Paulo Cezar Pinheiro Carneiro — Pareceres) 158

PRESCRIÇÃO RETROATIVA

— Prescrição retroativa. Seu cabimento, mesmo havendo recurso do Ministério Público. Quando a hipótese é de não conhecimento de recurso do Ministério Público, porque a qualificadora que invoca para pedir o agravamento da pena do condenado — § 7.º, do art. 129, do Código Penal — não foi sequer mencionada na inicial, cabe a aplicação da regra do § 1.º do art. 110, do Código Penal. No caso dos autos, ainda que a Câmara devesse conhecer e prover o recurso do Ministério Público, a pena do réu seria aumentada apenas de um terço, passando de três para quatro meses, sem alterar o prazo prescricional, que continuaria sendo de dois anos. Decretação de ofício da extinção da punibilidade do fato pela prescrição da pretensão executória da pena (Tribunal de Alçada Criminal do Estado do Rio de Janeiro — 3.ª Câmara Criminal — Jurisprudência Criminal) .. 190

PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

— Estudo sobre os pressupostos processuais (Afranio Silva Jardim — Estudos) 192

PRESTAÇÃO

— Da impossibilidade da prestação, caso fortuito e força maior (Luiz Roldão de Freitas Gomes — Doutrina) 65

PROCESSO CIVIL

— Tendências atuais no estudo do Direito Processual Civil (Marcio Klang — Estudos) 210

RECURSOS

— Os recursos no processo civil (Roberval Clementino Costa do Monte — Doutrina) 89

SEGURO

— **Embargos à Execução.** Seguro de vida. Havendo resistência da seguradora em pagar, justificada ou não, já no caso pouco importa, deve o principal ser corrigido, incidindo, juntamente com os juros, a partir do dia em que o sinistro lhe foi comunicado. Só o depósito oportuno da quantia poderia liberar a seguradora da obrigação. Admitir o pagamento, anos após, pelo valor nominal, implicaria em injustificado enriquecimento de uma parte, a seguradora, em detrimento do patrimônio do beneficiário do contrato de seguro. Além do mais a correção não é pena, mas atualização do débito, e, ainda assim, em quantia inferior aos reais índices de inflação (Tribunal de Alçada Cível do Estado do Rio de Janeiro — 3.ª Câmara Cível — Jurisprudência Cível) 180

— Embargos à execução. Seguro de vida que deveria ser pago desde a comunicação do sinistro, ocorrido em maio de 1982. Havendo resistência da seguradora em pagar, justificada ou não, no caso pouco importa, deve pagar correção monetária e juros, desde a data em que o pagamento era devido, por se tratar de dívida de valor. Admitir agora o pagamento pelo valor nominal implicaria em imenso e injustificável enriquecimento para a seguradora, em detrimento do patrimônio do beneficiário do contrato de seguro. Só o depósito oportuno da quantia poderia liberar a seguradora dessa obrigação (Luiz Sérgio Wigderowitz — Pareceres) 148

SENTENÇA

— Imputação de crime de tentativa de homicídio. Decisão de desclassificação precluSa. Necessidade de re-ratificação da denúncia. Princípio da correlação entre a acusação e a sentença (Afranio Silva Jardim — Pareceres) 99

TESTAMENTO

— A nulidade do testamento não pode ser declarada nos autos do inventário por simples provocação dos interessados, ale-

gando inobservância dos requisitos legais estabelecidos no art. 1.632 do CC, que foi, apenas, objeto de prévia justificação, documentadora do fato apontado pelos interessados. Requer a matéria discussão ampla, em ação que assegure o contraditório e liberdade na análise da prova a ser colhida, em juízo mais abrangente, inclusive com intervenção do testamenteiro com dever de propugnar pela validade do testamento, na forma do art. 1.760 do CC e 1.137 - II do CPC. Não se aplica, no inventário, a regra do parágrafo único do art. 146 do CC, que tem princípios próprios (Luiz Carlos de Araujo — Pareceres) 138

— Apelação Cível. Testamento. Procedimento de jurisdição voluntária. Nula é a decisão que envolvendo interesse de menor não funcionou o Curador de Órfãos. Testamento posterior revoga os anteriores. Substituição legítima. Confirmação da sentença (Armando de Oliveira Marinho — Pareceres) 102

Composto e impresso na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, à Rua Marquês de Olinda, 29, Niterói, no ano de 1988.

IMPRENSA OFICIAL
do Estado do Rio de Janeiro

Empresa Publica